

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

ANA CAROLINA VASCONCELOS COLARES

**DETERMINANTES DA DIVULGAÇÃO DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE
AUDITORIA NO BRASIL E OS FATORES QUE AFETAM O JULGAMENTO DO
AUDITOR INDEPENDENTE**

Belo Horizonte
2021

Ana Carolina Vasconcelos Colares

**DETERMINANTES DA DIVULGAÇÃO DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE
AUDITORIA NO BRASIL E OS FATORES QUE AFETAM O JULGAMENTO DO
AUDITOR INDEPENDENTE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Controladoria e Contabilidade.

Área de concentração: Contabilidade Financeira

Orientadora: Profª Dra. Laura Edith Taboada Pinheiro

**Belo Horizonte
2021**

Ficha Catalográfica

C683d
2021 Colares, Ana Carolina Vasconcelos.
Determinantes da divulgação dos principais assuntos de auditoria no Brasil e os fatores que afetam o julgamento do auditor independente [manuscrito] / Ana Carolina Vasconcelos Colares. – 2021.
1 v.: il.

Orientadora: Laura Edith Taboada Pinheiro.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade.
Inclui bibliografia.

1. Auditoria – Teses. 2. Auditores – Teses. 3. Contabilidade – Teses. I. Pinheiro, Laura Edith Taboada. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade. III. Título.
CDD: 657.45

Elaborado por Fabiana Santos CRB-6/2530
Biblioteca da FACE/UFG. – FS/138/2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

FOLHA DE APROVAÇÃO

DETERMINANTES DA DIVULGAÇÃO DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA NO BRASIL E OS FATORES QUE AFETAM O JULGAMENTO DO AUDITOR INDEPENDENTE

ANA CAROLINA VASCONCELOS COLARES

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia vinte e oito de outubro do ano de dois mil e vinte e um, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Paulo Roberto da Cunha

Universidade Regional de Blumenau

José Alves Dantas

Universidade de Brasília

Renata Turola Takamatsu

Universidade Federal de Minas Gerais

Patrícia Romualdo de Almeida

Universidade Federal de Minas Gerais

Laura Edith Taboada Pinheiro - Orientadora

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, 28 de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Laura Edith Taboada Pinheiro, Professora do Magistério Superior**, em 28/10/2021, às 23:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Romualdo de Almeida, Professora do Magistério Superior**, em 29/10/2021, às 20:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Turola Takamatsu, Professora do Magistério Superior**, em 05/11/2021, às 13:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Alves Dantas, Usuário Externo**, em 12/11/2021, às 18:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto da Cunha, Usuário Externo**, em 10/02/2022, às 12:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1050405** e o código CRC **529FE936**.

Dedico este trabalho ao meu pai, Tarcísio Colares Nogueira (in memorian), que sempre me apoiou com relação às minhas escolhas profissionais e acadêmicas, e que com certeza estaria muito feliz e orgulhoso por mais essa conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe Teresinha Colares por não medir esforços para me ajudar e estar sempre presente, com torcida, amor e apoio incondicionais, dando carinho e atenção a mim e às suas netinhas, que precisaram entender a minha ausência em muitos momentos.

Ao meu marido Daniel Lobo, agradeço pelo companheirismo, conselhos e apoio inestimáveis em todas as minhas decisões. Agradeço às minhas filhas Maria Cecília e Ana Catarina que compreenderam, na maioria das vezes, os momentos em que não pude estar presente em suas vidas para me dedicar a este trabalho. Agradeço a elas por me ensinarem todos os dias o que é o amor incondicional, e por me darem motivos para sempre seguir adiante para que essa conquista pudesse ser um exemplo a elas e uma oportunidade de crescimento a todos nós.

Agradeço a minha família, especialmente aos meus irmãos Tarcísio e Juliana, por estarem sempre presentes mesmo que distantes. Agradeço à minha sogra Daíse de Castro, cujo bom humor me faz sentir mais leve mesmo em dias mais difíceis.

À amiga e orientadora Prof^ª Dra. Laura Pinheiro, meu total agradecimento por todo o conhecimento compartilhado, pelas discussões, apoio, dedicação e paciência nos momentos de orientação para a elaboração deste trabalho.

Aos professores Dr. José Alves Dantas, Dr. Paulo Roberto da Cunha, Dra. Renata Turola Takamatsu e Dra. Patrícia Romualdo de Almeida por terem participado da minha banca de qualificação e pelas valiosas sugestões direcionadas à realização desta pesquisa.

Aos profissionais e especialistas que concordaram em participar da pesquisa e por todo o conhecimento e experiência compartilhados, para que esse estudo pudesse agregar importantes resultados à ciência contábil.

Aos meus colegas do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais que estiveram sempre na torcida pela minha conquista, sendo muitos destes uma inspiração na minha vida profissional e acadêmica.

Aos meus amigos que estiveram sempre me apoiando, mesmo quando distantes, cujos nomes não poderei citar pelo limite de espaço, mas que estão sempre em minha memória e em meu coração. Agradeço especialmente à amiga mineira Bruna Camargos por deixar nossos dias mais coloridos.

Aos meus colegas do Doutorado e a todos os professores do Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Minas Gerais, pelo empenho e pela dedicação na transmissão dos conhecimentos.

A todos que participaram de alguma forma e contribuíram para a elaboração deste trabalho e consequente conclusão do Doutorado.

*"A sabedoria é um paradoxo.
O homem que mais sabe é aquele que mais
reconhece a vastidão da sua ignorância".
Friederich Nietzsche*

RESUMO

Com a NBC TA 701 em vigor a partir de 2016, os auditores independentes no Brasil passaram a incluir uma seção intitulada ‘Principais Assuntos de Auditoria (PAA)’ em seus relatórios, retratando os assuntos que foram mais significativos ou mais complexos durante a auditoria e que demandaram maior esforço e atenção dos auditores. A escolha desses assuntos pode estar relacionada às características da firma de auditoria ou do próprio cliente, e pode envolver julgamento por parte do auditor, sendo que a divulgação desses assuntos pode ser considerada informação relevante para os *stakeholders*. Nesse sentido, essa pesquisa teve o objetivo de investigar quais os determinantes da divulgação dos principais assuntos de auditoria no Brasil e quais os fatores que afetam o julgamento do auditor independente. Foram levantadas na literatura 20 variáveis que representam características da firma de auditoria ou da entidade auditada e apresentadas a 25 especialistas por meio da primeira rodada da Técnica Delphi, para que pudessem avaliá-las e sugerir novas. Na segunda rodada foram adicionadas as 12 sugestões e avaliadas pelos especialistas, obtendo consenso entre eles, sendo utilizado como parâmetro o Coeficiente de Variação inferior a 30%. Posteriormente, foi realizada a coleta de dados das variáveis de 309 empresas não financeiras listadas na B3 entre 2016 e 2020. Foram identificados 3.659 PAA na análise de 1.449 relatórios de auditoria, com uma média entre 2 e 3 PAA por relatório, com tendência de queda ao longo do período estudado. Os PAA foram classificados em 30 temas e observado que os mais recorrentes estavam relacionados com Contingências e Provisões, Reconhecimento de Receita e Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros. Em seguida, os PAA foram categorizados pela sua natureza, sendo relacionados com o risco da entidade (PAA_RE) ou risco da conta (PAA_RC), e consideradas como variáveis dependentes juntamente com o total de PAA para estimação de 3 modelos de dados em painel dinâmico (GMM), nos quais foram incluídas 6 variáveis sugeridas pelos especialistas, além das variáveis levantadas na literatura: quantidade de PAA divulgada no relatório anterior (PAA_t-1), opinião modificada de auditoria no exercício anterior (OPN_ANT), existência de Processo Administrativo Sancionador na CVM (PAS), apontamento de deficiências significativas de controle interno pelo auditor (DEF_CI), realização de combinação de negócios no período (COMB_NEG) e o valor do *Goodwill* (GOODW). Os resultados mostram que a quantidade de PAA divulgada é afetada negativamente por BIG4, SET_REG e OPN, e, positivamente por PAA (t-1) e TAM. Com relação aos PAA_RE, eles são afetados negativamente por BIG4, ESP_AUD e OPN, e, positivamente por PAA_RE (t-1), TR_AUD, OPN_ANT, DEF_CI e COMB_NEG. Sobre os PAA_RC, eles são afetados negativamente por ESP_AUD e CPLEX, e, positivamente por PAA_RC (t-1), AUD_FEE, TR_AUD, TAM, PREJ e COMB_NEG. Por meio de entrevista realizada com 7 especialistas, foi possível entender a relação entre a divulgação dos PAA e as variáveis significativas no estudo, e também, que a seleção dos PAA é um processo cíclico realizado em 4 fases principais que se inicia desde o momento da aceitação do cliente, quando o auditor realiza a mensuração global dos riscos até a inclusão dos PAA no relatório, cuja divulgação pode afetar a decisão do auditor na seleção dos PAA para o período seguinte, corroborando com os resultados encontrados nos modelos econométricos. Além disso, existem também 6 componentes que afetam o julgamento do auditor relacionados ao perfil profissional, ao *engagement* dos auditores, ao risco para o auditor, às premissas do auditor, aos detalhes das transações e ao risco global da entidade, concluindo que a divulgação dos PAA pelo auditor independente é fortemente relacionada a fatores de risco da entidade e também do próprio auditor, levando ele a divulgar assuntos que os resguarde de futuros problemas com a entidade auditada e com *stakeholder*, cumprindo com o seu papel já enunciado pela Teoria da Agência.

Palavras-chave: Principais Assuntos de Auditoria. Julgamento do Auditor. Determinantes. Relatório de Auditoria. Auditoria Independente.

ABSTRACT

With NBC TA 701 in effect since 2016, independent auditors in Brazil now include a section entitled 'Key Audit Matters (KAM)' in their reports, portraying the matters that were most significant or complex during the audit and which demanded greater effort and attention from the auditors. The choice of these matters may be related to the characteristics of the auditing firm or the client itself, and may involve subjectivity on the part of the auditor, and the disclosure of these matters may be considered relevant information to stakeholders. In this sense, this research aimed to investigate the determinants of disclosure of the key audit matters in Brazil and which factors affect the independent auditor's judgment. Twenty-one variables were raised in the literature that represent characteristics of the audit firm or audited entity and presented to 25 experts through the first round of the Delphi Technique, so that they could assess them and suggest new ones. In the second round, the 12 suggestions were added and evaluated by the experts, reaching a consensus among them, using the Coefficient of Variation below 30% as a parameter. Subsequently, data was collected from the variables of 309 non-financial companies listed in B3 between 2016 to 2020. 3,659 KAM were identified in the analysis of 1,449 audit reports, with an average between 2 and 3 KAM per report, with a downward trend throughout the period studied. The KAM were categorized into 30 themes and it was observed that the most recurrent were related to Contingencies and Provisions, Revenue Recognition and Impairment of Non-Financial Assets. Then, the KAM were classified by their nature, being related to entity risk (PAA_RE) or account risk (PAA_RC), and considered as dependent variables together with the total KAM for estimating 3 data models in dynamic panel (GMM), which included 6 variables suggested by the experts, besides the variables from literature: amount of KAM disclosed in the previous report (KAM t-1), modified audit opinion in the previous year (OPN_ANT), existence of Administrative Sanctioning Process at CVM (PAS), indication of significant internal control deficiencies by the auditor (DEF_CI), business combination in the period (COMB_NEG) and Goodwill (GOODW). The results show that the number of disclosed KAM is negatively affected by BIG4, SET_REG and OPN, and positively by KAM (t-1) and TAM. With respect to KAM_RE, they are negatively affected by BIG4, ESP_AUD and OPN, and positively by KAM_RE (t-1), TR_AUD, OPN_ANT, DEF_CI and COMB_NEG. About KAM_RC, they are negatively affected by ESP_AUD and CPLEX, and positively by KAM_RC (t-1), AUD_FEE, TR_AUD, TAM, PREJ and COMB_NEG. Through an interview conducted with 7 experts, it was possible to understand the relationship between the disclosure of the KAM and the significant variables in the study, and also that the selection of the KAM is a cyclical process carried out in 4 main phases that starts from the moment of the client acceptance, when the auditor performs the global risk measurement until the inclusion of the KAM in the report, whose disclosure can affect the auditor's decision in the selection of the KAM for the following period, corroborating the results found in the econometric models. In addition, there are also 6 components that affect the auditor's judgment related to the professional profile, the engagement of the auditors, the risk for the auditor, the auditor's assumptions, the details of transactions and the overall risk of the entity, concluding that the disclosure of KAM by the independent auditor is strongly related to risk factors of the entity and also of the auditor, leading him to disclose matters that protect them from future problems with the audited entity and stakeholders, fulfilling its role already enunciated by the Agency Theory.

Keywords: Key Audit Matters. Auditor's Judgment. Determinants. Audit Report. Independent Audit.

LISTA DE SIGLAS

ABAR - Associação Brasileira de Agências de Regulação

ADR – American Depositary Receipt

AEX 25 – *Amsterdam Exchange Index*

ANA – Agência Nacional de Águas

ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

ANCINE – Agência Nacional de Cinema

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

ANP – Agência Nacional de Petróleo

ANS – Agência Nacional de Saúde Complementar

ANTAQ – Agência Nacional de Transporte Aquaviário

ANTT – Agência Nacional de Transporte Terrestre

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

B3 - Brasil Bolsa Balcão

BACEN – Banco Central do Brasil

BIGN – Maiores firmas de auditoria

CAC 40 – *Cotation Assistée en Continu*

CAM – Critical Audit Matters

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CNAI – Cadastro Nacional de Auditor Independente

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

EUA – Estados Unidos da América

EY – Ernst & Young

FRC – Financial Reporting Council

FTSE 100 - The Financial Times Stock Exchange 100 Index

GMM – Generalized method of moments

IAASB – International Auditing and Assurance Standards Board

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

IFAC – International Federation of Accountants

IFRS - International Financial Reporting Standards

ISA – International Standards on Auditing

JOA – Justifications of Assessment

KAM – Key Audit Matters

NBC TA – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Auditoria

NRA – Novo Relatório de Auditoria

NYSE – New York Stock Exchange

PAA – Principais Assuntos de Auditoria

PAS – Processo Administrativo Sancionador

PCAOB – Public Company Accounting Oversight Board

PWC – Pricewaterhouse Coopers

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SOX – Lei Sarbanes-Oxley

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Publicações relacionadas à auditoria independente em periódicos selecionados	29
Tabela 2. Tipos de opinião modificada da auditoria independente	45
Tabela 3. Variáveis do estudo de Pinto e Moraes (2018)	55
Tabela 4. Variáveis do estudo de Velte (2018)	56
Tabela 5. Variáveis do estudo de Sierra-Garcia <i>et al.</i> (2019)	57
Tabela 6. Variáveis do estudo de Kitiwong e Srijunpetch (2019)	59
Tabela 7. Variáveis do estudo de Ferreira e Moraes (2019).....	60
Tabela 8. Variáveis do estudo de Ardito (2019).....	61
Tabela 9. Vantagens e Desvantagens da Técnica Delphi	93
Tabela 10. Pesquisas brasileiras que utilizaram a Técnica Delphi	96
Tabela 11. Descrição da amostra final de especialistas.....	97
Tabela 12. Setores econômicos de análise no estudo	102
Tabela 13. Variáveis do estudo.....	103
Tabela 14. Categorias e classificação dos PAA	105
Tabela 15. Testes de Adequabilidade.....	107
Tabela 16. Participantes da Técnica Delphi.....	118
Tabela 17. Resultados da 1ª Rodada da Técnica Delphi	126
Tabela 18. Sugestões dos especialistas sobre variáveis que afetam a divulgação dos PAA	129
Tabela 19. Resultados da 2ª Rodada da Técnica Delphi	131
Tabela 20. Seleção das Variáveis Sugeridas pelos Especialistas	133
Tabela 21. Relatórios x PAA x Ano.....	138
Tabela 22. Temas x PAA x Ano.....	139

Tabela 23. Firmas de Auditoria x PAA x Ano	140
Tabela 24. Setor Econômico x PAA x Ano	141
Tabela 25. Opinião da Auditoria x Comitê de Auditoria x Troca de Auditor	142
Tabela 26. Estatísticas descritivas das variáveis respostas utilizadas no estudo.	148
Tabela 27. Descrição das variáveis respostas em relação as segregações amostrais evidenciadas pelas variáveis dummies.....	149
Tabela 28. Estatísticas descritivas das variáveis independentes utilizadas no estudo....	151
Tabela 29. Teste de diferenças de medianas para segregações amostrais consideradas.	152
Tabela 30. Modelo GMM estimado para variável dependente PAA.....	153
Tabela 31. Modelo GMM estimado para variável dependente PAA_RE.	155
Tabela 32. Modelo GMM estimado para variável dependente PAA_RC.	157
Tabela 33. Análise comparativa dos resultados das variáveis.....	159

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Principais Assuntos de Auditoria	49
Figura 2. Desenho da pesquisa	90
Figura 3. Gráficos <i>box-plots</i> das variáveis de dependentes utilizadas na pesquisa.	143
Figura 4. Gráficos <i>box-plots</i> das variáveis de independentes utilizadas na pesquisa.	144
Figura 5. Gráfico de linhas das variáveis que integram a amostra do estudo.	146
Figura 6. Gráficos de frequência variáveis dummies utilizadas no estudo.	147
Figura 7. Fluxograma da Seleção e Divulgação dos PAA	169
Figura 8. Componentes do Julgamento do Auditor na Seleção dos PAA	172

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
1.1 Problema de Pesquisa.....	24
1.2. Objetivos.....	26
1.2.1. Objetivo geral.....	26
1.2.2. Objetivos específicos.....	27
1.3. Tese	27
1.4 Justificativa	28
2. REFERENCIAL TEÓRICO	32
2.1. Teoria da Agência.....	32
2.2. Qualidade da Auditoria Independente	38
2.3. Reporte do Auditor Independente	42
2.3.1. Principais Assuntos de Auditoria.....	47
2.4. Estudos Anteriores sobre os Determinantes dos PAA	54
2.5. Relação entre a Firma de Auditoria e o Cliente Auditado	62
2.5.1. Características do Auditor Independente	64
2.5.1.1. Tipo de firma de auditoria.....	65
2.5.1.2. Honorários de Auditoria e de Não Auditoria.....	66
2.5.1.3. Troca de Auditor e Tempo de Relacionamento entre firma de auditoria e cliente	68
2.5.1.4. Opinião da auditoria	71
2.5.1.5. Especialização do auditor no Setor da Entidade Auditada	73
2.5.1.6 Gênero do Auditor.....	76
2.5.2. Características do Cliente.....	79
2.5.2.1. Tamanho da Entidade	79

2.5.2.2. Complexidade da Entidade.....	81
2.5.2.3. Situação Financeira da Entidade	83
2.5.2.4. Setor de atuação.....	85
2.5.2.5. Data Base das Demonstrações Contábeis	87
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	89
3.1. Técnica Delphi	91
3.1.1. Seleção de especialistas.....	94
3.1.2. Elaboração e condução do questionário Delphi.....	98
3.1.3. Pré-teste do Questionário.....	99
3.2. Modelos Econométricos	101
3.2.1. População e amostra do estudo	101
3.2.2. Coleta dos dados	102
3.2.2.1. Modelo Proposto.....	106
3.2.3. Estatísticas descritivas da amostra analisada	108
3.2.4. Teste de verificação de diferenças de médias entre grupos amostrais.....	108
3.2.5. Método dos Momentos Generalizados (<i>Generalized Method of Moments – GMM</i>)	110
3.2.5.1. Abordagens possíveis inerentes ao modelo GMM.....	111
3.2.5.2. Estatísticas de ajuste da abordagem GMM	112
3.3. Entrevista com especialistas	115
3.4. Limitações da pesquisa.....	116
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	118
4.1. Resultados da Aplicação da Técnica Delphi	118
4.1.1. Descrição dos Especialistas	118
4.1.2. Resultados da Primeira Rodada.....	126
4.1.3. Resultados da Segunda Rodada	130

4.1.4. Seleção das novas variáveis.....	132
4.2. Resultados dos modelos econométricos	136
4.2.1. Detalhamento dos dados	138
4.2.2. Detecção dos <i>outliers</i> da amostra estudada	142
4.2.3. Resultados provenientes da descrição dos dados.....	144
4.2.3.1 Comportamento temporal das variáveis estudadas na pesquisa	144
4.2.3.2. Estatísticas de resumo e variabilidade das variáveis estudadas.....	147
4.2.3.3. Testes de verificação de diferenças de médias para as segregações amostrais evidenciadas pelas variáveis <i>dummies</i>	151
4.2.4. Modelos GMM propostos para estimação dos parâmetros de interesse	152
4.2.4.1 Estatísticas de ajuste dos modelos propostos no estudo	153
4.2.5. Discussão dos resultados dos modelos e análise das entrevistas.....	158
4.3. Modelos Conceituais.....	168
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
REFERÊNCIAS	179
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	202
APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO E CONVITE AOS ESPECIALISTAS	205
APÊNDICE C – PRIMEIRA RODADA DELPHI.....	206
APÊNDICE D – CONVITE AOS ESPECIALISTAS PARA SEGUNDA RODADA DELPHI.....	210
APÊNDICE E – SEGUNDA RODADA DELPHI	211
APÊNDICE F – DECLARAÇÃO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE	214
APÊNDICE G - ROTEIRO DE ENTREVISTA	215

1. INTRODUÇÃO

Na ótica da Teoria da Agência, a auditoria independente tem a função de monitorar os agentes da firma que atuam como prestadores de informações, visando a redução de custos de comportamento oportunista, ao prestar informações sobre as rupturas contratuais identificadas (Jenson & Mecklin, 1976). No entanto, após diversos escândalos corporativos envolvendo fraudes contábeis – tais como os que ocorreram com a Enron, Xerox, Worldcom, Tyco, Parmalat – põe-se em cheque a credibilidade da qualidade da auditoria independente (Nagy, 2005), bem como a sua eficácia em cumprir com seu objetivo de prestar informações e reduzir a assimetria informacional existente entre principal e agente.

Desta forma, para dirimir essas questões, agentes reguladores têm criado diversas regras e normas a fim de recuperar a credibilidade do mercado de capitais e da própria auditoria independente (Chun, 2005; Clarke & Chantal, 2009). A Lei Sarbanes-Oxley (SOX) instituída no mercado norte-americano em 2002, por exemplo, foi um marco importante nesse movimento regulatório, pois instituiu inúmeras mudanças que afetam a estrutura do mercado de auditoria e a qualidade dos serviços de auditoria (Defond & Lennox, 2011), tais como a rotação do responsável técnico pela auditoria em períodos não superiores a cinco anos, a proibição de prestação de serviços que possam oferecer riscos à independência do auditor, e a exigência de pré-aprovação pelo Comitê de Auditoria de quaisquer outros serviços que o auditor vier a prestar (Braunbeck, 2010).

Através do *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), as normas internacionais de auditoria (*International Standards on Auditing* (ISA)) são emitidas. As ISAs são padrões internacionais de alta qualidade para auditoria, possibilitando a melhora da qualidade e consistência da prática em todo o mundo e fortalecendo a confiança pública na auditoria (*International Federation of Accountants*, 2019). Essas normas são adotadas em diversos países, inclusive no Brasil, e abordam questões relacionadas com a qualidade da auditoria (ISA 220 – *Quality Control for an Audit of Financial Statements*), independência (ISA 200 – *Overall Objectives of the Independent Auditor and the Conduct of an Audit in Accordance with International Standards on Auditing*) e divulgação (ISA 700 – *Forming an Opinion and Reporting on Financial Statements*, ISA 701 – *Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report*, ISA 705 – *Modifications to the Opinion in the Independent*

Auditor's Report, ISA 706 – *Emphasis of Matter Paragraphs and Other Matter Paragraphs in the Independent Auditor's Report*), entre outras.

Com relação à divulgação do auditor independente, muitos estudos têm concluído que os relatórios são frequentemente inadequados (Guiral-Contreras, Gonzalo-Angulo & Rodgers, 2007; Church, Davis, & McCracken, 2008; Vanstraelen, Schelleman, Meuwissen & Hofmann, 2012; Cordos & Fülöp, 2015; Lennox, Schmidt & Thompson, 2017). Seus relatórios têm sido descritos como uniformizados, pois mesmo com opinião modificada, apresentavam vasta quantidade de palavras padronizadas (Lennox, Schmidt & Thompson, 2017), o que pode sugerir uma limitação das normas de auditoria. Cordos e Fülöp (2015) ressaltam que a proposta do IAASB de incluir os principais assuntos de auditoria, a fim de melhorar a comunicação de auditoria, foi uma consequência da redução da qualidade dos relatórios de auditoria na percepção dos usuários.

O projeto *Improving the Auditor's Report* do IAASB, em 2012, versou sobre propostas de alterações relevantes no relatório do auditor independente, como a inclusão dos principais assuntos de auditoria para abordar as questões específicas da companhia auditada e da seção sobre o julgamento do auditor acerca da continuidade operacional da entidade. O estudo de Matos, Santos, Rodrigues & Leite (2018) mostra a tentativa de *lobby* por parte dos auditores e reguladores neste projeto, constatando que não houve predominância de nenhum grupo de interesse quanto à efetividade na realização de *lobbying*, acomodando os interesses diversos, mas sem deixar ser capturado por um grupo específico. Cordos e Fülöp (2015) também examinaram as cartas de comentários enviadas ao IAASB pelos entrevistados da União Europeia e constataram que a maioria das respostas está de acordo com as propostas do órgão regulador.

Desta forma, após diversas consultas públicas, houve uma mudança significativa na estrutura do relatório do auditor tornando-o expandido e conhecido por Novo Relatório de Auditoria (NRA), sendo essa mudança realizada principalmente pela revisão das normas ISA 570 (*Going Concern*), ISA 700, ISA 705 e ISA 706 (citadas anteriormente), e incluída a ISA 701. Com a norma ISA 701 (*Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report*), o IAASB introduziu uma seção separada no relatório de auditoria independente que comunica os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) – também conhecido por *Key Audit Matters* (KAM) ou *Critical Audit Matters* (CAM), com a intenção de prover aos usuários mais informações

sobre o trabalho do auditor e realçar o valor comunicativo do relatório (Köhler, Ratzinger-Sakel & Theis, 2016). Rocha (2016) complementa que o objetivo é também oferecer mais credibilidade aos *stakeholders* em relação aos dados financeiros das corporações, especialmente, as listadas em bolsa. Para Gold e Heilmann (2019), a divulgação dos PAA deve aumentar o valor da informação e a utilidade da decisão do relatório do auditor.

No Brasil, a norma NBC TA 701 baseada na ISA 701 – aplicada a partir do exercício social encerrado em 2016 –, destaca a inclusão de uma seção no relatório que trata sobre os Principais Assuntos de Auditoria, que de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2016b), essa comunicação deverá fornecer informações adicionais aos usuários para auxiliá-los a entender os assuntos que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os de maior importância na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente, assim como também permitirá entender melhor a entidade e as áreas que envolveram julgamento significativo da administração nas demonstrações contábeis auditadas.

Sem alterar o escopo de uma auditoria independente, o auditor passou a fornecer aos usuários de entidades listadas mais compreensão sobre os PAA. Ao explicar como os assuntos de auditoria foram conduzidos, o novo relatório do auditor ajuda a melhorar a natureza da comunicação com as partes interessadas e permitir que os usuários reconheçam o valor da auditoria (KPMG, 2016). Soares (2017) explica que para o investidor, o grande benefício da divulgação dos PAA é que passaria a contar com o acesso a informações que antes eram mais restritas às próprias empresas, além de melhores esclarecimentos em relação a áreas do balanço que foram de maior atenção do auditor, refletindo em maior entendimento sobre as demonstrações financeiras, podendo, então, valer-se do relatório mais informativo para sua tomada de decisão.

Apesar de ainda recente no Brasil e em outros países, os Principais Assuntos de Auditoria não são exatamente um novo conceito, pois já vinham sendo abordados de forma obrigatória na França desde 2003, sendo conhecidos por Justificativas das Avaliações (*Justifications of Assessments*) (Bédard, Gonthier-Besacier & Schatt, 2016). Após a França, em 2013 o Reino Unido foi o primeiro país a expandir o relatório de auditoria independente exigindo a divulgação dos riscos financeiros que tiveram maior efeito na estratégia global da auditoria (Lennox, Schmidt & Thompson, 2017).

Nos primeiros anos, por ser uma norma ainda recente, a NBC TA 701 gerava incertezas quanto a sua aplicabilidade. Não se sabia ainda se as expectativas dos investidores seriam atendidas, bem como se as empresas auditadas ficariam mais expostas por meio dos relatórios de auditoria independente e se os auditores teriam mais responsabilidades (inclusive legais) quanto à divulgação desses assuntos.

Apesar das incertezas, desde a sua divulgação no âmbito internacional já têm sido divulgados estudos sobre essa questão, inclusive experimentos realizados no sentido de analisar se essas informações apresentam valor comunicativo aos seus usuários, o que tem se mostrado ainda sem total consenso. O experimento de Boolaky e Quick (2016) foi realizado com 105 diretores de bancos na Alemanha para analisar o impacto dos relatórios de auditoria expandidos sobre suas percepções quanto à qualidade das demonstrações financeiras, da auditoria e do relatório de auditoria, e suas decisões de aprovação de crédito, concluindo que a divulgação dos PAA não é relevante porque não afeta as percepções e decisões dos diretores de bancos. Christensen, Glover e Wolf (2014) encontraram por meio de experimento com graduados em escolas de negócios que os participantes estão menos dispostos a investir em uma companhia quando um relatório de auditoria evidencia um Principal Assunto de Auditoria em comparação com um tradicional relatório devido à maior percepção de risco de distorção.

Gimbar, Hansen e Ozlanski (2016) revisaram pesquisas anteriores com experimentos que abordam sobre o efeito potencial da proposta do novo relatório expandido aumentar a responsabilidade legal do auditor, tendo concluído que os PAA relacionados com questões litigiosas podem aumentar a responsabilidade do auditor quando as normas contábeis são precisas ou quando o auditor divulga procedimentos adicionais realizados em resposta a riscos maiores associados aos PAA. Por outro lado, Pratoomsuwan e Yolrabil (2020) constataam que a maioria das evidências em estudos anteriores tende a estar alinhada com o argumento de que PAA reduz a responsabilidade do auditor as divulgações de PAA em casos de distorções causadas por fraude ou erro tende a diminuir, ou pelo menos não tem impacto sobre o julgamento de responsabilidade do auditor independente.

Com base na experiência francesa, Bédard, Gonthier-Besacier e Schatt (2016) investigaram algumas consequências econômicas aos investidores e à auditoria quanto à divulgação das justificativas das avaliações (JOA), similares aos Principais Assuntos de Auditoria, nos

relatórios de auditoria. Os resultados indicaram que, após as primeiras divulgações (logo após a exigência pela norma), os JOA não apresentam mais conteúdo informativo significativo.

Afterman (2016) entende que a divulgação de muitos principais assuntos de auditoria que levam mais de mil palavras para descrever, pode lançar uma sombra sobre a expressão da opinião sem ressalva de um auditor. O autor também explica que isso poderia ser um problema, tendo em vista que possíveis casos judiciais poderiam aparecer acusando os auditores de não terem feito o serviço adequadamente devido a relatórios de outras companhias apresentarem mesmos assuntos críticos de auditoria, porém com mais ou com diferentes procedimentos.

Lennox, Schmidt e Thompson (2017) complementam indicando que os investidores não acham essas divulgações incrementalmente informativas e é possível que tenham dificuldades em extrair nova informação do novo relatório expandido de auditoria porque a maioria dos riscos evidenciados são informações já divulgadas pela administração da empresa ou pelo relatório financeiro anual.

A pesquisa de Altawalbeh e Alhajaya (2019) mostrou que a divulgação dos PAA afetou significativamente as decisões dos investidores medidas pelo volume anormal de negócios, sugerindo que a obrigatoriedade da divulgação dos PAA tem valor informativo para os investidores. Colares, Alves e Pinheiro (2019) perceberam que a divulgação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente foi informativa e afetou negativamente os retornos anormais das ações de empresas listadas na B3. Velte e Issa (2019) evidenciaram que os regulamentos relacionados aos PAA resultam em reações opostas dos *stakeholders*, tal como a diminuição da confiança deles na contabilidade financeira e auditorias externas.

O que se observa em relação aos estudos apresentados anteriormente, é que em praticamente todas as abordagens analisadas, não existe total consenso sobre os efeitos que a divulgação dos PAA tem aos diversos *stakeholders*, seja em relação às decisões dos investidores, seja em relação ao risco de litígio do auditor ou outros aspectos. Portanto, entender melhor sobre as divulgações dos PAA e os fatores que afetam a sua divulgação pode ser uma estratégia importante para diminuir a lacuna de informações entre os usuários das demonstrações financeiras e os auditores (Church *et al.*, 2008).

1.1 Problema de Pesquisa

A qualidade da auditoria independente passou a ser uma preocupação dos órgãos reguladores, os quais revisam normas e regras a fim de garantir a qualidade da auditoria independente, resgatando e mantendo sua credibilidade no mercado de capitais (Chun, 2005; Clarke & Chantal, 2009). Nesse contexto, tem-se como foco as normas relacionadas com a divulgação da auditoria independente por meio do relatório do auditor, cujo objetivo mais relevante no âmbito do mercado de capitais é prestar informações e reduzir a assimetria informacional existente entre principal e agente (Jenson & Mecklin, 1976).

Ainda não está totalmente claro se a adoção e implementação das normas de auditoria globalmente consistentes têm sido bem-sucedidas, mesmo considerando que as normas de auditoria já percorreram um longo caminho desde que foram desenvolvidas (Sormunen, Jeppesen, Sundgren & Svanström, 2013). Por esta razão, mudanças foram realizadas na estrutura do relatório de auditoria visando melhorar a sua comunicação, incluindo, a divulgação dos PAA. Complementando essa questão, Özcan (2021) afirma que a divulgação dos PAA é fortemente relacionada com a qualidade da auditoria, e que um aumento nesta qualidade pode eliminar conflitos de agência nas empresas. E Venturini (2020) destaca que a confiança atribuída dos analistas financeiros aos PAAs relatados pelo auditor trata-se de redução da assimetria informacional entre agentes e acionistas, visto que os investidores recebem as recomendações de investimento com menos conflito de agência.

Se por um lado há pesquisas que têm constatado que após a divulgação dos principais assuntos o relatório de auditoria passou a ter valor informativo e pode afetar a decisão dos investidores (Christensen, Glover & Wolf, 2014; Köhler, Ratzinger-Sakel & Theis, 2016; Tiron-Tudor, Cordos & Fülöp, 2018; Altawalbeh & Alhajaya, 2019), por outro lado, muitos estudos também têm concluído que o relatório do auditor independente é frequentemente inadequado (Guiral-Contreras *et al.*, 2007; Church *et al.*, 2008; Cordos & Fülöp, 2015; Vanstraelen *et al.*, 2012; Bédard, Gonthier-Besacier & Schatt 2016; Lennox, Schmidt & Thompson, 2017). Esse contexto leva à necessidade de compreender os fatores que levam a essa possível falha na comunicação, seja pela conteúdo da informação apresentada ou pelo não entendimento dessas informações por parte dos usuários. Existe baixa demanda na leitura dos relatórios financeiros anuais e o novo relatório de auditoria não atraiu os usuários para essa leitura, o que não gera necessariamente maior transparência (Segal, 2019).

Constatam-se, portanto, divergências relevantes sobre o potencial que a divulgação dos PAA possui em aumentar a qualidade e prover maior valor informativo aos seus usuários, conforme proposto pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB). Essa visão pode ser um problema grave para os auditores, pois isso pode evidenciar que a auditoria pode estar distante de desempenhar seu papel enunciado pela Teoria da Agência no que se refere a reduzir a assimetria informacional entre principal e agente. Para esclarecer melhor essa questão, torna-se importante compreender o conteúdo divulgado pelos PAA (quanto a natureza e quantidade dos assuntos divulgados), principalmente porque essa informação pode ser impactada por diversos fatores, tais como o porte e complexidade da entidade, natureza de seus negócios e ambiente, bem como fatos e circunstâncias do trabalho de auditoria (Conselho Federal de Contabilidade, 2016b). Mas os fatores que influenciam nessa divulgação podem ir muito além das características da entidade e do julgamento do auditor, trazendo elementos externos que imputam riscos ao auditor. Presume-se ainda que o auditor exerce diligência especial em casos particulares por causa da relevância pública do assunto, possíveis efeitos negativos de reputação em caso de distorções detectadas *ex post* e uma responsabilidade mais visível para com o público como um todo (Asbahr & Ruhnke, 2019).

Desta forma, a NBC TA 701 destaca que o julgamento profissional dos auditores desempenha um papel vital na determinação dos PAA, bem como as características da entidade auditada e da firma (Sierra-Garcia, Gambeta, García-Benau & Orta-Perez, 2019), no entanto, não foram encontrados estudos que investigassem os fatores que influenciam a divulgação dos PAA na ótica dos auditores, ou mesmo, de que forma esses profissionais entendem como as características da entidade auditada e da própria firma podem afetar o seu julgamento na seleção dos PAA. Para preencher essa lacuna de pesquisa, é preciso ainda compreender todo o processo de realização da auditoria e como o auditor seleciona os PAA a serem reportados em seu relatório.

Foram identificados alguns estudos relacionados, no entanto, apenas as pesquisas de Sierra-Garcia *et al.* (2019) e Kitiwong e Srijunpetch (2019) analisam a natureza dos assuntos divulgados, além dos demais elementos que influenciam na divulgação dos PAA. A pesquisa de Sierra-Garcia *et al.* (2019) teve o objetivo de analisar a influência das características do auditor e auditado na quantidade e natureza (risco do cliente e risco contábil) dos principais assuntos nos relatórios de auditoria independente das empresas FTSE 100 no Reino Unido

durante o período 2013-2016, constatando que, dentre outras variáveis, o tipo de auditor e a remuneração dos auditores podem determinar a quantidade e o tipo de assunto divulgado. Kitiwong e Srijunpetch (2019) analisaram o impacto da cultura nacional nas divulgações dos principais assuntos de auditoria na Tailândia, Malásia e Cingapura. Embora as características culturais testadas na pesquisa não tenham sido significativas, o estudo contribuiu ao constatar a significância de variáveis relacionadas à entidade auditada e à auditoria na determinação da divulgação dos PAA.

Velte (2018) propôs investigar a relação entre a porcentagem de mulheres nos comitês de auditoria nas empresas do Reino Unido e as divulgações dos auditores sobre os PAA de 2014 a 2015, trazendo achados importantes, já que o modelo usado na pesquisa tem como variável dependente a legibilidade dos PAA. O estudo de Pinto e Moraes (2018) se limita a determinar apenas os fatores que influenciam o número de principais assuntos que os auditores divulgaram no relatório em países europeus sob o novo regulamento, durante o exercício de 2016. Ferreira e Moraes (2019) identificaram algumas variáveis determinantes da divulgação dos PAA no mercado brasileiro, mas a pesquisa se limitou a analisar somente o primeiro ano de aplicação da norma NBC TA 701. De forma similar, Ardito (2019) contribui com essa discussão incluindo empresas do Reino Unido, Hong Kong, Alemanha, Europa Ocidental (*Euronext*) e Brasil, mas analisou somente o exercício de 2017. Destaca-se ainda que nenhum dos estudos apontados analisou a ótica dos profissionais de auditoria, os quais efetivamente exercem o julgamento e decisão na divulgação dos principais assuntos de auditoria, sendo, portanto, uma lacuna a ser investigada a fim de encontrar resultados mais precisos.

Baseado na contextualização apresentada, bem como nas pesquisas de Ferreira e Moraes (2019), Pinto e Moraes (2018), Velte (2018), Kitiwong e Srijunpetch (2019), Ardito (2019) e Sierra-Garcia *et al.*, (2019) que exploraram variáveis relacionadas com características da entidade auditada e da própria auditoria, a presente pesquisa tem o seguinte questionamento: **Quais os determinantes da divulgação dos principais assuntos de auditoria no Brasil e quais fatores afetam o julgamento do auditor independente?**

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo geral

Investigar quais os determinantes da divulgação dos principais assuntos de auditoria no Brasil e quais os fatores que afetam o julgamento do auditor independente.

1.2.2. Objetivos específicos

- Investigar, por meio da Técnica Delphi, qual a percepção entre os profissionais especialistas em auditoria independente quanto às características da auditoria e da entidade auditada que influenciam na divulgação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente.
- Identificar, por meio das sugestões dos especialistas na técnica Delphi, novas variáveis que podem afetar a divulgação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente.
- Testar empiricamente os fatores que explicam a divulgação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente de empresas listadas na B3 nos exercícios de 2016 a 2020.
- Elaborar, com base na ótica dos profissionais especialistas, modelos conceituais que reflitam o envolvimento dos PAA durante as etapas do processo de realização auditoria e quais fatores afetam o julgamento do auditor.

1.3. Tese

No atual contexto econômico, a prestação de contas das entidades que alimenta com informações relevantes o mercado de capitais é um atributo-chave para o sucesso dos investimentos, e para que possam ser usadas para tomada de decisão dos investidores, é necessário que seja atestado por um profissional independente que possua competência para tal: este profissional é o auditor contábil. Desta forma, é necessário que a auditoria independente reporte sua opinião e os principais aspectos da auditoria e revisão das demonstrações contábeis em seu relatório, que é o principal meio de comunicação entre a auditoria e usuários externos.

Embora a profissão de auditor tenha um percentual baixo de acusações de falhas de auditoria em relação a quantidade total de auditorias realizadas, é possível considerar que uma falha de auditoria seja como um ‘acidente nuclear’, pois raramente acontecem, mas quando acontecem têm consequências enormes para todo o mercado de capitais (Boynton, Johnson e Kell, 2002).

Por esta razão, é importante pesquisar sobre os aspectos que influenciam na qualidade da auditoria, os quais afetam diretamente na propensão dos auditores em reportar uma falha ou um risco de distorção nas demonstrações contábeis. DeAngelo (1981a; 1981b) explica que a qualidade da auditoria consiste na probabilidade de o auditor, simultaneamente, descobrir (competência) e reportar (independência) erros materiais. Apesar de os principais assuntos de auditoria não estarem relacionados com erros ou falhas materiais, a sua divulgação está associada a áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante ou riscos significativos identificados, os quais podem gerar futuramente uma falha ou erro material nas demonstrações contábeis, portanto, a probabilidade de o auditor divulgar os principais assuntos de auditoria é também relevante aos usuários externos.

Nesse sentido, falar de qualidade da auditoria também implica em discutir sobre o reporte e divulgação do serviço, materializada por meio do relatório de auditoria independente. A decisão de reporte do auditor independente já foi objeto de estudo de diversas pesquisas (Wright & Wright, 1997; Johl, Jubb, & Houghton, 2007; Basioudis, Papakonstantinou & Geiger, 2008; Tsipouridou & Spathis, 2014; Wu, Hsu & Haslam, 2016). Por exemplo, com relação aos honorários de serviços de auditoria e de não auditoria e a probabilidade de receber uma opinião de auditoria modificada (Basioudis, Papakonstantinou & Geiger, 2008), a decisão dos auditores de emitir opinião modificada por outras razões que não a continuidade operacional é explicada pelo tipo de relatório de auditoria emitido no ano anterior (Tsipouridou & Spathis, 2014), e, auditores BigN (profissionais das maiores firmas de auditoria do mercado) estão mais propensos a emitir opinião modificada que auditores não BigN na presença de *accruals* discricionários (Johl, Jubb, & Houghton, 2007). Por outro lado, devido à recente alteração no relatório do auditor independente, poucos são os estudos que analisam a decisão de reporte sobre os principais assuntos de auditoria (Pinto & Moraes, 2018; Sierra-Garcia *et al*, 2019).

Assim, a tese defendida é que as características da auditoria e do cliente auditado podem explicar a quantidade e natureza dos principais assuntos de auditoria divulgados no relatório, no entanto, esse entendimento depende dos fatores que afetam o julgamento dos auditores independentes, o qual pode estar influenciado pelos riscos que afetam a reputação do auditor.

1.4 Justificativa

A auditoria independente é relevante em todas as suas essências, dada a sua missão de dar credibilidade à prestação de contas de companhias listadas em bolsas de valores em todo o mundo, possibilitando uma redução da assimetria informacional e mais confiabilidade às informações que são utilizadas para a tomada de decisão de investidores. Não obstante, trata-se de um tema da contabilidade que é frequentemente pesquisado e publicado nos melhores periódicos relacionados à contabilidade. Assim, observa-se um notório interesse na pesquisa acadêmica internacional sobre a auditoria independente, podendo ser observado através da Tabela 1, que resume e quantifica as publicações relacionadas nos últimos dez anos, até o dia 08 do mês de outubro de 2021.

Tabela 1.

Publicações relacionadas à auditoria independente em periódicos selecionados

PERIÓDICOS	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
International Journal of Auditing	15	17	17	22	22	21	36	22	23	25
Accounting Horizons	6	8	7	19	7	9	13	11	14	13
The Accounting Review	9	15	13	21	15	10	14	16	14	11
Journal of Accounting and Economics	5	1	5	1	7	4	3	2	3	3
TOTAL	35	41	42	63	51	44	66	51	54	52

Fonte: Elaborado pela autora, com base no quadro de Braunbeck (2010) e Almeida (2017)

Esta pesquisa torna-se necessária tendo em vista que as recentes mudanças nas normas de auditoria tiveram impactos diretamente na forma dos relatórios de auditoria independente, tendo maiores poderes de influenciar a tomada de decisão de seus usuários, uma vez que relatos dos auditores expõem as deficiências internas ou riscos das empresas auditadas, além da própria qualidade de suas informações contábeis divulgadas. No Brasil, e mesmo no contexto internacional, observa-se que a temática ainda é pouco explorada e que a maioria das pesquisas publicadas analisa os efeitos dos PAA utilizando como base os dados de natureza secundária (relatórios de auditoria e das entidades auditadas).

Cabe ressaltar também que as pesquisas anteriores tiveram foco em analisar os efeitos após a divulgação dos principais assuntos de auditoria, sem investigar o que acontece antes disso, ou seja, as circunstâncias e razões que levam os auditores à divulgação de um assunto de auditoria. Essa lacuna é constatada na literatura nacional e abordada em poucos estudos internacionais. Todavia, esses estudos se limitam a analisar apenas dados do mercado, não sendo realizada uma pesquisa exploratória e explicativa junto aos profissionais de auditoria, que efetivamente fazem

julgamento e decisão sobre a seleção e divulgação dos principais assuntos de auditoria. Essa abordagem foi realizada nesta tese, a fim de buscar maior legitimidade na seleção dos fatores determinantes da divulgação dos PAA, bem como a identificação de variáveis não citadas em estudos anteriores.

Gold e Heilman (2019) corroboram ao afirmarem que em um período de tempo relativamente curto, um número substancial de trabalhos de pesquisa apareceu com o objetivo de examinar as consequências das divulgações dos PAA para uma variedade de partes interessadas, sugerindo que este é um crescente corpo de pesquisas de auditoria, mas, os estudos futuros poderiam focar no processo de produção dos PAA que ainda não foram considerados em pesquisas anteriores e que também podem ter efeitos (indiretos) em vários relatórios e resultados de qualidade. Para as autoras, os futuros estudos de campo poderiam examinar o processo usado para identificar e selecionar PAA e como esse processo influencia a comunicação do auditor com a governança.

Este estudo é inovador ao fornecer aos usuários do relatório de auditoria novas informações sobre o conteúdo do relatório expandido e como ele se relaciona com as características do auditor e das entidades listadas na B3, que é a bolsa de valores brasileira a qual tem se destacado no mercado internacional sendo eleita, pelo segundo ano consecutivo, a Bolsa de Valores Global do Ano pelo FOW Awards 2020. De acordo com o relatório da FOW, a B3 tem apresentado um desempenho consistente em termos de inovação de produto e desenvolvimento de tecnologia, mas o principal indicador foi o aumento substancial do volume (Global Investor Group, 2021). Acionistas e investidores podem entender a propensão dos auditores a incluir determinado tipo de principal assunto de auditoria (PAA) no relatório de auditoria da empresa auditada, e, também, podem convocar a administração para mitigar os riscos divulgados como PAA. O envolvimento dos PAA no processo de auditoria e os fatores que afetam o julgamento do auditor podem orientá-los a gerenciar de forma antecipada os riscos que podem ser assuntos de complexidade ao auditor e passíveis de serem divulgados como PAA.

Com relação aos órgãos reguladores, em especial o IAASB (*The International Auditing and Assurance Standards Board*), essa pesquisa pode gerar novas reflexões sobre a norma ISA 701 quanto ao grau de julgamento na seleção dos PAA. Embora seja necessário em certo nível, observa-se que ainda há espaço para que auditores divulguem menos PAA para não expor a entidade, ou mais PAA evitando uma opinião modificada, tendo em vista a continuidade do contrato de prestação de serviços. Garantir a independência do auditor expurgando esses efeitos

faz com que o auditor cumpra com seu papel ao reduzir a assimetria informacional, o que possibilita maior valorização da profissão da auditoria no mercado.

Para os profissionais de contabilidade, esta pesquisa tem relevância, pois a divulgação dos principais assuntos de auditoria irá evidenciar as deficiências internas e os riscos das empresas, bem como as falhas na informação contábil, servindo de base para melhorias na qualidade da informação contábil e de seus controles. Percebe-se como contribuições importantes aos gestores e/ou responsáveis pela governança das entidades auditadas, que as características determinantes da divulgação dos PAA, o envolvimento dos PAA no processo de auditoria e os fatores que afetam o julgamento do auditor podem orientá-los a gerenciar de forma antecipada os riscos que podem ser assuntos de complexidade ao auditor e passíveis de serem divulgados como PAA.

A pesquisa também traz contribuições aos profissionais de auditoria, pois evidenciará se os principais assuntos de auditoria estão coerentes com as orientações da NBC TA 701, bem como possibilitará maior entendimento sobre o conteúdo necessário de ser apresentado nessa rubrica. Além disso, uma maior exposição das empresas por meio do relatório de auditoria eleva a responsabilidade das empresas e dos próprios auditores, reforçando a necessidade de independência desse profissional e a credibilidade do serviço aos diversos usuários da informação contábil-financeira. Ainda, essa exposição da entidade por meio da divulgação dos PAA pode gerar eficácia da auditoria e cooperação entre auditores e gestores (Rautiainen, Saastamoinen & Pajunen, 2021). Adicionalmente, proporciona um *benchmarking* na identificação da abordagem dos auditores em relação aos riscos identificados, uma vez que nesta divulgação, o auditor deverá também informar quais os procedimentos que foram utilizados na condução do principal assunto de auditoria reportado.

Por fim, levando em consideração a relevância do tema, não somente no campo profissional e no mercado de capitais, essa pesquisa pretende contribuir com a inserção de novas discussões e conhecimentos no campo acadêmico, que poderá contribuir com o progresso da ciência contábil. Esses resultados fornecem *insights* sobre os PAA para auditores em outros mercados e incentivarão os acadêmicos a realizar novas pesquisas nesse campo focando não apenas em dados secundários, mas principalmente, considerando também a ótica dos profissionais que atuam.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Teoria da Agência

Piot (2001) aborda que os relatórios contábeis fornecem informações essenciais para avaliação do desempenho dos agentes, sobretudo nas empresas. Considerando a importância da informação contábil, Santana, Bezerra, Teixeira e Cunha (2014) enumeram a assimetria informacional e os conflitos de interesse como sendo dois dos principais problemas relacionados à informação contábil. A assimetria da informação foi um dos assuntos mais abordados em âmbito nacional e internacional, conforme pesquisado por Rocha, Pereira, Bezerra e Nascimento (2012). Angelo (2005) por sua vez, afirma que se uma das partes da relação é detentora de um número maior de informações em relação à outra parte, ocorre a assimetria informacional.

Para Panda e Leepsa (2017) a empresa baseia-se na relação contratual entre as duas partes conhecidas como principal e agente, sendo uma ficção legal que representa uma ligação, um vínculo, para as relações contratuais (Jensen & Meckling, 1976). O principal é a pessoa que possui a empresa, o proprietário, enquanto os gerentes ou agentes gerenciam os negócios da empresa em nome do principal e conforme Piot (2001), esse relacionamento entre acionistas e agentes é sempre passível de riscos morais e oportunismos, sendo que sua intensidade está relacionada à assimetria de informação. Jensen e Meckling (1976), por sua vez, lembram que se as partes da relação principal-agente buscam a maximização de seus ganhos é de se esperar que o agente nem sempre agirá buscando o interesse do principal, sendo que este pode limitar as divergências com aquele estabelecendo incentivos e incorrendo em custos de monitoramento. No entanto, é impossível que o agente tome decisões ideais a partir do ponto de vista do proprietário à custo zero.

Watts e Zimmerman (1983) afirmam que os gerentes corporativos assinam contratos capazes de reduzir seu oportunismo, já que, segundo Coase (1937) os contratos declaram os limites dos poderes entre as partes. Nesse sentido, Jensen e Meckling (1976) afirmam que as relações contratuais são a essência da empresa e o problema dos custos e do monitoramento da agência existe para todos esses contratos.

As duas partes da relação empresarial, principal e agente, apesar da ligação representada pela empresa, segundo Panda e Leepsa (2017), possuem objetivos e interesses diferentes e opostos, gerando um conflito conhecido como conflito de agência. Braunbeck (2010) mostra que há conflito de agência quando não é identificada convergência entre os interesses e expectativas dos participantes de um contrato – o principal e o agente. Jensen e Meckling (1976) definem o relacionamento de agência como um contrato, no qual o principal designa outra pessoa, o agente, para trabalhar em seu nome, delegando a ele alguma autoridade para a tomada de decisão. Já Bamberg e Spremann (1987) veem a teoria da agência como uma análise econômica da cooperação em situações em que externalidades, incertezas, observabilidade limitada ou assimetria de informações impactam na organização ótima do mercado.

Para Oliveira Neto, Moreira e Barbosa Neto (2017) a Teoria da Agência tem o objetivo de descrever a relação entre principal e agente utilizando a lógica, definindo que o agente executa um trabalho para o principal em troca de remuneração. As partes assinam um contrato estabelecendo-se, dessa forma, um sistema de informação e avaliação entre elas e equilibrando-se diferentes necessidades.

Uma categorização dos problemas de agência em três tipos é feita por Panda e Leepsa (2017) ao observarem as pesquisas anteriores: O primeiro tipo ocorre entre o principal e os agentes, cuja causa é a assimetria de informação, o segundo tipo de conflito é o que acontece entre os acionistas majoritários e minoritários, surge porque os acionistas majoritários tomam decisões em seu benefício às custas dos acionistas menores, e, o terceiro tipo de problema de agência ocorre entre proprietários e credores, quando os proprietários decidem investir de maneira mais arriscada do que gostariam os credores.

Bamberg e Spremann (1987) pontuam que um agente que deve executar seu serviço em nome de um diretor ou proprietário de uma empresa, sempre deverá fornecer informações sobre os resultados de seu trabalho para permitir ao diretor verificar se seus objetivos estão sendo realizados, ou não. O relatório seria desnecessário se os interesses do principal e do agente fossem convergentes e, se a competência do gerente fosse equivalente à do proprietário. Caso o agente possa selecionar as informações que divulgará, então o principal poderá ter motivos para suspeitar de não ser informado adequadamente.

Booth e Schulz (2004) defendem que um forte ambiente ético é capaz de reduzir a probabilidade de os agentes continuarem com projetos não lucrativos, sugerindo que a criação desse ambiente pode ser uma opção de controle bastante eficaz para as organizações em geral. Como os proprietários não podem julgar se as informações da administração correspondem à verdade e ao determinado pela legislação, a opinião de um auditor independente é uma maneira de reduzir a insegurança dessas informações, segundo Bamberg e Spremann (1987). No entanto, para os autores, ainda poderá persistir a dúvida sobre se haverá convergência entre os interesses do proprietário e do próprio auditor. Portanto, o auditor deve ser visto como outro agente que também deve informar o diretor sobre os resultados de seus esforços, para que o diretor possa controlar se seus objetivos estão sendo alcançados ou não.

Watts e Zimmerman (1983) lembram que a utilização de auditores profissionais externos não era comum até a segunda metade do século XIX no Reino Unido e no início deste século nos Estados Unidos. Mas, sua adoção se tornou frequente e motivada por mudanças no mercado de auditoria, devido a um aumento na demanda causada pela complexidade das contas contábeis, a responsabilidade legal dos diretores e maior tamanho e número de empresas, e, devido à criação de entidades de classe profissionais de contabilidade.

Piot (2001) afirma que o papel da auditoria é reduzir a assimetria de informação nos números contábeis e assim minimizar a perda resultante do oportunismo dos agentes nos relatórios financeiros. Chow (1982) utiliza a estrutura de Teoria da Agência para analisar os incentivos que as empresas possuem para contratar o serviço de auditoria externa e conclui que um dos principais motivos é auxiliar no controle do conflito de interesses entre os gerentes, acionistas e obrigacionistas.

O ponto forte da auditoria é sua capacidade de fornecer garantias independentes acerca da credibilidade das informações contábeis, o que melhora a alocação de recursos e a eficiência da contratação. O potencial da auditoria em agregar valor aumentou dada a crescente complexidade das transações comerciais e dos padrões contábeis (DeFond & Zhang, 2014).

Na mesma linha, Firmino, Damascena e Paulo (2010) afirmam que a tomada de decisões é facilitada pela auditoria independente, na medida em que ela pode reduzir a assimetria da informação, assim como, para Healy e Palepu (2001), que acreditam que os auditores independentes favorecem a credibilidade da informação.

Para Watts e Zimmerman (1983) se o auditor independente possuir algum nível de independência, os custos de agência serão reduzidos, sendo que Silveira (2002), define os custos de agência como sendo os custos necessários para que se alinhem os interesses entre principais e agentes.

Os custos de agência são definidos como a soma das despesas de monitoramento pelo principal, as despesas impostas ao agente e a perda pela redução no bem-estar experimentado pelo principal devido à divergência entre as decisões do agente e aquelas que maximizariam o seu bem-estar do principal (Bamberg & Spremann, 1987). Os dois primeiros tipos de custos são uma consequência do esforço para minimizar a redução do bem-estar. Jensen e Meckling (1976) afirmam que os custos de agência são um resultado do relacionamento da agência e que eles são suportados inteiramente pelos proprietários, responsável por criar o relacionamento. Por esse motivo, ele tem incentivos para garantir que eles sejam minimizados, pois os benefícios de sua redução são revertidos para ele.

Para Piot (2001) a Teoria da Agência coloca a auditoria como uma das principais ferramentas de monitoramento para regular conflitos de interesse e reduzir os custos da agência, assumindo que uma alteração na intensidade dos conflitos da agência implica uma mudança na qualidade aceitável da auditoria.

Nesse sentido, Bradshaw, Richardson e Sloan (2000) entendem que a qualidade da auditoria está na disposição do auditor em relatar manipulações ou distorções encontradas com potencial de aumentar as incertezas relacionadas à continuidade operacional da empresa auditada, o que pode estar relacionada com a sua independência. Por sua vez, DeAngelo (1981b) define qualidade do serviço de auditoria como a probabilidade de que um auditor independente descubra e relate uma violação ou fraude no sistema contábil do cliente. A probabilidade de descobrir está ligada às capacidades tecnológicas do auditor, aos procedimentos de auditoria empregados e à extensão da amostragem, e a probabilidade de relatar uma violação descoberta é uma medida da independência de um auditor em relação a um determinado cliente.

Grandes conflitos de agência aumentam a demanda por uma auditoria de qualidade (DeFond & Zhang, 2014). Francis e Wilson (1988) seguem na mesma linha de que, quando os custos de

agência são altos, um nível superior de qualidade de auditoria é demandado, estudando se a diferenciação e a qualidade da auditoria são funções dos custos de agência.

Piot (2001) iguala a importância da qualidade da auditoria percebida pelos usuários das demonstrações financeiras com a qualidade da auditoria em si, entendendo que essa qualidade é necessária para que a auditoria produza efeitos benéficos, funcionando como uma ferramenta de monitoramento, enquanto Chow (1982) afirma que as características da empresa como a alavancagem, o tamanho e as dívidas influenciam sua demanda pelo serviço de auditoria independente. Nesse mesmo contexto, DeFond e Zhang (2014) argumentam que a qualidade da auditoria é determinada tanto pela demanda do cliente quanto pela oferta do auditor. A demanda por qualidade de auditoria decorre de incentivos que o cliente possui como, por exemplo, os custos de agência e a regulamentação.

Ao examinar a influência dos conflitos de agência na demanda por qualidade de auditoria em empresas francesas, Piot (2001), desenvolveu duas hipóteses de custos de agência: difusão de propriedade como variável para os conflitos entre acionistas e gerentes e alavancagem em empresas com alto conjunto de oportunidades de investimento. A conclusão foi a de que em empresas com a com propriedade difusa, nas quais o poder discricionário dos agentes sobre a política contábil e sua propensão a manipular os resultados dos processos são consideráveis, pode ocorrer aumento significativo dos custos da agência. Conclusão similar foi obtida por Agrawal e Jayaraman (1994) que sugerem que os dividendos e a propriedade gerencial são mecanismos que reduzem os custos de agência.

Problemas de agência explicam os valores praticados para os honorários de auditoria em empresas sem fins lucrativos (Verbruggen, Christiaens, Reheul & Caneghem, 2014). Para Nikkinen e Sahlstrom (2004) a Teoria da Agência fornece uma estrutura geral para os honorários de auditoria, afirmando que existe uma relação negativa entre os honorários de auditoria e a propriedade dos administradores e que existe uma relação positiva entre as taxas de auditoria e o fluxo de caixa e que a teoria da agência pode ser usada, pelo menos até certo ponto, como explicação para o valor dos honorários de auditoria.

Agoglia, Hatfield e Lambert (2015) estudaram o conflito de agência de um ângulo diferente: o conflito que surge entre o principal e o agente dentro das próprias empresas de auditoria, afirmando que os principais e agentes possuem, às vezes, incentivos diferentes no que diz

respeito ao comportamento da equipe de trabalho no relato das horas trabalhadas. Os principais preferem o engajamento que suas equipes e o relato das horas gastas com precisão. Já os agentes são mais influenciados por incentivos de curto prazo como, por exemplo, realizar as tarefas dentro do prazo, impressionar os principais com boas taxas de realização e evitar pressão sobre os honorários. A conclusão foi de há um incentivo tácito dos agentes à subnotificação que é quando um auditor não registra todas as horas trabalhadas em um trabalho específico. Sweeney e Pierce (2006) afirmam que existe uma grande variedade de motivos para esse comportamento, desde ajustes voluntários nas ineficiências pessoais dos auditores até um superior instruindo explicitamente à manipulação dos registros de tempo.

Antle (1982) propôs uma análise na qual o objetivo era avaliar as questões que surgem quando o auditor é modelado como um agente econômico promovendo uma aproximação entre o comportamento do auditor e o comportamento de proprietários, gerentes e investidores. Essa modelagem provocou um novo problema com o qual lidar: o compartilhamento de riscos com o auditor.

Pode-se inferir que a divulgação dos assuntos críticos (PAA) identificados ao longo da execução do trabalho no relatório de auditoria propõe uma redução na assimetria informacional, uma vez que tem com a intenção de prover aos usuários mais informações sobre o trabalho do auditor e realçar o valor comunicativo do relatório (Köhler *et al.*, 2016). Trata-se de uma informação com potencial de utilidade aos diversos usuários, tendo em vista que esses assuntos podem estar associados aos problemas de agência mencionados, possibilitando uma maior avaliação de risco por parte dos investidores e demais partes interessadas, inclusive os próprios auditores (Santos, Guerra, Marques & Maria Júnior, 2020).

Nessa ótica, a Teoria da Agência se apresenta enraizada nesta pesquisa, pois permite enxergar o papel da auditoria como um agente econômico importante na resolução de conflitos de agência, por meio da divulgação de informações relevantes em seu relatório de auditoria, trazendo novas contribuições com o reporte dos principais assuntos de auditoria. Essa divulgação permite que os usuários externos enxerguem a entidade auditada de forma mais transparente diante da comunicação dos seus riscos, bem como a atuação da auditoria fica mais clara quanto aos procedimentos adotados durante a revisão das demonstrações contábeis. Esse ganho de informação proporciona também a percepção de maior qualidade da auditoria, já que

fornece uma visão sobre a competência (conhecimento técnico) e independência (divulgação dos riscos).

2.2. Qualidade da Auditoria Independente

Para Knechel, Krishnan, Pevzner, Shefchik e Velury (2013) a percepção da qualidade da auditoria depende de quem está interessado na informação – usuários em geral, auditores, reguladores e sociedade – podem ter opiniões muito diferentes sobre o que constitui a qualidade da auditoria, surgindo visões e métricas diferentes.

Francis (2011) atenta-se ao fato de que existem gradações de qualidade de auditoria, afetadas por diversos parâmetros como os testes, o engajamento da equipe e os processos de auditoria. Mas admite que os padrões aceitos para uma auditoria de qualidade implicam que essa última é obtida com a emissão do relatório de auditoria apropriado sobre a conformidade do cliente com os princípios contábeis geralmente aceitos. Na mesma linha seguem Teixeira, Camargo e Vicente (2016), que defendem haver uma diferença entre a qualidade da auditoria e a qualidade da pessoa do auditor, visto que o auditor não realiza todos os trabalhos com a mesma qualidade assim como uma mesma firma de auditoria não registra os mesmos índices de qualidade nos trabalhos realizados.

O escritório de prestação de contas do Governo americano, *Government Accountability Office* – GAO (2010), quando trata da qualidade de auditoria em seu relatório, refere-se ao auditor que conduz a auditoria em conformidade com as normas de auditoria que são usualmente aceitas, de forma a garantir que as demonstrações financeiras auditadas e divulgações correlatas sejam apresentadas em conformidade com os princípios de auditoria geralmente aceitos e não sejam distorcidos materialmente devido a erros ou fraudes. Essa definição, de acordo com o GAO, pressupõe ainda que terceiros com conhecimentos razoáveis dos fatos relevantes e demais circunstâncias conhecidas teriam concluído que a auditoria foi conduzida de acordo com as normas de auditoria que são usualmente aceitas e que o auditor detectou adequadamente e lidou com as distorções relevantes, assegurando que os ajustes adequados, divulgações relacionadas e outras alterações pertinentes foram feitas nas demonstrações financeiras.

DeAngelo (1981b) define qualidade do serviço de auditoria como a probabilidade de que um determinado auditor descubra uma violação ou fraude no sistema contábil do cliente e relate

essa violação. Essas probabilidades dependem das capacidades tecnológicas do auditor, dos procedimentos de auditoria empregados, da extensão da amostragem, e da independência do auditor em relação a um determinado cliente. Já para Bradshaw, Richardson e Sloan (2000) a qualidade da auditoria está na disposição de relatar qualquer manipulação ou distorção material encontrada que aumentará as incertezas ou problemas relacionados à continuidade operacional da empresa auditada.

Para Arruñada (2000), a qualidade da auditoria depende da capacidade do auditor de realizar um exame minucioso das contas auditadas e também de detectar possíveis erros ou anomalias (competência técnica) e sua motivação em fornecer uma opinião objetiva sobre elas (sua independência). De forma análoga, Ito, Niyama e Mendes (2008) defendem que a qualidade dos serviços prestados pela auditoria independente está diretamente correlacionada à competência técnico-profissional do auditor independente e à sua independência com relação à entidade sob auditoria.

Para o *Deloitte Institute For Audit Innovation And Quality* (2017) a qualidade de auditoria está pautada em pelo menos três dimensões: excelência profissional, inovação na abordagem da auditoria e comunicação eficiente dos achados de auditoria. Para a KPMG (2018), a qualidade de auditoria é o que resulta do processo quando as auditorias são executadas de forma consistente, em conformidade com os requisitos e os padrões profissionais aceitáveis, dentro de um forte sistema de controle de qualidade e um ambiente de objetividade, independência, ética e integridade.

Bedard, Johnstone e Smith (2010) discutem que há dificuldades no consenso da definição do que seria a qualidade da auditoria e que mesmo profissionais experientes possuem dificuldade em determinar essa definição. Ponderam ainda que, considerado o conjunto de definições analisadas por eles, revelam a importância de vários aspectos da qualidade da auditoria como, por exemplo, a adesão a padrões profissionais, o esforço do auditor e independência do auditor. Outro ponto levantado pelos autores diz respeito à discussão sobre se é necessário derivar uma definição de qualidade da auditoria antes de avançar com a seleção de indicadores específicos. Brant, Glover, Omer e Shelley (2015) corroboram essa dificuldade mostrando as diferenças entre os pontos de vista de investidores e auditores, quando definem qualidade de auditoria. Por exemplo, os investidores se concentram mais nas entradas para o processo de auditoria do que os auditores.

Knechel *et al* (2013) por sua vez, compartilham a ideia de que as informações que apresentam desvios materiais das normas e princípios normalmente aceitos, refletem uma ausência de qualidade de auditoria. Os autores também apresentam a visão de que parte dos pesquisadores que se concentra em definir baixa qualidade de auditoria, por ser fácil operacionalizar a definição. Essa ideia é corroborada por Francis (2011) que aborda a baixa qualidade de auditoria do ponto de vista da relação entre o relatório de auditoria e a descontinuidade dos negócios, ou seja, um relatório de auditoria que não indique problemas com a continuidade operacional da empresa auditada e ainda assim ela apresente esse problema, pode ser considerado uma falha na qualidade de auditoria. Por sua vez, Peecher e Piercey (2008) associam os resultados adversos de uma auditoria (por exemplo, distorções materiais não detectadas dos ganhos) com a questão da baixa qualidade de auditoria.

O *Financial Reporting Council* do Reino Unido (FRC, 2008) identificou cinco fatores determinantes da qualidade da auditoria: (1) a cultura em uma empresa de auditoria; (2) as habilidades e qualidades pessoais dos parceiros e funcionários da auditoria; (3) a eficácia do processo de auditoria; (4) a confiabilidade e utilidade dos relatórios de auditoria; e (5) fatores fora do controle dos auditores que afetam a qualidade da auditoria e, para cada fator, foram também identificados vários indicadores potenciais. Por sua vez, os próprios autores organizaram sua pesquisa de índices de qualidade em torno de um "*Balanced Scorecard*" com quatro categorias: entradas (características individuais da equipe de auditoria), processo (características inerentes ao processo de auditoria), resultados (características observáveis, por exemplo, reformulações e qualidade dos relatórios financeiros) e contexto (fatos que podem influenciar os incentivos do auditor). Com isso, foi possível vincular os atributos gerais de qualidade da auditoria: incentivos (relacionados contrato com o auditor, serviços que não sejam de auditoria, pressões internas da empresa e remuneração de auditores podem influenciar as decisões do auditor de maneira positiva ou negativa), incerteza (sobre níveis de *accruals*, reapresentações das demonstrações contábeis e a natureza dos relatórios de auditoria), exclusividade (variações sobre os riscos, controles, procedimentos de auditoria e evidências), processo (tenta compensar a incerteza e a exclusividade que um auditor enfrenta) e julgamento (qualidade da auditoria depende do conhecimento e habilidade dos profissionais).

Apesar das dificuldades inerentes à definição da qualidade da auditoria, existem muitos indicadores que são bastante úteis na sua avaliação. Bedard, Johnstone e Smith (2010),

categorizaram os indicadores de qualidade da auditoria em termos de indicadores do nível de engajamento versus o nível da empresa e também em termos de indicadores que medem insumos para a qualidade de auditoria versus resultados ou saídas da qualidade da auditoria. Segundo os autores, uma boa solução para abordar o amplo conjunto de possíveis indicadores de qualidade de auditoria é não focar apenas em um único indicador, e sim analisar vários indicadores diferentes, de forma que a combinação deles forneça um panorama multidimensional da qualidade da auditoria, assim como fez Braunbeck (2010).

No entanto, Bedard, Johnstone e Smith (2010) manifestam duas preocupações acerca da padronização e divulgação de indicadores de qualidade de auditoria, citando o exemplo de que se numa situação em que o número de horas de treinamento da empresa de auditoria seja um indicador obrigatório, as firmas de auditoria, provavelmente, gastarão horas de treinamento semelhantes à ‘referência’ do setor, sem dedicar atenção às especificidades do treinamento ou aos requisitos exclusivos de treinamento de uma determinada empresa ou setor. Uma segunda preocupação é que certos indicadores devem ser ajustados ao risco de cada empresa para serem significativos. Por exemplo, se o número de horas de auditoria for um indicador necessário, será importante que as firmas de auditoria também divulguem o risco relativo de seus clientes individuais e carteiras de clientes, porque o esforço de auditoria está associado à avaliação da empresa de auditoria da relativa complexidade e/ou risco de um determinado cliente. Todavia, os auditores não podem e não devem ser obrigados a fornecer informações publicamente relativas às suas avaliações do risco do cliente, além disso, a divulgação necessária do risco relativo do cliente pode resultar em empresas de auditoria renunciando ou não aceitando clientes com riscos mais elevados, como empresas recém-abertas e aqueles em dificuldades financeiras.

No contexto da presente pesquisa, a qualidade da auditoria é um elemento crucial para discussão, pois as recentes mudanças na estrutura do relatório de auditoria independente tiveram como propósito melhorar a comunicação com os usuários externos e, conseqüentemente, afeta a percepção dos mesmos quanto à qualidade da auditoria. Assim, alguns estudos já relacionaram essa mudança com a qualidade da auditoria, embora possam ter obtido resultados divergentes entre si. O estudo de Gutierrez, Minutti-Meza, Tatum e Vulcheva (2018), por exemplo, não encontrou evidências de que o novo relatório expandido da auditoria independente tenha afetado significativamente a reação dos investidores e nem a qualidade da auditoria. Corroborando com essa visão, os resultados da pesquisa de Rautiainen, Saastamoinen

e Pajunen (2021) evidenciam que na perspectiva dos auditores, os PAA não melhoram a qualidade da auditoria.

Já o estudo de Boolaky e Quick (2016) encontrou que com a alteração da estrutura do relatório de auditoria, a divulgação da materialidade gera um efeito positivo na qualidade percebida da auditoria, assim como os resultados da pesquisa de Li, Hay e Lau (2019) sugerem melhoria da qualidade da auditoria através da análise de *accruals* discricionários, e Suttipun (2021) encontraram uma relação significativa positiva entre os relatórios de KAMs e a qualidade da auditoria, sugerindo que os investidores podem usar os relatórios de KAMs como informações importantes para sua tomada de decisão porque as informações de KAMs estão associadas a uma alta qualidade de auditoria, sendo usados os *accruals* como *proxy*. Neste cenário de divergência, a discussão sobre a qualidade da auditoria na ótica das informações divulgadas no relatório torna-se fundamental para avaliação da eficácia da nova estrutura demandada pela NBC TA 701, na qual aborda a divulgação dos principais assuntos de auditoria. Uma vez encontrada relação positiva entre qualidade da auditoria mensurada pelos *accruals* discricionários e a divulgação dos PAA (Li *et al*, 2019; Suttipun, 2021), pode-se esperar que ao avaliar os fatores determinantes dos PAA neste estudo, também sejam observadas variáveis que podem estar relacionadas com a qualidade da auditoria fornecendo insights para futuros estudos sobre qualidade da auditoria.

2.3. Reporte do Auditor Independente

Santana *et al.* (2014) abordam que a contabilidade oferece um conjunto de informações úteis para a tomada de decisões econômicas de seus usuários. Visão confirmada por Iudícibus (2005) que define o objetivo da contabilidade como sendo o de fornecer as informações necessárias para seus usuários, sejam internos ou externos às organizações. Na mesma linha, segue o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2011) que afirma que o objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar ou fornecer informações que sejam úteis para tomada de decisões econômicas.

Nesse contexto, para Santana *et. al* (2014) surgem os principais problemas relacionados à informação contábil: a assimetria informacional e os conflitos de interesse. Angelo (2005) afirma que, quando uma das partes de uma transação possui mais informação que a outra, ocorre a assimetria informacional. A assimetria de informações está intimamente ligada ao conflito de

agência, que implica nos custos de agência, que são os custos envolvidos para que se alinhem os interesses de principais e agentes. Para Watts e Zimmerman (1983) os custos de agência serão reduzidos se o auditor possuir um nível de independência diferente de zero.

Firmino, Damascena e Paulo (2010) corroboram afirmando que assimetria da informação pode ser reduzida pela auditoria independente, contribuindo, dessa forma, para tomada de decisões. Assim como para Healy e Palepu (2001), que acreditam que a credibilidade da informação, entre outros fatores, é reforçada pelos auditores independentes.

Nesse contexto, o relatório do auditor independente é essencial para transmitir segurança para os usuários das demonstrações contábeis. Isso se deve ao fato de o trabalho da auditoria revisar as demonstrações financeiras emitidas por determinada entidade, ou seja, através do trabalho da auditoria é possível validar se as demonstrações contábeis refletem adequadamente a posição financeira e patrimonial da situação de uma entidade, e essa informação é transmitida por meio da elaboração e divulgação do relatório de auditoria. Conforme Moalla (2017), uma opinião de auditoria não modificada pode ser uma garantia para várias partes interessadas que usam informações financeiras, enquanto uma opinião de auditoria modificada pode ser uma informação adversa que pode destruir sua confiança.

A auditoria independente trata da revisão das demonstrações contábeis visando dar credibilidade e confiança aos seus usuários, conforme legislação específica e emissão de relatório. Assim, conforme a NBC TA 700 (Conselho Federal de Contabilidade, 2016a), os objetivos do auditor são (a) formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis com base na avaliação das conclusões atingidas pela evidência de auditoria obtida; e (b) expressar claramente essa opinião por meio de relatório de auditoria por escrito.

As demonstrações financeiras auditadas e o relatório do auditor fazem parte da empresa, fornecendo garantia para as demonstrações financeiras emitidas. Portanto, eles também 'se conectam' com as partes interessadas da empresa, direta e indiretamente, assim como o serviço de auditoria se conecta à sociedade. Os auditores, embora sejam partes interessadas na empresa, também são fornecedores do negócio. Ao mesmo tempo, os auditores também são fornecedores de outras partes interessadas, o que se pode concluir que eles desempenham várias papeis na Teoria dos *stakeholders* em auditoria (Tiron-Tudor, Cordos & Fulop, 2018).

A comunicação do auditor independente para os diversos *stakeholders* se fundamenta principalmente nas informações que são divulgadas em seu relatório, no qual, os auditores expressam uma opinião sobre as demonstrações contábeis, assegurando sobre a fidedignidade ou não dessas informações financeiras. É válido ressaltar que essa avaliação deve incluir a consideração dos aspectos qualitativos das políticas contábeis da entidade, incluindo indicadores de possível tendenciosidade nos julgamentos da administração (Conselho Federal de Contabilidade, 2016a). Assim, no relatório do Auditor independente há quatro tipos de opinião: sem ressalva, com ressalva, adversa e abstenção de opinião, sendo que a opinião sem ressalva ou não modificada é expressa pelo auditor quando ele conclui que as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável, conforme a NBC TA 700 (Conselho Federal de Contabilidade, 2016a).

Conforme determina a NBC TA 705 (Modificações na Opinião do Auditor Independente), a decisão sobre que tipo de opinião modificada é apropriada depende da (a) natureza do assunto que deu origem à modificação, ou seja, se as demonstrações contábeis apresentam distorção relevante ou, no caso de impossibilidade de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, podem apresentar distorção relevante; e (b) opinião do auditor sobre a disseminação dos efeitos ou possíveis efeitos do assunto sobre as demonstrações contábeis (Conselho Federal de Contabilidade, 2016c). Com base nisso, observa-se que a emissão de opinião modificada depende muito de aspectos de natureza contábil, no entanto, a definição da relevância ou não das distorções identificadas depende do julgamento do auditor, havendo, portanto, certo nível de subjetividade, o qual pode ser influenciado em boa parte do nível de independência do auditor, ou seja, o quão disposto ele está para reportar uma falha nas demonstrações contábeis.

Apesar da subjetividade ora mencionada, pesquisas anteriores já buscaram identificar alguns fatores que possam estar relacionados com a emissão de opinião modificada por parte dos auditores. Na Tunísia, Moalla (2017) constatou relação positiva entre o relatório de auditoria qualificado (opinião modificada) e as variáveis liquidez, prejuízo no ano atual e ano anterior. Vichitsarawong e Pornupatham (2015) analisaram a relação entre a opinião modificada e a persistência nos lucros, a qual, segundo Barth e Hutton (2004) e Jonas e Blanchet (2000), mede a capacidade dos ganhos atuais de explicar e prever ganhos futuros, um atributo desejável dos ganhos. Os resultados da pesquisa mostraram que as empresas que recebem opiniões modificadas têm persistência de lucros mais baixa do que as empresas que recebem opiniões

não qualificadas, e o grau de persistência de lucros varia entre os tipos de modificação (Vichitsarawong & Pornupatham, 2015).

Na pesquisa de Dantas, Barreto e Carvalho (2017) foi constatada relação positiva entre a opinião modificada e a troca do auditor no período seguinte, assim como o fato da firma de auditoria ser uma *Big4* ou a empresa cliente pertencer aos segmentos de governança corporativa do mercado não reduzem o risco de descontinuidade contratual entre as partes, nos casos de emissão de opinião modificada. Liu, Cullinan e Zhang (2018) evidenciaram que as empresas que recebem opiniões modificadas de auditoria pagam taxas de juros mais altas e têm mais dívida de curto prazo, assim como quando o auditor menciona incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional em sua opinião. O estudo de Camargo (2012) analisou os fatores determinantes da emissão de opinião nos relatórios de auditoria no mercado brasileiro, chegando à conclusão que empresas com maiores atrasos no recebimento da opinião e as auditadas por Big4 estão mais propensas a opiniões modificadas, enquanto as que pagaram maiores honorários e trocaram de firma no período analisado estão mais propensas ao recebimento de opiniões não modificadas.

A opinião modificada do auditor também pode depender da quantidade de distorções relevantes identificadas e da própria relevância de uma distorção, de forma que, se os efeitos forem generalizados para as demonstrações contábeis, uma ressalva pode não ser suficiente. Assim, torna-se necessário descrever cada tipo de opinião modificada, conforme normas aplicáveis.

Tabela 2.

Tipos de opinião modificada da auditoria independente

Natureza do assunto que gerou a modificação	Julgamento do auditor sobre a disseminação de forma generalizada dos efeitos ou possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis	
	Relevante, mas não generalizado	Relevante e generalizado
Demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes	Opinião com ressalva	Opinião adversa
Impossibilidade de se obter evidência de auditoria apropriada e suficiente	Opinião com ressalva	Abstenção de opinião

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade (2016c)

A Tabela 2 apresenta os tipos de opinião modificada e como elas se relacionam com as distorções identificadas ou possíveis distorções nas demonstrações contábeis. Nesse sentido, a NBC TA 705 (Conselho Federal de Contabilidade, 2016c) aborda que o relatório com ressalvas

é emitido quando há em apenas um ponto das demonstrações financeiras distorção relevante, porém não generalizada. Ou seja, exceto por um ou poucos fatores com os quais, no julgamento do auditor, a contabilidade não refletiu adequadamente a posição financeira e patrimonial de determinado de forma relevante, porém, exceto por esses fatores, as demais informações financeiras refletem adequadamente a posição financeira e patrimonial da entidade.

Ainda de acordo com a Tabela 2, na impossibilidade de se obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, cujos possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis seriam relevantes, porém não generalizados, é também emitida uma opinião com ressalva. Diversos podem ser os assuntos que fundamentam uma opinião modificada, no entanto, a pesquisa de Damascena, Firmino e Paulo (2011) identificou os fatores que motivam a emissão de opinião com ressalva nos relatórios de auditoria sobre as demonstrações das companhias abertas brasileiras e constataram que a limitação no escopo e impossibilidade de formação de opinião são os motivos que mais levam à emissão desses relatórios.

Com relação à opinião adversa, a Tabela 2 mostra que o auditor deverá emitir tal opinião quando as demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes com efeitos generalizados. Segundo Araújo, Arruda e Barretto (2008), nesse tipo de opinião o auditor discorda de forma significativa das demonstrações contábil-financeiras. Esse tipo de relatório é emitido quando as demonstrações contábeis não retratam com fidedignidade a realidade da entidade. Sá (2007) refere-se a esse relatório como aquele em que tudo está errado ou a maioria está em desacordo com a realidade. Nessa situação o auditor deverá justificar suas razões nos parágrafos em que há a discordância.

A abstenção de opinião ocorre quando o auditor não consegue levantar evidências de auditoria suficiente e apropriada para afirmar se as demonstrações financeiras refletem ou não a posição financeira e patrimonial da entidade e conclui que os possíveis efeitos seriam relevantes e generalizados. Sá (2007) afirma que o auditor não emite uma opinião, por não conseguir embasá-la sobre fatos. A NBC TA 705 afirma que se o auditor não conseguir obter evidência apropriada e suficiente de auditoria, o auditor deve determinar as consequências como renunciar ao trabalho de auditoria, quando praticável e possível de acordo com as leis ou regulamentos aplicáveis ou se a renúncia ao trabalho de auditoria antes da emissão do seu relatório de auditoria independente não for viável ou possível, abster-se de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis (Conselho Federal de Contabilidade, 2016c).

Cabe destacar que o relatório de auditoria apresenta também informações adicionais que dependem de fatores relevantes que não refletem em distorções nas demonstrações contábeis e que estão associados à fatores de risco identificados pelos auditores durante a auditoria. Essas informações podem ser divulgadas como parágrafos de ênfase e de outros assuntos (NBC TA 706) ou principais assuntos de auditoria (NBC TA 701), dependendo da natureza dessas informações. De acordo com a NBC TA 706, os parágrafos de ênfase se referem à um assunto apropriadamente apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, de acordo com o julgamento do auditor, é de tal importância que é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis, e os parágrafos de outros assuntos se referem a um assunto não apresentado ou não divulgado nas demonstrações contábeis e que, de acordo com o julgamento do auditor, é relevante para os usuários entenderem a auditoria, as responsabilidades do auditor ou o seu relatório (Conselho Federal de Contabilidade, 2016d).

A pesquisa de Damascena *et al.* (2011) mostrou que 44% dos relatórios de auditoria analisados entre 2006 a 2008 apresentam relatórios com ressalva e/ou parágrafos de ênfase, e que nesses, foi mais recorrente a divulgação da existência de prejuízos contínuos, passivo a descoberto e deficiência de capital de giro. Os autores ainda mencionam que as evidências constatadas no estudo sugerem a necessidade de maior especificação nos relatórios dos auditores, a fim de garantir que não houve problemas na determinação do escopo de trabalho da auditoria, no planejamento do auditor ou na obtenção de evidências sobre o reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil adotado. Tal sugestão vai ao encontro com a divulgação dos principais assuntos de auditoria que surgiu no Brasil a partir de 2016 por meio da NBC TA 701 e que teve como objetivo precípua o de melhorar a divulgação da auditoria independente. Dada a importância dessa divulgação, bem como o fato de ser foco principal nesta pesquisa, os principais assuntos de auditoria estão abordados no tópico a seguir. No entanto, observando a quantidade de informações que é divulgada no relatório de auditoria independente, pode-se destacar o quanto que a auditoria tem o potencial de melhorar a qualidade da sua comunicação com os *stakeholders* e contribuir com a redução de conflitos de interesses entre principal e agente, conforme conota-se na Teoria da Agência.

2.3.1. Principais Assuntos de Auditoria

Com o objetivo de melhorar as informações aos usuários e para permitir que o relatório de auditoria forneça informação além de opinião de aprovação ou reprovação, o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) emitiu novos requerimentos, os quais fizeram surgir o Novo Relatório de Auditoria Independente (NRA). No Brasil, a revisão das normas que introduziram o NRA foi aprovada em julho de 2016. A principal novidade do conteúdo do NRA foi a origem da NBC TA 701 (Conselho Federal de Contabilidade, 2016b), que trata da comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA). As alterações relativas à formatação do NRA tornaram-se aplicáveis em auditorias de demonstrações contábeis no exercício findo em 2016, e posteriores. Ressalta-se que até então não havia normatização sobre esse tema no Brasil.

Adicionalmente, houve alteração na instrução CVM nº 308 de 1999, por meio da instrução CVM nº 591, editada no dia 26 de outubro de 2017, acrescentando em seu texto que, dentre os deveres e responsabilidades dos auditores independentes, também devem comunicar os principais assuntos de auditoria de todas as entidades reguladas ou supervisionadas pela CVM, nos termos das normas profissionais de auditoria independente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (Comissão de Valores Mobiliários, 2017).

O estudo de Manoel e Quel (2017) procurou discutir as mudanças nos relatórios de auditoria e os principais desafios encontrados, a destacar: a reorganização dos parágrafos dos relatórios, a confirmação da independência dos auditores em relação as empresas auditadas, as incertezas quanto à continuidade operacional das entidades e a inclusão de um novo parágrafo contendo as principais questões de auditoria, este último demonstrado como de grande importância para análise do mercado e ferramenta de tomada de decisão. Os autores destacam a importância do trabalho dos auditores independentes para o mercado em geral, a destacar os acionistas/investidores. Os resultados obtidos a partir da revisão da literatura, de natureza qualitativa, foram relativos à ampliação da discussão sobre as mudanças em certos padrões de auditoria e demonstração da importância das mudanças promovidas como forma de melhorar a qualidade dos processos de auditoria e atendimento das necessidades dos usuários. Assim, o novo relatório de auditoria torna certos assuntos mais claros, tanto em relação às responsabilidades da gestão da organização quanto do auditor independente.

Conforme Rocha (2016), o Reino Unido foi o precursor na adoção da nova estrutura do relatório de auditoria, introduzindo a nova metodologia de comunicação em 2013, antes mesmo de haver

uma norma internacional específica. Na África também houve esse movimento e no Zimbábwe, por exemplo, já se exigia o novo formato para as empresas listadas. De acordo com Bédard, Gonthier-Besacier e Schatt (2016), os principais assuntos de auditoria também já vêm sendo abordados de forma obrigatória na França desde 2003, sendo conhecidos por Justificativas das Avaliações (*Justifications of Assessments*).

Diante de tantos termos relacionados com os principais assuntos de auditoria no âmbito internacional (*Critical Audit Matters*, *Key Audit Matters*, *Justifications of Assessments*), torna-se necessário definir a sua aplicação no contexto brasileiro de acordo com a NBC TA 701, que estabelece que os PAA são assuntos que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente, e, podem estar relacionados com áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante ou riscos significativos identificados, julgamentos significativos do auditor relativos às áreas das demonstrações contábeis que também envolveram julgamento significativo por parte da administração e efeito sobre a auditoria de fatos ou transações significativos ocorridos durante o período (Conselho Federal de Contabilidade, 2016b).

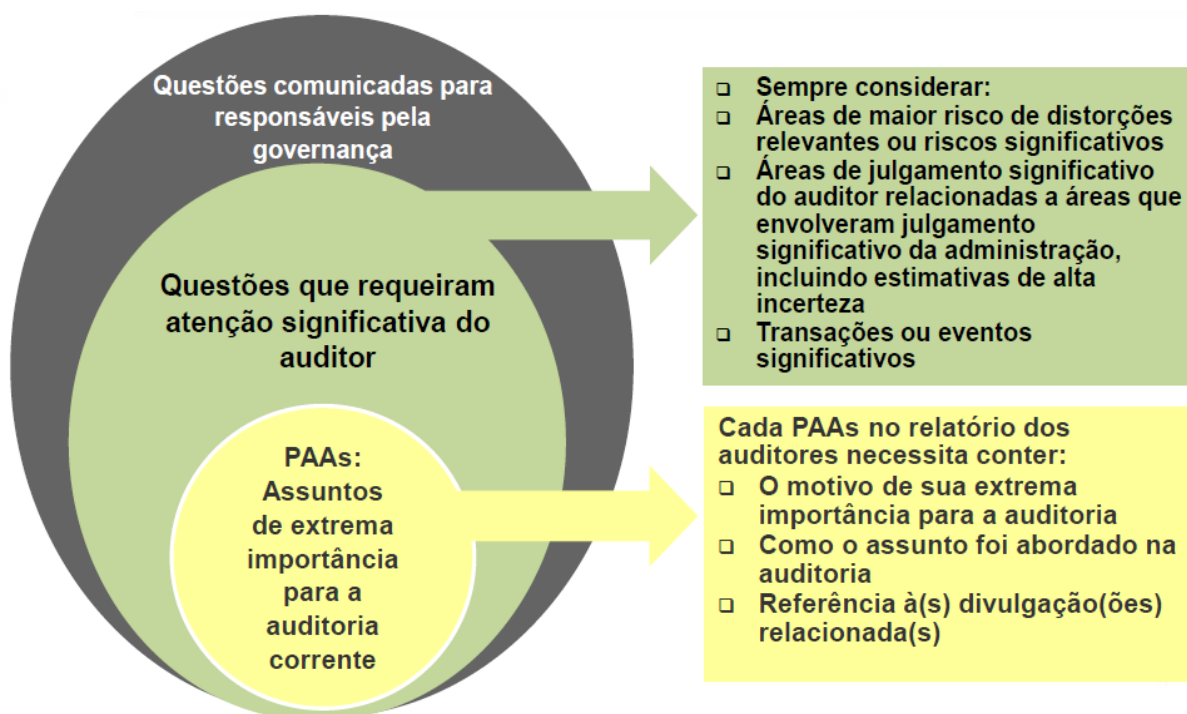


Figura 1. Principais Assuntos de Auditoria

Fonte: Ibracon (2016)

A Figura 1 representa bem a definição dos PAA conforme a NBC TA 701, bem como destaca que os assuntos são selecionados entre aqueles comunicados pelos auditores aos responsáveis pela governança da entidade auditada. Ainda, a descrição dos principais assuntos de auditoria precisa ser customizada para cada entidade e deve: i) indicar o motivo porque foi considerado como um assunto de maior importância para a auditoria; ii) descrever como o assunto foi endereçado na auditoria; iii) fazer referência à correspondente divulgação nas demonstrações financeiras (Ibracon, 2016).

Para a elaboração do PAA não há definição de quais e quantos assuntos exigiriam atenção significativa do auditor, sendo, portanto, um julgamento do próprio profissional, pois as normas de auditoria não preveem e nem limitam o número de assuntos a serem apresentados como principais assuntos de auditoria. Entretanto, o item A.30 da NBC TA 701 apresenta que o número de PAA a serem adicionados no relatório de auditoria pode ser diretamente ligado ao porte e à complexidade da entidade, à natureza de seus negócios e ao ambiente, assim como a fatos e circunstâncias do trabalho de auditoria, isto é, o ambiente e o porte da companhia podem ser determinantes para a quantidade de PAA (Conselho Federal de Contabilidade, 2016b).

Acrescenta-se, segundo a NBC TA 701, que a comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor “não substitui a emissão de opinião modificada por parte do auditor, quando exigido nas circunstâncias de trabalho de auditoria, de acordo com a NBC TA 705 – Modificações na Opinião do Auditor Independente” (Conselho Federal de Contabilidade, 2016b, item 4).

A exigência de reportar PAA implica um processo em três etapas: i) o auditor decide sobre questões importantes de auditoria; ii) comunica essas questões aos responsáveis pela governança; e, iii) seleciona o respectivo PAA. Este processo de seleção em três etapas pode levar indiretamente a um maior foco nos riscos de auditoria ao conduzir a auditoria (Asbahr & Ruhnke, 2019).

O relatório de auditoria também divulga ao público, em geral, questões importantes para os usuários, uma vez que o parágrafo contendo o principal assunto de auditoria foi elaborado para apresentar informações mais detalhadas sobre questões mais sensíveis identificadas pelo auditor em seu processo de auditoria. Na maioria dos casos, essas informações estavam restritas

a discussões internas com a área de governança corporativa das empresas (Manoel & Quel, 2017).

Nesse contexto, diversas pesquisas têm surgido no âmbito nacional e internacional visando analisar os efeitos esperados com experimentos (Boolaky & Quick, 2016; Sirois, Bédard & Bera, 2017) e constatados no mercado (Doxey, 2014; Gimbar, Hansen & Ozlanski, 2016; Altawalbeh & Alhajaya, 2019) diante da divulgação do novo relatório de auditoria contendo a seção de principais assuntos de auditoria. É relevante tratar sobre esses estudos para que se entenda melhor se essa divulgação tem possibilitado melhorar a comunicação entre a auditoria e os diversos *stakeholders*, cumprindo a função da auditoria em reduzir a assimetria informacional entre principais e agentes.

Sirois, Bédard e Bera (2017) fizeram um experimento laboratorial com 98 estudantes de graduação em contabilidade utilizando tecnologia de rastreamento ocular discreto, que permite medir objetiva e precisamente a atenção dos usuários em um cenário natural e realista para um dado Principal Assunto de Auditoria contido no relatório do auditor e para informações específicas apresentadas em um conjunto completo de demonstrações financeiras. Para isso, os participantes analisaram as demonstrações financeiras de uma empresa de manufatura que apresentou uma das quatro versões do relatório do auditor: um relatório de auditoria conforme norma ISA 700 (sem PAA) e relatórios com um PAA, três PAA ou três PAA apresentados juntamente com procedimentos de auditoria relacionados e linguagem adicional. Os resultados mostram que os participantes acessaram as divulgações relacionadas ao PAA mais rapidamente e dedicaram mais atenção a elas quando os PAA foram comunicados no relatório do auditor.

Boolaky e Quick (2016) analisaram, por meio de um experimento com 105 diretores de bancos na Alemanha, o impacto dos relatórios de auditoria expandidos sobre suas percepções quanto à qualidade das demonstrações financeiras, a auditoria e o relatório de auditoria e suas decisões de aprovação de crédito. Os resultados sugerem que a divulgação do nível de segurança no relatório de auditoria (*assurance level*) tem um impacto significativamente positivo na qualidade percebida da auditoria, na confiança nos relatórios financeiros e no valor informativo percebido do relatório de auditoria, todavia, não há um efeito material da expansão do relatório de auditoria para incluir o nível de materialidade ou Principais Assuntos de Auditoria. Os autores entendem que os normalizadores devem analisar cuidadosamente o efeito de informações adicionais antes de tomar decisões sobre a expansão do conteúdo do relatório de

auditoria, pois tais expansões não são necessariamente percebidas como úteis pelas partes interessadas, concluindo que a divulgação dos Principais Assuntos de Auditoria não é relevante, como sugerido pelo IAASB, porque não afeta as percepções e decisões dos diretores de bancos.

Gimbar, Hansen e Ozlanski (2016) revisaram cinco estudos que abordam sobre o efeito potencial da proposta do novo relatório expandido aumentar a responsabilidade legal do auditor. As evidências preliminares sugerem coletivamente que as divulgações dos Principais Assuntos de Auditoria relacionadas a litígios subsequentes reduzem ou não influenciam a responsabilidade do auditor. No entanto, os autores observaram que as os Principais Assuntos de Auditoria relacionados podem aumentar a responsabilidade quando as normas contábeis são precisas ou quando o auditor divulga procedimentos adicionais realizados em resposta a riscos maiores associados aos Principais Assuntos de Auditoria. Além disso, as evidências indicam que, em alguns casos, a divulgação de um PAA não relacionado à questão litigiosa aumenta a responsabilidade do auditor, particularmente quando comparada a um PAA relacionado.

Colares, Alves e Ferreira (2018) analisaram quais as expectativas de 63 auditores independentes quanto ao novo relatório expandido de auditoria (NRA) e os efeitos no planejamento e honorários do serviço, verificando que a maioria entende que não haverá efeitos relevantes nestes honorários. Por outro lado, a maioria também entende que terão efeitos no planejamento de auditoria devido principalmente a participação de auditores seniores ou sócios nas discussões com a empresa auditada. Há também o entendimento de que a identificação de riscos do cliente e os efeitos disso na execução de auditoria já eram procedimentos realizados, e que a divulgação disso no relatório de auditoria não acarretaria grandes efeitos no planejamento da auditoria.

Com base na experiência francesa, Bédard, Gonthier-Besacier e Schatt (2016) investigaram algumas consequências econômicas aos investidores e à auditoria quanto à divulgação das justificativas das avaliações (JOA), similares aos Principais Assuntos de Auditoria, nos relatórios de auditoria. Os resultados indicaram que, em relação à reação do mercado, os JOA no primeiro momento em que foram exigidos pela norma, estavam associados a uma redução da assimetria da informação para empresas menores, que se caracterizam por um ambiente de informação mais fraco. Em relação à auditoria, verificou-se que os JOA no primeiro momento estavam negativamente associados à *accruals* inesperados e nos anos subsequentes, no entanto, não foi encontrada qualquer associação significativa entre os novos JOA e as medidas de

mercado e auditoria analisadas. Esses resultados sugerem que, após as primeiras divulgações, os JOA não têm conteúdo informativo significativo.

Lennox, Schmidt e Thompson (2017) analisaram as reações no mercado para medir as respostas dos investidores às novas divulgações de riscos no relatório de auditoria independente. Os resultados indicam que os investidores não acham essas divulgações incrementalmente informativas e que as divulgações carecem de conteúdo de informações incrementais porque a maioria dos riscos já havia sido divulgada pela administração da empresa e, portanto, já estavam informados sobre a maioria dos riscos antes que fossem divulgados pelos auditores nos relatórios de auditoria estendidos. Por outro lado, em estudo realizado com 195 companhias listadas no *Amman Stock Exchange* na Jordânia evidenciou que divulgação de PAA afetou significativamente as decisões dos investidores medidas pelo volume de negociação anormal, sugerindo que a obrigatoriedade da divulgação dos PAA tem valor informativo para os investidores (Altawalbeh & Alhajaya, 2019).

Cordoş e Fülöp (2015) investigaram se os usuários dos relatórios de auditoria concordam com a proposta do IAASB de incluir uma nova seção com os Principais Assuntos de Auditoria para incluir mais informações sobre a missão de auditoria, com o objetivo de melhorar a sua comunicação. Os autores alcançam esse objetivo examinando as cartas de comentários recebidas pelo IAASB no Balanço de Exposição de 2013, enviadas pelos entrevistados da União Europeia. Os autores verificaram que a maioria das respostas está de acordo com as propostas do organismo regulador, no entanto, há vários entrevistados que levantam preocupações relevantes com relação ao processo de implementação dos PAA, e seus efeitos nos relatórios de auditoria. Concluem que os PAA são um conceito importante e que sua introdução e aplicabilidade terão um efeito positivo no processo de relatório de auditoria.

Pornupatham (2013) pesquisou sobre as diferenças de percepção de auditores, usuários profissionais e usuários gerais sobre o novo relatório de auditoria. O estudo, realizado na Tailândia com 137 entrevistados dentre eles auditores, professores de finanças e alunos, utilizou um questionário onde analisou o novo relatório de auditoria sobre cinco aspectos: a responsabilidade de gestão, a responsabilidade de auditoria, as questões-chave de auditoria, a preocupação constante e o valor geral do relatório. Os resultados mostram que os usuários profissionais têm um nível maior de concordância sobre todas as áreas da pesquisa e que 64% dos entrevistados reconhecem que as auditorias fornecem garantia geral sobre as demonstrações

contábeis, além de demonstrar que 36% deles percebem de forma diferente a questão. Ainda, usuários de forma geral mostram menor concordância com as informações no novo relatório porque o conteúdo pode ser muito complicado para eles, levando-os a ignorá-lo, o que leva a conclusão de que há diferenças de compreensão entre os usuários e os auditores independentes.

Marques e Souza (2017) pesquisaram sobre os principais assuntos de auditoria reportados nos relatórios dos auditores das empresas que compuseram o IBOVESPA. Neste estudo foram identificados e analisados os Principais Assuntos de Auditoria, destacando-se os assuntos relacionados a Recuperabilidade dos Ativos, as Contingências, os Reconhecimentos de Receitas e a Projeção de Resultados Futuros para a Realização de Ativos. Os autores ressaltam no estudo a importância de uma governança consistente para reduzir a ocorrência de erros, fraudes e expropriação de recursos das partes interessadas.

Observa-se com base nos estudos citados nesta seção que os PAA são frequentemente esperados que aumentem o valor comunicativo do relatório de auditoria, e que inúmeros estudos têm evidenciado essa relação ou os efeitos desta divulgação, no entanto, pouco tem se discutido sobre como e porque os auditores selecionam os PAA que divulgam, sendo esta análise abordada no presente estudo.

2.4. Estudos Anteriores sobre os Determinantes dos PAA

Muitas pesquisas anteriores têm discutido sobre as consequências da divulgação dos principais assuntos de auditoria do relatório dos auditores independentes, tais como os efeitos nos honorários de auditoria (Almulla & Bradbury, 2018; Bédard, Gonthier-Besacier & Schat, 2018; Gutierrez, Minutti-Meza, Tatum & Vulcheva, 2018; Li, Hay & Lau, 2019; Reid, Carcello, Li & Neal, 2018), na qualidade da auditoria (Almulla & Bradbury, 2018; Gutierrez, Minutti-Meza, Tatum & Vulcheva, 2018; Li, Hay & Lau, 2019; Tatum & Vulcheva, 2018; Klueber, Gold & Pott, 2018) e outras variáveis.

Por outro lado, poucos são os estudos que buscaram identificar os fatores que influenciam na divulgação da quantidade e natureza dos principais assuntos de auditoria divulgados, o que torna essa questão relevante e é o foco desta pesquisa. Nesse sentido, tais estudos são explorados neste tópico a fim de identificar lacunas existentes, bem como o reconhecimento

dos fatores constatados como determinantes dos PAA, os quais normalmente representam características da auditoria independente e da entidade auditada.

O estudo de Pinto e Moraes (2018) teve como objetivo determinar os fatores que influenciam o número de KAM que os auditores divulgam nos principais países europeus (Reino Unido, França e Holanda), tendo como amostra as empresas do *The Financial Times and London Stock Exchange Index* (FTSE 100), *Cotation Assistée en Continu* (CAC 40) ou *Amsterdam Exchange Index* (AEX 25) que divulgaram PAA no final do ano de 2016.

Tabela 3.

Variáveis do estudo de Pinto e Moraes (2018)

VARIÁVEL	KAM
Endividamento da Entidade	NS*
Número de segmentos da Entidade	+
Tempo de Relacionamento entre firma de auditoria e cliente	NS*
Honorários de Auditoria	+
IRBC**	+
Setor Financeiro	-
Tamanho da Entidade	+
(Receitas + Estoques) / Ativos	+
Ebit/Ativo Total	-
Year-end (31/12)	NS*
Mercado (referência: FTSE 100)	+
Mercado (referência: AEX 25)	+

*NS: Variável não significativa.

**IRBC é a relação entre a pontuação total de RBC2 obtida para cada empresa dividida pelo número de KAM divulgados, sendo que o RBC2 representa o escore no qual mostra que quanto maior for a pontuação, mais baseada em regras são as normas contábeis.

Fonte: Pinto e Moraes (2018)

As sete variáveis significativas do modelo econométrico de Pinto e Moraes (2018) são apresentadas na Tabela 3, apontando resultados importantes para determinar os fatores que influenciam na quantidade de PAA divulgada pelos auditores. Observa-se que quanto maior o número de segmentos da entidade, o qual pode representar a sua complexidade, maior será a quantidade de PAA divulgada. Também, as autoras constataram que uma maior divulgação de PAA também está associada a maiores honorários de auditoria, maior tamanho da entidade auditada e menor Ebit/Ativo Total. Com relação às normas contábeis serem mais pautadas em

regras ou princípios, a pesquisa mostrou que, sob um padrão contábil menos preciso, os auditores podem achar mais fácil justificar a não divulgação de um PAA.

O estudo de Velte (2018) não teve como objetivo identificar os fatores determinantes da divulgação dos principais assuntos de auditoria, mas a metodologia empregada no estudo permitiu trazer contribuições para essa questão. Assim, a pesquisa investiga a relação entre a porcentagem de mulheres nos comitês de auditoria nas empresas do Reino Unido e as divulgações dos auditores sobre os PAA de 2014 a 2015. Para realizar a análise, o autor considerou como variável dependente KAM (*key audit matters*) considerando o Grau de divulgação do KAM medido pela legibilidade da seção reportada no relatório de auditoria em 333 empresas em 2014 e 327 empresas em 2015, sendo excluídas as do setor financeiro. A Tabela 4 resume os resultados evidenciando o sinal das variáveis significativas no modelo.

Tabela 4.

Variáveis do estudo de Velte (2018)

VARIÁVEL	PAA
Gênero (Comitê de Auditoria)	+
Tamanho da entidade	+
ROA	+
Endividamento	NS*
Liquidez	NS*
Complexidade da Entidade	NS*
Vendas no exterior/total de vendas	NS*
Tipo de firma (referência: BIG4)	+
Troca de auditor	-
Continuidade Operacional	+
Listada em Bolsa Americana	NS*

*NS: Variável não significativa.

Fonte: Velte (2018)

Dentre os principais resultados do estudo, destaca-se a confirmação da hipótese de pesquisa sugerindo que a porcentagem de mulheres nos Comitês de Auditoria teve um impacto positivo na legibilidade das divulgações do PAA no relatório de auditoria. Adicionalmente, observou-se que as variáveis de controle que afetam positivamente a legibilidade das divulgações dos PAA relacionadas com a entidade foram: tamanho, ROA, número de segmentos

(complexidade); e com a auditoria foram: firmas Big4, emissão de parecer sobre a continuidade operacional e mudança de auditor (sinal negativo).

Já a pesquisa de Sierra-Garcia *et al.* (2019) trouxe nova contribuição ao buscar analisar a influência das características do auditor e do cliente na magnitude e no tipo (assunto ou natureza) de PAA divulgados nos relatórios de auditoria das empresas que compõem o FTSE 100 no Reino Unido durante o período de 2013 à 2016. Para realizar o estudo, os autores utilizaram três modelos de efeitos fixos tendo como variáveis dependentes: i) a quantidade de PAA reportada no relatório de auditoria (KAM); ii) a quantidade de PAA relacionada ao risco da entidade (cliente) reportada no relatório de auditoria (ELRKAM); e, iii) a quantidade de PAA relacionada a itens das demonstrações financeiras reportada no relatório de auditoria (ALRKAM).

Tabela 5.

Variáveis do estudo de Sierra-Garcia *et al.* (2019)

VARIÁVEL	KAM	ELRKAM	ALRKAM
Firma (Referência: PwC)	NS*		
Deloitte	-	-	NS*
EY	-	-	NS*
KPMG	-	-	-
BDO	NS*	NS*	-
Honorários de Auditoria	NS*	+	-
Honorários de Não Auditoria	NS*	NS*	NS*
Materialidade	-		-
Troca de Auditor	NS*	NS*	NS*
Especialização do auditor	NS*	NS*	NS*
Tamanho da Entidade	NS*	+	NS*
Endividamento da Entidade	-	-	NS*
Liquidez	NS*	+	NS*
ROA	NS*	+	NS*
Prejuízo (em relação ao ano anterior)	+	+	NS*
Complexidade da Entidade	-	-	NS*
Receitas (complexidade)	+	NS*	+
Estoques (complexidade)	+	NS*	+
Ativos de longo prazo (complexidade)	+	NS*	NS*
Goodwill	+	+	NS*

Intangíveis (complexidade)	-	NS*	-
Setor (referência: serviços)	NS*		
Materiais Básicos	NS*	NS*	-
Bens de Consumo	NS*	+	-
Saúde	+	NS*	NS*
Industrial	+	+	NS*
Tecnologia e Comunicação	+	+	+
Utilidade Pública e Gás e óleo	+	+	+
Year-end (31/12)	+	+	NS*
Ano (referência: 2013)	NS*		
2014	NS*	-	+
2015	-	-	+
2016	NS*	-	+

*NS: Variável não significativa.

Fonte: Sierra-Garcia *et al.* (2019)

A Tabela 5 apresenta um resumo das variáveis significativas, sendo apresentadas por modelo econométrico e pelo sinal apresentado. Dentre os principais resultados do estudo de Sierra-Garcia *et al.* (2019), foi constatado que as firmas Deloitte, Ernst & Young e KPMG divulgam menos PAA que a PwC, cujos clientes têm maior complexidade e podem estar relacionados à agências reguladoras. Entidades que pagam maiores honorários aos auditores tendem a ter mais PAA divulgados sobre o risco do cliente e menos PAA relacionados à itens das demonstrações financeiras. O setor no qual o cliente opera também é uma variável significativa, evidenciando que os setores de Tecnologia e Comunicação, e Utilidade Pública e Gás e Óleo possuem maior divulgação de PAA, seja relacionado à quantidade total, ao risco do cliente ou itens das demonstrações financeiras, em comparação com o setor de serviços.

O estudo de Kitiwong e Srijunpetch (2019) buscou identificar o impacto da cultura nacional nas divulgações dos principais assuntos de auditoria focando em duas dimensões culturais: aversão à incerteza e masculinidade, que são as diferentes dimensões culturais entre a Tailândia, Malásia e Cingapura. Conforme os autores, aversão à incerteza indica até que ponto uma pessoa é capaz de tolerar uma incerteza que gradualmente causa ansiedade, e o fator masculinidade indica as características de assertividade, competitividade e resistência, por outro lado, feminilidade (FAM) indica as características de gentileza e cuidado. Os autores explicam que auditores de países com maior índice de aversão à incerteza podem entender que a divulgação de PAA específicos da entidade pode ser mais arriscado que a divulgação de PAA específicos

do setor. Além disso, países com cultura de maior índice de masculinidade são menos gentis e cuidadosos, podendo negligenciar assuntos específicos da entidade ao reportarem PAA.

Tabela 6.

Variáveis do estudo de Kitiwong e Srijunpetch (2019)

VARIÁVEL	NKAM	TKAM
Índice de aversão de incerteza	NS*	+
Índice de masculinidade	NS*	NS*
Tipo de firma (referência: BIG4)	-	NS*
Tamanho da Entidade (ln do AT)	+	-
Número de segmentos da Entidade (ln)	+	NS*
(Receitas + Estoques) / Ativos	+	+
ROA	NS*	+
Adoção do KAM (referência: 1º ano)	NS*	NS*

*NS: Variável não significativa.

Fonte: Kitiwong e Srijunpetch (2019)

Na pesquisa foram analisadas as divulgações dos PAA durante o período de 2016 a 2018, totalizando 174, 364 e 238 observações para cada um dos três países, respectivamente. A partir dos resultados dos modelos de regressão, os autores constataram que as características culturais de aversão de incerteza e masculinidade de um país não afetam um número de PAA (NKAM) divulgados pelos auditores, no entanto, os auditores de um país com forte aversão de incerteza (por exemplo, Tailândia) têm maior probabilidade de divulgar PAA comuns ao setor (TKAM), que a maioria das empresas do mesmo setor compartilha com as similares. Ainda, conforme os resultados apresentados na Tabela 6, observa-se que quando a entidade é auditada por firma do tipo *Big4*, há menor divulgação de PAA. Já o tamanho da entidade afeta positivamente na quantidade de PAA divulgada, e negativamente quanto ao tipo de PAA (têm menor probabilidade de divulgar KAM comuns ao setor) (Kitiwong & Srijunpetch, 2019).

O estudo de Ferreira e Moraes (2019) tem como objetivo identificar o número de PAA divulgado pelas empresas brasileiras, bem como analisar quais os principais determinantes dessa divulgação, tendo como referência de análise 447 empresas brasileiras cotadas em bolsa na B3 no período de 31 de dezembro de 2016.

Tabela 7.**Variáveis do estudo de Ferreira e Moraes (2019)**

VARIÁVEL	KAM
Tipo de firma (referência: BIG4)	+
Honorários de Auditoria	-
Opinião da Auditoria	-
Setor Financeiro	NS*
Setor Consumo Cíclico	+
Setor Consumo Não Cíclico	NS*
Setor Utilidade Pública	+
Setor Saúde	NS*
Setor Telecomunicações	NS*
Setor Bens Industriais	+
Setor Materiais Básicos	+
Setor Petróleo, Gas e Biocombustíveis	+
Setor Tecnologia da Informação	+
Tamanho da Entidade	+
Complexidade da Entidade	+
Risco de Continuidade	NS*
ROA	NS*
Endividamento da Entidade	NS*

*NS: Variável não significativa.

Fonte: Ferreira e Moraes (2019)

Os resultados da pesquisa de Ferreira e Moraes (2019) apresentados na Tabela 7 mostram que quando a empresa é auditada por uma *Big4* é esperado um maior número de principais assuntos de auditoria reportado no relatório, sendo que quando existe uma opinião modificada é esperada menor divulgação de PAA. Com relação aos honorários cobrados por parte da auditora, foi observado que um aumento irá resultar num menor número de PAA. É também esperado um maior número de PAA quando a empresa apresenta maior tamanho e complexidade. Também foi constatada maior divulgação de PAA para entidades que atuam nos setores de Consumo Cíclico, Utilidade Pública, Bens Industriais, Materiais Básicos, Petróleo, Gás e Biocombustíveis e Tecnologia da Informação.

Por fim, a pesquisa de Ardito (2019) procura identificar os determinantes da quantidade de PAA apresentada nos relatórios de auditorias independentes, utilizando como variáveis independentes país de origem, setor de atuação, auditor independente emissor do relatório e

tamanho da empresa. O estudo analisa as maiores empresas por capitalização de mercado no Reino Unido, Hong Kong, Alemanha, Europa Ocidental (Euronext) e Brasil, considerando o exercício de 2017.

Tabela 8.

Variáveis do estudo de Ardito (2019)

VARIÁVEL	PAA
Tamanho da entidade (ln da receita)	+
Tipo de firma (referência: BIG4)	NS*
Bolsa de valores (referência: B3)	NS*
Deutsche Börse	-
Euronext	NS*
Hong Kong	-
London Stock Exchange	+
Setor Financeiro	+
Mais de um auditor assinando o relatório	NS*
Países com sistema legal baseado no “Common-Law”	+
Setores com maior grau de regulação (REG)	+

*NS: Variável não significativa.

Fonte: Ardito (2019)

Com relação aos resultados do estudo de Ardito (2019), constata-se por meio da Tabela 8 que há uma propensão maior para reportar PAA nos relatórios de auditoria independente das empresas inglesas (*London Stock Exchange*) do que nas brasileiras, mas para as bolsas de Hong Kong e Alemanha, que representam mercados maiores do que o brasileiro, o efeito é contrário, tendo um coeficiente negativo acentuado. Ainda, países com sistema legal baseado no “*Common-Law*”, como é o caso do Reino Unido podem representar uma maior qualidade na comunicação dos relatórios de auditoria, sendo, a quantidade de PAA também maior. Também é válido ressaltar que empresas que estão em setores mais regulados (incluindo o setor financeiro), podem apresentar maior quantidade de PAA divulgada.

Com base nos poucos estudos apresentados, nota-se ainda uma carência de pesquisas sobre a identificação dos fatores que influenciam na divulgação dos principais assuntos de auditoria, sobretudo considerando que há divergências sobre os resultados encontrados nas pesquisas anteriores, seja pelo sinal contrário ao esperado, seja pela significância ou não das mesmas variáveis consideradas em diferentes estudos. Ainda, sabendo que a escolha dos PAA envolve

julgamento dos auditores, nenhum dos estudos apresentados questionou esses profissionais diretamente, a fim de melhor fundamentar as variáveis testadas.

Desta forma, torna-se necessário discutir cada variável (significativa ou não) visando desenvolver um constructo adequado para ser aplicado empiricamente no mercado brasileiro, sendo inicialmente realizada uma consulta junto aos profissionais de auditoria independente. Nesse sentido, as variáveis são apresentadas a seguir considerando a sua natureza, ou seja, se referem às características da entidade auditada ou da auditoria independente.

2.5. Relação entre a Firma de Auditoria e o Cliente Auditado

O relacionamento entre a auditoria independente e a entidade auditada envolve diversos aspectos e pode proporcionar diferentes efeitos também. Tal relacionamento pode ser afetado, dentre outros fatores, pela qualidade do serviço, a independência dos profissionais, a remuneração dos auditores, o grau de governança corporativa da entidade, seu porte e a complexidade dos negócios.

Todavia, ao se tratar desta relação entre auditor e auditado, o principal aspecto que norteia essa discussão é a qualidade da auditoria. Para Myers, Myers e Omer (2003), quando a qualidade da auditoria é elevada, os auditores restringem as escolhas extremas que a administração gostaria de fazer ao apresentar a posição financeira da empresa, mas, quando a qualidade da auditoria é baixa, postula-se que os auditores não restringem essas escolhas extremas e que, em alguns casos, os auditores podem até mesmo ajudar a administração a ‘empurrar as fronteiras’ dos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (GAAP).

Para McCracken, Salterio e Gibbins (2008), a negociação realizada para fechamento do contrato do serviço de auditoria depende de mais de uma parte, se concentrando na relação entre diretor-financeiro (CFO) e sócio da firma de auditoria (os dois principais negociadores), que discutem suas funções, relacionamentos e a negociação de uma questão específica. Ainda conforme os autores, esses papéis e relacionamentos transacionados também afetam como o processo de negociação se desenrola, incluindo o conjunto de tratamentos contábeis alternativos considerados durante as negociações.

O processo de negociação não se limita aos elementos relacionados com a contratação dos auditores, mas também, no decorrer da própria auditoria, quanto às questões contábeis vinculadas às demonstrações financeiras. Nessa ótica, Gibbins, Salterio e Webb (2001) constataam que essas negociações ocorrem frequentemente, mas podem ser complexas e envolver muito tempo e muitas pessoas. Além disso, a expertise dos auditores é elemento central neste processo de negociação, pois normalmente esses profissionais identificam rapidamente distorções nas demonstrações financeiras e entendem melhor a situação do que o próprio cliente. Ainda, a negociação implica em desacordo inicial, mas os auditores e seus clientes têm o conhecimento para alcançar um resultado aceitável e as partes geralmente têm um desejo mútuo de chegar a um acordo.

Para Rennie, Kopp e Lemon (2010), os auditores precisam ter confiança em seus clientes, pois precisam das informações fornecidas por essas entidades, as quais possuem maior conhecimento específico sobre suas operações que os próprios auditores. No entanto, se for permitido que a confiança se torne muito forte, o ceticismo profissional pode ser prejudicado. Apesar desse risco, na pesquisa realizada com os auditores, eles próprios observaram que eles acreditam que é importante confiar em seus clientes e que eles tentam garantir que a confiança não impeça o ceticismo profissional, principalmente através de um processo de auditoria rigoroso e da adoção de uma atitude independente.

Nasser, Wahid, Nazri e Hudaib (2006) analisaram o relacionamento entre auditor e auditado sob dois aspectos: o prazo do relacionamento da auditoria independente e a troca de auditoria pelo cliente. Os autores analisaram 297 empresas listadas na Bolsa de Valores de Kuala Lumpur durante um período de 11 anos e constataram que é maior a probabilidade da mudança de firma de auditoria de pequenos clientes, em dificuldades financeiras e auditados por pequenas firmas de auditoria. Como os clientes com dificuldades financeiras estão mais propensos a trocar de empresa de auditoria, os auditores menores relutariam mais em qualificar seus relatórios ou demonstrar discordância com seus clientes por medo de serem demitidos e perder um cliente. A implicação dessa descoberta é que tal relação cliente-auditoria pode prejudicar a independência do auditor e enfraquecer a qualidade da auditoria.

Ainda sobre a troca de auditoria, é possível observar que o rodízio obrigatório muda (i) a dinâmica do mercado de auditoria, aumentando o número de clientes que estão no mercado para um novo auditor, e, (ii) os custos políticos para um cliente que troca de auditor. Essas mudanças

alteram a disposição do auditor e do cliente em cooperar durante a negociação, o que produz mais valor alinhado com as preferências do auditor do que com as preferências do cliente, e também mais impasses de negociação (Wang & Tuttle, 2009)

Observa-se que muitos estudos que analisam o relacionamento entre auditor e auditado envolvem características das duas partes, e que essas características podem influenciar na qualidade e independência do serviço. Nesse sentido, é importante ressaltar que a qualidade da auditoria consiste na probabilidade de o auditor, simultaneamente, descobrir (competência) e reportar (independência) erros materiais ou distorções relevantes (DeAngelo, 1981a; 1981b).

Bazerman, Morgan e Loewenstein (1997) complementam que falhas em auditoria raramente ocorrem devido a colusão entre auditores e clientes. Ao invés disso, pode acontecer aos auditores que seja psicologicamente impossível ser imparcial e objetivo no serviço. No entanto, a dependência econômica do cliente, a prestação de serviços não relacionados à auditoria ao cliente e a concorrência no mercado de auditoria são fatores que prejudicam a percepção de independência do auditor e, conseqüentemente, podem afetar a qualidade da auditoria (Akpom & Dimkpah, 2013).

Se a qualidade da auditoria envolve, dentre outras questões, o reporte de informações por parte dos auditores, é possível incluir nessa discussão a seleção e divulgação dos principais assuntos de auditoria. Assim, nessa ótica que aborda o relacionamento entre auditor e auditado, Pinto e Moraes (2018) enfatizam e corroboram ao afirmar que esse processo também pode influenciar no número de principais assuntos de auditoria reportados. Desta forma, torna-se necessário apresentar e discutir as características do auditor e auditado que fazem parte desse relacionamento e que podem influenciar na seleção e reporte dos PAA.

2.5.1. Características do Auditor Independente

Dentre as características da auditoria apresentadas nos estudos de Pinto e Moraes (2018), Ferreira e Moraes (2019), Velte (2018), Sierra-Garcia *et al.* (2019), Kitiwong e Srijunpetch (2019) e Ardito (2019), serão analisados neste tópico o tipo de firma de auditoria, honorários de auditoria e de não auditoria, troca de auditor e tempo de relacionamento entre firma de auditoria e cliente, opinião da auditoria, especialização do auditor, período de adoção dos PAA e gênero do auditor. A discussão de cada característica visa também resgatar conceitos e

associações de pesquisas anteriores a fim de argumentar e fundamentar melhor a relação de cada variável com a divulgação dos PAA.

2.5.1.1. Tipo de firma de auditoria

A maiores firmas de auditoria do mundo são conhecidas pelo termo *Big Four (Big4)*, são elas: KPMG, Pricewaterhouse Coopers, Ernst & Young e Deloitte Touche Tohmatsu. Por serem as maiores firmas, espera-se que apresentem maior qualidade (Francis & Krishnan, 1999; Krishnan, 2003; Francis & Yu, 2009) e, consequentemente, maiores taxas de auditoria. Essas características fazem com que essa variável (ser ou não ser uma *Big4*) seja importante nas pesquisas empíricas relacionadas com a auditoria independente, buscando saber os efeitos que a mesma pode causar em *proxies* de qualidade da própria auditoria (Ndubuisi & Ezechukwu, 2017; Abid, Shaique, & Anwar, 2018) ou das demonstrações contábeis, bem como na emissão da opinião do auditor e outros aspectos divulgados no relatório do mesmo.

Assim, reúnem-se neste tópico alguns estudos que abordam os efeitos da variável qualitativa *Big4*, sobretudo, quando se trata dos efeitos no relatório do auditor independente, uma vez que se busca relacioná-la com a divulgação dos principais assuntos de auditoria nesta pesquisa.

Ferreira e Morais (2019) esperam que exista uma associação positiva entre o fato de uma empresa ser auditada por uma *Big4* e o número de PAA, baseado nos argumentos de maior capacidade de suportar a pressão dos clientes, identificando e relatando não conformidades (Lai, 2013; Camargo, 2012), sendo confirmada essa hipótese, assim como ocorreu no estudo de Cruz, Nardi, Figueira e Silva (2019). Diferentemente de Ferreira e Morais (2019), os estudos de Boonlert-U-Thai, Srijunpetch e Phakdee (2019) e Kitiwong e Srijunpetch (2019) constataram uma associação negativa, no entanto, tal relação não foi explicada pelos autores. Na mesma linha, os estudos de Marques e Souza (2017) e Ardito (2019) realizados no mercado brasileiro, constataram que as empresas auditadas por *Big4* apresentaram menores médias de PAA reportados, porém não se observaram diferenças estatisticamente significativas. Na pesquisa de Seganfredo (2019), o autor observou ainda que, nos relatórios de auditoria emitidos pelas *Big4*, foi possível identificar mais procedimentos de auditoria realizados do que naqueles emitidos por outras empresas de auditoria.

Desta forma, embora seja esperado que as firmas *Big4* tenham maior capacidade de suportar a pressão dos clientes, identificando e relatando não conformidades, além dos estudos que já constatarem que as entidades auditadas por *Big4* tiveram menor quantidade de PAA reportados, é possível considerar que essas entidades terão que atender às demandas da auditoria visando minimizar a possibilidade de emissão de uma opinião modificada ou a divulgação de informações que possam ter efeito negativo sobre a entidade, tais como elevado nível de julgamento nas demonstrações contábeis, os riscos do negócio e de controle. Ainda, firmas *Big4* tendem a ter maiores clientes, que por sua vez, podem ter maior e melhor estrutura para atender às demandas da auditoria, minimizando divulgações adicionais por parte da firma. Nesse aspecto, o estudo de Lawrence, Minutti-Meza e Zhang (2011) sugere que há diferença de qualidade entre auditores *Big4* e não *Big4*, refletido pelas características da entidade auditada, sobretudo, pelo porte da mesma. Por essas razões, pode-se esperar que as entidades auditadas por *Big4* tenham menor divulgação de PAA no relatório do auditor independente em comparação com as auditadas por não *Big4*.

2.5.1.2. Honorários de Auditoria e de Não Auditoria

Muito tem se estudado sobre as implicações dos honorários de auditoria e de não auditoria na qualidade do serviço, visando analisar principalmente a possibilidade da perda da independência. Segundo Braunbeck (2010), o auditor possuirá diferentes níveis de incentivos para ser independente e, portanto, é razoável encontrarem-se diferentes níveis de qualidade de auditoria oferecidas nesse mercado. O autor também aborda que a demanda por qualidade das auditorias é variável e dependente de preferências e incentivos dos próprios clientes de auditoria. Portanto, em caso de possível relação de dependência entre auditor e auditado causada, dentre outras coisas, pela existência de honorários superestimados, é razoável esperar que o auditor seja mais tolerante quanto à emissão da opinião de auditoria e demais divulgações em seu relatório, o que poderia ter impacto negativo sobre o mercado no qual o cliente atua. Da mesma forma, a remuneração por outros serviços prestados pela firma de auditoria independente (também chamados de serviços de não auditoria) são explorados em pesquisas, no sentido de afetarem a independência e qualidade do serviço.

Apesar de ainda ser uma divulgação recente, os principais assuntos de auditoria já têm sido relacionados com os honorários de auditoria em pesquisas anteriores. No estudo de Sierra-Garcia *et al.* (2019) os autores consideram que o novo relatório de auditoria pode resultar em

custos adicionais em virtude de outros procedimentos para combater o aumento do risco de reputação associado à divulgação dos PAA. Por outro lado, os autores esperavam que os clientes que pagam taxas mais altas por serviços de não auditoria recebessem menos PAA, pois o resultado desses serviços fornece às empresas informações úteis para mitigar e lidar com seus riscos. Apesar das expectativas, a remuneração dos serviços de não auditoria não foi significativa na pesquisa empírica e a remuneração dos serviços de auditoria foi positiva para a divulgação de PAA relacionados com os riscos da entidade, e negativa para os PAA relacionados aos riscos associados à informação de natureza contábil.

Gutierrez, Minutti-Meza, Tatum e Vulcheva (2018) não encontraram evidências de que o aumento na divulgação afete as taxas ou a qualidade da auditoria, embora as empresas com relatórios longos paguem taxas comparativamente mais altas. No entanto, constataram que empresas *premium* (são empresas que devem obedecer aos mais altos padrões de regulamentação e governança corporativa do Reino Unido) com relatórios relativamente longos e um grande número de riscos, pagam taxas comparativamente mais altas, concluindo uma associação positiva entre a discussão do auditor sobre riscos e esforços, na medida em que os honorários de auditoria capturam o esforço do auditor. No entanto, a mera divulgação dos riscos não causa uma alteração nos honorários ou na qualidade da auditoria.

No estudo de Li, Hay e Lau (2019), a divulgação dos PAA, sugere uma melhoria na qualidade da auditoria, e houve também um aumento significativo nas taxas de auditoria, concluindo que, embora os novos requisitos de relatório do auditor estejam associados a melhorias na qualidade da auditoria, esse benefício não ocorre sem custo.

Almulla e Bradbury (2018) não encontraram evidências de que a primeira divulgação dos PAA nos relatórios de auditoria resultou em taxas de auditoria mais altas, pois os clientes podem não estar dispostos a pagar pelas divulgações dos PAA e os auditores podem ser obrigados a absorver quaisquer custos adicionais nas margens de lucro. Da mesma forma, Reid, Carcello, Li e Neal (2018) e Mello e Araújo (2019) não encontraram relação significativa entre os PAA e os custos de auditoria.

Para Bédard, Gonthier- Besacier e Schat (2018), por um lado os PAA devem exigir um esforço de auditoria adicional dos membros mais altos da equipe de trabalho para a determinação, preparação, documentação e revisão desta seção no relatório de auditoria, o que levaria a taxas

de auditoria mais altas. Mas, por outro lado, também se pode argumentar que a divulgação de PAA é um exercício formal que realmente não afeta o esforço geral realizado pelo auditor e estão relacionados a informações já endereçadas no arquivo de auditoria e comunicadas ao comitê de auditoria. Colares, Alves e Ferreira (2018) corroboram com essa fala, ao constatarem que há um entendimento por parte dos auditores de que a identificação de riscos do cliente e os efeitos disso na execução de auditoria já eram procedimentos realizados, e que a divulgação disso no relatório de auditoria não acarretaria em grandes efeitos no planejamento e nos custos da auditoria.

Para Ferreira e Moraes (2019) é de esperar que um valor elevado de honorários cobrados esteja anexado a um maior número de PAA reportado, sendo constatado em sua pesquisa, no mercado brasileiro em 2016, que o aumento dos honorários cobrados por parte da auditora pode resultar em menor número de PAA. Da mesma forma, os resultados de Pinto e Moraes (2018) indicam que existe uma associação positiva entre a taxa de auditoria e o número de PAA divulgados, embora tenha sido contrário às expectativas dos autores. Eles explicam que as taxas de auditoria podem estar relacionadas ao maior risco do cliente, indicando que o risco de litígio domina qualquer dependência de auditor-cliente.

Desta forma, com base nas pesquisas anteriores apresentadas, neste estudo espera-se que maiores honorários de auditoria estejam associados à maior divulgação de PAA, principalmente aqueles relacionados com os riscos do cliente, pois entidades de maior porte e complexidade demandam maiores custos de auditoria e têm maiores riscos no negócio.

2.5.1.3. Troca de Auditor e Tempo de Relacionamento entre firma de auditoria e cliente

O rodízio de auditorias foi instituído no Brasil pela Comissão de Valores Mobiliários (1999) através da instrução normativa nº 308. Com a instrução normativa nº 509, a CVM alterou a regra ficando estabelecido que as companhias que instalarem e mantiverem um Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) nas condições exigidas poderão contratar auditor independente para a prestação de serviços por até 10 anos consecutivos, e as empresas que não tiverem esse comitê devem trocar a firma que audita seus números a cada cinco anos, com intervalo de três anos para recontração da empresa de auditoria (Comissão de Valores Mobiliários, 2011).

Conforme Almeida (2017), o rodízio mandatório de firmas de auditoria estabelece um limite para período de relacionamento auditor-auditado (*tenure*), sendo considerado como um meio de preservar a independência do auditor e proporcionar maior confiança aos investidores, todavia, não há ainda consenso sobre sua efetividade. O rodízio de auditoria pode trazer benefícios para empresa gerando uma boa qualidade da auditoria (Firth, Rui & Wu., 2012), ao passo que outros estudos (Oliveira & Santos, 2007) concluem que o rodízio de firmas de auditoria não tem capacidade de assegurar a independência do auditor no seu trabalho e não diminui os riscos de erros contábeis e de fraudes na elaboração das demonstrações contábeis. Na mesma linha, Formigoni, Antunes, Leite e Paulo (2008) constataram que o rodízio de firmas de auditoria, segundo a percepção dos gestores da amostra estudada, não tem contribuído nem para a independência, nem para a qualidade dos serviços prestados pelas firmas de auditoria, sendo que apenas o rodízio de auditores de uma mesma firma é considerado suficiente para manter a independência do auditor.

Sobre a qualidade da auditoria, os resultados das pesquisas de Silva e Bezerra (2010) e Azevedo e Costa (2012) evidenciam que a troca de firma de auditoria não está associada à redução do gerenciamento de resultados, não sendo possível concluir que o rodízio de auditoria aumente a qualidade da auditoria. Com os mesmos achados, Eriabie e Dabor (2017) concluem que a mudança do auditor não deve ser mandatória, mas baseada no fato de ineficiência do serviço prestado. Por outro lado, Kim, Lee e Lee (2015) constataram que na Coreia do Sul as empresas auditadas por novos auditores rotacionados obrigatoriamente têm menos *accruals* discricionários e apresentam qualidade do que aquelas auditadas por novos auditores que trocaram voluntariamente durante o trabalho inicial de auditoria. Os autores concluem que há maior qualidade da auditoria prestada quando a troca de auditor é mandatória, fornecendo também implicações para reguladores e formuladores de políticas de países que consideram a adoção do rodízio de auditoria obrigatório. Wilson, McNellis e Latham (2017) afirmam que a familiaridade do auditor na entidade auditada deve ser considerada como um constructo nas pesquisas futuras relacionadas ao rodízio de auditoria, já que seu estudo evidenciou que a familiaridade do auditor aumenta a sua confiança, o que, por sua vez, influencia positivamente nas intenções de um funcionário em denunciar qualquer problema ou fraude na empresa.

Estudos anteriores também mostram a relação entre a troca de auditoria (consequentemente, o tempo de auditoria) e a formação da sua opinião no relatório de auditoria independente. Por um lado, de forma negativa, estudos mostraram que o auditor tem menor probabilidade de qualificar

a opinião de um cliente que pode mudar de auditor (Dye, 1991; Teoh, 1992), mas, por outro lado, de forma mais positiva, estudos mostraram que os auditores tratam as empresas que vão mudar de auditoria de forma mais conservadora e têm maior probabilidade de emitir opiniões qualificadas (Chow & Rice, 1982; Craswell, 1988; Krishnan, Krishnan & Stephens, 1996).

De forma mais recente, Singer e Zhang (2018) mostram que no mercado norte americano, maior tempo de relacionamento entre cliente e firma de auditoria leva a descobertas e correções menos oportunas das distorções, o que é consistente com um efeito negativo do longo período de relacionamento com o auditor na qualidade da auditoria. Para Kim, Lee e Lee (2015) é mais provável que os auditores que atuam pela primeira vez, em função do rodízio mandatório, emitam relatórios de auditoria com incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional às empresas com dificuldades financeiras, em comparação com as firmas de auditoria com troca voluntária. Cheng e Kwak (2017) mostraram que a emissão de uma opinião modificada relacionada a problemas financeiros pode ser uma informação valiosa para prever a mudança de auditoria.

Conforme observado nas pesquisas anteriores citadas, a troca de auditor é um assunto muito explorado, no entanto, ainda há pouca literatura que relacione essa variável com a divulgação dos principais assuntos de auditoria. Nesse contexto, destaca-se a pesquisa de Sierra-Garcia *et al.* (2019), que embora tenha considerado a troca de auditor como uma variável explicativa para a divulgação dos PAA, os autores argumentaram que não há um sinal claro para tal relacionamento, pois o novo auditor pode ser mais conservador e incluir um número maior de PAA ou (por exemplo) ser menos experiente e incluir um número menor. Pinto e Moraes (2018) consideraram o tempo de relacionamento entre auditoria e cliente como uma variável explicativa da divulgação dos PAA, no entanto, não foi significativa no estudo.

Apesar da indefinição quanto aos efeitos da troca de auditor e do tempo de relacionamento auditor-cliente, na pesquisa de Seganfredo (2019) foi observado que o aumento na quantidade de PAA publicados foi maior para os casos em que houve rodízio de auditor e a manutenção da mesma quantidade foi mais presente quando o auditor se manteve o mesmo nos dois anos. Desta forma, nota-se maior conservadorismo por partes das auditorias ao reportarem mais PAA após a troca de firma, sendo, portanto, esperada uma relação positiva para esta variável. Ainda, considerando o estudo de Ghosh e Siriviriyakul (2018) que sugere a necessidade de monitorar melhor a independência do auditor e os julgamentos da auditoria quando o mandato é longo,

especialmente para os auditores das Big 4, porque o vínculo econômico entre a empresa de auditoria e o cliente tende a aumentar com o tempo, espera-se, portanto, que o tempo de relacionamento entre auditor e cliente (*tenure*) tenha uma relação negativa com a divulgação dos principais assuntos de auditoria.

2.5.1.4. Opinião da auditoria

Ainda não está claro sobre os efeitos de uma opinião modificada de auditoria na comunicação dos principais assuntos de auditoria, entretanto, tendo em vista a escassez de trabalhos que relacionem essas duas variáveis, entende-se que uma discussão sobre as pesquisas anteriores relacionadas aos determinantes de uma opinião modificada de auditoria pode lançar luz a essa questão, já que também se trata da propensão do auditor em divulgar uma informação que pode ter impacto negativo no mercado, estando relacionada com a competência e independência do auditor.

O estudo de Ireland (2003) realizado no Reino Unido mostra que as grandes empresas, aquelas com boa liquidez e as que pagam dividendos, são menos propensas a receber opinião modificada sobre a incerteza relacionada à capacidade de continuidade operacional, enquanto aquelas com passivos contingentes, com perdas recentes e recebendo modificações de auditoria no ano anterior (de qualquer tipo), são mais propensas a receber essas modificações. Geiger e Rama (2006) mostram que há uma diferenciação na qualidade da auditoria de uma firma do tipo *Big4* em comparação com firmas não *Big4*, evidenciando maior propensão das *Big4* a divulgar problemas de incerteza relacionada a capacidade de continuidade operacional. Já na pesquisa de Gaganis e Pasiouras (2007), os autores constataram que os bancos asiáticos que recebem opiniões qualificadas são, em geral, menores, menos capitalizados, menos rentáveis e eficientes em termos de custos e parecem ter excesso de liquidez. Foster e Shastri (2016) mostraram que o tamanho dos ativos das *startups* americanas, o capital de giro negativo e problemas de continuidade operacional anteriores podem influenciar as modificações de opinião dos auditores.

No mercado brasileiro, Marques, Santos, Souza, Amaral, Souza e Louzada (2015) constataram que há uma redução da probabilidade de receber uma opinião modificada quando a entidade é auditada por uma firma *Big4*, tem maior retorno sobre ativos, está em níveis diferenciados de governança e é do setor financeiro, enquanto que as variáveis que aumentam a probabilidade

de receber uma opinião modificada foram tamanho da empresa, adoção parcial do IFRS, e entidades pertencentes ao setor Cíclico do Consumidor, dentre outras. Pimentel e Durso (2018) também evidenciaram que empresas com melhor situação financeira tem menor probabilidade de receber uma opinião modificada, mas por outro lado, diverge da pesquisa de Marques *et al.* (2015) ao mostrarem que empresas de maior porte possuem menor probabilidade de apresentar um relatório com modificação de opinião pelos auditores externos. Mesmo resultado foi apresentado na pesquisa de Pereira, Machado, Pinheiro e Dutra (2019) quanto à variável retorno do ativo.

De forma geral, observa-se que empresas com problemas financeiros tendem a gerar um alerta ao auditor aumentando a probabilidade de uma opinião modificada no relatório. Todavia, se não for constatada uma distorção relevante, o auditor poderá fazer outros tipos de divulgação, com foco na seção dos principais assuntos de auditoria. Cabe ressaltar que tanto os assuntos que foram base para opinião modificada como aqueles divulgados como PAA são considerados como principais assuntos pelo auditor, todavia, aqueles geraram distorções relevantes e, por essa razão, são divulgados como base para opinião com ressalva ou adversa. De acordo com a NBC TA 701, quando o auditor emite uma opinião com ressalva ou adversa, a comunicação dos PAA continua sendo importante para aumentar o entendimento da auditoria pelos usuários previstos e, portanto, aplicam-se os requisitos para determinar os principais assuntos de auditoria, no entanto, o auditor não deve comunicar um assunto como PAA quando, em conformidade com a NBC TA 705, ele deveria emitir opinião modificada em decorrência desse assunto (Conselho Federal de Contabilidade, 2016b). Ainda, quando o auditor se abstém de emitir uma opinião sobre as demonstrações contábeis, de acordo com a NBC TA 705, ele não deve comunicar os PAA em seu relatório (Conselho Federal de Contabilidade, 2016c).

Com base nas orientações das normas de auditoria, por um lado é esperado que um relatório contendo uma opinião modificada contenha menor número de PAA divulgados, pois outros principais assuntos já estão sendo abordados no parágrafo base para opinião com ressalva ou adversa. Mas, por outro lado, espera-se que uma entidade que receba uma opinião modificada esteja relacionada a outros possíveis riscos das operações ou mesmo de julgamento da informação contábil sem necessariamente estarem vinculados à distorções relevantes identificadas, e, portanto, poderia receber maior número de PAA mesmo quando a opinião de auditoria seja modificada. Vik e Walter (2017) explicam essa questão, dado que a comunicação de PAA realiza-se em conjunto com a emissão da opinião do auditor, ou seja, quando o auditor

considera um assunto de risco e aborda-o como reserva na opinião final, este assunto já não pode ser considerado na seção dos PAA. Além disso, apenas um estudo considerou a opinião da auditoria como uma variável determinante da divulgação dos PAA, sendo que nesta pesquisa, a autora encontrou uma significância negativa para essa variável, concluindo que quando a opinião da auditoria sobre as demonstrações contábeis é modificada, a tendência é que o relatório contenha menos PAA (Ferreira & Moraes, 2019), o que também é a expectativa na presente pesquisa.

2.5.1.5. Especialização do auditor no Setor da Entidade Auditada

Especialização do auditor no setor se refere ao profundo nível de conhecimento que o profissional ou a firma detém sobre algum determinado setor. Para isso, os auditores fazem investimentos altos em conhecimento específico do setor, permitindo que eles ofereçam um produto diferenciado e criem barreiras de entrada para outras empresas de auditoria. Quando o conjunto de empresas auditadas têm características relativamente homogêneas, os auditores podem transferir esse conhecimento entre os clientes do setor com mais facilidade, resultando em economia de custos e economia de escala (Cahan, Godfrey, Hamilton & Jeter, 2008).

A especialização é também uma *proxy* para a *expertise* do auditor e é baseada no treinamento e na experiência prática adquirida com a auditoria em um setor específico. Em geral, espera-se uma relação positiva entre a especialização do auditor no setor e a qualidade da auditoria (Gramling & Stone, 2001), e percebe-se muitos estudos que procuram relacionar essas duas variáveis. Braunbeck (2010) expõe que especialização é uma *proxie* para competência do auditor, que em conjunto com a independência, formam os atributos principais da qualidade da auditoria (DeAngelo, 1981a; 1981b). A ideia de que o conhecimento específico dos processos, riscos e controles de um cliente está associado à qualidade da auditoria, e auditores especialistas poderão ser vistos como mais competentes ou, ainda, auditores se especializam buscando a diferenciação em qualidade de seu serviço (Braunbeck, 2010).

Para Carcello e Nagy (2004), muitas firmas de auditoria organizam suas práticas de acordo com as linhas do setor, refletindo a crença de que a especialização do setor leva a auditorias de maior qualidade, corroborando com os achados da pesquisa, os quais evidenciaram uma relação negativa significativa entre a especialização do setor de auditor e a fraude financeira do cliente. Apesar disso, o estudo também fornece evidências de que os benefícios positivos da

especialização do setor de auditor na determinação de fraudes financeiras são afetados pelo tamanho do cliente, e explicam que clientes maiores têm maior poder de barganha e têm maior probabilidade de convencer o auditor a aceitar uma contabilidade agressiva.

Audidores com maior experiência no setor fornecem melhor garantia do que seus colegas não especialistas (Reheul, Van Caneghem, Van den Bogaerd & Verbruggen, 2017), o que pode incitar maior qualidade do serviço. Na pesquisa de Romanus, Maher e Fleming (2008), os autores constaram que a especialização do auditor no setor de atuação da entidade auditada reduz a probabilidade de emitir atualizações que afetam as contas operacionais principais, sugerindo que a especialização do setor agrega valor na auditoria de uma área particularmente crítica das operações contínuas da empresa. Na mesma linha, a especialização está positivamente associada à qualidade da auditoria percebida, mas não às taxas de auditoria. Lowensohn, Johnson, Elder e Davies (2007) constataram que a especialização está positivamente associada à qualidade da auditoria percebida, mas não às taxas de auditoria.

No estudo de Kwon, Lim e Tan (2007), os autores verificaram que os clientes de auditores especialistas do setor têm menores *accruals* discricionários, e que os benefícios de contratar os serviços de auditores especializados da indústria aumentam à medida que o ambiente jurídico de um país muda de um ambiente forte para um fraco. De acordo com Lim e Tan (2008), os auditores especialistas do setor são mais propensos do que os não especialistas a se preocuparem com a perda de reputação e a exposição a litígios, e a se beneficiarem das repercussões do conhecimento na prestação de serviços que não sejam de auditoria. Essa preocupação pode resultar em maior cautela com os procedimentos de auditoria, elevando a qualidade do serviço.

Sobre o papel da auditoria na redução da assimetria informacional, Almutairi, Dunn e Skantz (2009) destacam que a percepção do mercado sobre a qualidade da divulgação é maior e as oportunidades de busca de informações privadas são menores para as empresas que contratam auditores especializados do setor. Além disso, concluem que as empresas têm incentivos para reduzir a assimetria de informação e os resultados documentam que a escolha de um auditor especialista e a duração do relacionamento do auditor podem potencialmente influenciar esse objetivo. Ainda nessa ótica, Knechel, Naiker e Pacheco (2007) constataram que as empresas que trocam entre os auditores da Big 4 obtêm retornos anormais positivos significativos quando o auditor sucessor é um especialista do setor e experimentam retornos anormais negativos significativos quando o auditor sucessor não é um especialista. Os resultados sugerem que o

mercado percebe que as diferenças na qualidade da auditoria com base na especialização do setor são relevantes para a avaliação do valor de mercado de uma empresa.

Não há evidências de diferenças nas *proxies* de qualidade de auditoria entre os clientes de auditores especialistas e não especialistas. Além disso, não há evidências consistentes de um prêmio de taxa de especialista. As evidências combinadas no estudo de Minutti-Meza (2013) sugerem que a participação de mercado dentro da indústria do auditor não é um indicador confiável da qualidade da auditoria. No entanto, esses achados não implicam que o conhecimento do setor não seja importante para os auditores, mas que a metodologia usada nos estudos para examinar essa questão não analisa completamente os efeitos da especialização do auditor no setor a partir das características do cliente.

Quando se fala de qualidade da auditoria, não se pode limitar a discussão apenas aos procedimentos realizados, mas também em relação ao reporte da auditoria, evidenciando sua opinião e outros aspectos importantes identificados durante a realização do serviço. Portanto, embora a maioria dos estudos relacionados com a especialização da auditoria fazem menção a diferentes *proxies* de qualidade, alguns estudos focaram na relação com as informações do relatório da auditoria independente. A pesquisa de Serra e Rodriguez (2012) evidenciou por meio da aplicação de um questionário a uma amostra de 33 Analistas Financeiros, 32 Investidores e 33 Analistas de Crédito, que os três grupos analisados consideram que os auditores com maior nível de especialização têm mais propensão para emitir Relatório de Auditoria modificado. Habib (2013) argumenta que os auditores especialistas do setor possuem maior propensão a expressar opiniões modificadas, dado seu conhecimento superior das indústrias de seus clientes, os auditores especialistas da indústria são mais capazes de avaliar se um cliente específico da indústria tem incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional. Apesar da expectativa de uma associação positiva entre a especialização do setor de empresas de auditoria e a propensão dos auditores a emitir opiniões de auditoria modificadas, não foi constatada significância estatística desta variável na pesquisa.

Por fim, em se tratando de divulgação dos principais assuntos de auditoria, o raciocínio segue de forma similar à discussão sobre a emissão de uma opinião modificada, ou seja, espera-se que auditores especialistas tenham maior conhecimento e qualidade no serviço, portanto, a divulgação no relatório de auditoria seria mais completa e fidedigna. O estudo de Sierra-Garcia *et al.* (2019) considerou a especialização do auditor como uma variável determinante da

divulgação dos PAA. Apesar de não ter sido uma variável significativa no estudo, os autores explicam que os especialistas do setor incluíam um número maior de PAA em seus relatórios de auditoria, devido à sua melhor compreensão do cliente e do setor, sendo, portanto, a mesma expectativa para a presente pesquisa.

2.5.1.6 Gênero do Auditor

As diferenças de comportamento entre homens e mulheres já foram amplamente documentadas na literatura de psicologia e economia comportamental (Dwyer, Gilkeson & List, 2002; Eckel & Grossman, 2002; Croson & Gneezy, 2009), e também são discutidas quanto aos efeitos na auditoria, quanto ao julgamento sobre questões das demonstrações contábeis e em relação ao conservadorismo na divulgação do relatório de auditoria.

Todavia, relacionar o gênero dos auditores com a divulgação dos principais assuntos de auditoria ainda é pouco abordado, mesmo no âmbito internacional. Boonlert-U-Thai *et al.* (2019) investigam as divulgações dos PAA durante 2016 e 2017 entre 436 empresas listadas na Bolsa de Valores da Tailândia e constataram que a diferença de gênero dos auditores não afeta os PAA divulgados. Já o estudo de Kitiwong e Srijunpetch (2019) explora o impacto de fatores culturais da Tailândia, Malásia e Cingapura na divulgação dos PAA, considerando as características do auditor independente, tais como gênero, níveis de conservadorismo e experiência. Os autores consideram as quatro dimensões culturais de Hofstede (2001) e Hofstede, Hofstede e Minkov (2010), incluindo a masculinidade que indica as características de assertividade, competitividade e resistência, mas, por outro lado, feminilidade (FAM) indica as características de gentileza e cuidado. Conforme Kitiwong e Srijunpetch (2019), os auditores de um país com cultura de ‘masculinidade’ são mais assertivos, competitivos e robustos, portanto, eles estão menos preocupados com a divulgação de PAA e estão mais dispostos a divulgar um número maior. Por outro lado, são menos gentis e cuidadosos, e podem ignorar uma informação específica da entidade e da auditoria, sendo, portanto, mais provável que divulguem menos PAA relacionados ao risco da entidade. Apesar da expectativa, o estudo constatou que o gênero não influencia na quantidade e nem na natureza dos PAA divulgados no relatório.

No entanto, é válido discutir sobre as pesquisas anteriores que associaram o gênero dos responsáveis técnicos com aspectos relacionados à auditoria independente, pois as

características do comportamento por gênero podem trazer algum reflexo também na divulgação dos PAA. Desta forma, destacam-se três estudos de Hardies, Breesch e Branson: i) em 2011 os autores analisaram se existe uma diferença de gênero em excesso de confiança na população de auditores, pois estudos fora do domínio contábil descobriram que os homens são mais confiantes do que as mulheres. Os resultados não fornecem evidências de uma diferença de gênero no excesso de confiança em uma população de auditores e alertam contra a generalização dos resultados de outras pesquisas, já que o excesso de confiança não foi constatado para os profissionais auditores (Hardies, Breesch e Branson, 2011); ii) em 2014 os mesmos autores analisaram se há relação entre a qualidade da auditoria e a presença de auditoras do gênero feminino na Bélgica. Os resultados mostraram que as auditoras do gênero feminino estão mais propensas a divulgar no relatório uma incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional do que os auditores do gênero masculino. O estudo também mostra que esse efeito é mais forte quando os clientes são importantes (ou seja, representam uma parte significativa da receita do auditor) ou de alto risco (ou seja, associados a maiores incertezas e riscos). Coletivamente, esses resultados indicam maior qualidade de auditoria por auditores do sexo feminino (Hardies, Breesch e Branson, 2014); e, iii) em 2015 os autores investigaram a existência de um prêmio de taxa de auditoria feminina (ou seja, taxas de auditoria mais altas para parceiros de trabalho de auditoria feminina) no mercado belga. Os resultados sugerem que as empresas pagam honorários de auditoria mais altos (em cerca de 7%) às auditoras do gênero feminino, sugerindo um prêmio de taxa de auditoria feminina, o qual é justificado pelos autores devido a diferenças de gênero em conhecimentos, habilidades, preferências e comportamento ou devido a fatores do lado da oferta (por exemplo, demanda por diversidade, percepções de gênero sobre a qualidade da auditoria ou satisfação do cliente) (Hardies, Breesch e Branson, 2015).

Ainda sobre a questão da qualidade da auditoria, o estudo de Ittonen, Vähämaa e Vähämaa (2013) corrobora ao constatar que as firmas com auditoras do gênero feminino estão associadas a menores volumes de *accruals* na Finlândia, o que implica que as auditoras podem ter um efeito restritivo no gerenciamento de resultados. Em geral, as descobertas da pesquisa indicam que as diferenças comportamentais entre homens e mulheres podem ter implicações importantes para a qualidade da auditoria e dos relatórios financeiros. Por outro lado, Yang, Liu e Mai (2018) não encontraram diferenças significativas de gênero na qualidade da auditoria, ou seja, auditores femininos e masculinos tiveram a mesma percepção de risco de auditoria no mercado chinês.

Karjalainen, Niskanen e Niskanen (2013) examinaram o efeito do gênero do auditor na probabilidade de emitir uma opinião de auditoria modificada considerando o cenário de empresas finlandesas privadas nas quais os custos esperados de litígios e a perda de reputação do auditor associado à perda de independência são relativamente baixos e, portanto, é provável que ocorram relatórios oportunistas do auditor. Os resultados da pesquisa mostram que os auditores do sexo masculino têm menos probabilidade de emitir uma opinião modificada do que as auditoras do sexo feminino e, especificamente, quando os incentivos econômicos para a redução da independência são fortes.

Para Law (2010), a não retenção de auditoras do gênero feminino é uma preocupação para a profissão contábil, portanto, o estudo analisou os fatores associados às decisões de rotatividade de auditores do gênero feminino, revelando que a comparação social com colegas, estresse e idade influenciam nessas decisões, em Hong Kong, no entanto, nem a aparência física nem a discriminação de gênero são um fator influente. Os autores complementam que esses resultados apoiam a Teoria da Comparação Social, que afirma que os indivíduos são levados a avaliar suas habilidades e opiniões por meio da comparação social com os outros. Nessa mesma linha, a pesquisa de Maupin e Lehman (1994) analisou os estereótipos na profissão de auditoria na ótica desses profissionais, constatando que uma alta orientação estereotipada para o papel masculino era positivamente relacionada a maior *status* ocupacional e satisfação no trabalho e menor rotatividade.

O'Donnel e Johnson (2001) analisaram se o gênero do auditor e a complexidade da tarefa influenciam a eficiência do julgamento da auditoria. Os resultados sugerem que as auditoras do gênero feminino demonstraram eficiência significativamente maior do que os homens em uma tarefa complexa de procedimentos analíticos. Além disso, as auditoras exibiram maior eficiência no processamento de informações na tarefa mais complexa, enquanto os homens demonstraram maior eficiência na tarefa menos complexa.

Portanto, baseado nos estudos citados neste tópico, observa-se que não há total consenso sobre os efeitos da variável 'gênero' nas implicações da auditoria, tais como qualidade, julgamento e divulgação. Todavia, considerando que auditores do sexo masculino são mais influenciados por explicações não verificadas fornecidas pelo cliente do que auditores do sexo feminino, sugerindo que os auditores do sexo feminino são mais avessos ao risco do que seus colegas do

sexo masculino no julgamento do auditor (Gold, Hunton & Gomaa, 2009), é esperado que as auditoras do gênero feminino divulguem mais principais assuntos de auditoria que os auditores do gênero masculino.

2.5.2. Características do Cliente

Em relação às características do cliente auditado apresentadas nos estudos de Pinto e Moraes (2018), Ferreira e Moraes (2019), Velte (2018), Sierra-Garcia et al. (2019), Kitiwong e Srijunpetch (2019) e Ardito (2019), são analisadas nesse tópico o tamanho da entidade, complexidade, situação financeira, setor de atuação e data base das demonstrações contábeis. A discussão de cada característica visa também resgatar conceitos e associações de pesquisas anteriores a fim de argumentar e fundamentar melhor a relação de cada variável com a divulgação dos PAA.

2.5.2.1. Tamanho da Entidade

Reynalds e Francis (2001) afirmam que grandes clientes podem gerar uma dependência econômica que pode comprometer a independência do auditor, fazendo com que o mesmo reporte favoravelmente a fim de reter seus clientes. A ótica de DeAngelo (1981b) complementa ao afirmar que empresas de maior tamanho podem ter uma opinião não qualificada devido a comprometerem a independência da auditoria. Apesar desse pressuposto, os resultados da pesquisa não encontraram evidências de que a dependência econômica influencie as firmas de auditoria Big5 a reportarem mais favoravelmente a grandes clientes. Ainda, grandes clientes apresentam maior risco de litígios, sugerindo que o comportamento do auditor é dominado pela necessidade de proteger sua reputação no mercado. Por outro lado, Pany e Reckers (1980) analisaram a percepção dos *stakeholders* sobre os efeitos do tamanho do cliente e outros fatores na independência do auditor, mas não encontraram significância nesta variável.

Pode ser mais difícil para um auditor possuir experiência no setor para clientes maiores que provavelmente são mais complexos e operam em mais de um setor (Carcello & Nagy, 2004), e essa ausência de especialização pode afetar negativamente na qualidade da auditoria (Serra & Rodriguez, 2012; Habib, 2013). Carcello e Nagy (2004) constataram que a especialização que o auditor possui no setor contribui na redução de fraudes financeiras do cliente, no entanto, a pesquisa também mostra que os benefícios positivos da especialização do setor de auditor na

determinação de fraudes financeiras são afetados pelo tamanho do cliente devido ao seu poder de barganha.

Observa-se ainda que o tamanho da empresa é também uma variável frequente nos estudos que abordam os fatores que influenciam na opinião modificada dos auditores. Essa discussão é válida, uma vez que o tamanho do cliente também pode influenciar na divulgação dos principais assuntos de auditoria. A própria NBC TA 701 já orienta que a quantidade de principais assuntos de auditoria a ser incluída no relatório do auditor pode ser impactada pelo porte da entidade (Conselho Federal de Contabilidade, 2016). Paralelamente, o estudo de Ireland (2003) realizado no Reino Unido mostra que as grandes empresas são menos propensas a receber opinião modificada relacionada a incerteza relacionada à capacidade de continuidade operacional. Gaganis e Pasiouras (2007) constataram que os bancos asiáticos que recebem opiniões qualificadas são, em geral, de menor porte. Foster e Shastri (2016) mostraram que o tamanho dos ativos das *startups* americanas pode influenciar as modificações de opinião dos auditores. Por outro lado, no mercado brasileiro, Marques *et al.* (2015) constataram que maior tamanho da empresa aumenta a probabilidade de receber uma opinião modificada, mostrando que o comportamento desta variável ainda não gerou consenso nos estudos anteriores quanto aos efeitos na emissão da opinião de auditoria.

Em relação à divulgação dos principais assuntos de auditoria, outras pesquisas anteriores de Ferreira e Moraes (2019), Pinto e Moraes (2018), Sierra-Garcia *et al.* (2019), Kitiwong e Srijunpetch (2019), Ardito (2019), Suttipun (2020) e Özcan (2021) testaram a influência do tamanho/porte da entidade, encontrando uma relação significativa e positiva. Ferreira e Moraes (2019) defendem que é de se esperar que empresas de maior porte detenham um maior número de PAA, em resposta ao maior risco do cliente. Ardito (2019) explica que empresas de maior porte terão maior complexidade, portanto, os auditores irão incluir um maior número de PAA como áreas sensíveis nas auditorias. Pinto e Moraes (2018) apresentam dois possíveis argumentos já discutidos neste tópico: i) maiores clientes podem pressionar os auditores a divulgarem menos PAA; e, ii) há maior probabilidade de divulgação dos PAA em decorrência da complexidade da entidade, sendo esta hipótese defendida e constatada pela pesquisa das autoras.

A complexidade da entidade de grande porte é considerada na presente pesquisa como uma relação positiva esperada quanto à divulgação dos PAA, pois apesar da possível dependência

financeira existente na firma de auditoria, a expectativa é que o risco potencial de litígios e a necessidade de proteger a reputação da firma se sobrepõem à qualquer relação de dependência.

2.5.2.2. Complexidade da Entidade

A complexidade do cliente não é um tema muito discutido na academia, porém, é frequentemente associado às taxas de auditoria como uma variável independente (Haskins & Williams, 1988; O'Sullivan, 1999; Choi, Kim & Zang, 2010; Zerni, 2011; Kim, Liu & Zheng, 2012). Dentre as formas de representar a complexidade, pode-se considerar o grau de descentralização, força do controle interno, filiais e vários outros índices da estrutura organizacional (Elliott & Korpi, 1978), a proporção do total de ativos do auditado em estoque e contas a receber, a raiz quadrada do número de subsidiárias (Simunic, 1980), e outras.

A maioria dos pesquisadores mediu a complexidade de um auditado usando uma medida contínua de sua dispersão legal/organizacional, como o número de subsidiárias consolidadas no grupo de empresas do auditado (Butterworth & Houghton, 1995). A lógica por trás dessas medidas é que, quanto maior a dispersão mostrada pela estrutura de uma empresa, mais complexas e sofisticadas se tornam as formas legais e operacionais adotadas pela empresa (Taylor e Baker, 1981).

A complexidade está muitas vezes associada ao tamanho da empresa (Ardito, 2019), e, portanto, também ao risco. Por essa razão, o tamanho da entidade também é usado como *proxy* da complexidade do cliente e do perfil de risco (Zerni, 2011). O risco reflete também no esforço da auditoria, pois conforme Bell, Knechel e Willingham Jr. (1994) a complexidade do cliente está significativamente correlacionada com as horas de auditoria adicionais para grandes clientes, mas não para pequenos clientes. Para Chaney, Jeter e Shivakumar (2004), maior complexidade de transações está associada a um maior esforço de auditoria e pode aumentar a probabilidade inerente de distorção relevante. Já na pesquisa de Blokdiijk, Driehuisen, Simunic e Stein (2003), os autores constataram que o nível de materialidade planejado na auditoria se reduz em relação a complexidade do cliente.

Essa discussão vai ao encontro da NBC TA 701 quando explica que os principais assuntos de auditoria devem abordar áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante ou riscos significativos identificados (Conselho Federal de Contabilidade, 2016b). Nesse sentido, pode-

se esperar que esse risco tenha algum reflexo no relatório de auditoria independente, seja na opinião do auditor, seja como principal assunto de auditoria ou outra forma de divulgação de elementos relevantes no relatório. De acordo com Butterworth e Houghton (1995), quanto mais complexo o cliente, mais tempo o gerente de auditoria deve gastar coordenando a função de auditoria e maiores são as dificuldades incorridas no desempenho das tarefas de auditoria. Isso sugere que, quanto mais complexo o auditado, mais recursos devem ser consumidos para realizar uma auditoria de uma determinada qualidade e, portanto, maior a taxa de auditoria.

A norma NBC TA 701 destaca ainda que a quantidade de principais assuntos de auditoria a serem incluídos no relatório do auditor pode ser impactada pela complexidade da entidade, natureza de seus negócios e ambiente, bem como fatos e circunstâncias do trabalho de auditoria (Conselho Federal de Contabilidade, 2016b). Desta forma, destacam-se ainda pesquisas anteriores que abordaram a complexidade do cliente como um fator determinante da divulgação dos principais assuntos de auditoria. Sierra-Garcia *et al.* (2019) esperam que clientes complexos exijam mais esforço de auditoria e, portanto, seus relatórios de auditoria apresentem um número maior de PAA. Os autores utilizaram o número de subsidiárias para representar a complexidade das entidades, no entanto essa variável apresentou relação negativa no estudo. Também utilizaram o logaritmo natural das contas de receitas, estoques, imobilizado, *goodwill* e intangíveis como *proxies* para a complexidade, encontrando uma relação positiva e significativa para todas as variáveis, exceto os intangíveis. Para Pinto e Morais (2018), quanto mais complexo o cliente, mais arriscada é a auditoria da empresa. Com o objetivo de reduzir sua responsabilidade e manter sua reputação, o auditor tende a divulgar mais PAA em empresas com um número maior de segmentos de negócios, sendo essa hipótese confirmada nesse estudo, em Kitiwong e Srijunpetch (2019), Cruz *et al.* (2019), Suttipun (2020) e Özcan (2021). Ferreira e Morais (2019) explicam que o aumento da complexidade do cliente leva ao aumento do risco do cliente para o auditor, sendo que quanto maior o número de segmentos da empresa, maior o número de PAA esperados, todavia, sendo essa variável significativa no estudo. Na mesma ótica das pesquisas anteriores, por se esperar maior risco das entidades mais complexas, entende-se que isso possa levar a um maior esforço e julgamento da auditoria, refletindo em maior cuidado e conservadorismo na hora de divulgar os principais assuntos de auditoria.

2.5.2.3. Situação Financeira da Entidade

Assim como acontece nas características anteriores, ainda há poucos estudos que consideram a variável da situação financeira da entidade como um fator que possa influenciar na divulgação dos principais assuntos de auditoria. Todavia, essa variável já vem sendo amplamente discutida quanto aos efeitos na opinião do auditor, pois a decisão de qualificar um relatório de auditoria é associada a informações financeiras, principalmente quando há dificuldades financeiras, e por informações não financeiras, como litígios (Spathis, 2003). Os estudos normalmente constatarem que uma situação financeira ruim aumenta a propensão a receber uma opinião modificada (Ireland, 2003; Hudaib & Cooke, 2005; Gaganis & Pasiouras, 2007; Marques *et al.*, 2015; Shastri, 2016; Salawu, Oladejo & Inneh (2017), Pimentel & Durso, 2018; Sultanoglu, Mugan, Sekerdag & Oran, 2018; Pereira *et al.*, 2019).

A pesquisa de Bhaskar, Krishnan & Yu (2016) sugere que as empresas com pelo menos uma violação de cláusula de *covenant* da dívida têm honorários de auditoria significativamente mais altos, maior probabilidade de receber menção no relatório sobre continuidade operacional e maior probabilidade de sofrer uma resignação do auditor. Os resultados mostram que os auditores reagem mais fortemente a informações que são inconsistentes com seus conhecimentos anteriores e com violações que aumentam o risco dos auditores, levando a mudanças no comportamento do auditor.

A situação negativa da empresa pode elevar o conservadorismo do auditor, de forma que os problemas financeiros tendem a gerar um alerta ao auditor aumentando a probabilidade de uma opinião modificada no relatório. Todavia, se não for constatada uma distorção relevante, o auditor poderá fazer outros tipos de divulgação, tais como parágrafos de ênfase e/ou principais assuntos de auditoria. Sobre essa última forma de divulgação, a NBC TA 701 orienta que quando o auditor conclui que não existe incerteza significativa a respeito de fatos ou condições capazes de gerar dúvida significativa quanto à capacidade de a entidade manter sua continuidade operacional, o auditor pode, mesmo assim, determinar que um ou mais assuntos relativos a essa conclusão, decorrentes dos procedimentos aplicados, são principais assuntos de auditoria. Nesses casos, a descrição dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor pode incluir aspectos dos eventos identificados ou condições divulgadas nas demonstrações contábeis, tais como prejuízos operacionais relevantes, linhas de crédito disponíveis e possível refinanciamento da dívida, ou não cumprimento de contratos de empréstimo, e os

correspondentes fatores de mitigação (Conselho Federal de Contabilidade, 2016b). Desta forma, observa-se que problemas de continuidade operacional podem também serem divulgados como PAA, o que pode ser uma forma do auditor ceder às pressões do cliente em não manifestar incerteza de continuidade sobre essa questão, mas também, sem abrir mão de comunicar o mercado sobre essa questão.

Sobre as pesquisas anteriores que relacionam o desempenho financeiro da entidade com a divulgação dos principais assuntos de auditoria, os resultados são um pouco divergentes com o que foi visto em relação à divulgação da opinião de auditoria. Para o endividamento (dívidas/ativo total), Sierra-Garcia *et al.* (2019) assumem que essa variável captura o efeito de possíveis problemas financeiros, e que empresas altamente alavancadas precisarão divulgar um número maior de PAA, todavia, constataram um sinal contrário ao que esperavam. Sobre a liquidez, os autores esperavam que as empresas com menor risco de liquidez (ativo circulante/passivo circulante) relatem menos PAA, porém os resultados também mostraram sinal inverso, indicando que as empresas que têm maior liquidez, têm mais PAA divulgados. Resultado similar foi constatado para o retorno do ativo (lucro/ativo total) e contraditório para a variável ‘prejuízo’, mostrando que as empresas com maior liquidez, que são mais lucrativas (ROA) ou que apresentaram perdas durante o ano divulgam maior número de PAA.

Para Ferreira e Moraes (2019) levantaram as hipóteses, porém não obtiveram significância nas variáveis, de que empresas com maior endividamento revelem um maior número de PAA, e que empresas com maior rentabilidade resulte num maior número de PAA no relatório final de auditoria, que, conforme as autoras, isso ocorre em resposta ao maior risco da empresa em questão, o que concordaria com os resultados de Velte (2018) e Kitiwong e Srijunpetch (2019).

Desta forma, com base nas pesquisas anteriores, espera-se que empresas com maior endividamento recebam mais PAA no relatório de auditoria em decorrência do risco da entidade e a necessidade que o auditor terá de proteger sua reputação ao comunicar fatores de risco. Espera-se ainda que as empresas com maior liquidez e rentabilidade tenham mais PAA divulgados, pois empresas com maiores retornos têm maior espaço para *accruals* e estimativas que aumentam o risco de auditoria. Por outro lado, espera-se que entidades que incorram em prejuízo durante o exercício recebam mais PAA como forma de o auditor sinalizar a situação. Aumentando o risco de auditoria, os auditores estarão mais atentos a esses eventos que em empresas com maiores retornos têm mais chances de ocorrer.

2.5.2.4. Setor de atuação

A NBC TA 701 orienta que relacionar um assunto de auditoria diretamente a circunstâncias específicas da entidade pode ajudar a minimizar a possibilidade de que essas descrições fiquem excessivamente padronizadas e se tornem menos úteis com o tempo. Por exemplo, pode-se determinar que alguns assuntos são os principais assuntos de auditoria para determinada atividade entre entidades de determinado setor devido às circunstâncias desse setor ou a complexidade dos relatórios financeiros (Conselho Federal de Contabilidade, 2016b).

Desta forma, observa-se que o setor de atuação da entidade pode evidenciar determinados riscos inerentes ou mesmo específicos do negócio, os quais tornariam o relatório de auditoria cada vez mais personalizado para cada entidade auditada, e por sua vez, mais comunicativos aos *stakeholders*. Essa análise é uma sugestão de pesquisa de Segal (2019) que menciona que as pesquisas futuras devem envolver a relação entre auditor e setor do cliente para verificar se os PAA tiveram um impacto maior nos sócios de auditoria de determinados setores. Na B3, as empresas listadas são segregadas por 12 setores econômicos, quais sejam: Bens Industriais, Comunicação, Consumo Cíclico, Consumo Não Cíclico, Financeiro, Materiais Básicos, Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Saúde, Tecnologia da Informação, Comunicações, Utilidade Pública e Outros (B3b, 2020).

Os setores regulados por agências governamentais geram ainda maior demanda e esforço por parte da auditoria, pois seguem normas e diretrizes que as diferenciam das demais, necessitando de uma atenção especial do auditor sobre essas questões e a divulgação no relatório, no caso de não atendimento à essas normas ou a complexidade delas. Silva, Galdi e Teixeira (2010) reconhecem que a intervenção do Estado por meio de regulação evidencia regras bem definidas para dirigir ou manter uma relação de equilíbrio dos diversos setores da economia, com efeito através da implantação de uma estrutura de fiscalização e investigação. No Brasil há diversas agências reguladoras que são responsáveis pela gestão de interesses privados, quais sejam: Agência Nacional de Águas (Ana), Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Agência Nacional de Cinema (Ancine), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Petróleo (ANP), Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq), Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária

(Anvisa). De acordo com a Associação Brasileira de Agências de Regulação (2018), a regulação estatal consiste em disciplinar uma atividade mediante a emissão de comandos normativos, de caráter geral, ainda que com abrangência meramente setorial.

De forma geral, há poucos estudos que abordam o setor da entidade com o relatório de auditoria, principalmente em relação aos principais assuntos de auditoria. A pesquisa de Colares, Silva, Oliveira, Moreira e Aguiar (2019) analisa comparativamente a divulgação dos principais assuntos de auditoria sobre o reconhecimento de receitas durante o exercício de 2017 e mostra que esse tipo de PAA é amplamente divulgado, principalmente nos setores de Telecomunicações e Tecnologia da Informação, os quais tiveram maior impacto da norma que trata sobre Receita de Contrato de Cliente (Pronunciamento Técnico 47). Esse resultado mostra que os tipos de PAA, relacionados ao risco do setor ou a questões contábeis específicas, podem ser influenciados pelo setor no qual a entidade auditada atua. Já a pesquisa de Marques e Souza (2017) mostra que os segmentos que apresentaram a maior quantidade de PAA foi o Financeiro com uma média de 4 por entidade, Materiais básicos com 3,5 por empresa e Consumo não cíclico média de 3,71 por companhia. Por outro lado, o segmento com menor quantidade de PAA reportados foi o de Bens industriais com uma média de 3,40 por empresa. Apesar de haver diferenças nas médias de PAA por Segmento Econômico, não foram constatadas diferenças estatisticamente significativas. O *Financial Reporting Council* (2016) divulgou uma análise da divulgação dos PAA nos dois primeiros anos de aplicação da norma ISA 701 que ocorreu em 2014 e 2015 no Reino Unido. Neste relato, o órgão evidencia que o setor de Óleo e Gás foi o que mais teve PAA por entidade, seguido das Telecomunicações e Utilidades, notadamente, setores que são regulamentados por agências governamentais.

Sobre as pesquisas que relacionaram o setor de atuação da entidade como fator determinante da divulgação dos PAA, pode-se destacar o estudo de Sierra-Garcia *et al.* (2019) que incluiu no modelo uma variável categórica que reflete o setor de negócios em que o cliente opera, constatando que os setores de Saúde, Bens Industriais, Tecnologia e Telecomunicações, Utilidades e Óleo e gás apresentam uma relação positiva e significativa com o número de PAA divulgados no relatório de auditoria, em contraste com o setor de Serviços, e uma relação negativa e significativa para o setor de bens Bens de Consumo. Cabe destacar que, exceto pelo setor de Bens Industriais, os demais setores que apresentaram relação positiva são regulados por agências governamentais.

A pesquisa de Pinto e Morais (2018) trata apenas o setor financeiro como regulado no Reino Unido em 2016, constatando uma relação negativa e significativa na quantidade de PAA reportada. Os autores explicam que os auditores podem encontrar menos áreas de risco nas auditorias de empresas mais regulamentadas e supervisionadas. Devido ao papel dos reguladores e supervisores, os auditores precisam executar um trabalho de auditoria menos extenso do que os auditores de outras empresas e, portanto, tendem a divulgar menos PAA. Com resultado divergente, Ardito (2019) evidenciou uma relação positiva e significativa, no entanto, não explicou tal achado. Sua pesquisa foi realizada com empresas do Reino Unido, Hong Kong, Alemanha, Europa Ocidental (Euronext) e Brasil, considerando o exercício de 2017, portanto, uma possível divergência pode ser explicada por características distintas nesses mercados e no período analisado, comparativamente com Pinto e Morais (2018), cujo estudo foi realizado no Reino Unido em 2016.

Com base nas discussões anteriores, espera-se que o nível de divulgação dos PAA seja estatisticamente diferente entre os setores econômicos, sendo esperada uma maior quantidade para aqueles que são regulados por agências governamentais. Apesar de não ter sido apresentado um consenso nos estudos anteriores, se por um lado, tem-se que as empresas reguladas apresentam baixo nível de gerenciamento de resultados (Silva, Vasconcelos & De Luca, 2017) e os auditores precisam executar um trabalho de auditoria menos extenso devido o papel dos reguladores (Pinto & Morais, 2018), por outro lado, foi constatada uma relação positiva e significativa em um estudo realizado no mercado brasileiro (Ardito, 2019), e as empresas reguladas estão sujeitas ao atendimento a diversos normativos das agências governamentais, o que tornaria o trabalho da auditoria mais complexo.

2.5.2.5. Data Base das Demonstrações Contábeis

A data base das demonstrações contábeis ou de encerramento do exercício é, para a maioria das empresas, 31 de dezembro (*busy season*), no entanto, outros tipos de empresas apresentam data base diferentes devido às características do negócio. Ashton, Graul e Newton (1989) explicam que a realização de auditorias durante a *busy season* pode resultar em aumento ou diminuição do atraso da auditoria, dependendo do aumento da carga de trabalho ser tratado pelo aumento de horas extras ou mais equipe de auditoria.

O estudo de Sierra-Garcia *et al.* (2019) testou se a data base das demonstrações contábeis, cuja variável controla o impacto da *busy season* (período de maior demanda dos auditores), afeta a divulgação dos principais assuntos de auditoria, que se apresentou positiva e significativa, concluindo que as empresas que apresentam resultados de 31 de dezembro divulgam um número maior de PAA.

Por outro lado, na pesquisa de Pinto e Moraes (2018), as autoras explicam que o fato de 31 de dezembro ser a data base mais comum, é considerada uma estação do ano movimentada para os auditores, e isso poderia dificultar a condução de todos os procedimentos de auditoria que podem levar os auditores a divulgarem mais PAA para reduzir sua responsabilidade. Todavia, essa variável não foi significativa no estudo.

Desta forma, entende-se que uma auditoria realizada durante a *busy season* pode levar a um aumento de carga de trabalho do auditor, uma vez que é o período que possui mais clientes e mais prazos para fechar as auditorias. O excesso de trabalho pode levar o auditor a ser mais conservador nos relatórios e reportar um maior número de principais assuntos de auditoria para garantir maior qualidade do serviço e proteção contra qualquer litígio.

Toda a discussão apresentada neste capítulo mostra que há muitas abordagens para se analisar em relação ao novo relatório de auditoria e a divulgação dos PAA nele, e que muitos fatores podem ser resultado desta divulgação ou determinantes, gerando ainda muito espaço para discussão, uma vez que muitas dessas abordagens não apresentam necessariamente consenso, tendo em vista a diversidade de países, variáveis e períodos de análise. Além disso, diante da possível relação com a qualidade da auditoria visando cumprir com o seu papel de reduzir a assimetria informacional, tal como prevê a Teoria da Agência, a análise das variáveis apresentadas com base em estudos anteriores pode evidenciar uma abordagem mais ampla sobre os fatores determinantes da divulgação dos PAA no mercado brasileiro, tal como é a expectativa do presente estudo.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Situada dentro do método hipotético-dedutivo, a abordagem metodológica desta pesquisa é teórico-empirista, na medida em que está dedicada a codificar a face mensurável da realidade social (Demo, 1995). O empirismo, na concepção de Martins e Theóphilo (2009, p. 39) faz com que a ciência seja vista “[...] como uma descrição dos fatos baseada em observações e experimentos que permitem estabelecer induções”. Nesse sentido, a pesquisa empírica busca impor uma racionalidade científica autossuficiente e fechada a outras áreas de investigação (Oliva, 1990) na qual defende as ciências sociais de uma especulação desenfreada (Martins & Theophilo, 2009), ou seja, traz um maior rigor científico para as pesquisas sociais aplicadas.

É conveniente tratar da noção de indução para se estabelecer a pesquisa na abordagem empirista. O método indutivo parte de registros menos gerais para enunciados mais gerais (Silva, 2006), ou seja, trazendo para o campo da pesquisa científica, significa observar fenômenos ou fatos da realidade, descobrir relações e inferir em generalizações.

O estudo também se classifica como uma pesquisa do tipo descritiva, uma vez que possui a finalidade precípua de investigar quais os determinantes da divulgação dos principais assuntos de auditoria no Brasil e quais os fatores que afetam o julgamento do auditor independente. A pesquisa descritiva é caracterizada por “[...] descrever, narrar, classificar características de uma situação e estabelece conexões entre a base teórico-conceitual existente ou de outros trabalhos já realizados sobre o assunto” (Charoux, 2006, p. 39).

Nessa ótica, a pesquisa é também explicativa, pois segundo Gil (2007), esse tipo de pesquisa preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, podendo ser considerada a continuação de uma pesquisa descritiva, posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado.

Cabe ressaltar que toda análise empírica deve ser suportada em pesquisas bibliográficas, uma vez que a importância da revisão bibliográfica consiste no fato de que todo enunciado observacional, conforme Demo (1995, p. 153) cita Popper (1965), deve ser sempre interpretado “[...] à luz de teorias [...]”. Desta forma, as informações disponibilizadas são utilizadas para fundamentar a escolha das variáveis do estudo e comparar os resultados com as pesquisas anteriores sobre o tema.

Trata-se ainda de uma pesquisa de campo que foi realizada por meio da Técnica Delphi, na qual foi coletado o consenso de especialistas em auditoria independente quanto aos fatores que influenciam na divulgação dos principais assuntos de auditoria, buscando dar maior validação à seleção das variáveis a serem analisadas no estudo.

O estudo é também classificado como documental, ao ser caracterizado por utilizar documentos como fontes de dados, informações e evidências para condução da pesquisa (Martins & Theophilo, 2009). Nessa pesquisa, as principais fontes de dados são os relatórios de auditoria e a base de dados Econômica, sendo posteriormente descritos na etapa de coleta dos dados.

A pesquisa quantitativa é aquela em que os dados e evidências podem ser mensurados ou quantificados por meio de instrumentos estatísticos (Martins & Theophilo, 2009; Beuren *et al.*, 2008). Desta forma, esta classificação faz sentido na presente pesquisa, uma vez que os fatores determinantes dos principais assuntos de auditoria foram atestados empiricamente por meio de modelos econométricos de Dados em Pannel, sendo aplicados todos os pressupostos estatísticos necessários para validação deles. A Figura 2 apresenta o desenho da pesquisa para melhor entendimento de como ocorrerá sua estratégia.

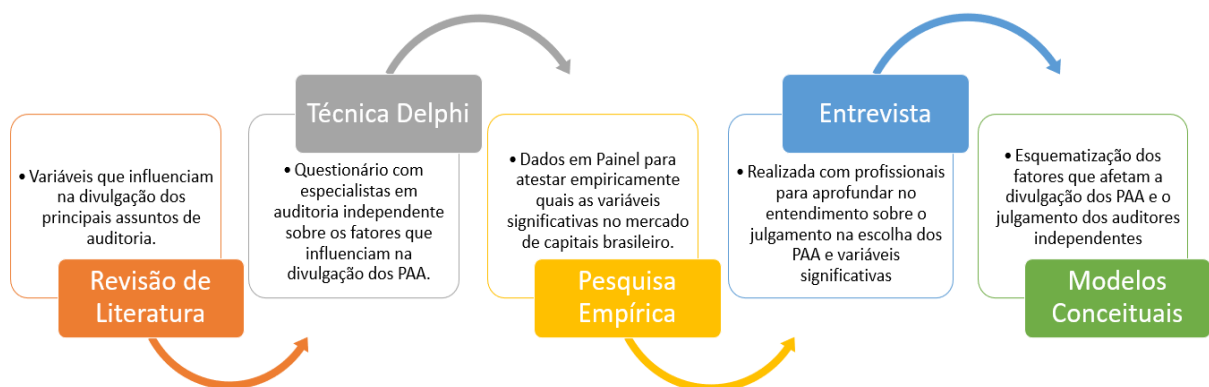


Figura 2. Desenho da pesquisa

Fonte: A autora (2021)

O processo de coleta e tratamento dos dados nesta pesquisa se deu em cinco etapas:

- i) Levantamento das variáveis que influenciam na divulgação dos principais assuntos de auditoria por meio da revisão de pesquisas relacionadas com o assunto.
- ii) Aplicação da Técnica Delphi para obtenção de consenso entre os especialistas em auditoria independente sobre os fatores que influenciam na divulgação da natureza

e quantidade dos principais assuntos de auditoria divulgados, bem como a sugestão de novas variáveis de estudo;

- iii) Aplicação de um modelo econométrico com Dados em Pannel para atestar empiricamente quais as variáveis significativas no mercado de capitais brasileiro no período de 2016 a 2020.
- iv) Entrevista realizada com auditores independentes para aprofundar no entendimento sobre o julgamento desses profissionais na escolha dos principais assuntos de auditoria divulgados nos relatórios. Além disso, a entrevista possibilitará entender e explicar o comportamento de variáveis significativas no modelo econométrico.
- v) Elaboração de dois modelos conceituais que evidenciem os fatores que afetam o julgamento do auditor independente e as características da entidade auditada e da firma que são determinantes na divulgação dos PAA.

Assim, torna-se necessário, inicialmente, explicar o funcionamento e aplicação da Técnica Delphi nesta pesquisa, e dos demais procedimentos metodológicos utilizados na coleta e análise dos dados.

3.1. Técnica Delphi

A Técnica ou Método Delphi é utilizada para obter de forma confiável o consenso de um grupo de especialistas, por meio de uma série de questionários intensivos, intercalados por *feedbacks* controlados de opiniões (Dalkey & Helmer, 1962). De acordo com Grisham (2009), o método requer que os colaboradores experientes e especializados respondam individualmente às perguntas e submetam os resultados a um coordenador central.

A técnica é baseada no pressuposto de que o julgamento coletivo, quando organizado adequadamente, é melhor do que a opinião de um só indivíduo, portanto, é aplicado de forma estruturada utilizando o conhecimento, a experiência e a criatividade de um painel de especialistas (Giovinazzo, 2001). Rozados (2015) complementa que a adoção da Técnica Delphi possibilita uma abordagem mais ampla, completa e enriquecedora, geograficamente e na captação de ideias e conhecimentos.

A Técnica Delphi surgiu na década de 1950 por Dalkey e seus associados na *Rand Corporation*, tendo como objetivo estabelecer uma técnica para aprimorar o uso da opinião de especialistas

na previsão tecnológica (Rozados, 2015). O experimento teve como objetivo identificar a opinião de especialistas, do ponto de vista de um estrategista soviético, a respeito da quantidade de bombas atômicas necessárias para um sistema industrial ideal dos Estados Unidos (EUA) e para a estimativa do número de bombas atômicas necessárias para reduzir a produção de munições (Dalkey & Helmer, 1962).

A Técnica Delphi não é um substituto para outros testes científicos, mas sim uma opção para assuntos complexos e entrelaçados que cruzam fronteiras disciplinares (Grisham, 2009), e ao longo do tempo, essa técnica passou a ser utilizada para previsão de tendências sobre os mais diversos assuntos, sendo recomendável quando não se dispõe de dados quantitativos ou estes não podem ser projetados para o futuro com segurança (Giovinazzo, 2001).

De acordo com Rozados (2015), a metodologia da Técnica Delphi estabelece três condições básicas: i) o anonimato dos respondentes durante a aplicação da técnica; ii) a representação estatística da distribuição dos resultados; e, iii) o *feedback* das respostas para o grupo visando a reavaliação nas rodadas subsequentes.

Com relação ao anonimato, essa característica reduz a influência de fatores psicológicos, tais como os efeitos da capacidade de persuasão, da relutância em abandonar posições assumidas, e a dominância de grupos majoritários em relação a opiniões minoritárias (Giovinazzo, 2001). Linstone e Turoff (2002) complementam que os temores de possíveis repercussões e constrangimentos são removidos e nenhum indivíduo precisa se comprometer publicamente com uma determinada visão até que as alternativas tenham sido colocadas na mesa. Para Grisham (2009), a técnica possibilita remover o viés que é possível quando diversos grupos de especialistas se encontram, pois na técnica Delphi, os especialistas não sabem quem são os outros durante o processo.

Após a análise das respostas por meio de estatísticas descritivas, é dado um *feedback* aos especialistas para as etapas seguintes. De acordo com Oliveira, Costa, Wille e Marchiori (2008), essa etapa possibilita a redução dos ruídos, pois evita-se os possíveis desvios de trajetória do objetivo do estudo. Além disso, os participantes recebem opiniões, comentários e argumentações dos outros especialistas, podendo assim rever suas posições. Grisham (2009) explica que os resultados são enviados de volta aos respondentes, os quais são então solicitados

a reenviar seus pontos de vista, auxiliados pela contribuição fornecida pelo coordenador, e esse processo continua até que seja percebido um consenso formado entre os especialistas.

A partir da análise das respostas dos especialistas, é possível ocorrer dois tipos de situações: (i) através da compilação de respostas e apresentação dos resultados finais do estudo, pode haver consenso entre os especialistas; ou, (ii) caso haja divergência, prepara-se o questionário para a próxima rodada contendo os pontos divergentes para que os especialistas respondam novamente visando a obtenção do consenso (Munaretto, Corrêa & Cunha, 2013).

A Tabela 9 apresenta as vantagens e desvantagens da Técnica Delphi alinhada com as discussões anteriores abordadas pelas três condições básicas mencionadas por Rozados (2015). Quanto às desvantagens mencionadas por Oliveira *et al.* (2008), elas servem também como alerta ao pesquisador e a forma como ele conduzirá o painel de especialistas a fim de obter os resultados desejados sem prejudicar na qualidade e na capacidade de contribuírem na solução do problema de pesquisa.

Tabela 9.

Vantagens e Desvantagens da Técnica Delphi

	VANTAGENS	DESVANTAGENS
ANONIMATO	Igualdade de expressão de ideias. O anonimato faz com que a interatividade aconteça com maior espontaneidade.	-
FEEDBACK	Redução de ruídos. Evita desvios no objetivo do estudo. Fixação do grupo nas metas propostas. Possibilidade de revisão de opiniões pelos participantes.	Pode determinar o sucesso ou o insucesso do método. Risco de excluir pontos de discordância na análise.
FLEXIBILIDADE	No decorrer das discussões os participantes recebem opiniões, comentários e argumentações dos outros especialistas, podendo assim rever suas posições diante do assunto pesquisado. As barreiras à comunicação são superadas.	Dependendo de como são apresentados os resultados e <i>feedbacks</i> , é possível de se criar consensos forçados, ou artificiais, em que os respondentes podem aceitar de forma passiva a opinião de outros especialistas e passar a defendê-las.
USO DE ESPECIALISTAS	São formados conceitos, julgamentos, apreciações e opiniões confiáveis a respeito do assunto.	Possibilidade de obter consenso de forma demasiado rápida.
CONSENSO	Sinergia de opiniões entre especialistas. Identificação do motivo de divergência de opiniões.	Risco de formar um consenso artificial.

INTERATIVIDADE	A interatividade foge de uma conjuntura hierárquica, pois formata as respostas e em seguida faz com que elas sejam partilhadas. Adequação das respostas, pois tende a excluir excentricidades que estejam fora do contexto solicitado. Aprendizado com reciprocidade entre os respondentes.	Rodadas interativas e realizadas em rede são apontadas como desvantagens por críticos ao método. Apesar de tornar o processo mais rápido e menos oneroso, o sincronismo possibilitado pela Internet, contraria o benefício de obter respostas mais bem refletidas e elaboradas.
-----------------------	---	---

Fonte: Oliveira *et al.* (2008)

3.1.1. Seleção de especialistas

Nesta pesquisa, a Técnica Delphi foi utilizada para obtenção de consenso entre os especialistas em auditoria independente sobre os fatores que influenciam na divulgação dos principais assuntos de auditoria, bem como a sugestão de novas variáveis que pudessem ser testadas no modelo econométrico. Desta forma, torna-se necessária a discussão sobre o que seria considerado um especialista na área de auditoria e a quantidade necessária para se obter os resultados necessários para a pesquisa.

Delbecq, Van de Ven e Gustafson (1975) entendem que os especialistas a participarem da Técnica Delphi devem estar envolvidos no processo de decisão, serem considerados especialistas no domínio do problema, devem estar motivados a participarem e acreditarem que os resultados agregados serão benéficos. Ainda, os especialistas escolhidos para emitirem sua opinião devem ser selecionados buscando distribuição equilibrada, recorrendo também a profissionais de universidades, indústrias, institutos e outros setores da sociedade (Wright; Giovinazzo, 2000).

Na pesquisa de Greenstein e Hamilton (1997), na qual usa a Técnica Delphi com um painel de 16 especialistas das seis grandes empresas de auditoria (Big 6) para determinar os fatores críticos que podem levar a firma a rejeitar clientes em potencial, os autores consideraram como especialistas 14 sócios, um diretor de gerenciamento de risco e um gerente sênior, sendo indicados por cada uma das firmas Big Six. Os profissionais, inclusive o auditor sênior, foram considerados especialistas por participarem ativamente das decisões de aceitação de clientes de auditoria nas referidas firmas.

Já o estudo de Mendes, Niyama e Silva (2018) teve como objetivo analisar a percepção de auditores considerados especialistas, sobre a mensuração ao valor justo de instrumentos financeiros complexos em instituições financeiras. Os autores aplicaram questionários a 62 especialistas que eram 14 membros de firmas de auditorias, 21 auditores gerentes, 16 auditores seniores e 11 sócios de firmas de auditoria.

Na pesquisa de Borges e Andrade (2018), as autoras investigaram a opinião de especialistas sobre quais as variáveis que podem estar associadas ao risco de fraudes contábeis em instituições financeiras bancárias e, consideraram como especialistas, auditores e professores que atuam na área de identificação de fraudes em bancos e/ou pesquisam a referida temática, bem como analistas financeiros que analisam as demonstrações contábeis para retirarem conclusões de resultados e tendências futuras das organizações.

Desta forma, baseado nas pesquisas anteriores que estudaram sobre os auditores especialistas ou que os utilizaram como meio de pesquisa (Greenstein & Hamilton, 1997; Mendes, Niyama & Silva, 2018; Borges & Andrade, 2018) é possível constatar que para ser considerado um especialista em auditoria, este profissional normalmente está intimamente ligado ao objeto de estudo e/ou possui vasta experiência naquela área, seja este especialista auditor independente, pesquisador, professor ou qualquer outro profissional relacionado com o assunto.

Nesse sentido, Perez Júnior (2012) destaca que, dentre as atribuições dos auditores, a partir do cargo de auditor gerente ele passa a ter atividades mais estratégicas, tais como elaborar o planejamento de auditoria, elaborar e revisar os papéis de trabalho e o relatório de auditoria. Portanto, foram convidados auditores que tivessem cargos que fossem a partir do nível de gerente de auditoria, incluindo diretores e sócios, representantes das firmas de auditoria consideradas *Big4* e não *Big4*, bem como representantes do Ibracon, Banco Central do Brasil, docentes pesquisadores reconhecidos pela qualidade de suas publicações relacionadas com a divulgação dos principais assuntos de auditoria.

Com relação à quantidade de especialistas utilizada nesta pesquisa, antes de definir um número, foi necessário utilizar como base as orientações gerais para o uso da técnica, bem como a verificação de sua aplicação em estudos anteriores. Para Giovinazzo (2001), um grupo em torno de 15 a 30 especialistas é suficiente para gerar informações relevantes para a pesquisa, embora defenda ainda que grupos maiores também tenham sido utilizados com sucesso. A Tabela 10

apresenta um levantamento de pesquisas brasileiras realizadas em pós-graduações em contabilidade, as quais utilizaram o Método Delphi, que serviram de parâmetro para definição da quantidade de especialistas utilizada nesta pesquisa.

Tabela 10.

Pesquisas brasileiras que utilizaram a Técnica Delphi

AUTORES	OBJETIVOS DA PESQUISA	ESPECIALISTAS	RODADAS
Cunha (2007)	Identificar os fatores que são influenciados pelo doutorado no desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade.	15	3
Vieira (2009)	Identificar constructos para a avaliação educacional sobre qualidades de programas de especialização para executivos.	12	3
Lyra (2008)	Identificar indicadores contábeis e estabelecer uma estrutura hierárquica entre estes indicadores.	19	3
Miranda (2011)	Estabelecer os fatores componentes das qualificações acadêmicas, profissional e pedagógica dos docentes de contabilidade.	21	3
Brito (2016)	Identificar fatores de sucesso no universo dos pequenos e microempreendedores.	20	3
Borges (2017)	Investigar as possíveis variáveis relacionadas ao risco de fraude contábil em três bancos brasileiros.	21	3
Nadone (2017)	Encontrar evidências que permitam identificar quais são as competências necessárias para a atuação do contador forense no Brasil.	20	3
Antonelli (2018)	Investigar os fatores críticos que influenciam no êxito dos SIC nas Empresas Prestadoras de Serviços Contábeis (EPSC) do Brasil.	30	2
Amaral (2019)	Identificar os conteúdos que devem ser abordados para que sejam desenvolvidos conhecimentos e habilidades inerentes à Contabilidade Forense.	25	3
TOTAL/MÉDIA:	9	20,3	2,9

Fonte: A autora (2021)

Conforme a Tabela 10, é possível verificar nove pesquisas brasileiras nas quais foi aplicada a Técnica Delphi para reunião de especialistas na identificação de fatores diversos relacionados com o objeto de estudo. Observa-se que a quantidade de especialistas varia de 12 a 30 pessoas,

sendo que a média é aproximadamente 20, considerada como meta mínima para o presente estudo.

Diante da meta definida, foram inicialmente convidados 50 profissionais para compor a seleção de especialistas desta pesquisa. Destes, 40 aceitaram o convite, 32 responderam à primeira rodada e 25 responderam à segunda rodada, sendo esta, a amostra final. A Tabela 11 apresenta a descrição dos especialistas participantes da pesquisa.

Tabela 11.

Descrição da amostra final de especialistas

GÊNERO	Quantidade	%
Feminino	9	36%
Masculino	16	64%
PRINCIPAL ATUAÇÃO PROFISSIONAL	Quantidade	%
Gerente de Auditoria	6	24%
Gerente Sênior de Auditoria	5	20%
Diretor(a) de Auditoria	1	4%
Sócio(a) de Auditoria	8	32%
Professor(a) e pesquisador(a)	3	12%
Órgãos relacionados	2	8%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

É possível observar através da Tabela 11 que a maioria dos especialistas participantes da pesquisa é formada por homens (64%) e profissionais que atuam em firmas de auditoria (80%), sendo que 40% dos auditores são sócios das firmas que atuam. Além dos auditores, a amostra é composta também por três professores e pesquisadores relacionados à auditoria e dois profissionais que atuam em órgãos relacionados, sendo um gerente técnico do Ibracon e um Coordenador de Contabilidade e Auditoria do Banco Central do Brasil (Bacen). O perfil profissional dos especialistas é apresentado no Capítulo 4.

Com relação à quantidade de rodadas necessárias para obtenção de informações relevantes e proveitosas para a pesquisa, com exceção do estudo de Antonelli (2008) que utilizou duas, as demais pesquisas necessitaram de três rodadas, podendo essas informações serem utilizadas como parâmetro para a presente pesquisa. No entanto, diante da ausência de novas sugestões

de variáveis na segunda rodada, bem como dos resultados satisfatórios até então apresentados, não foi necessário aplicar a terceira rodada.

3.1.2. Elaboração e condução do questionário Delphi

Após a etapa de seleção dos especialistas da área do assunto a ser investigado, foi necessário preparar os questionários que seriam distribuídos aos especialistas, tendo em vista a obtenção de informações relevantes com base na experiência e conhecimento deles (Munaretto, Corrêa e Cunha, 2013). Após a primeira versão do questionário, o projeto de pesquisa foi protocolado no Comitê de Ética de Pesquisa para aprovação do mesmo devido ao fato de que a fonte primária de informação tenha sido o ser humano, e também foi elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disponível no Apêndice A, o qual teve que ser lido e aprovado por todos os participantes da pesquisa antes de responder o instrumento de coleta de dados.

Inicialmente, os auditores foram convidados por meio de envio de e-mail com uma carta de apresentação (Apêndice B), na qual foi apresentado o objetivo da pesquisa, foi explicado como seria a aplicação da Técnica Delphi e solicitada a participação do profissional na pesquisa. Após o aceite, é enviada uma carta de agradecimento aos especialistas acompanhada do questionário da primeira rodada da Técnica Delphi (Apêndice C).

Desta forma, o conteúdo do questionário foi elaborado com base na seleção de variáveis que potencialmente seriam influenciadoras da divulgação dos principais assuntos de auditoria, conforme pesquisas mencionadas no referencial teórico. Na aplicação da Técnica Delphi, as variáveis foram apresentadas aos especialistas na primeira rodada para que eles pudessem concordar ou não se elas podem influenciar o julgamento dos auditores no processo de escolha dos principais assuntos de auditoria a serem divulgados no relatório de auditoria independente. Nesta primeira rodada, os especialistas puderam ainda sugerir novas características do auditor ou da entidade auditada que não estivessem elencadas no rol de variáveis apresentadas. Destaca-se que esse processo foi realizado via correio eletrônico, após contato inicial com os especialistas e concordância deles em participar da pesquisa, tendo duração de 32 dias.

Na segunda rodada (Apêndice E) foi enviado novo convite (Apêndice D) e foram apresentados os resultados da primeira rodada evidenciando o percentual de especialistas que indicaram relação entre cada variável e a divulgação dos PAA. Essas variáveis foram reapresentadas na

segunda rodada com a inclusão das sugestões dadas pelos especialistas na primeira rodada. Neste momento, os profissionais atribuíram nota de 1 (um) a 5 (cinco) a cada uma delas, sendo que a nota 1 representa o menor nível de concordância de que o item apresentado possa afetar a divulgação dos PAA e a nota 5 o maior nível de concordância. O uso de escala de concordância tem como finalidade calcular o Coeficiente de Variação (CV) para cada variável, que é uma medida de dispersão dos dados. De acordo com Martins e Theóphilo (2009), um CV inferior a 15% indica baixa dispersão e, portanto, maior consenso entre os especialistas, entre 15% e 30% ocorre média dispersão, e maior que 30% é considerada alta dispersão. Dessa forma, o uso desta técnica estatística permitiu identificar e selecionar as variáveis em que há maior consenso entre os especialistas quanto à capacidade de poder influenciar os auditores na escolha e divulgação dos PAA, para que pudessem ser testadas nos modelos econométricos desta pesquisa.

A segunda rodada durou 30 dias para a coleta das respostas. Uma vez que nenhum especialista se manifestou na segunda rodada quanto à sugestão de outras variáveis além daquelas já apresentadas, e não houve alta dispersão na avaliação das variáveis anteriormente sugeridas, a Técnica Delphi foi encerrada na segunda rodada, já que o objetivo principal foi angariar novas variáveis para o estudo.

3.1.3. Pré-teste do Questionário

Após a elaboração do questionário para aplicação da Técnica Delphi e antes do início da coleta dos dados através dela, foi realizado pré-teste do instrumento, no qual consistiu em testar o questionário em uma amostra pequena de entrevistados, antes de iniciar a coleta dos dados. Nesta etapa foram testados “[...] todos os aspectos do questionário, incluindo o conteúdo das perguntas, o texto, a sequência, o formato e o layout, a dificuldade das perguntas e as instruções” (Malhotra, Laudísio, Altheman & Borges, 2005, p. 245).

Com relação ao tamanho da amostra para a realização do pré-teste, Martins e Theophilo (2009) definem que pode ser entre 3 e 10 colaboradores. Por outro lado, Malhotra *et al* (2005) entendem que normalmente precisa-se geralmente de 15 à 30 participantes para identificar e eliminar possíveis problemas. Bradburn, Sudman e Wansink (2004) optam pela quantidade entre 20 e 50 respondentes.

Nesse sentido, é possível verificar ausência de consenso entre os autores com relação ao tamanho da amostra para a realização do pré-teste, desta forma, optou-se por utilizar a técnica da saturação, na qual utiliza-se uma amostra intencional, porém seu fechamento frequentemente se dará por redundância de informações ou saturação (Fontanella, Ricas & Turato, 2008).

Para realização do pré-teste, é necessário que os participantes dessa amostra tenham características similares aos especialistas da pesquisa, pois as interpretações que se buscam devem convergir a um mesmo entendimento. As características devem se relacionar com atitudes e comportamentos de interesse em sintonia com os objetivos da pesquisa (Malhotra *et al*, 2005; Bradburn, Sudman e Wansink, 2004).

Conforme Malhotra *et al* (2005), os pré-testes são mais bem conduzidos por meio de entrevistas pessoais, mesmo que a pesquisa real seja aplicada de outra forma. Todavia, os autores ainda afirmam que o pré-teste deverá ser realizado em ambiente e contexto similares aos da pesquisa real (Malhotra *et al*, 2005). Buscando maximizar a eficácia do pré-teste, optou-se por realizar entrevistas através da Plataforma Teams, de modo que foi possível discutir cada item do questionário e corrigi-lo de forma instantânea para que se pudesse avaliar se as correções estariam adequadas. Neste processo, foram realizadas perguntas cognitivas sobre o instrumento de coleta de dados como forma de detectar possíveis problemas sobre sua elaboração e estrutura (Fowler, 1995).

De acordo com Bradburn, Sudman e Wansink (2004), o pesquisador deverá questionar se as perguntas são claras e se o formato faz sentido lógico. Fowler (1995, p. 112) utiliza um protocolo padrão que contempla técnicas cognitivas comumente utilizadas no momento do pré-teste:

1. Solicitar que o respondente parafraseie seu entendimento sobre a questão;
2. Solicitar que o respondente defina os termos usados na questão;
3. Perguntar sobre quaisquer incertezas ou confusões que o respondente incorreu sobre qual seria a resposta apropriada à questão;
4. Perguntar o quanto o respondente está seguro sobre poder disponibilizar uma resposta precisa;
5. Se a pergunta solicitar uma figura numérica, perguntar ao respondente como ele chegou a este número; se a questão solicitar uma tarefa de classificação, perguntar ao respondente sobre o processo que ele passou para chegar à resposta.

Verifica-se então que as perguntas cognitivas ajudam o pesquisador a entender as dificuldades do respondente e identificar falhas em seu instrumento de coleta de dados, para que seja realizada a devida correção antes de aplicar na pesquisa real. Destaca-se que o momento certo para o pesquisador declarar saturação do pré-teste depende dos objetivos da sua pesquisa, no entanto, é recorrente aceitar o momento em que fica bem caracterizado que um determinado conjunto de percepções, a partir da amostra, é repetitivo (Fontanella, Ricas & Turato, 2008).

O pré-teste foi realizado com três pessoas, sendo um pesquisador e professor da área de auditoria e dois auditores independentes. Após cada entrevista o instrumento foi aperfeiçoado antes da próxima entrevista, de forma que após a terceira, entendeu-se que os ajustes eram mínimos e declarou-se saturação na primeira rodada. Para a segunda rodada, diante da experiência adquirida na primeira, foi necessária a realização de apenas uma entrevista.

3.2. Modelos Econométricos

Neste tópico são abordadas as informações necessárias para entendimento sobre o objetivo específico de testar empiricamente os fatores que explicam a divulgação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente das empresas listadas na B3, no período de 2016 a 2020, em conformidade com as variáveis relacionadas durante a aplicação da Técnica Delphi com os especialistas em auditoria independente.

3.2.1. População e amostra do estudo

A população do estudo é composta por todas as empresas não financeiras listadas na B3, totalizando 333 entidades (B3a, 2020). As empresas do setor financeiro foram retiradas da amostra por apresentarem características muito distintas dos demais setores, podendo afetar influenciar as variáveis que estão relacionados com indicadores de desempenho, que são mensurados de forma diferente em comparação aos demais setores. Do total de empresas, foram consideradas aquelas com dados disponíveis na base de dados Economatica (base balanceada), perfazendo amostra final de 309 companhias. O período de análise corresponde aos anos de 2016 (primeiro ano de aplicação da norma NBC TA 701 que trata sobre a divulgação dos principais assuntos de auditoria) a 2020 (período mais recente na pesquisa).

Tabela 12.**Setores econômicos de análise no estudo**

SETOR ECONÔMICO	EMPRESAS	%
Bens Industriais	59	19,09%
Comunicações	5	1,62%
Consumo Cíclico	85	27,51%
Consumo não cíclico	25	8,09%
Materiais Básicos	30	9,71%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	11	3,56%
Saúde	21	6,80%
Tecnologia da Informação	10	3,24%
Utilidade Pública	47	15,21%
Outros	16	5,18%
TOTAL	309	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Observou-se ainda que algumas empresas abriram ou fecharam o capital durante o período analisado, no entanto, não foi necessário excluí-las, pois foi utilizado um modelo de dados em painel desbalanceado.

3.2.2. Coleta dos dados

A definição das variáveis do modelo ocorreu somente após a aplicação da Técnica Delphi e também durante as estimações do modelo econométrico, no entanto, a coleta dos dados se iniciou ainda durante a realização da Técnica Delphi com base inicialmente nas variáveis apresentadas na revisão de literatura e, posteriormente, foram coletadas aquelas que foram também sugeridas pelos especialistas. É importante destacar que durante as estimações dos modelos econométricos houve a necessidade de exclusão de variáveis em decorrência da adequabilidade e validação global dos modelos apresentados pelos testes realizados.

Cabe destacar ainda que foram apresentados três modelos econométricos com dados em painel, visando determinar os fatores que afetam na quantidade de principais assuntos de auditoria divulgada, bem como na natureza dos assuntos relacionada ao risco do cliente e aos itens das demonstrações financeiras. Os dados foram coletados em diversas fontes, tais como o relatório de auditoria, formulário de referência, base de dados Económica e notas explicativas,

disponíveis nos relatórios financeiros anuais consolidados das companhias e sites da B3 e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Tabela 13 apresenta as características das variáveis dos modelos, *proxy*, fonte dos dados e o sinal esperado para cada variável, conforme fundamentação teórica apresentada nos tópicos 2.5.1. (características da auditoria) e 2.5.2 (características da entidade).

Tabela 13.

Variáveis do estudo

SIGLA	PROXY	FONTE	SINAL ESPERADO
PAA	Quantidade de principais assuntos de auditoria divulgada no relatório do auditor independente.	Relatório de Auditoria	(Variável Dependente)
PAA_RE	Quantidade de principais assuntos de auditoria divulgada no relatório do auditor independente relacionada ao risco da entidade como um todo (impostos, contencioso/ disposições regulamentares, combinações de negócios, controles, TI e outros).	Relatório de Auditoria	(Variável Dependente)
PAA_RC	Quantidade de principais assuntos de auditoria divulgada no relatório do auditor independente relacionada ao risco das contas, ou seja, itens das demonstrações financeiras (receitas, intangíveis, imobilizado, estoques, <i>impairment</i> de ativos, etc).	Relatório de Auditoria	(Variável Dependente)
BIG4	Variável <i>dummy</i> : apresenta ‘1’ se a firma de auditoria for Big4, e ‘0’ caso contrário.	Relatório de Auditoria	Negativo
AUD_FEE	Logaritmo Natural do total de honorários de auditoria no período.	Formulário de Referência	Positivo
NAUD_FEE	Logaritmo Natural do total de honorários de não auditoria no período.	Formulário de Referência	Negativo
TR_AUD	Variável <i>dummy</i> : apresenta ‘1’ se houver troca de auditor no período, e ‘0’ caso contrário.	Formulário de Referência	Positivo
TP_AUD	Tempo de Relacionamento entre firma de auditoria e cliente (em anos).	Formulário de Referência	Negativo
OPN	Variável <i>dummy</i> : apresenta ‘1’ se a opinião do auditor for modificada (exceto se for abstenção), e ‘0’ caso contrário.	Relatório de Auditoria	Negativo
ESP_AUD	Variável <i>dummy</i> : apresenta ‘1’ se for especialista no setor, e ‘0’ caso contrário. É considerado como especialista quando o índice for maior que 0,3, sendo calculado pela razão entre os honorários de auditoria da firma em entidades do setor pelo total de honorários de auditoria no setor (Sierra-Garcia <i>et al</i> , 2019).	Formulário de Referência	Positivo

EX_F	Variável dummy: apresenta '1' se o fim do exercício fiscal da entidade é em 31/12, e '0' caso contrário.	Relatório de Auditoria	Positivo
GEN_AUD	Variável <i>dummy</i> : apresenta '1' se o auditor responsável técnico é do gênero masculino, e '0' caso contrário.	Relatório de Auditoria	Negativo
TAM	Logaritmo Natural do Ativo Total _{it}	Economática	Positivo
CPLEX	Logaritmo Natural do número de subsidiárias.	Demonstrações Financeiras Anuais Completas	Positivo
END	Capital de terceiros dividido pelos recursos totais _{it}	Economática	Positivo
LIQ	Ativo circulante dividido pelo passivo circulante _{it}	Economática	Positivo
ROA	Resultado do exercício dividido pelo ativo total _{it}	Economática	Positivo
PREJ	Variável <i>dummy</i> : apresenta '1' se a entidade apresentou prejuízo no exercício, e '0' caso contrário.	Economática	Positivo
CONT	Variável <i>dummy</i> : apresenta '1' se a entidade teve ênfase relacionada a continuidade operacional no relatório de auditoria, e '0' caso contrário.	Relatório de Auditoria	Positivo
SET	Variável categórica representando os setores de atuação da B3: Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Materiais Básicos, Bens Industriais, Consumo não Cíclico, Consumo Cíclico, Saúde, Tecnologia da Informação, Telecomunicações e Utilidade Pública.	B3/ Economática	**
SET_REG	Variável <i>dummy</i> : apresenta '1' se a entidade atua em setor regido por Agências Reguladoras, e '0' caso contrário.	B3/ Economática	Positivo
COM_AUD*	Variável <i>dummy</i> : apresenta '1' se a entidade possui Comitê de Auditoria, e '0' caso contrário.	Formulário de Referência	Negativo
ADR*	Variável <i>dummy</i> : apresenta '1' se a entidade emite ADR, e '0' caso contrário.	Economática	Negativo
SEG_GOV*	Variável <i>dummy</i> : apresenta '1' se a entidade participa de segmento de governança corporativa diferenciado da B3, e '0' caso contrário.	Economática	Negativo

*Variáveis sugeridas pela autora; **Depende do setor.

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Além das variáveis apresentadas no referencial teórico baseados na literatura anterior sobre determinantes da divulgação dos PAA (Pinto & Moraes, 2018; Velte, 2018; Ferreira & Moraes, 2019; Kitiwong & Srijunpetch, 2019; Ardito, 2019; Sierra-Garcia *et al.*, 2019), optou-se ainda

por incluir mais três variáveis em consonância com o estudo de Cruz *et al.* (2019), o qual constatou significância positiva e relação com a quantidade de PAA divulgada, sendo explicado possivelmente porque as empresas com tais características passam por maior monitoramento do mercado (Neves & Lemes, 2009).

Ainda sobre a coleta dos dados, é importante dar atenção ao tratamento das variáveis resposta dos modelos econométricos. Após tabulados 3.659 principais assuntos de auditoria em 1.459 relatórios de auditoria, os mesmos foram classificados de acordo com o tema apresentado, sendo utilizadas os temas com base em Ibracon (2017; 2018), *Association of Chartered Certified Accountants* – ACCA (2018), e categorizados pelo risco de acordo com Lennox *et al.* (2019) e Sierra García *et al.* (2019).

Tabela 14.

Categorias e classificação dos PAA

IBRACON (2017; 2018)	ACCA (2018)	Lennox et al. (2019) e Sierra García et al. (2019)
Ativos e passivos de concessão	Específicos do Setor	Risco em nível da conta
Realização de impostos diferidos	Ativos	
Investimentos		
Estoques		
Arrendamentos*		
Propriedade para investimento		
Ativos biológicos		
Imobilizado		
Contas a receber		
Intangíveis*		
Ativos disponíveis para venda e operações descontinuadas		
Valor recuperável de ativos financeiros	Impairments	
Valor recuperável de ativos não financeiros		
Contingências e provisões	Passivos	
Benefício pós emprego		
Outros passivos		
Subvenções governamentais*	Outros	
Outros – Risco da conta*		
Receitas	Assuntos Complexos	
Instrumentos financeiros		
Combinações de negócios	Assuntos Complexos	

Leis e regulamentações		Risco em nível da entidade
Impostos		
Transação com partes relacionadas	Controles	
Continuidade operacional		
Gestão de liquidez		
Controles internos - TI		
Demonstrações fiduciárias		
Recuperação judicial*	Outros	
Empréstimos e financiamentos*		
Outros – Risco da entidade*		

*Categorias incluídas

Fonte: Adaptado de Venturini (2020)

Ao todo foram 31 temas, sendo que sete foram adicionados para refletir melhor a classificação de alguns PAA que não se encaixavam nos temas já utilizados pelo Ibracon (2017; 2018): arrendamentos (tema muito recorrente após IFRS 16), intangíveis, subvenções governamentais (foco na avaliação a valor justo), Outros – Risco da conta (para PAA que não se encaixavam em nenhuma categoria do risco da conta), Recuperação judicial, Empréstimos e financiamentos (muito relacionado com problemas de *covenants*) e Outros – Risco da entidade (para PAA que não se encaixavam em nenhuma categoria do risco da entidade).

Após classificar os PAA por temas, esses foram substituídos pelas categorias utilizadas por Lennox *et al.* (2019) e Sierra García *et al.* (2019) para que também fosse possível estimar os modelos para explicar a divulgação dos PAA relacionados ao risco da conta e ao risco da entidade, buscando identificar se as características da entidade e da firma de auditora apresentam comportamento diferente de acordo com a categoria de PAA.

3.2.2.1. Modelo Proposto

Para verificar quais os fatores determinantes da divulgação dos principais assuntos de auditoria nas empresas listadas na B3 no período de 2016 a 2020, inicialmente é proposto com base nas variáveis apresentadas na Tabela 14 os seguintes modelos:

$$PAA_{it} = \beta_0 + \beta_1.BIG4_{it} + \beta_2.AUD_FEE_{it} + \beta_3.NAUD_FEE_{it} + \beta_4.TR_AUD_{it} + \beta_5.TP_AUD_{it} + \beta_6.OPN_{it} + \beta_7.ESP_AUD_{it} + \beta_8.EX_F_{it} + \beta_9.GEN_AUD_{it} + \beta_{10}.TAM_{it} +$$

$$\beta_{11}.CPLEX_{it} + \beta_{12}.END_{it} + \beta_{13}.LIQ_{it} + \beta_{14}.ROA_{it} + \beta_{15}.PREJ_{it} + \beta_{16}.CONT_{it} + \beta_{17}.SET_{it} + \beta_{18}.SET_REG_{it} + \beta_{19}.COM_AUD_{it} + \beta_{20}.ADR_{it} + \beta_{21}.SEG_GOV_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

$$PAA_RE_{it} = \beta_0 + \beta_1.BIG4_{it} + \beta_2.AUD_FEE_{it} + \beta_3.NAUD_FEE_{it} + \beta_4.TR_AUD_{it} + \beta_5.TP_AUD_{it} + \beta_6.OPN_{it} + \beta_7.ESP_AUD_{it} + \beta_8.EX_F_{it} + \beta_9.GEN_AUD_{it} + \beta_{10}.TAM_{it} + \beta_{11}.CPLEX_{it} + \beta_{12}.END_{it} + \beta_{13}.LIQ_{it} + \beta_{14}.ROA_{it} + \beta_{15}.PREJ_{it} + \beta_{16}.CONT_{it} + \beta_{17}.SET_{it} + \beta_{18}.SET_REG_{it} + \beta_{19}.COM_AUD_{it} + \beta_{20}.ADR_{it} + \beta_{21}.SEG_GOV_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

$$PAA_RC_{it} = \beta_0 + \beta_1.BIG4_{it} + \beta_2.AUD_FEE_{it} + \beta_3.NAUD_FEE_{it} + \beta_4.TR_AUD_{it} + \beta_5.TP_AUD_{it} + \beta_6.OPN_{it} + \beta_7.ESP_AUD_{it} + \beta_8.EX_F_{it} + \beta_9.GEN_AUD_{it} + \beta_{10}.TAM_{it} + \beta_{11}.CPLEX_{it} + \beta_{12}.END_{it} + \beta_{13}.LIQ_{it} + \beta_{14}.ROA_{it} + \beta_{15}.PREJ_{it} + \beta_{16}.CONT_{it} + \beta_{17}.SET_{it} + \beta_{18}.SET_REG_{it} + \beta_{19}.COM_AUD_{it} + \beta_{20}.ADR_{it} + \beta_{21}.SEG_GOV_{it} + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

Para a estimação dos modelos, seriam realizados diversos testes a fim de definir qual o melhor tipo de modelo (*Pooled*, Efeitos Fixos ou Efeitos Aleatórios) e também para validar o modelo escolhido para apresentar os resultados. Desta forma, os testes que seriam abordados estão descritos na Tabela 15.

Tabela 15.
Testes de Adequabilidade

Teste	Objetivo
Teste Reset	Verificar problema de especificação do modelo quanto à forma funcional e/ou exclusão de variáveis importantes.
Teste de Fator de Inflação da Variância (VIF)	Testar se há multicolinearidade entre os regressores.
Teste de Breusch-Pagan	Testes presença de heterocedasticidade.
Teste de Normalidade dos Resíduos	Testar a normalidade dos resíduos.
Teste de Chow	Verificar entre Modelo <i>Pooled</i> e Modelo de Efeitos Fixos qual é o mais favorável.
Breusch-Pagan para RE	Verificar entre Modelo <i>Pooled</i> e Modelo de Efeitos Aleatórios qual é o mais favorável.
Hausman	Verificar entre Modelo Efeitos Aleatórios e Efeitos Fixos qual é o mais favorável.

Fonte: Adaptado de Heij *et al.* (2004) e Johnston e Dinardo (1998).

Destaca-se ainda sobre a possibilidade de inclusão de novas variáveis nos modelos, a exclusão de outras ou mesmo um modelo diferente do que foi proposto, tendo em vista as contribuições esperadas na aplicação da Técnica Delphi em decorrência da participação de especialistas em auditoria independente, assim como pode ter exclusão de variável em decorrência da adequabilidade do modelo econométrico apresentada pelos testes a serem realizados.

3.2.3. Estatísticas descritivas da amostra analisada

Antes da utilização de estatística inferencial para estimação dos parâmetros dos modelos econométricos propostos neste estudo, faz-se necessária a descrição das variáveis que integram a amostra do estudo. A utilização de estatísticas descritivas mostra-se relevante uma vez que possibilita verificar a existência de possíveis tendências ou discrepâncias nos dados em análise (Silvestre, 2007).

Neste estudo, a descritiva dos dados é feita por meio de gráficos, medidas de resumo e variabilidade. Constitui, também, parte da descrição dos dados amostrais a detecção de possíveis *outliers*. A existência de discrepâncias amostrais pode influenciar a correta estimação dos parâmetros estimados pelo modelo econométrico proposto. Uma vez que tais observações são vistas como elementos não originários da população a qual os dados, em análise, são provenientes (Osborne & Overbay, 2004).

O tratamento dos dados discrepantes, neste trabalho, evidencia-se por meio da winzorização a um por cento (1%) das variáveis amostradas. A winzorização consiste na substituição (até o percentil definido) de valores extremos da amostra pelos menores e maiores valores remanescentes da distribuição (Favero, Belfiore, Silva & Cahn, 2009). A opção por tal técnica está relacionada ao fato de se evitar a exclusão de tais observações o que pode determinar o maior desbalanceamento dos dados em análise.

3.2.4. Teste de verificação de diferenças de médias entre grupos amostrais

No presente estudo é realizada a verificação de diferenças estatisticamente significativas entre segregações amostrais (entidade é Big4 ou não; opinião do auditor é modificada ou não; existência de troca de auditor no período ou não; entidade apresentou prejuízo no exercício ou não; entidade atua em setor regido por agência reguladora ou não; entidade possui comitê de

auditoria ou não; a opinião do auditor no período anterior é modificada ou não; a entidade possui deficiência de controle interno ou não; e, por fim, a entidade incorreu em combinação de negócios ou não). Neste sentido, para verificação de diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, anteriormente citadas, faz-se necessária a utilização de teste estatístico de diferenças de médias para que se possa conhecer melhor as variáveis e os dados do estudo, bem como auxiliar na estatística inferencial.

No que tange aos testes de diferenças de médias constantes na literatura sobre a referida temática, verifica-se que a utilização destes tipos de testes requer o conhecimento a priori sobre o pareamento ou não dos dados em análise (dependência ou independência) e a existência ou não de distribuição gaussiana (Siegel & Castellan, 2008).

Caso os dados em análise correspondam a grupos distintos analisados em relação a um determinado atributo, verifica-se a independência amostral e consequente necessidade da utilização de teste de diferenças de médias para dados não emparelhados. Diferentemente do caso em que se percebe que o atributo estudado se refere ao mesmo grupo de elementos amostrais em momentos distintos, neste caso faz-se necessária a utilização de teste estatístico para dados pareados (Siegel & Castellan, 2008).

Em relação a normalidade dos dados em análise, a detecção da distribuição gaussiana dos elementos amostrais determina a utilização de teste paramétrico, caso contrário faz-se necessário utilizar teste estatístico não paramétrico (Levine, Berenson & Stephan, 2005). A verificação de normalidade dos dados que integram as segregações amostrais evidenciadas neste estudo é feita por meio do teste de Doornik-Hansen que em sua hipótese nula evidencia a pressuposição de normalidade dos dados que integram a amostra estudada.

Neste estudo, deseja-se verificar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre segregações amostrais específicas (grupos distintos) o que determina a necessidade de utilização de teste estatístico para dados não pareados. Dentre os testes estatísticos utilizados para a detecção de diferenças estatísticas significativas em relação a médias de duas amostras, verifica-se o teste t-Student que se refere a um teste paramétrico para dados não pareados. A hipótese nula do referido teste assume a igualdade entre as médias amostrais. A versão não paramétrica do teste, anteriormente citado, corresponde ao teste de Mann-Whitney que em H_0

evidencia a pressuposição de igualdade entre os valores medianos das amostras em análise (Levine, Berenson & Stephan, 2005).

3.2.5. Método dos Momentos Generalizados (*Generalized Method of Moments – GMM*)

Objetivando responder ao problema descrito nesta pesquisa, referente a verificação de quais são os determinantes da divulgação dos principais assuntos de auditoria constantes no relatório do auditor independente no Brasil, faz-se necessária a utilização de abordagem econométrica de painel dinâmico, tendo em vista a utilização de variável defasada sugerida pelos especialistas na Técnica Delphi, apresentado no Capítulo 4. Os modelos GMM estimados na pesquisa são diferentes daqueles que foram inicialmente propostos, no entanto, já era esperado que se pudessem ter ajustes em decorrência dos resultados da Técnica Delphi, não prejudicando os achados do estudo.

Na presente pesquisa, integram o conjunto de regressores as defasagens das variáveis respostas referentes à divulgação dos principais assuntos de auditoria, o que determina a impossibilidade de utilização de abordagem econométrica de dados em painel (*Pooled*, Efeito Fixo e Efeito Aleatório). Nesse sentido, a necessidade da abordagem painel dinâmico, para tratamento dos dados que integram a amostra deste estudo, está atrelada à quebra do pressuposto de exogeneidade estrita (problema de endogeneidade) requerida pelas abordagens de dados em painel (Wooldridge, 2002).

A viabilidade de modelo de dados em painel decorre da variabilidade dos dados em análise que ocorre no tempo e no espaço (Wooldridge, 2002). Na abordagem econométrica de painel dinâmico, além da existência da variabilidade temporal e espacial, verifica-se, também, a possibilidade de inclusão de defasagens da variável resposta como regressores do modelo proposto (Baum, 2006). A endogeneidade ocorre quando se verifica a existência de correlação entre o termo de erro do modelo de regressão proposto e os seus regressores (Barros, Castro Júnior, Silveira & Bergmann, 2010).

Faz-se relevante ressaltar, entretanto, que a quebra do pressuposto de exogeneidade requerida pelas abordagens de dados em painel não decorre somente da necessidade de utilização de regressores defasados provenientes da variável resposta. Existem outras fontes de

endogeneidade dentre as quais podem-se citar: omissão de variáveis, erros de mensuração e simultaneidade entre as variáveis analisadas (Wooldridge, 2002).

Dentre as abordagens evidenciadas pela literatura econométrica para o tratamento do problema de endogeneidade, verifica-se o Método dos Momentos Generalizados (*Generalized Method of Moments* – GMM). O GMM corresponde a uma abordagem econométrica capaz de tratar o problema de endogeneidade por meio da inclusão de variáveis instrumentais que correspondem a defasagens dos próprios regressores utilizados no modelo econométrico proposto (Baum, 2006).

3.2.5.1. Abordagens possíveis inerentes ao modelo GMM

O modelo de painel dinâmico GMM evidencia duas abordagens possíveis para estimação dos parâmetros do modelo econométrico proposto: o GMM em Diferenças e o GMM Sistemático (Roodman, 2009). A diferenciação entre as abordagens citadas está atrelada a robustez do GMM Sistemático comparativamente ao GMM em Diferenças (Roodman, 2009).

O GMM em Diferenças refere-se a uma modelagem econométrica criada por Arellano e Bond (1998), baseada na proposta de Arellano e Bover (1995), sendo também chamada de “estimador de Arellano Bond”. A referida abordagem, em sua formalização matemática, utiliza diferenciações dos regressores que integram o modelo proposto fazendo com que o componente erro individual específico, inerente aos modelos de dados em painel, possa ser ignorado (Baum, 2006).

Apesar da capacidade de tratamento do problema de endogeneidade da abordagem GMM em Diferenças, verifica-se limitações atreladas à sua utilização. De acordo com Blundell and Bond (1998), em amostras do tipo finitas, os estimadores obtidos, por meio do GMM em Diferença, estão próximos a passeios aleatórios. Outro fator inerente a essa abordagem está vinculado a diferenciação dos regressores que ocasiona um acentuado desbalanceamento do painel em análise.

Nesse contexto, o GMM- Sistemático é apresentado como uma forma de aperfeiçoamento do GMM em Diferenças. Idealizado por Blundell and Bond (1998), esta abordagem tem como escopo aumentar a eficiência do GMM em Diferenças por meio da transformação dos

regressores e do aumento do número de instrumentos propostos comparativamente a abordagem GMM em Diferenças (Roodman, 2009).

3.2.5.2. Estatísticas de ajuste da abordagem GMM

No que se refere à adequabilidade de ajuste do GMM, a literatura estatística evidencia os seguintes testes para verificação de ajuste da abordagem: teste de autocorrelação de Arellano e Bond utilizado para verificar a existência de autocorrelação de primeira e segunda ordem; teste de Hansen/Sagan objetiva verificar a viabilidade dos instrumentos utilizados no modelo proposto; teste de teste DIF-Hansen tem como escopo verificar adequabilidade entre as metodologias GMM em Diferenças e GMM- Sistemico.

O teste de autocorrelação de Arellano e Bond é utilizado com o intuito de verificar a existência e autocorrelação de ordem 1 (um) a qual se espera apresentar significância negativa. Além disso, espera-se, também, a inexistência de autocorrelação de ordem 2 (dois). A hipótese nula do teste de Arellano e Bond evidencia a pressuposição de inexistência de autocorrelação (Baum, 2006).

Os testes Sargan e Hansen são utilizados para a verificação da adequabilidade dos instrumentos utilizados pelo GMM proposto para tratamento dos dados em análise. A hipótese nula dos referidos testes evidencia a pressuposição de adequabilidade dos instrumentos utilizados pelo modelo. Faz-se relevante ressaltar que teste de Hansen se evidencia como um teste robusto quando comparado ao teste de Sargan. Nesse sentido, caso haja divergência entre os achados de tais testes, deve-se pautar a análise a partir do resultado apresentado pelo teste de Hansen (Wooldridge, 2002).

A viabilidade entre as abordagens GMM em diferenças e GMM- Sistemico é verificada por meio do teste de Diferenças de Hansen. A hipótese nula do teste de Diferenças de Hansen assume a adequabilidade de ajuste da abordagem GMM Sistemico em detrimento do GMM em Diferenças (Baum, 2006).

Por fim, a utilização da abordagem econométrica GMM tem como pressuposição a estacionariedade das séries correspondentes aos regressores do modelo proposto. Nesse sentido, faz-se necessária a verificação do comportamento estacionário dos regressores a partir do teste

de Phillips-Perron. A hipótese nula do referido teste apresenta a pressuposição de existência de raiz unitária (não estacionariedade da série analisada) (Barros, Castro Júnior, Silveira & Bergmann, 2010).

Nesse contexto, tendo em vista o escopo de responder aos objetivos propostos nesta pesquisa, estimaram-se três modelos econométricos por meio da abordagem GMM. A equação a seguir representa os três modelos efetivamente estimados e validados na pesquisa:

$$Y_{i,t} = \sum \alpha_i Y_{i,t-1} + \beta_1 \text{BIG4}_{i,t} + \beta_2 \text{AUD_FEE}_{it} + \beta_3 \text{OPN}_{i,t} + \beta_4 \text{TR_AUD}_{it} + \beta_5 \text{ESP_AUD}_{it} + \beta_6 \text{TAM}_{it} + \beta_7 \text{END}_{it} + \beta_8 \text{ROA}_{it} + \beta_9 \text{PREJ}_{it} + \beta_{10} \text{CPLEX}_{it} + \beta_{10} \text{SET_REG}_{it} + \beta_{11} \text{COM_AUD}_{it} + \beta_{12} \text{OPN_ANT}_{it} + \beta_{13} \text{GOODW}_{it} + \beta_{14} \text{PAS}_{it} + \beta_{15} \text{DEF_CI}_{it} + \beta_{16} \text{COMB_NEG}_{it} + c_i + \varepsilon_{it} \quad (4)$$

em que:

- **Variáveis dependentes utilizadas na pesquisa**

PAA: quantidade de principais assuntos de auditoria divulgada no relatório do auditor independente;

PAA_RE: quantidade de principais assuntos de auditoria divulgada no relatório do auditor independente relacionada ao risco do cliente como um todo (impostos, contencioso/disposições regulamentares, combinações de negócios, controles, TI e outros); e

PAA_RC: quantidade de principais assuntos de auditoria divulgada no relatório do auditor independente relacionada a itens das demonstrações financeiras (receitas, intangíveis, imobilizado, estoques, *impairment* de ativos etc.).

- **Variáveis independentes utilizadas na pesquisa**

$\sum \alpha_i y_{i,t-1}$: representa a defasagem da variável dependente;

BIG4: variável *dummy* que apresenta ‘1’ se a firma de auditoria for Big4 e ‘0’ caso contrário;

AUD_FEE: logaritmo natural do total de honorários de auditoria no período;

OPN: variável *dummy* que apresenta ‘1’ se a opinião do auditor for modificada, e ‘0’ caso contrário;

TR_AUD: variável que *dummy* apresenta ‘1’ se houver troca de auditor no período, e ‘0’ caso contrário;

ESP_AUD: variável *dummy* que apresenta ‘1’ se for especialista no setor, e ‘0’ caso contrário. É considerado como especialista quando o índice for maior que 0,5, sendo calculado pela razão entre os honorários de auditoria da firma em entidades do setor pelo total de honorários de auditoria no setor;

TAM: logaritmo natural do Ativo Total;

END: capital de terceiros dividido pelos recursos totais;

ROA: resultado do exercício dividido pelo ativo total;

PREJ: variável *dummy* que apresenta ‘1’ se a entidade apresentou prejuízo no exercício, e ‘0’ caso contrário;

CPLEX: logaritmo natural do número de subsidiárias;

SET_REG: variável *dummy* que apresenta ‘1’ se a entidade atua em setor regido por Agências Reguladoras, e ‘0’ caso contrário;

COM_AUD: variável *dummy* que apresenta ‘1’ se a entidade possui Comitê de Auditoria, e ‘0’ caso contrário;

OPN_ANT: variável *dummy* que apresenta ‘1’ se a opinião do auditor no ano anterior for modificada, e ‘0’ caso contrário;

GOODW: valor do *Goodwill*;

PAS: variável *dummy* que apresenta ‘1’ se a entidade possui Processo Administrativo Sancionador na CVM, e ‘0’ caso contrário;

DEF_CI: variável *dummy* que apresenta ‘1’ se a entidade possui deficiência de Controle Interno apontada pelo auditor no relatório de controles internos, e ‘0’ caso contrário;

COMB_NEG: variável *dummy* que apresenta ‘1’ se a entidade incorreu em combinação de negócios, e ‘0’ caso contrário;

$u_{it} = a_i + \varepsilon_{it}$; a_i é o efeito individual e ε_{it} é o termo erro aleatório.

i = i-ésima empresa;

t = t-ésimo período de tempo.

É importante destacar que para estimação inicial dos três modelos foram consideradas todas as variáveis, no entanto, devido à grande quantidade delas, algumas foram excluídas para dar maior significância aos modelos e também porque pouco contribuíam com a validação deles. A discussão sobre as variáveis excluídas e a inclusão das sugestões dos especialistas é apresentada no Capítulo 4.

3.3. Entrevista com especialistas

Após a estimação dos modelos econométricos e interpretação dos resultados com base nas pesquisas anteriores, a próxima etapa deste estudo foi de natureza qualitativa e consistiu em explicar o comportamento das variáveis significativas com base na ótica dos auditores independentes, assim como entender o porquê da não significância de outras variáveis. Essa etapa é de fundamental importância, dado que a maioria das pesquisas anteriores foi realizada em mercados internacionais com características diferentes do Brasil, ou, quando realizadas no mercado brasileiro, não consideraram um período maior de análise.

Assim, a entrevista trata-se de uma técnica de pesquisa para coleta de informações, dados e evidências cujo objetivo básico é entender e compreender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações, em contextos que não foram estruturados anteriormente, com base nas suposições e conjecturas do pesquisador.

De acordo com Martins e Theóphilo (2009), a entrevista deve estar ancorada em referencial que está dando suporte teórico ao estudo, tratado principalmente com base em Pinto e Moraes (2018), Velte (2018), Ferreira e Moraes (2019), Sierra-Garcia *et al.* (2019), Kitiwong e Srijunpetch (2019) e Ardito (2019).

Foram entrevistados sete profissionais com alto nível de especialização assim descritos: gerente técnico do Ibracon, professor e pesquisador de programa de pós graduação em universidade federal brasileira, sócio de uma firma de auditoria não Big4, gerente de auditoria da KPMG, gerente de auditoria da Deloitte, gerente sênior de auditoria da EY e diretor de auditoria da PwC. A quantidade de entrevistados foi considerada satisfatória após a sétima entrevista, uma vez que as discussões realizadas já se repetiam e não se evidenciavam mais novas informações. A escolha dos profissionais de auditoria se deu pela vivência que os mesmos possuem na condição de responsáveis técnicos, participantes do processo de seleção e divulgação dos principais assuntos de auditoria, incluindo pesquisadores e representantes de entidades de classe, dos quais entendeu-se que poderiam complementar as percepções e vivência dos auditores independentes.

As entrevistas foram realizadas por meio da plataforma Teams e cada uma durou em média 80 minutos. Antes de iniciar a entrevista, foi solicitada autorização dos profissionais para que fosse

gravada a conversa para posterior consulta pela pesquisadora, sendo garantida a não divulgação do material através da Declaração de Sigilo e Confidencialidade (Apêndice F) e omitidas as identidades dos entrevistados na análise dos resultados. Além disso, por não representarem necessariamente a opinião das firmas de auditoria e demais entidades de vínculo dos respondentes, optou-se por não relacionar as respostas das entrevistas ao nome dessas entidades.

Assim, propôs-se nesta entrevista abordar o assunto em três etapas: i) aprofundamento no entendimento sobre o julgamento dos auditores na escolha dos principais assuntos de auditoria divulgados nos relatórios; ii) apresentação dos resultados da pesquisa empírica; e, iii) explicação sobre o comportamento de variáveis significativas no modelo econométrico. O roteiro de entrevista se encontra disponível no Apêndice G. As informações coletadas nas entrevistas foram analisadas comparativamente e relacionadas com estudos anteriores.

Após interpretação das informações apresentadas sobre a divulgação dos principais assuntos de auditoria nos relatórios, foram elaborados dois modelos conceituais que relacionam o processo de auditoria com a divulgação dos PAA e os fatores que afetam o julgamento dos auditores.

3.4. Limitações da pesquisa

Entende-se como uma limitação desta pesquisa a subjetividade dos respondentes nos instrumentos de coleta de dados, tanto do questionário Delphi, assim como na entrevista, pois, a essência do objeto de estudo pode não ser captada de forma plena devido a fatores de julgamento de cada participante. Além disso, embora seja utilizado o consenso de profissionais considerados especialistas na área, a amostra de profissionais pode ainda ser considerada limitada, o que pode dificultar a generalização dos resultados.

É importante mencionar também que há subjetividade também na classificação e categorização dos PAA mesmo que sejam utilizados parâmetros já abordados em literaturas anteriores. Ainda, a compreensão da pesquisadora em relação às respostas obtidas nas entrevistas pode apresentar subjetividade também.

Há ainda uma limitação na disponibilidade dos dados das empresas do estudo, sobretudo, em relação aos honorários de auditoria disponibilizados nos Formulários de Referência nos *sites* da B3 e Comissão de Valores Mobiliários. Tais dados são apresentados de forma confusa, não

sendo possível em algumas situações, separar os honorários para cada ano ou mesmo por tipo de serviço prestado pela a auditoria independente. Tal limitação afeta no tamanho da amostra de empresas, uma vez que essa variável é relevante para o estudo, já que se apresentou como significativa em outras pesquisas relacionadas (Pinto & Moraes, 2018; Ferreira & Moraes, 2019; Sierra-Garcia *et al.*, 2019).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa, cujo objetivo central é investigar quais os determinantes da divulgação dos principais assuntos de auditoria no Brasil e quais os fatores que afetam o julgamento do auditor independente. Para garantir a organização e desencadeamento lógico dos resultados, estes são apresentados por subtópicos seguindo as etapas de realização previstas na metodologia da pesquisa: aplicação da Técnica Delphi para o levantamento e validação de novas variáveis, estimação dos modelos econométricos nas empresas brasileiras listadas na B3 entre 2016 e 2020, aplicação das entrevistas para abordagem explicativa e apresentação do modelo conceitual de divulgação dos PAA.

4.1. Resultados da Aplicação da Técnica Delphi

A técnica Delphi foi realizada em duas rodadas não presenciais, com o objetivo de coletar e validar novas variáveis determinantes da divulgação dos principais assuntos de auditoria no relatório dos auditores independentes, conforme a avaliação de uma comissão formada por 25 especialistas.

4.1.1. Descrição dos Especialistas

Para a escolha do grupo de respondentes, foram observados os critérios da seção 3.3.1. Os especialistas foram convidados por intermédio de uma carta enviada por e-mail (Apêndice B), a 50 especialistas. Destes, 40 aceitaram o convite, 32 responderam à primeira rodada e 25 responderam à segunda rodada, sendo esta a amostra final. A Tabela 16, apresenta essa definição.

Tabela 16.

Participantes da Técnica Delphi

Especialistas	Quantidade	%
Convites	50	100%
Aceites	40	80%
Respondentes na 1ª Rodada	32	64%
Respondentes na 2ª Rodada	25	50%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Na sequência são apresentados os currículos acadêmicos e profissionais dos 25 (vinte e cinco) componentes da comissão de especialistas da Técnica Delphi, em ordem alfabética. Essas informações foram coletadas diretamente com os especialistas para que se comprovasse a experiência profissional e o potencial de contribuição com a temática abordada neste estudo. Ressalta-se que dos 25 especialistas, apenas 14 concordaram em divulgar o nome na pesquisa. Para os demais especialistas, foi divulgado apenas o currículo para verificação, conforme apresentado a seguir:

Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Moraes: Doutora em Gestão de Empresas, Mestre em Ciências Empresariais, Licenciada em Organização e Gestão de Empresas e Revisor Oficial de Contas. É Vice-Presidente do ISEG - Lisbon School of Economics & Management, • Professora Catedrática do ISEG – Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa, Professora Associada (de 2012 a 2014) e Professora Associada com Agregação do ISEG – Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa. Possui pesquisas publicadas sobre KAM em importantes *journals* da área.

Erivelto Alves Messias dos Santos Junior: Gerente de Auditoria na KPMG com mais de 7 anos de experiência participando de auditorias de empresas nacionais e multinacionais. Tem experiência em auditoria de demonstrações financeiras, controles internos, laudos de avaliação contábil e implantação de procedimentos pactuados. Além disso, atualmente coordena trabalhos de auditoria em empresas multinacionais, adquirindo conhecimento e experiência em normas internacionais de contabilidade (IFRS).

Gilberto Galinkin: Contador, Administrador, Especialista em Administração Financeira e Mestre em Contabilidade. Auditor Independente, atualmente é sócio líder da Baker Tilly responsável pelos escritórios de Belo Horizonte, Brasília e Goiânia, com passagens em empresas de auditoria, tais como: BDO Brazil, Coopers & Lybrand, PWC e Teixeira e Associados. Professor da PUC Minas desde 1987.

Guillermo Oscar Braunbeck: Professor-Doutor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA/USP). Professor convidado da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV).

Membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Diretor financeiro da Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FACPC). Membro Titular do Conselho Fiscal de diversas companhias abertas e fechadas. Foi Gerente-sênior de firma internacional de auditoria (Arthur Andersen). Foi sócio de firma de asseguração e consultoria em processos de fusões e aquisições, auditoria interna e gerência de riscos (Hirashima & Associados). Foi Controlador Adjunto da Universidade de São Paulo. Foi gerente de projetos no *International Accounting Standards Board* (IASB), órgão emissor nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

Jerônimo Antunes: Possui mestrado e doutorado em Ciências Contábeis na área de especialização de Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (1998 e 2005, respectivamente) e graduação em Administração de Empresas (1981) e Ciências Contábeis (1987). Atualmente é professor doutor concursado da Universidade de São Paulo, conselheiro de administração independente e presidente do comitê de auditoria da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, coordenador do comitê de auditoria do IRB-Brasil Resseguros e membro dos comitês de auditoria da Paranapanema e outras entidades. Ex-diretor do Instituto Brasileiro de Auditores Independentes - IBRACON, atual membro e ex-diretor da Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade-ANEFAC, membro do Instituto de Governança Corporativa do Brasil - IBGC.

Leonardo Fonseca de Freitas Maia: Sócio de auditoria e *Capital Markets* da Baker Tilly, conselheiro independente e executivo de finanças com mais de 20 anos de experiência na área financeira em companhias locais e internacionais. Atuou em projetos de auditoria, mercados de capitais, *reports* financeiros, orçamentos e planejamento de assuntos complexos de contabilidade (BRGAAP, IFRS e USGAAP), combinação de negócios e outros. Entre 2008 e 2012 fez parte do *Capital Markets Group* da Deloitte. Entre outubro de 2004 e maio de 2006 participou do *Global Development Program* da Deloitte, atuando como auditor nos EUA. É integrante da Comissão Especial de Estudos Técnicos em IFRS do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais - CRC MG.

Milena Tabata Stringli Pinho: Graduada em Ciências Contábeis pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) e Pós-Graduada em Auditoria, atua como *Audit Manager* na KPMG com mais de 6 anos de experiência em auditoria externa de seguradoras (reguladas pela SUSEP) e operadoras de saúde (reguladas pela ANS). Com certificações técnicas da auditoria para atuação em auditoria de companhias reguladas pela SUSEP e PREVIC, e companhias de capital aberto.

Rafael Carneiro Barbosa: Graduado em Ciências Contábeis com ênfase em controladoria pela PUC-MG. Possui registro profissional pelo CRC/MG, CNAI-QTG e CNAI-CVM. É Coordenador de Contabilidade e Report - Abr/21 até o presente momento - Atlantic Nickel Mineração. Coordenador Contábil e Fiscal - Out/19 a Abr/21 - Mota-Engil Engenharia e Construção. Gerente de Auditoria Externa - Jul/18 a Out/19 - Ernst & Young Auditores Independentes. Sênior de Auditoria Externa - Out/14 a Jul/18 - Ernst & Young Auditores Independentes. Assistente de Auditoria Externa - Out/12 a Out/14 - KPMG Auditores Independentes. Trainee de Auditoria Externa - Set/11 a Out/12 - KPMG Auditores Independentes. Assistente Contábil e Fiscal - Jan/08 a Jun/11 - NBF Consultoria & Assessoria Contábil.

Ricardo Rodolfo de Souza Santos: Gerente do departamento de Auditoria da KPMG no escritório de Belo Horizonte, Minas Gerais com oito anos de experiência em auditoria. Possui experiência em empresas nacionais e multinacionais em auditoria contábil, em controles internos, execução de procedimentos previamente acordados, com ampla experiência em diversos segmentos, como mineração, automotivo, alimentação, consultoria, construção e bens de consumo. Coordena ainda trabalhos de auditoria em empresas multinacionais, adquirindo experiência também em normas internacionais de contabilidade (IFRS e USGAAP) e auditoria (SOX e USGAAS). Os trabalhos envolveram, dentre outras atividades, análise da correta aplicação das normas brasileiras e internacionais de contabilidade e auditoria; *reporting* para empresas estrangeiras relacionadas a subsidiárias localizadas no Brasil.

Rogério Vieira de Andrade: É sócio responsável pela área de Práticas Profissionais para a prática de auditoria da América do Sul. Antes de exercer essa função, foi responsável pelo

Grupo de Auditoria de Instituições Não-Financeiras do escritório de São Paulo, pelo Departamento de Práticas Profissionais (DPP), e também pelo *Capital Markets Group* (CMG) da KPMG no Brasil. Iniciou na KPMG em 1991, e de novembro de 2001 a dezembro de 2002 participou do programa de intercâmbio da KPMG, atuando no escritório da KPMG em Silicon Valley, EUA. Participa frequentemente como instrutor em seminários apresentados pela KPMG para alguns de seus clientes.

Ronaldo Fonseca: Gerente sênior com mais de 11 anos de experiência em consultoria empresarial, direcionada ao redesenho de processos, análise de riscos operacionais e de negócios e auditoria financeira, operacional e de conformidade. Possui larga experiência em projetos de auditoria interna e externa, gestão de riscos de negócios (estratégicos, operacionais e financeiros) e implementação de estrutura de controles internos para melhor governança e/ou atendimento à Lei Sarbanes-Oxley, assim como normas do PCAOB, tendo liderado projetos dessa natureza inclusive fora do país, para empresas de diferentes segmentos de mercado. É Bacharel em Ciências Econômicas (PUC Campinas), Ciências Contábeis (PUC Minas) e atualmente está cursando MBA em Gestão de Negócios (Universidade de São Paulo-USP). Membro do Comitê “*Young Business Affairs*” da Câmara Americana de Comércio –AMCHAM Campinas. Coordenador do Comitê de Compliance e Diretor Adjunto de Digital, Inovação e Tecnologia de Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF).

Silvio Takahashi: Sócio de auditoria e práticas profissionais da EY, coordenador do GT IASB do CFC, GT de discussão entre CPC e Receita Federal do Brasil, e Comitê de Normas de Contabilidade do Ibracon. Membro da Comissão Nacional de Normas Técnicas do Ibracon.

Vagner Antônio Marques: Bacharel em Ciências Contábeis pela PUC Minas, especialista em gestão de negócios pelo IBMEC, mestre em ciências contábeis e doutor em administração (finanças) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Possui 20 anos de experiência profissional e 10 de experiência acadêmica. Profissionalmente atuou como auditor, contador, perito e gestor financeiro em empresas de segmentos e portes diversos. Academicamente, desenvolve e orienta pesquisas sobre temas de auditoria e lidera o GECAT – Grupo de Estudos em Contabilidade, Auditoria e Tributação, vinculado ao Programa de Pós-graduação em

Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo. Possui trabalhos publicados em importantes congressos científicos e periódicos nacionais.

Vanessa Caroline Ferreira Santos: Profissional com 10 anos de carreira desenvolvida na área de auditoria e contabilidade, formada em Ciências Contábeis, pelo Centro Universitário Newton Paiva em 2012 e pós-graduada em Auditoria, pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG em 2014. Atuação na auditoria, iniciando como trainee em 2014 até a função de gerente onde executou atividades relacionadas a auditoria das demonstrações financeiras desde o planejamento dos trabalhos até a emissão do relatório de auditores independentes. Experiência em empresas nacionais e multinacionais em auditoria contábil, financeira, de controles internos, laudos de avaliação contábil, execução de procedimentos previamente acordados, com ampla experiência em diversos segmentos, como: setor ferroviário, saneamento básico, indústria e prestação de serviços. Além disso, membro do Conselho Regional de Contabilidade desde 2014 e Auditora registrada no Cadastro Nacional de Auditores Independentes do Conselho Federal de Contabilidade (CNAI) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Especialista preferiu não divulgar o nome: Gerente Técnica do Ibracon. Mestre em Ciências Contábeis, especialista em IFRS com trajetória de 15 anos na KPMG e especialista em demonstrações contábeis. Leciona em curso de pós graduação matérias relacionadas a ciências contábeis, bem como instrutora do Ibracon para a área de Desenvolvimento Profissional. Faz parte do Comitê de Auditoria de duas companhias abertas.

Especialista preferiu não divulgar o nome: Graduada em Ciências Contábeis. Gerente sênior de auditoria na EY. Possui mais de 10 anos de experiência atendendo a clientes nacionais e internacionais de diversos setores da economia, principalmente industrias de consumo, incluindo empresas registradas na CVM e SEC.

Especialista preferiu não divulgar o nome: Possui doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo (2019), mestrado em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002) e bacharelados em Economia pela Universidade Paulista (2000) e em

Contabilidade pela Universidade de São Paulo (2021). Tem experiência nos ramos do turismo, mercado de capitais, educação e supervisão bancária. Pesquisa em temas variados como contabilidade, auditoria, técnicas de *foresight* e difusão de inovação. É servidor do Banco Central do Brasil, atualmente em atividade na Coordenação de Contabilidade e Auditoria no Departamento de Gestão Estratégica e Supervisão Especializada.

Especialista preferiu não divulgar o nome: Gerente Sênior de Auditoria na EY. Mais de 15 anos de experiência profissional, incluindo 5 anos no escritório da EY em Houston (de outubro de 2013 a outubro de 2015) e Rogers, AR (de maio de 2016 a junho de 2019) trabalhando em auditorias de empresas listadas e privadas nos EUA.

Especialista preferiu não divulgar o nome: Contador, auditor, sócio de auditoria na PricewaterhouseCoopers. Coordenador Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC. Foi Presidente da Diretoria Nacional do Ibracon.

Especialista preferiu não divulgar o nome: Contadora formada pela Universidade Federal de Viçosa, pós graduada em IFRS pela FIPECAFI. Tem 8 anos de experiência em auditoria externa atuando atualmente como gerente de auditoria em clientes de grande porte, companhia aberta e subsidiárias.

Especialista preferiu não divulgar o nome: Graduada em Ciências Contábeis pela PUC Minas. Associada do Instituto Brasileiro de Executivos e Finanças de Minas Gerais - IBEF MG. É Gerente de Auditoria na KPMG com mais de 8 anos de experiência em empresas nacionais e multinacionais em auditoria contábil, financeira, controles internos, laudos de avaliação contábil, execução de procedimentos previamente acordados, com ampla experiência em diversos segmentos, como: setor de saúde, automotivo, mineração, prestação de serviços, e outros. Coordena ainda trabalhos de auditoria em empresas nacionais, adquirindo experiência também com IFRS, reporte para empresas estrangeiras. Possui certificação CNAI QTG e CVM.

Especialista preferiu não divulgar o nome: Gerente Sênior de auditoria com 15 anos de experiência em auditoria de seguradoras nos segmentos de danos, ramos elementares, resseguros, saúde, previdência privada e capitalização. Bacharel em Ciências Contábeis. Associado ao IBRACON. Possui certificações técnicas de auditoria para atuação em auditoria de Companhias reguladas pela CVM, SUSEP, Banco Central e PREVIC.

Especialista preferiu não divulgar o nome: Graduada em Ciências Contábeis pela PUC Minas. Possui certificação CNAI QTG e CVM, registrada na Comissão de Valores Mobiliários e Membro do Ibracon. É Sócia de Auditoria na KPMG Brasil com mais de 16 anos de experiência em empresas nacionais e multinacionais em auditoria contábil, financeira, controles internos, laudos de avaliação contábil, execução de procedimentos previamente acordados, com ampla experiência em diversos segmentos, como: mineração, siderurgia, logística, construção e bens de consumo. Coordena ainda trabalhos de auditoria em empresas nacionais, adquirindo experiência também com IFRS, normas americanas e SOX.

Especialista preferiu não divulgar o nome: Diretora de Auditoria. Contadora, especializada em Auditoria Contábil e Financeira, Direito Tributário e Gestão Contábil (MBA com ênfase em IFRS), MBA em Gestão, Empreendedorismo e Desenvolvimento de Negócios (em andamento), com mais de 14 anos de experiência em auditoria independente, consultoria contábil e tributária. Certificado pelo CNAI.

Especialista preferiu não divulgar o nome: Sócio da EY com quase 15 anos de experiência, tem histórico comprovado de trabalho com um portfólio diversificado de indústrias, incluindo mineração, cimento, aço, produtos industriais diversificados, telecomunicações e prestadores de serviços. Expert em Auditoria Externa, Gestão de Projetos, Finanças Corporativas, Controles Internos e Contabilidade. Experiência em ministrar treinamentos internos e externos em contabilidade e auditoria. Profissional com Mestrado em Administração de Empresas (M.B.A.) com foco em Finanças Geral pelo IBMEC. Contador certificado e auditor independente.

Com base nas informações apresentadas anteriormente, observa-se que o painel de especialistas participantes desta pesquisa possui vasta experiência profissional, o que permitiu garantir contribuições relevantes para o presente estudo.

4.1.2. Resultados da Primeira Rodada

Conforme apresentado na metodologia da pesquisa, a Técnica Delphi foi aplicada aos especialistas selecionados para o estudo totalizando 25 profissionais que participaram da realização da segunda rodada. Considerou-se como especialista em auditoria independente, os profissionais que normalmente estão intimamente ligados ao objeto de estudo e/ou possuem vasta experiência naquela área, seja este especialista auditor, sócio, pesquisador, professor ou qualquer outro profissional relacionado com o assunto.

Na primeira rodada foram apresentadas as variáveis selecionadas por meio de pesquisas anteriores (Pinto & Morais, 2018; Velte, 2018; Sierra-Garcia *et al.*, 2019; Kitiwong e Srijunpetch, 2019; Ferreira & Morais, 2019; Ardito, 2019) que foram utilizadas para identificar os fatores determinantes da divulgação dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA). Os principais objetivos desta rodada foram: i) verificar as variáveis as quais, na ótica dos especialistas, afetam a divulgação dos PAA; e, ii) angariar novas variáveis sugeridas por eles. O quantitativo evidenciado na Tabela 17 representa, respectivamente, o número de especialistas que consideram que a variável aumenta a divulgação do número de PAA, que não afeta a divulgação, que reduz a divulgação e o percentual de especialistas que entendem que a variável afeta a divulgação de alguma forma (aumentando ou reduzindo a quantidade de PAA).

Tabela 17.
Resultados da 1ª Rodada da Técnica Delphi

CARACTERÍSTICAS	Sinal Esperado	ESPECIALISTAS			
		Aumenta	Não Afeta	Reduz	%
Há elevada complexidade da entidade.	+	30	2	0	94%
Há incerteza relacionada à capacidade de continuidade operacional da entidade auditada.	+	26	5	1	84%
A entidade auditada tem elevado porte.	+	26	6	0	81%
O setor de atuação da entidade auditada é regido por Agências Reguladoras.	+	25	7	0	78%
O auditor tem Especialização no setor da entidade auditada.	+	21	8	3	75%

É emitida opinião modificada no Relatório do Auditor Independente (exceto se for abstenção).	-	20	9	3	72%
A entidade auditada apresenta boas práticas de Governança Corporativa.	-	4	10	18	69%
A entidade emite ou já emitiu títulos no mercado de capitais norte-americano, tais como <i>American Depositary Receipt</i> (ADR), debêntures, ações ou outros.	+	18	10	4	69%
A entidade auditada tem elevado endividamento.	+	20	11	1	66%
Houve registro de prejuízo no exercício auditado.	+	19	11	2	66%
A entidade auditada possui Comitê de Auditoria.	-	7	15	10	53%
Houve troca de auditor no período auditado.	+	14	18	0	44%
Há um elevado tempo de relacionamento entre a firma de auditoria e o cliente.	-	3	18	11	44%
A entidade auditada tem elevada liquidez.	+	2	18	12	44%
A entidade auditada tem elevada rentabilidade.	+	3	18	11	44%
A firma de auditoria é do tipo Big4.	-	12	20	0	38%
O valor dos honorários de auditoria é elevado.	+	7	25	0	22%
O valor dos honorários de serviços de Não Auditoria é elevado.	-	2	26	4	19%
A data base das demonstrações financeiras é diferente da data de encerramento do exercício fiscal.	+	3	27	2	16%
O auditor responsável técnico é do gênero masculino.	-	0	32	0	0%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Dentre as 20 variáveis apresentadas, 11 foram apontadas por mais de 50% dos especialistas quanto à relação (positiva ou negativa) com a divulgação dos PAA, e 9 foram indicadas por menos de 50% dos respondentes. Observou-se que dentre os itens apresentados, apenas duas características relacionadas à firma de auditoria foram indicadas por mais que 50% dos respondentes, representada pela especialização no setor da entidade auditada e emissão de opinião modificada, o que sugere que, na ótica dos especialistas, a divulgação dos PAA está relacionada principalmente com as características da própria entidade auditada.

De forma geral, as variáveis que foram apontadas pela maioria dos respondentes tiveram efeito indicado pelos especialistas de forma igual ao sinal esperado na presente pesquisa, exceto com relação à opinião de auditoria no relatório. Enquanto que os especialistas indicaram que um relatório de auditoria com opinião modificada pode ter relação com maior divulgação de PAA, defende-se nesta pesquisa justamente o contrário, assim como foi constatado por Ferreira e Moraes (2019), pois quando o auditor considera um assunto de risco e o aborda na opinião, esse assunto já não pode mais ser considerado na seção de PAA (Vik & Walter, 2017).

Na primeira rodada da Técnica Delphi foi questionado por meio de uma pergunta dissertativa sobre a relação entre os setores de atuação da entidade auditada e os PAA, uma vez que existem diversos setores e a avaliação objetiva acarretaria na criação de muitos itens. A questão dissertativa possibilitou que os respondentes indicassem vários setores e justificassem sobre a relação destes com a divulgação dos PAA. Observou-se que muitos respondentes mencionaram setores regulados como aqueles que podem indiretamente contribuir com a maior divulgação dos PAA, corroborando com o item que já foi abordado na listagem da Tabela 17 e que foi indicado por 78% dos especialistas. Dentre os setores regulados, foram citados: setor bancário (financeiro), elétrico, gás e petróleo e telecomunicações. Adicionalmente, o setor de construção civil também foi mencionado por alguns especialistas sendo justificado pelo reconhecimento da receita através do POC (*Percentage of Completion*).

Com relação aos comentários gerais sobre as variáveis apresentadas na primeira rodada, observou-se que alguns especialistas preferem enfatizar que a seleção dos PAA envolve mais o julgamento do auditor, tal como apresentado a seguir:

Acredito que devam constar dos PAA os assuntos que, no julgamento do auditor, envolveram maior tempo de análise, aplicação de procedimentos específicos, envolvimento de especialistas e apresentam um elevado risco de distorção das demonstrações financeiras, no decorrer daquele exercício, independentemente de regulação ou segmentação de mercado. Em geral, qualquer contabilização que exija aplicação de julgamento relevante na mensuração de uma estimativa significativa no contexto das demonstrações financeiras pode estar sujeita a procedimentos de auditoria específicos, por exemplo uma combinação de negócios complexa, a determinação de valor justo de um ativo relevante em cenários de incerteza econômica e política, e a avaliação dos procedimentos a serem aplicados pelo auditor em suas respectivas abordagens (ESPECIALISTA 4).

Em todos os casos, PPA devem considerar os assuntos que geraram maior esforço e julgamento por parte do time de auditoria. Na determinação se um assunto é ou não PAA o auditor deve determinar se estes atendem características mínimas, entre elas:

- Áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante;
- Julgamentos significativos, incluindo estimativas e assuntos com premissas relevantes;
- Transações não usuais significativas, que afetam materialmente as demonstrações contábeis do exercício;
- Assuntos comunicados aos responsáveis pela governança;
- Assuntos que exigiram atenção significativa do auditor na execução da auditoria (ESPECIALISTA 15).

Por fim, foi solicitado na primeira rodada que os especialistas sugerissem novas variáveis além daquelas que lhes foram apresentadas, sendo captadas 19 respostas para esta questão. Após análise dessas respostas, as informações foram agregadas quando se tratavam da mesma categoria e foram captadas 12 sugestões de variáveis, apresentadas através da Tabela 18:

Tabela 18.**Sugestões dos especialistas sobre variáveis que afetam a divulgação dos PAA**

SUGESTÕES DOS ESPECIALISTAS		JUSTIFICATIVA/ COMENTÁRIO
1	Opinião modificada no exercício anterior.	Relatórios Modificados em anos anteriores podem reduzir a divulgação do PPA, uma vez que a relação entre auditor vs cliente normalmente fica abalada após opiniões modificadas, podendo ser um motivo para que o auditor não inclua PPA para que a relação volte a "ficar mais favorável".
2	Quantidade de PAA reportados no período anterior	São fatores que funcionam como <i>red flag</i> para o auditor e podem estar associadas ao aumento da probabilidade de reporte de um PAA.
3	Deficiências de Controles Internos	Boa governança usualmente tem melhores controles internos o que reduz o número de preocupações do sócio do trabalho, muitos PAA, fazendo a leitura, quando não de assuntos muito complexos derivam de preocupações com controles internos
4	<i>Goodwill</i>	Complexidade na mensuração dos valores (ex: <i>goodwill</i>) - Aumenta.
5	Envolvimento em Processos Administrativos Sancionadores da CVM	São fatores que funcionam como red flag para o auditor e podem estar associadas ao aumento da probabilidade de reporte de um PAA.
6	Combinação de Negócios no período	Em geral, qualquer contabilização que exija aplicação de julgamento relevante na mensuração de uma estimativa significativa no contexto das demonstrações financeiras pode estar sujeita a procedimentos de auditoria específicos, por exemplo uma combinação de negócios complexa.
7	Existência de litígios em relação às demonstrações financeiras	A existência de litígios significativos (sejam judiciais ou arbitrais) em que as demonstrações financeiras seja objeto do litígio ou base relevante de informações para o litígio.
8	Elevado Número de Horas de Auditoria	Um elevado volume de horas não significa necessariamente que há um PAA, mas é um indício de que a transação em questão necessitou de muito esforço pelos auditores, e em grande parte dos casos este esforço elevado está associado a existência de um PAA.
9	Risco de Fraudes significativo	Se é identificado risco de fraude/ significativo durante o trabalho de auditoria aumenta.
10	Envolvimento de Especialistas	Envolvimento de especialista - Aumenta. A natureza e a complexidade da operação vão demandar mais recursos (ex.: horas de trabalho da equipe de auditoria, envolvimento de especialistas, entre outros) para identificar e determinar a divulgação dos PAA.
11	Cenário de crise econômica	Cenário econômico, como por exemplo a atual pandemia tende a gerar PAA específicos.
12	Número de auditores por <i>engagement</i>	Número de auditores por <i>engagement</i> ; número de auditores seniores (sócio ou gerente) destacados no <i>engagement</i> , número total de horas alocadas no <i>engagement</i> .

Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

As variáveis sugeridas pelos especialistas foram adicionadas à segunda rodada da Técnica Delphi para que os especialistas as validassem. Destaca-se que, apesar de terem sido obtidas 19 respostas para esta questão, observou-se a repetição de algumas variáveis entre os respondentes e também ficou evidente que parte dos especialistas optou por destacar que a divulgação dos PAA está intimamente relacionada com o julgamento do auditor:

Acredito que os PAA estão relacionados com julgamento do auditor que assina o relatório e seu corpo gerencial que está no dia a dia do trabalho de auditoria (ESPECIALISTA 13).

De forma geral compreendo que cobrimos de forma suficiente o processo de avaliação e identificação de principais assuntos de auditoria. Em conexão com a resposta anterior, compreendo que as características apresentadas são um primeiro passo para identificar quais são os possíveis assuntos a serem divulgados como PAA. Isto posto, compreendo que a definição de um PAA pode sim ser afetado por segmentos específicos e assuntos contábeis mais complexos, entretanto, o que de fato determina se determinado assunto é ou não PAA é sua complexidade, julgamento, esforço e risco naquele período das demonstrações contábeis da entidade (ESPECIALISTA 15).

O julgamento do auditor é com base no resultado da auditoria (ESPECIALISTA 16).

4.1.3. Resultados da Segunda Rodada

Na segunda rodada da Técnica Delphi foram apresentados os resultados da primeira rodada com o percentual de especialistas que consideraram que a característica informada afeta a divulgação dos PAA, seja aumentando ou reduzindo a quantidade divulgada. Os resultados foram apresentados apenas para conhecimento, não devendo influenciar a resposta da segunda rodada, na qual, além das variáveis anteriores, foram incluídas as 12 sugeridas anteriormente, e foi solicitado que eles atribuíssem uma nota de 1 (um) a 5 (cinco), sendo que a nota 1 representa o menor nível de concordância que o item apresentado possa afetar a divulgação dos PAA e a nota 5 o maior nível de concordância.

A Tabela 19 apresenta os resultados da segunda rodada da Técnica Delphi com a avaliação de 33 variáveis que representam características da firma de auditoria e da entidade auditada, as quais podem ter relação com a divulgação dos PAA. Foram calculados o coeficiente de variação (CV) para avaliar a estabilidade e consenso das percepções dos respondentes sobre as variáveis e a média aritmética para avaliar o grau médio de concordância dos especialistas quanto à relação da característica com a divulgação dos PAA.

Tabela 19.

Resultados da 2ª Rodada da Técnica Delphi

CARACTERÍSTICAS	Variável Sugerida na Delphi	Nota Média	CV
Há elevada complexidade da entidade.		4,72	0,09
A entidade auditada apresentou elevado número de PAA reportados no período anterior.	X	4,36	0,16
A entidade auditada realizou aquisição de negócio (combinação de negócios) no período.	X	4,36	0,13
O setor de atuação da entidade auditada é regido por Agências Reguladoras.		4,32	0,15
A entidade auditada apresentou opinião modificada reportada no Relatório de Auditoria do período anterior.	X	4,12	0,15
A entidade auditada possui risco de fraude significativo identificado durante a auditoria.	X	4,04	0,23
Há envolvimento de especialistas na auditoria.	X	4,00	0,18
Há incerteza relacionada à capacidade de continuidade operacional da entidade auditada.		4,00	0,20
A entidade auditada tem elevado porte.		3,96	0,22
A entidade emite ou já emitiu títulos no mercado de capitais norte-americano, tais como <i>American Depositary Receipt</i> (ADR), debêntures, ações ou outros.		3,92	0,19
A entidade auditada encontra-se em um cenário de crise econômica.	X	3,84	0,20
A entidade auditada está envolvida em Processos Administrativos Sancionadores da CVM.	X	3,84	0,22
A entidade auditada apresenta deficiências nos controles internos.	X	3,84	0,24
A entidade apresenta <i>Goodwill</i> relevante nas demonstrações financeiras.	X	3,84	0,23
O auditor tem Especialização no setor da entidade auditada.		3,72	0,22
É emitida opinião modificada no Relatório do Auditor Independente (exceto se for abstenção).		3,72	0,29
Há existência de litígios em relação às demonstrações financeiras.	X	3,72	0,23
Há um elevado número de horas de auditoria na entidade auditada.	X	3,48	0,31
A entidade auditada tem baixa liquidez.		3,48	0,26
A entidade auditada tem elevado endividamento.		3,48	0,27
A firma de auditoria é do tipo Big4.		3,44	0,35
Há um elevado número de auditores seniores (sócio ou gerente) destacados no <i>engagement</i> .	X	3,40	0,30
A entidade auditada possui Comitê de Auditoria.		3,40	0,25
A entidade auditada tem baixa rentabilidade.		3,16	0,29
Houve troca de auditor no período auditado.		3,04	0,36
Houve auferimento de prejuízo no exercício auditado.		3,00	0,24
A entidade auditada apresenta boas práticas de Governança Corporativa.		2,88	0,33
Há um elevado tempo de relacionamento entre a firma de auditoria e o cliente.		2,24	0,47

O valor dos honorários de auditoria é elevado.		2,20	0,45
O valor dos honorários de serviços de Não Auditoria é elevado.		2,00	0,48
A data base das demonstrações financeiras é diferente da data de encerramento do exercício fiscal.		1,72	0,44
O auditor responsável técnico é do gênero masculino.		1,20	0,28

Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Os resultados da segunda rodada estão apresentados ordenadamente conforme a média aritmética das notas atribuídas pelos especialistas visando demonstrar aquelas variáveis que têm maior probabilidade de afetar a divulgação dos PAA conforme percepção dos respondentes. Considerando 2,5 como a nota média na escala de 1 (um) a 5 (cinco), observa-se que apenas cinco variáveis obtiveram média abaixo dessa nota de corte, indicando que o uso de escala de concordância permite maior acurácia na captação da percepção dos respondentes quanto ao objeto de estudo comparativamente com a avaliação apresentada na primeira rodada.

Com relação ao coeficiente de variação, esta métrica avalia o grau de consenso entre os especialistas, sendo que quando for inferior a 15%, ocorre baixa dispersão, quando o valor estiver entre 15% e 30%, ocorre média dispersão; e quando for maior que 30%, considera-se alta dispersão (Martins & Theóphilo, 2009). Apesar de terem sido identificadas 8 características com coeficiente de variação acima de 30%, observou-se que todas as variáveis sugeridas pelos especialistas obtiveram dispersão abaixo de 30%, o que indicaria possibilidade de encontrar significância estatística nos modelos econométricos.

Também foi solicitado na segunda rodada que os especialistas incluíssem comentários sobre as variáveis apresentadas ou sugerissem novas. Como nenhum respondente se manifestou, a Técnica Delphi foi encerrada na segunda rodada, uma vez que o objetivo principal foi angariar novas variáveis para o estudo.

4.1.4. Seleção das novas variáveis

Os resultados da segunda rodada da Técnica Delphi sugerem que as variáveis indicadas pelos especialistas têm o potencial de serem significativas nos modelos econométricos, portanto, foi utilizado como critério de seleção aquelas com coeficiente de variação abaixo de 30% e que pudessem ser operacionalizáveis, ou seja, que fossem mensuradas com confiabilidade e que os dados pudessem ser coletados. A Tabela 20 apresenta esses resultados.

Tabela 20.**Seleção das Variáveis Sugeridas pelos Especialistas**

SUGESTÕES DOS ESPECIALISTAS		PROXY	FONTE DOS DADOS
1	Opinião modificada no exercício anterior.	Variável <i>dummy</i> : apresenta ‘1’ se a entidade apresentou Opinião modificada no exercício anterior, e ‘0’ caso contrário.	Relatório de Auditoria
2	Quantidade de PAA reportados no período anterior	Quantidade de PAA reportados no período anterior	Relatório de Auditoria
3	Deficiências de Controles Internos	Variável <i>dummy</i> : apresenta ‘1’ se a entidade apresentou Deficiências de Controles Internos apontadas pela auditoria, e ‘0’ caso contrário.	Formulário de Referência
4	<i>Goodwill</i>	Valor do <i>Goodwill</i>	Economática
5	Envolvimento em Processos Administrativos Sancionadores da CVM	Variável <i>dummy</i> : apresenta ‘1’ se a entidade esteve envolvida em Processos Administrativos Sancionadores da CVM, e ‘0’ caso contrário.	Site da Comissão de Valores Mobiliários
6	Combinação de Negócios no período	Variável <i>dummy</i> : apresenta ‘1’ se a entidade incorreu em combinação de negócio no período, e ‘0’ caso contrário.	Notas Explicativas
7	Existência de litígios em relação às demonstrações financeiras	Não operacionalizada devido à complexidade em obter a informação.	-
8	Elevado Número de Horas de Auditoria	Não operacionalizada devido à complexidade em obter a informação.	-
9	Risco de Fraudes significativo	Não operacionalizada devido à complexidade em obter a informação.	-
10	Envolvimento de Especialistas	Não operacionalizada devido à complexidade em obter a informação.	-
11	Cenário de crise econômica	O Cenário de crise econômica, representado pela Pandemia do Covid-19, sugerido como variável para o estudo, pressupõe, na ótica dos especialistas, uma expectativa de gerar PAA específicos, no entanto, não foi constatado aumento de PAA em 2020 na base de dados.	-
12	Número de auditores por <i>engagement</i>	Não operacionalizada devido à indisponibilidade em obter a informação.	-

Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

A fim de validar as variáveis operacionalizáveis do ponto de vista teórico, buscou-se embasamento na literatura internacional para investigar possível influência na divulgação dos PAA e possibilitando definir o sinal esperado para cada variável, caso sejam significativas nos modelos econométricos.

Com relação às deficiências de controle interno reportadas pelo auditor, não foi identificado nenhum estudo que as relacionasse com a divulgação dos PAA. Apesar disso, é importante mencionar a NBC TA 701 que orienta sobre outras considerações que podem ser relevantes para determinar a importância relativa de assunto comunicado aos responsáveis pela governança e se ele é um principal assunto de auditoria, tal como a gravidade das deficiências de controle identificadas com respeito ao assunto (Conselho Federal de Contabilidade, 2016b).

A Auditing Standard N°. 5 do Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB, 2007) afirma que deficiência de controle interno existe quando o desenho ou a operação do controle não permite à diretoria ou aos colaboradores, no curso normal do desempenho de suas funções, prevenir ou detectar erros em tempo oportuno, sendo considerada significativa quando afeta negativamente a capacidade da empresa de iniciar, autorizar, registrar, processar ou reportar dados financeiros confiavelmente, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, de tal ordem que há mais do que uma remota probabilidade de que não seja prevenido ou detectado um erro mais que imaterial para as demonstrações financeiras trimestrais ou anuais.

Sob outros aspectos de análise, sabe-se que as demonstrações financeiras preparadas pela administração podem conter erros, e a incidência de erros detectados pode variar de acordo com eficácia dos controles, portanto, quanto mais fortes forem os controles internos, menos erros serão encontrados (Wright & Wright, 1996). Nesse contexto, espera-se que quando os auditores apontam deficiência nos controles internos, esse fato poderá aumentar a percepção de risco, levando os auditores a divulgarem mais PAA em seus relatórios.

Também não foram encontrados estudos que relacionassem a opinião modificada no período anterior com a divulgação de PAA no período seguinte. Apesar de existirem estudos que relacionem a opinião modificada com a divulgação de PAA no mesmo período (Velte, 2018; Pinto & Moraes, 2019; Ferreira & Moraes, 2020; Özcan, 2021), entende-se que a relação sugerida pelos especialistas pode ter resultado diferente, pois a existência de uma opinião de auditoria modificada no ano anterior pode gerar incertezas nos anos seguintes (Monroe & Teh,

1993; Lynda, 2016). Desta forma, espera-se sinal positivo para esta variável, tendo em vista que o aumento das incertezas mesmo relacionadas a períodos anteriores pode gerar desconfiança por parte do auditor, fazendo com que ele queira reportá-las em seu relatório.

Nesse mesmo contexto, não foram identificadas pesquisas que relacionassem a divulgação de PAA no período anterior com a divulgação de PAA no período seguinte, no entanto, o que se observa é que há uma taxa de repetição média de 52,5% dos PAA de um período para outro sendo considerada significativa, uma vez que pode afetar negativamente a qualidade da comunicação dos auditores aos seus usuários (Colares, Pinheiro & Silva, 2020). Já no estudo de Lennox, Schmidt e Thompson (2017), os autores observaram que, considerando os riscos de distorção relevante comunicados como PAA pelos auditores, 65% desses riscos são considerados como informação antiga, uma vez que já haviam sido divulgados no ano anterior. Diante das informações apresentadas, pode-se esperar que parte dos assuntos sejam repetidos do ano anterior, uma vez que podem se tratar de riscos inerentes ao negócio ou de contas cuja relevância ou complexidade na mensuração podem ser recorrentes. Além disso, novos assuntos podem ser mencionados diante da expectativa de que o novo relatório de auditoria seja mais comunicativo aos usuários. Baseado nos argumentos anteriores, espera-se que a quantidade de PAA divulgados no período anterior tenha efeito significativo e positivo com a divulgação de PAA no período seguinte.

Com relação ao *Goodwill*, esta variável sugerida pelos especialistas foi considerada como *proxy* de complexidade do estudo de Sierra-Garcia *et al.* (2019), encontrando sinal positivo para explicar a divulgação dos PAA e dos PAA relacionados ao risco da entidade. Além da complexidade da transação envolvendo pagamento de *goodwill*, existe também a subjetividade na mensuração subsequente, por meio do teste de *impairment*, fazendo com que esse tema seja um dos mais mencionados como PAA nos relatórios de auditoria (Brouwer, Eimers & Langendijk, 2016; Vik & Walter, 2017). Além disso, os estudos de Hassine e Jilani (2017) evidenciam que as perdas anuais de desvalorização do *goodwill* podem ser usadas para atender aos incentivos de gerenciamento de resultados, o que pode vir a ser um ponto de atenção do auditor. Diante dos argumentos apresentados, espera-se que quanto maior for o *goodwill* da entidade auditada, maior a probabilidade de o auditor considerar as estimativas subjetivas como um risco e divulgar o tema como PAA.

Entende-se ainda que a mensuração subsequente do *goodwill* é diferente de incorrer em combinação de negócios no período, pois este trata-se de uma mensuração inicial na qual a empresa muitas vezes precisará contratar uma consultoria para avaliação a valor justo do negócio, e os efeitos podem também ser significativos em relação ao próprio risco da entidade, pois envolve mudanças em todo o grupo empresarial aumentando a complexidade da consolidação em uma auditoria de grupo, conforme sugerido pela NBC TA 600 (Conselho Federal de Contabilidade, 2016e). Por esse motivo, espera-se um efeito independente desta variável e com significância positiva na divulgação dos PAA.

Por fim, foi sugerida também como variável para o estudo, a ocorrência de Processo Administrativo Sancionador (PAS) pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como fator que pode afetar a divulgação dos PAA. Mello, Alvarenga, Marques e Sauerbronn (2017) sugerem como explicação para abertura de PAS, que a má qualidade das informações prestadas ou negligenciadas é considerada infração grave e põe em risco a confiabilidade e, conseqüentemente, o regular funcionamento do mercado de capitais. Diante do risco apresentado, tal situação pode ser um *red flag* ao auditor, portanto, espera-se também que esta variável seja significativa e positiva quando à divulgação dos PAA.

4.2. Resultados dos modelos econométricos

Este tópico apresenta os resultados dos modelos econométricos estimados para explicação de três variáveis respostas: a divulgação dos principais assuntos de auditoria (PAA), dos principais assuntos de auditoria relacionados ao risco da entidade (PAA_RE) e relacionados ao risco da conta (PAA_RC). Além dos modelos econométricos, são apresentados os resultados das análises de detecção dos *outliers* da amostra estudada e da descrição dos dados.

Inicialmente, tentou-se estimar os modelos com todas as variáveis previstas nos estudos anteriores e propostas pelos especialistas, no entanto, foi necessário excluir algumas para que fosse possível a validação de todos os testes do GMM. Desta forma, para apresentação das estatísticas descritivas, optou-se por analisar somente as variáveis utilizadas nos modelos finais (Equação 4). Portanto, torna-se necessário detalhar sobre as variáveis excluídas e outros ajustes necessários para obtenção de resultados fidedignos.

Não foram consideradas as categorias de setores, pois além de adicionar muitas variáveis ao modelo, os setores da B3 agregam vários subsetores que muitas vezes possuem características muito distintas entre eles. Adicionalmente, é válido ressaltar que foi mantida a variável que observa se a entidade está inserida em setor regulado ou não, o que poderia gerar problemas de multicolinearidade se fossem mantidas as categorias dos setores, o que impossibilitaria a estimação dos parâmetros. A liquidez corrente (LIQ) também foi excluída do modelo, pois a sua presença piorava os modelos. Já o risco de descontinuidade (CONT) apresentou baixíssima variabilidade dos dados diante do pequeno número de entidades cujo auditor destacou ênfase relacionada a continuidade operacional no relatório. Diante da importância da variável, sua discussão foi agregada aos indicadores de desempenho incluídos no modelo, tais como PREJ (se teve prejuízo no período), ROA (rentabilidade do ativo) e END (endividamento).

Os honorários de serviços de não auditoria (NAUD_FEE) também foram excluídos, pois além de não ter sido significativo no estudo de base (Sierra-Garcia *et al.*, 2019), esta variável teve baixa avaliação e consenso entre os especialistas, o que também aconteceu com as variáveis TP_AUD (tempo de relacionamento entre firma de auditoria e cliente), GEN_AUD (gênero do responsável técnico que assina o relatório) e EX_F (fim do exercício fiscal da entidade é em 31/12).

As variáveis ADR (se entidade emite *American Depositary Receipt*) e SEG_GOV (se a entidade possui segmento de governança corporativa diferenciado na B3, que apresentou alta dispersão entre os especialistas) também foram excluídas por terem alta correlação com COM_AUD (se a entidade possui Comitê de Auditoria), uma vez que as entidades que emitem ADR devem atender às regras do *Public Company Accounting Oversight Board* e Lei Sarbanes-Oxley (2002), que exige a constituição de um Comitê de Auditoria, considerado também como um dos diferenciais em relação ao segmento diferenciado de governança corporativa da B3, o Novo Mercado.

Por fim, é importante mencionar que a variável GOODW (representa o *goodwill* das entidades) não foi logaritimizada, pois muitas empresas possuem zero nesta conta, inviabilizando o cálculo. Também foi testada pela divisão com o Ativo Total, no entanto, foi obtido melhor resultado do modelo considerando os valores absolutos.

4.2.1. Detalhamento dos dados

Este tópico visa apresentar a descrição dos dados por meio da distribuição dos PAA por ano e por característica, para que possibilite a visão geral do perfil da amostra estudada. A Tabela 21 apresenta o número de relatórios de auditoria para cada quantidade de PAA por ano. É possível observar que no primeiro ano de aplicação da norma ainda havia receio na divulgação por não se conhecer os impactos na empresa e no mercado. Por exemplo, há evidências de que a divulgação dos PAA aumenta a percepção dos investidores quanto à negligência dos auditores (Backof, Bowlin & Goodson, 2018). Passada a primeira experiência, houve um aumento de PAA por relatório de forma mais significativa em 2017, mostrando que não há problemas de litígios relacionados à divulgação dos PAA. De 2018 em diante, a média de PAA por relatório tem se reduzido, indicando que os PAA anteriores podem ter sido superados. Observa-se ainda que em todos os anos os relatórios apresentaram uma média entre 2 e 3 PAA, variando entre 0 e 8 assuntos de auditoria.

Tabela 21.

Relatórios x PAA x Ano

PAA/Relatório	2016	2017	2018	2019	2020
0	22	12	12	14	9
1	40	36	40	62	71
2	69	85	104	104	100
3	73	74	68	64	74
4	45	42	38	45	31
5	17	25	16	14	8
6	6	4	6	4	5
7	1	1	2	0	3
8	1	0	1	0	1
Sem relatório	35	30	22	2	7
Total	713	752	742	736	716
Média	2,602	2,695	2,585	2,397	2,371

Fonte: Resultados da pesquisa (2021)

A Tabela 22 evidencia os temas mais e menos recorrentes nas divulgações dos PAA para cada ano. É possível observar maior atenção aos temas relacionados a provisões e contingências,

impairment de ativos e reconhecimento de receitas, sendo considerados como temas complexos, que envolvem estimativas e julgamentos e/ou de relevância material. De modo geral, os temas não apresentam variação significativa entre os anos, exceto o tema de ‘Arrendamentos’, o qual foi motivo de atenção dos auditores em 2019 tendo em vista a adoção da norma IFRS 16. Também é importante destacar que cerca de 80% dos temas apresentados durante o período são PAA cuja natureza está relacionada ao risco da conta.

Tabela 22.

Temas x PAA x Ano

TEMAS	2016		2017		2018		2019		2020	
Arrendamentos	2	0,3%	1	0,1%	8	1,1%	56	7,6%	16	2,2%
Ativos biológicos	12	1,7%	15	2,0%	14	1,9%	14	1,9%	13	1,8%
Ativos disp. p/ venda e op. descont.	3	0,4%	2	0,3%	4	0,5%	3	0,4%	4	0,6%
Ativos e passivos de concessão	22	3,1%	17	2,3%	10	1,3%	13	1,8%	23	3,2%
Ativos intangíveis	16	2,2%	12	1,6%	20	2,7%	13	1,8%	11	1,5%
Benefício pós emprego	21	2,9%	20	2,7%	13	1,8%	13	1,8%	11	1,5%
Combinação de negócios	17	2,4%	26	3,5%	31	4,2%	37	5,0%	30	4,2%
Contas a receber	4	0,6%	6	0,8%	7	0,9%	2	0,3%	3	0,4%
Contingências e provisões	120	16,8%	137	18,2%	133	17,9%	117	15,9%	122	17,0%
Continuidade operacional	11	1,5%	10	1,3%	8	1,1%	8	1,1%	13	1,8%
Controles internos - ti	8	1,1%	11	1,5%	8	1,1%	5	0,7%	12	1,7%
Empréstimos e financiamentos	18	2,5%	13	1,7%	11	1,5%	8	1,1%	6	0,8%
Estoques	19	2,7%	22	2,9%	17	2,3%	15	2,0%	16	2,2%
Gestão de liquidez	6	0,8%	5	0,7%	2	0,3%	2	0,3%	2	0,3%
Imobilizados	9	1,3%	14	1,9%	9	1,2%	9	1,2%	10	1,4%
Instrumentos financeiros	45	6,3%	53	7,0%	35	4,7%	32	4,3%	25	3,5%
Investimentos	14	2,0%	14	1,9%	13	1,8%	10	1,4%	14	2,0%
Leis e regulamentações	18	2,5%	13	1,7%	13	1,8%	10	1,4%	10	1,4%
Outros – Risco da conta	1	0,1%	2	0,3%	2	0,3%	2	0,3%	0	0,0%
Outros – Risco da entidade	19	2,7%	13	1,7%	12	1,6%	11	1,5%	25	3,5%
Outros passivos	14	2,0%	9	1,2%	13	1,8%	7	1,0%	8	1,1%
Propriedade para investimentos	5	0,7%	7	0,9%	7	0,9%	4	0,5%	6	0,8%
Realização de impostos diferidos	45	6,3%	43	5,7%	51	6,9%	45	6,1%	47	6,6%
Receita	105	14,7%	111	14,8%	130	17,5%	117	15,9%	121	16,9%
Recuperação judicial	7	1,0%	6	0,8%	5	0,7%	6	0,8%	5	0,7%
Subvenções governamentais	2	0,3%	3	0,4%	4	0,5%	5	0,7%	6	0,8%
Transação com partes relacionadas	8	1,1%	10	1,3%	10	1,3%	8	1,1%	7	1,0%

Tributos	35	4,9%	43	5,7%	34	4,6%	48	6,5%	39	5,4%
Valor recup. de ativos financeiros	1	0,1%	4	0,5%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Valor recup. de ativos não financeiros	106	14,9%	110	14,6%	118	15,9%	116	15,8%	111	15,5%
TOTAL	713	100%	752	100%	742	100%	736	100%	716	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2021)

Já a Tabela 23 mostra a média de PAA divulgada pelas firmas de auditoria mais recorrentes durante os cinco anos analisados nesta pesquisa. A Martinelli Auditores é a firma de auditoria que mais divulga PAA por relatório, sendo uma média de 4,74, variando entre 2 e 7 assuntos. Por outro lado, a firma que menos divulga é também uma firma não Big4, sendo que a BKR divulgou em média 1,96 PAA por relatório. Em relação à média geral (2,53), observa-se que a Deloitte é a firma Big4 que menos divulga e está abaixo da média, enquanto que as demais Big4 estão acima da média, com destaque para a PwC (2,88), corroborando com os achados de Cruz *et al.* (2019), Colares *et al.* (2019) e Venturini (2020). Além disso é válido ressaltar a presença significativa da KPMG, que auditou quase 23% de todas as auditorias analisadas nesta pesquisa, e a BDO, que apesar de não ser Big4, auditou quase a mesma quantidade que a Deloitte.

Tabela 23

Firmas de Auditoria x PAA x Ano

FIRMA	Média de PAA por Relatório					GERAL		
	2016	2017	2018	2019	2020	Nº de Relatórios	Qtde PAA	Média PAA
Baker Tilly	1,3	2,3	2,7	2,5	2,7	42	103	2,45
BDO Auditores	2,3	2,7	3,0	2,4	2,3	122	309	2,53
Berkan Auditores	2,5	1,8	1,8	1,8	2,5	18	36	2,00
BKR	1,1	2,0	3,0	3,7	1,8	28	55	1,96
Deloitte	2,5	2,5	2,3	2,0	1,9	128	290	2,27
Ernst & Young	2,7	2,9	2,4	2,7	2,5	269	707	2,63
Grant Thornton	3,3	1,9	2,3	2,0	2,2	101	223	2,21
KPMG	2,8	3,0	2,6	2,4	2,2	331	860	2,60
Martinelli Auditores	4,5	4,5	5,0	4,8	4,8	19	90	4,74
PwC	3,2	2,9	3,1	2,6	2,6	215	620	2,88
Outros	1,9	2,2	2,1	1,8	2,3	176	366	2,08
TOTAL	2,6	2,7	2,6	2,4	2,4	1.449	3.659	2,53

Fonte: Resultados da pesquisa (2021)

A Tabela 24 evidencia a média de PAA por relatório considerando o setor econômico da B3. Observa-se maior média de PAA por relatório para os setores de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (2,9) e Utilidade Pública (2,9), que representam dois setores que possuem muitas empresas que são reguladas por agências reguladoras (ANP, ANEEL e ANA). Por outro lado, a categoria de setor chamada ‘outros’ possui menor média de PAA por relatório, sendo que esse setor é representado por muitas empresas de participações ou holding, que administram patrimônios de grupos de entidades.

Tabela 24.

Setor Econômico x PAA x Ano

SETOR ECONÔMICO	Média de PAA por Relatório					GERAL		
	2016	2017	2018	2019	2020	Nº de Relatórios	Qtde PAA	Média PAA
Bens Industriais	2,8	2,8	2,6	2,5	2,7	282	756	2,7
Comunicações	0,8	3,3	3,4	2,8	2,0	23	57	2,5
Consumo Cíclico	2,5	2,6	2,7	2,3	2,2	390	956	2,5
Consumo não cíclico	2,5	3,1	2,8	2,6	2,8	113	311	2,8
Materiais Básicos	2,9	2,4	2,3	2,5	2,5	144	365	2,5
Petróleo, Gás e Biocomb.	3,2	3,5	2,6	2,5	2,5	52	149	2,9
Saúde	2,3	2,2	2,6	2,6	2,2	94	224	2,4
Tecnologia da Inform.	2,8	2,5	2,6	2,1	1,7	39	88	2,3
Utilidade Pública	3,2	3,3	2,8	2,6	2,6	232	670	2,9
Outros	0,9	1,0	1,1	0,9	1,3	80	83	1,0
TOTAL	2,6	2,7	2,6	2,4	2,4	1.449	3.659	2,5

Fonte: Resultados da pesquisa (2021)

A Tabela 25 mostra a relação entre a média de PAA por relatório em cada ano na ótica das variáveis relacionadas à opinião modificada do auditor, existência de um Comitê de Auditoria e quando há troca de auditor. Observa-se que os dados sugerem que quando é emitida opinião modificada de auditoria, o auditor tende a divulgar menos PAA, assim como acontece quando a empresa não possui um Comitê de Auditoria. Por outro lado, não é possível inferir sobre a variável de troca de auditor, pois os dados não apresentaram tendência.

Tabela 25.**Número de PAA por Opinião da Auditoria, Comitê de Auditoria e Troca de Auditor**

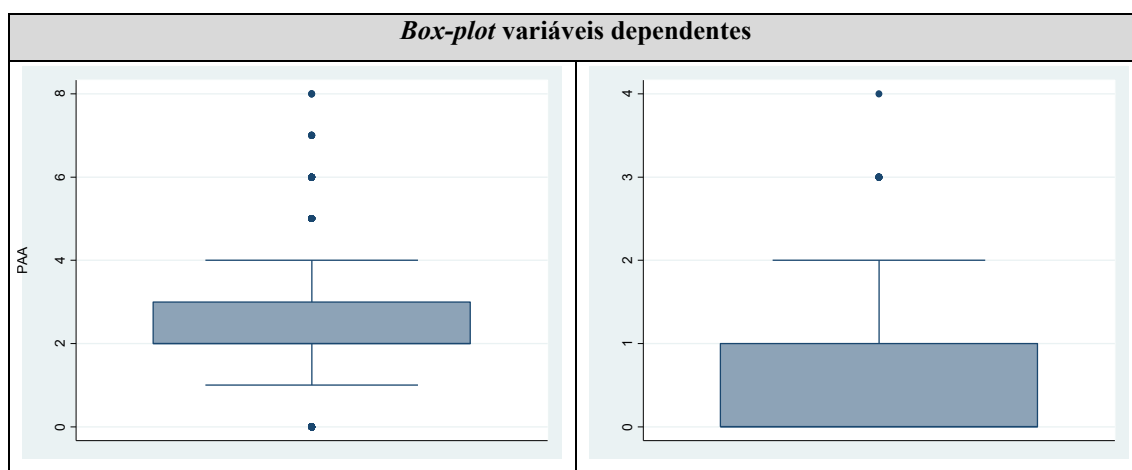
ANO	OPN		COM_AUD		TR_AUD	
	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
2016	2,7	1	2,4	3,3	2,6	2,5
2017	2,8	1,6	2,5	2,3	2,6	2,8
2018	2,7	1,2	2,4	3,1	2,5	2,7
2019	2,5	1,2	2,2	2,8	2,5	2,1
2020	2,4	1,94	2,2	2,6	2,4	2,1
GERAL	2,6	1,4	2,3	2,9	2,5	2,5

Fonte: Resultados da pesquisa (2021)

A apresentação dos dados descritivos neste tópico permite conhecer ano a ano o comportamento de algumas variáveis em relação à divulgação dos PAA, no entanto, esta análise não é conclusiva e nem se pretende esgotar o assunto. Entende-se que as análises relacionadas aos modelos econométricos devem prevalecer, uma vez que análises descritivas baseadas em amostras com dados sem normalidade podem estar enviesadas.

4.2.2. Detecção dos *outliers* da amostra estudada

As figuras que se seguem são referentes aos gráficos *box-plots* das variáveis que integram a amostra desta pesquisa.



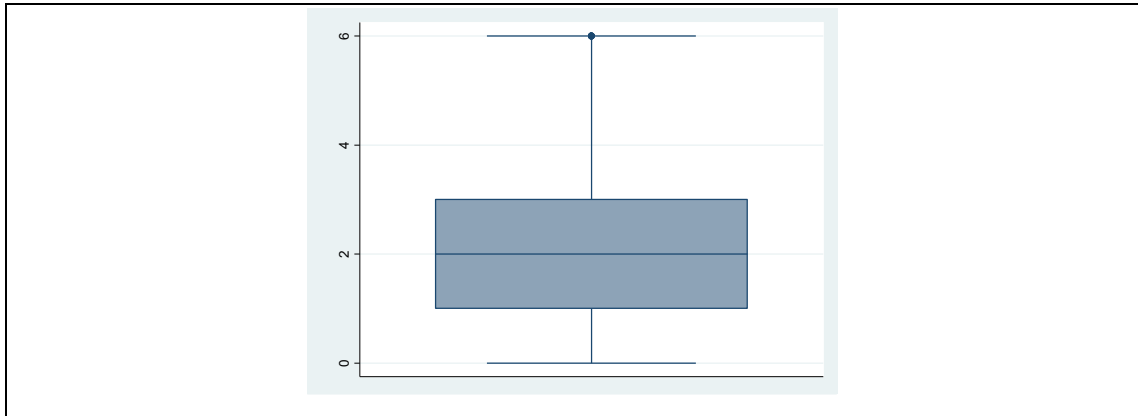
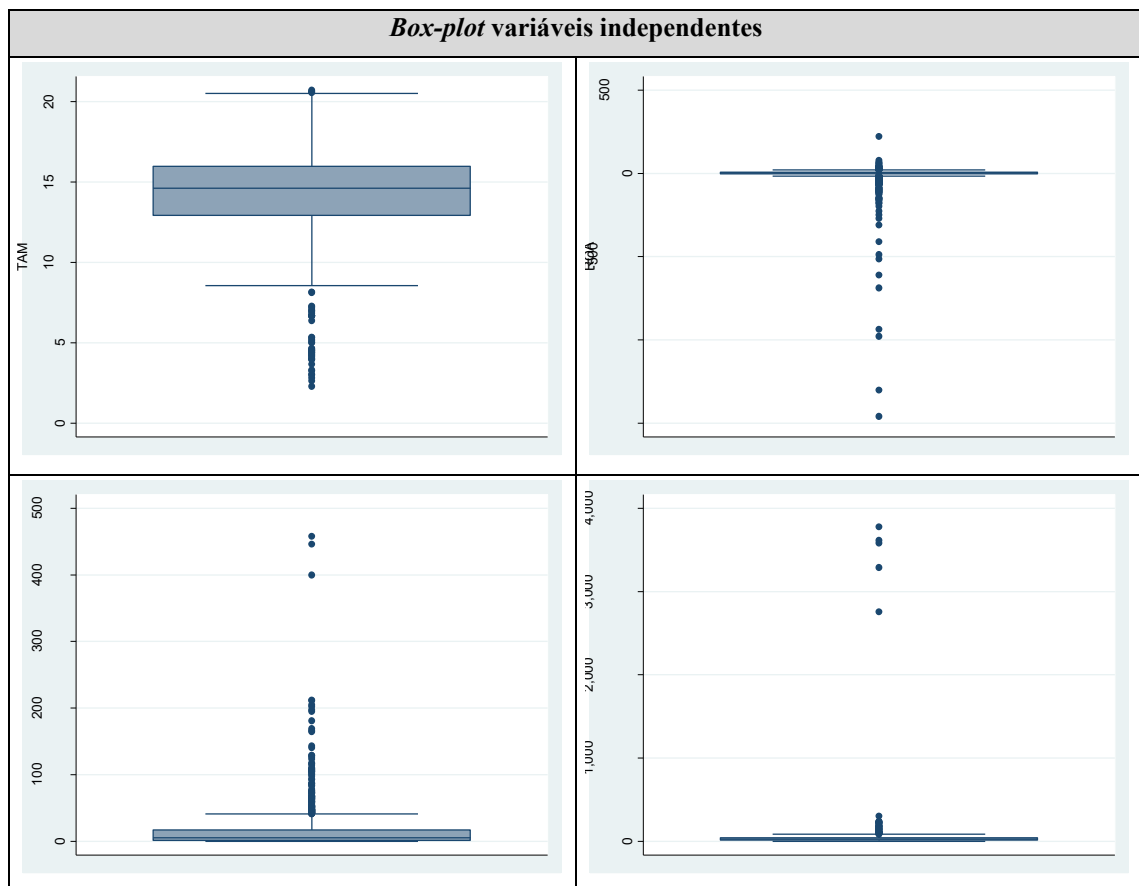


Figura 3. Gráficos *box-plots* das variáveis dependentes utilizadas na pesquisa.
Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

A análise da Figura 3, permite verificar que as variáveis PAA e PAA_RE evidenciam pontos discrepantes em suas distribuições amostrais. Entretanto, faz-se relevante ressaltar que para as referidas variáveis não foram utilizadas, neste estudo, técnica de tratamento de *outliers*, uma vez, que as discrepâncias verificadas em relação à quantidade de principais assuntos de auditoria (PAA) divulgados mostram-se relevantes para entender os determinantes destas variáveis.



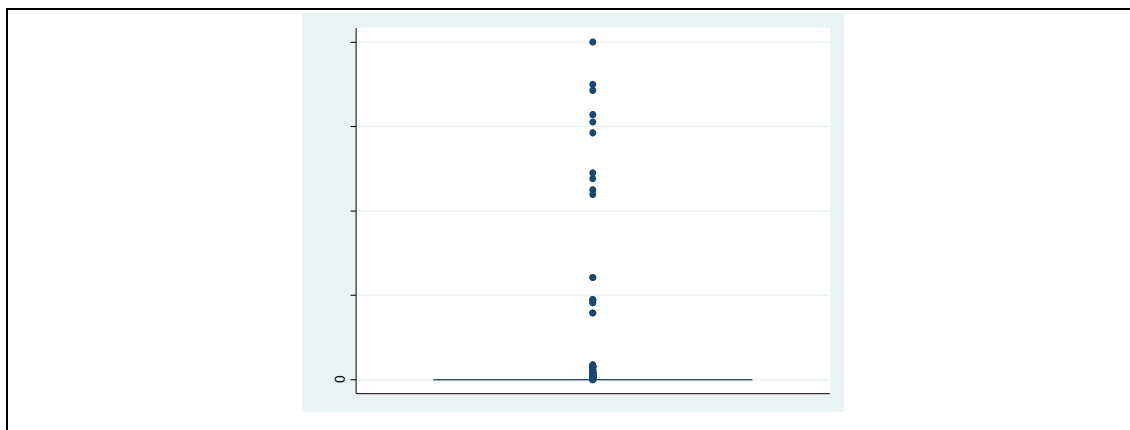


Figura 4. Gráficos *box-plots* das variáveis de independentes utilizadas na pesquisa.

Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

A observação dos gráficos *box-plots* das variáveis independentes, utilizadas neste estudo, permite verificar a ocorrência de observações discrepantes na *proxy* de tamanho, endividamento e *goodwill*. Com vistas a melhorar os resultados evidenciados pela utilização da estatística inferencial, as referidas variáveis foram winsorizadas a 1% (um por cento).

4.2.3. Resultados provenientes da descrição dos dados

Nesta parte do estudo, são apresentados os procedimentos utilizados no processo de descrição dos dados que integram a amostra em análise. Nesse sentido, são evidenciados gráficos de linha das variáveis ao longo do período de análise do estudo, gráficos de frequências referentes às variáveis *dummies* utilizadas no estudo e tabela de medidas de resumo e variabilidade.

4.2.3.1 Comportamento temporal das variáveis estudadas na pesquisa

Os gráficos de linhas, apresentados a seguir, evidenciam o comportamento das variáveis estudadas, da presente pesquisa, ao longo do período de análise considerado.

Gráficos de linhas das variáveis amostradas na pesquisa

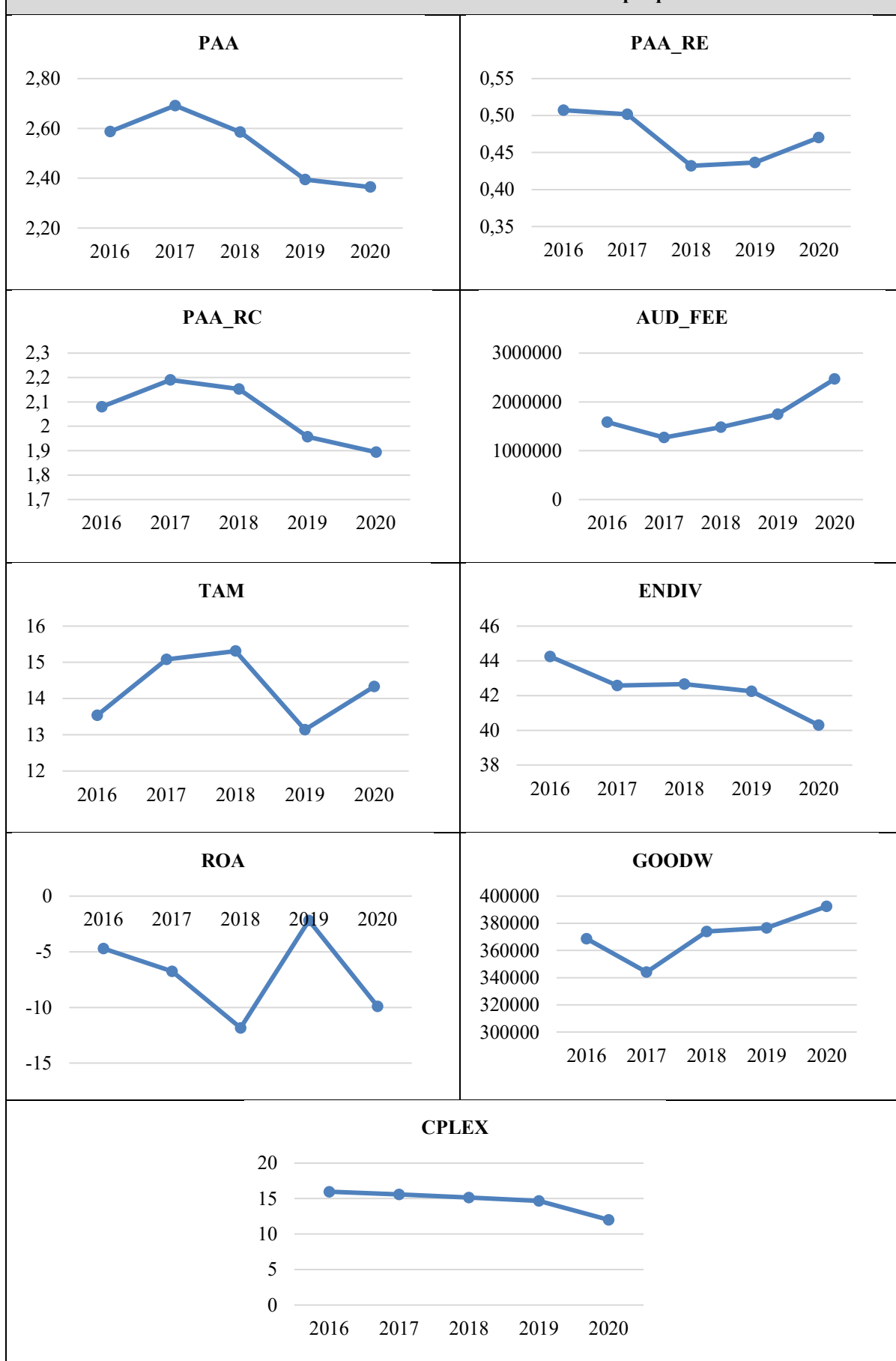
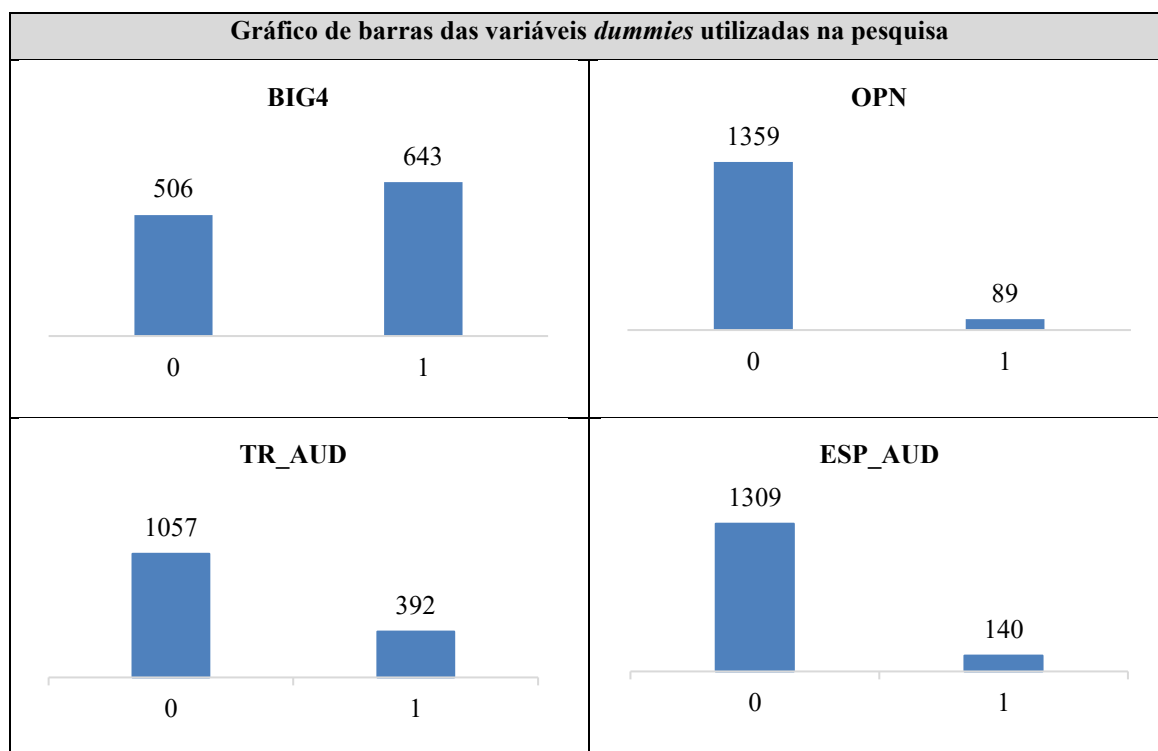


Figura 5. Gráfico de linhas das variáveis que integram a amostra do estudo.
Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

A observação do comportamento temporal das variáveis, referentes à quantidade de principais assuntos de auditoria divulgados (PAA, PAA_RC e PAA_RE), permite verificar, ao longo do período de análise da pesquisa, uma similaridade inerente aos anos de 2017 e 2018 para os quais as três variáveis evidenciam comportamento descendente em relação a quantidade de assuntos divulgados. Em 2019 e 2020, percebe-se um comportamento de “queda” das variáveis PAA e PAA_RC, sendo percebido crescimento somente para PAA_RE.

No que se refere as variáveis utilizadas como determinantes da quantidade de principais assuntos de auditoria divulgados, verifica-se que no período analisado, as variáveis AUD_FEE, GOODW e TAM apresentaram tendência de crescimento, enquanto que as demais (ENDIV, ROA e CPLEX) evidenciam comportamento decrescente.

A Figura 6 mostra as frequências inerentes a cada uma das variáveis *dummies* utilizadas neste estudo.



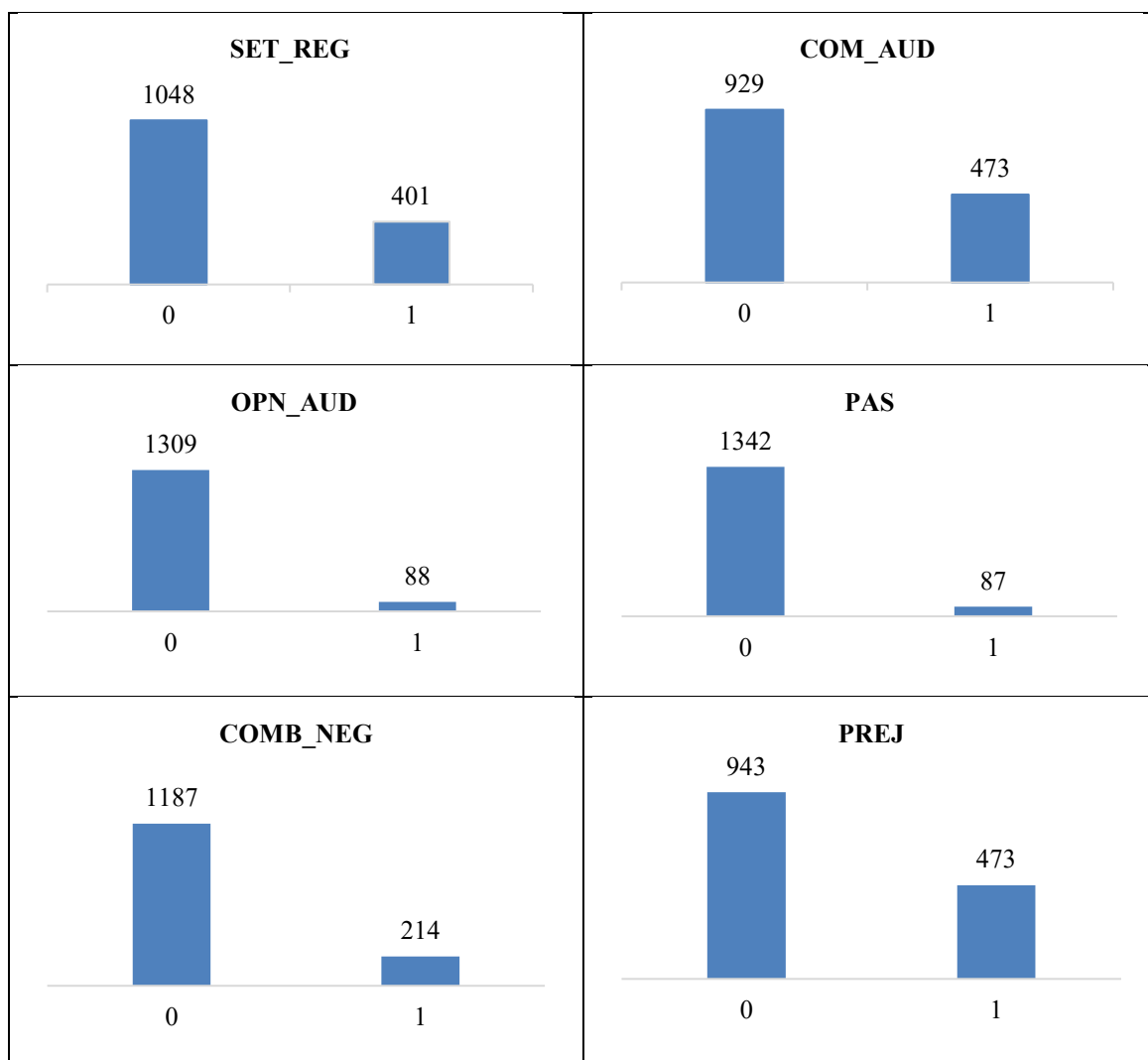


Figura 6. Gráficos de frequência variáveis dummies utilizadas no estudo.

Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

A observação das frequências atreladas as variáveis *dummies*, utilizadas no estudo, permite perceber que, à exceção de BIG4, SET_REG, COM_AUD e PREJ, as demais variáveis *dummies* utilizadas evidenciam números de ocorrências, atreladas a dicotomia analisada, com acentuadas dissimilaridades.

4.2.3.2. Estatísticas de resumo e variabilidade das variáveis estudadas

A Tabela 26 apresenta as estatísticas referentes às medidas de resumo e variabilidade das variáveis utilizadas nesse estudo, quanto à quantidade de principais assuntos de auditoria divulgados.

Tabela 26.**Estatísticas descritivas das variáveis respostas utilizadas no estudo.**

Estatísticas	PAA	PAA_RE	PAA_RC
Mediana	2,00	0,00	2,00
Média	2,52	0,47	2,05
Desvio Padrão	1,36	0,67	1,21
Mínimo	0,00	0,00	0,00
Máximo	8,00	4,00	6,00
Coefficiente de Variação	54%	14,3%	59%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

As variáveis PAA e PAA_RC evidenciam acentuada variabilidade em relação aos valores médios amostrais (coeficiente de variação) o que permite inferir sobre uma possível heterogeneidade amostral em relação à essas variáveis. Esse achado pode ser explicado pelas diferenças evidenciadas em relação a características intrínsecas das entidades que integram a amostra do estudo tal como o tamanho delas.

A Tabela 27 mostra as medidas de resumo (média e mediana) das variáveis referentes à quantidade de principais assuntos de auditoria divulgados (PAA, PAA_RE e PAA_RC) segregadas em relação as variáveis *dummies* utilizadas neste estudo apresentadas a seguir:

BIG4: variável *dummy* que apresenta ‘1’ se a firma de auditoria for Big4 e ‘0’ caso contrário;

OPN: variável *dummy* que apresenta ‘1’ se a opinião do auditor for modificada, e ‘0’ caso contrário;

TR_AUD: variável *dummy* que apresenta ‘1’ se houver troca de auditor no período, e ‘0’ caso contrário;

ESP_AUD: variável *dummy* que apresenta ‘1’ se for especialista no setor, e ‘0’ caso contrário;

SET_REG: variável *dummy* que apresenta ‘1’ se a entidade atua em setor regido por Agências Reguladoras, e ‘0’ caso contrário;

COM_AUD: variável *dummy* que apresenta ‘1’ se a entidade possui Comitê de Auditoria, e ‘0’ caso contrário;

OPN_ANT: variável *dummy* que apresenta ‘1’ se a opinião do auditor no ano anterior for modificada, e ‘0’ caso contrário;

PAS: variável *dummy* que apresenta ‘1’ se a entidade possui Processo Administrativo Sancionador na CVM, e ‘0’ caso contrário;

DEF_CI: variável *dummy* que apresenta ‘1’ se a entidade possui deficiência de Controle Interno apontada pelo auditor no relatório de controles internos, e ‘0’ caso contrário;

COMB_NEG: variável *dummy* que apresenta ‘1’ se a entidade incorreu em combinação de negócios, e ‘0’ caso contrário; e

PREJ: variável *dummy* que apresenta ‘1’ se a entidade apresentou prejuízo no exercício, e ‘0’ caso contrário.

Tabela 27.

Descrição das variáveis respostas em relação as segregações amostrais evidenciadas pelas variáveis dummies.

Variável <i>dummy</i>		Estatística	PAA	PAA_RE	PAA_RC
BIG4	0	Média	2,33	0,53	1,80
		Mediana	2,00	0,00	2,00
	1	Média	2,72	0,43	2,29
		Mediana	3,00	0,00	2,00
OPN	0	Média	2,59	0,48	2,12
		Mediana	2,00	0,00	2,00
	1	Média	1,38	0,37	1,01
		Mediana	1,00	0,00	1,00
TR_AUD	0	Média	2,52	0,46	2,07
		Mediana	2,00	0,00	2,00
	1	Média	2,51	0,50	2,01
		Mediana	2,00	0,00	2,00
ESP_AUD	0	Média	2,50	0,47	2,03
		Mediana	2,00	0,00	2,00
	1	Média	2,71	0,45	2,26
		Mediana	3,00	0,00	2,00
SET_REG	0	Média	2,44	0,47	1,97
		Mediana	2,00	0,00	2,00
	1	Média	2,74	0,41	2,39
		Mediana	3,00	0,00	2,00
COM_AUD	0	Média	2,34	0,44	1,90
		Mediana	2,00	0,00	2,00
	1	Média	2,91	0,53	2,38
		Mediana	3,00	0,00	2,00

OPN_ANT	0	Média	2,59	0,47	2,12
		Mediana	2,00	0,00	2,00
	1	Média	1,63	0,51	1,11
		Mediana	1,00	0,00	1,00
PAS	0	Média	2,49	0,45	2,04
		Mediana	2,00	0,00	2,00
	1	Média	2,79	0,78	2,01
		Mediana	3,00	1,00	2,00
DEF_CI	0	Média	2,49	0,42	2,07
		Mediana	2,00	0,00	2,00
	1	Média	2,67	0,52	2,15
		Mediana	3,00	0,00	2,00
COMB_NEG	0	Média	2,46	0,42	2,04
		Mediana	2,00	0,00	2,00
	1	Média	2,90	0,69	2,21
		Mediana	3,00	1,00	2,00
PREJ	0	Média	2,58	0,44	2,14
		Mediana	2,00	0,00	2,00
	1	Média	2,39	0,51	1,88
		Mediana	2,00	0,00	2,00

Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

A análise dos valores médios e medianos evidenciados para as variáveis relacionadas à quantidade de principais assuntos de auditoria divulgados (PAA, PAA_RE e PAA_RC) segregadas em relação as variáveis *dummies*, anteriormente descritas, permite verificar a possibilidade de existência de diferenças entre as partições amostrais estabelecidas pelas variáveis *dummies* utilizadas.

No que se refere a variável PAA, verifica-se que somente TR_AUD e PREJ apresentaram valores medianos iguais para segregações amostrais consideradas neste trabalho. A variável PAA_RE apresenta valores medianos distintos somente em relação as segregações evidenciadas pelas *dummies* PAS e COMB_NEG. Por fim, a variável PAA_RC apresenta valores medianos distintos apenas em relação as segregações amostrais evidenciadas pelas variáveis *dummies* OPN e OPN_ANT.

Como os valores médios são sensibilizados pelos valores discrepantes, a análise de possíveis diferenças entre as segregações representadas pelas variáveis *dummies* é feita, neste estudo, a partir dos valores medianos.

Faz-se relevante ressaltar que a verificação de existência de diferenças estatisticamente significativas entre as segregações amostrais, aqui evidenciadas, é feita no tópico posterior a partir da utilização de teste de diferenças de médias.

A Tabela 28 apresenta as estatísticas descritivas para as demais variáveis independentes utilizadas como determinantes da quantidade de principais assuntos de auditoria divulgados.

Tabela 28.

Estatísticas descritivas das variáveis independentes utilizadas no estudo.

Estatísticas	AUD_FEE (ln)	TAM (ln)	ENDIV (%)	ROA (%)	CPLEX (ln)	GOODW (R\$)
Mediana	451.248	14,60	27,61	2,79	5,00	0,00
Média	1.723.279	14,29	42,37	-7,11	14,65	371900
Desvio Padrão	7.176.355	2,59	199,47	74,52	31,11	2895297
Mínimo	0,00	2,28	0,00	-1459,90	0,00	0,00
Máximo	222.000.000	20,71	3.777,28	221,73	458,00	40.000.000
Coeficiente de Variação	41,6%	18%	47,1%	1048%	212%	779%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

É possível verificar que as variáveis apresentadas evidenciam acentuado valor de variabilidade em relação aos valores médios (coeficiente de variação). Esse resultado decorre da dissimilaridade evidenciada pelas entidades que integram a amostra estudada.

4.2.3.3. Testes de verificação de diferenças de médias para as segregações amostrais evidenciadas pelas variáveis *dummies*

A Tabela 29, apresentada a seguir, evidencia o teste de diferenças de médias de Mann-Whitney para as segregações amostrais consideradas no tópico 4.2.2 deste estudo. A utilização do teste de diferenças de médias não paramétrico de Mann-Whitney se faz necessária devido à ausência de normalidade evidenciada pelas variáveis PAA, PAA_RE e PAA_RC. O teste de normalidade

de Doornik-Hansen evidencia a rejeição da hipótese que assume a existência de distribuição gaussiana dos dados em análise.

Tabela 29.

Teste de diferenças de medianas para segregações amostrais consideradas.

Teste de Mann-Whitney				
Segregações		PAA	PAA_RE	PAA_RC
Estatística Z	BIG4	-5,367***	2,202**	2,886***
	OPN	8,196***	2,311**	1,813*
	TR_AUD	-0,088	-1,226	0,870
	ESP_AUD	-1,722*	0,667	2,047**
	SET_REG	-3,694***	-0,023	0,421
	COM_AUD	-8,063***	-2,626***	-5,399***
	OPN_ANT	6,346***	0,082	0,077
	PAS	-2,310**	-4,015***	-2,995***
	DEF_CI	-2,695**	-2,867***	-2,906***
	COMB_NEG	-4,782***	-5,985***	-6,260***
	PREJ	2,839***	-0,926	-0,009

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Notas: As significâncias estatísticas dos testes são representadas por meio da seguinte simbologia: *10%; **5%; ***1%.

A observação da Tabela 29 permite verificar a existência de diferenças estatisticamente significativas para a variável PAA em relação a todas as segregações consideradas exceto para a TR_AUD. Em relação a PAA_RE, verifica-se que evidenciam diferenças estatisticamente significativas as seguintes partições amostrais: BIG4, OPN, COM_AUD, PAS, DEF_CI e COMB_NEG. Por fim, a variável PAA_RC aponta diferenças significativas em relação a: BIG4, OPN, ESP_AUD, COM_AUD, PAS, DEF_CI e COMB_NEG.

4.2.4. Modelos GMM propostos para estimação dos parâmetros de interesse

A seguir são evidenciados os modelos GMM estimados, com vistas a alcançar o objetivo específico de testar empiricamente os fatores que explicam a divulgação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente das empresas listadas na B3 nos exercícios de 2016 a 2020. Antecedem a apresentação dos referidos modelos estimados a evidenciação das estatísticas de ajuste a eles atreladas.

4.2.4.1 Estatísticas de ajuste dos modelos propostos no estudo

As tabelas que se seguem evidenciam os modelos econométricos GMM estimados neste estudo. Para cada um dos modelos estimados é possível verificar as estatísticas de validação dos modelos propostos. O teste de autocorrelação de Arellano Bond evidencia o atendimento ao pressuposto de inexistência de autocorrelação de segunda ordem.

No que se refere à validade dos instrumentos propostos, verifica-se, a partir dos testes de Sargan e Hansen, a não rejeição das hipóteses nulas dos testes que assumem a viabilidade dos instrumentos utilizados pelos modelos propostos neste estudo.

A escolha entre as abordagens GMM em Diferenças e GMM sistêmico é feita a partir do teste Dif-Hansen que, para todos os três modelos propostos, apontou a não rejeição de H_0 a qual assume a viabilidade do GMM Sistêmico para estimação dos parâmetros do modelo proposto. Nesse sentido, o resultado evidenciado pelo teste de Dif-Hansen determina que todos os modelos apresentados nesta pesquisa sejam estimados por meio do GMM Sistêmico.

Por fim, o teste de significância global dos modelos estimados, no presente estudo, é dado pelo teste de Wald que evidencia a rejeição de sua hipótese nula que assume a inexistência de significância global do modelo proposto. Uma vez atendidas as pressuposições de ajuste da abordagem GMM, os resultados obtidos pela sua utilização podem ser analisados. A seguir são apresentados os resultados do modelo GMM estimado para a variável PAA utilizando como regressores as variáveis consideradas nesta pesquisa.

Tabela 30.

Modelo GMM estimado para variável dependente PAA.

<i>Variável dependente PAA</i>			
<i>Variável</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>P-Valor</i>
<i>PAA_{t-1}</i>	<i>0,6427 ***</i>	<i>0,2010</i>	<i>0,0010</i>
BIG4	-0,5685 ***	0,2059	0,0060
AUD_FEE	0,0000	0,0000	0,7390
OPN	-0,9388 **	0,3630	0,0100
TR_AUD	0,0192	0,1287	0,8810

ESP_AUD	-0,1474	0,1840	0,4230
TAM	0,1875 **	0,0925	0,0430
ROA	-0,0003	0,0009	0,7790
CPLEX	-0,0025	0,0039	0,5280
SET_REG	-0,1951 *	0,1117	0,0810
COM_AUD	-0,1054	0,1472	0,4740
PREJ	0,0926	0,1515	0,5410
ENDIV	0,0011	0,0016	0,5160
OPN_ANT	0,3322	0,4331	0,4430
PAS	-0,0102	0,2290	0,9650
DEF_CI	-0,0193	0,1116	0,8630
COMB_NEG	0,1298	0,1931	0,5020
GOODW	0,0000	0,0000	0,6880
Constante	-1,3687	1,1649	0,2400
<i>Estatísticas de validação do modelo GMM proposto</i>			
AR (1)	-2,72***		
AR (2)	1,06		
Teste de Sargan	29,16		
Teste de Hansen	35,03		
Teste de Dif. Hansen	14,85		
Teste de Wald	109,36***		
Nº de observações	748		
Nº de Grupos	276		
Nº de Instrumentos	47		

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Notas: AR (1) e AR (2) - verificação da existência de autocorrelação de primeira e segunda ordem entre os termos de erros; testes de Sargan e Hansen verificam o pressuposto de exogeneidade dos instrumentos; Dif-Hansen – validade da abordagem GMM – Sistemico. As significâncias estatísticas dos testes são representadas por meio da seguinte simbologia: *10%; **5%; ***1%.

A significância da defasagem da variável resposta PAA evidencia a necessidade da abordagem de painel dinâmico para a correta estimação dos parâmetros do modelo proposto e aponta, também, a influência positiva e significativa das informações passadas inerentes à quantidade de principais assuntos de auditoria divulgados no relatório do auditor independente sobre a quantidade de PAA no relatório do exercício anual seguinte.

Em relação ao fato de a entidade amostrada ser auditada por Big4, verifica-se uma influência negativa e significativa sobre a variável resposta PAA, embora não tenha

apresentado consenso entre os especialistas na Técnica Delphi. Outro fator capaz de influenciar negativamente a quantidade de principais assuntos de auditoria, divulgados no relatório do auditor independente, é o fato de a entidade atuar em setor que seja regulado. No que tange à modificação da opinião do auditor, percebe-se que esta variável, analogamente ao que foi evidenciado com a variável BIG4, impacta na quantidade de PAA de forma negativa e significativa.

Por fim, a *proxy* de tamanho da entidade apresenta influência positiva e significativa sobre a variável PAA, evidenciando que quanto maior é o porte da entidade, maior tende a ser a quantidade de principais assuntos de auditoria divulgados no relatório do auditor independente.

A Tabela 31 mostra o modelo GMM proposto para estimar os efeitos das variáveis regressoras, consideradas nesta pesquisa, sobre a variável PAA_RE.

Tabela 31.

Modelo GMM estimado para variável dependente PAA_RE.

<i>Variável dependente PAA_RE</i>			
<i>Variável</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>P-Valor</i>
PAA_RE_{t-1}	0,2283 **	0,1036	0,0280
BIG4	-0,1731 *	0,0930	0,0630
AUD_FEE	0,0000	0,0000	0,3510
OPN	-0,3197 *	0,1924	0,0970
TR_AUD	0,1540 *	0,0854	0,0710
ESP_AUD	-0,1762 *	0,1066	0,0980
TAM	0,0406	0,0285	0,1550
ROA	0,0005	0,0006	0,3620
CPLX	0,0004	0,0020	0,8220
SET_REG	-0,0555	0,0856	0,5170
COM_AUD	0,0616	0,0842	0,4640
PREJ	0,0943	0,0752	0,2100
ENDIV	-0,0016	0,0011	0,1310
OPN_ANT	0,3942 *	0,2077	0,0580
PAS	0,2211	0,1511	0,1430
DEF_CI	0,0973 *	0,0561	0,0830
COMB_NEG	0,2641 **	0,1035	0,0110

GOODW	0,0000	0,0000	0,5110
Constante	-0,1791	0,3721	0,6300
<i>Estatísticas de validação do modelo GMM proposto</i>			
AR (1)	-2,18**		
AR (2)	-1,53		
Teste de Sargan	32,51		
Teste de Hansen	35,63		
Teste de Dif. Hansen	14,99		
Teste de Wald	53,25***		
Nº de observações	748		
Nº de Grupos	276		
Nº de Instrumentos	54		

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Notas: AR (1) e AR (2) - verificação da existência de autocorrelação de primeira e segunda ordem entre os termos de erros; testes de Sargan e Hansen verificam o pressuposto de exogeneidade dos instrumentos; Dif-Hansen – validade da abordagem GMM – Sistemico. As significâncias estatísticas dos testes são representadas por meio da seguinte simbologia: *10%; **5%; ***1%.

Analogamente ao modelo, anteriormente proposto, verifica-se a influência positiva e significativa da defasagem da variável quantidade de principais assuntos de auditoria, divulgados no relatório do auditor independente, relacionados ao risco do cliente como um todo. Este achado mostra a viabilidade da abordagem GMM para estimação dos parâmetros do modelo proposto e evidencia a influência positiva e significativa dos valores passados de PAA_RE sobre as quantidades evidenciadas no presente.

Verifica-se que o impacto negativo e significativo sobre a quantidade de principais assuntos de auditoria, divulgados no relatório do auditor independente, relacionados ao risco do cliente como um todo são decorrentes dos seguintes fatores: a entidade é auditada por Big4 (BIG4), modificação de opinião do auditor (OPN) e auditor ser especialista no setor no qual a entidade atua (ESP_AUD). Entretanto, são fatores capazes de impactar de forma positiva e significativa PAA_RE as seguintes variáveis: a troca de auditor (TR_AUD), o fato de a opinião do auditor no ano anterior ter sido modificada (OPN_ANT), a entidade evidenciar deficiência de controle interno apontada pelo auditor (DEF_CI) e, por fim, a entidade amostrada incorrer em combinação de negócios no período (COMB_NEG). Destaca-se ainda que, mesmo significativas nesse modelo, tanto BIG4 quanto TR_AUD foram variáveis as quais não apresentaram consenso entre os especialistas.

A Tabela 32 apresenta o modelo GMM proposto para estimar os efeitos das variáveis regressoras, estudadas, sobre a variável PAA_RC.

Tabela 32.

Modelo GMM estimado para variável dependente PAA_RC.

<i>Variável dependente PAA_RC</i>			
<i>Variável</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>P-Valor</i>
PAA_RC_{t-1}	0.8620 ***	0.1768	0.0000
BIG4	0.0030	0.1989	0.9880
AUD_FEE	0.0000 *	0.0000	0.0760
OPN	-0.2151	0.4591	0.6390
TR_AUD	0.3391 *	0.1785	0.0580
ESP_AUD	-0.5585 ***	0.1984	0.0050
TAM	0.2164 *	0.1169	0.0640
ROA	-0.0009	0.0008	0.2580
CPLEX	-0.0125 ***	0.0046	0.0070
SET_REG	-0.1433	0.1385	0.3010
COM_AUD	-0.1623	0.1681	0.3340
PREJ	0.3252 *	0.1679	0.0530
ENDIV	-0.0090	0.0061	0.1360
OPN_ANT	0.3400	0.4299	0.4290
PAS	0.0887	0.2606	0.7340
DEF_CI	0.0628	0.1222	0.6070
COMB_NEG	0.7061 **	0.2894	0.0150
GOODW	0.0000	0.0000	0.9300
Constante	-1.9378	1.6165	0.2310
<i>Estatísticas de validação do modelo GMM proposto</i>			
AR (1)		-1,21	
AR (2)		-1,59	
Teste de Sargan		12,09	
Teste de Hansen		21,75	
Teste de Dif. Hansen		10,34	
Teste de Wald		92,95***	
Nº de observações		748	
Nº de Grupos		276	
Nº de Instrumentos		40	

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Notas: AR (1) e AR (2) - verificação da existência de autocorrelação de primeira e segunda ordem entre os termos de erros; testes de Sargan e Hansen verificam o pressuposto de exogeneidade dos instrumentos; Dif-Hansen – validade da abordagem GMM – Sistemico. As significâncias estatísticas dos testes são representadas por meio da seguinte simbologia: *10%; **5%; ***1%.

De forma similar aos achados anteriores, tem-se, novamente, a significância positiva da defasagem da quantidade de principais assuntos de auditoria, divulgados no relatório do auditor independente, relacionados a itens das demonstrações financeiras. O resultado evidencia a relevância do GMM para estimação dos parâmetros propostos e a importância dos valores passados de PAA_RC para explicar a quantidade de PAA no relatório do exercício anual seguinte.

Percebe-se que as seguintes variáveis são capazes de influenciar de forma positiva a quantidade de principais assuntos de auditoria, divulgados no relatório do auditor independente, relacionado a itens das demonstrações financeiras: o total de honorários de auditoria (AUD_FEE), a troca de auditor (TR_AUD), o porte da entidade (TAM), o fato de a entidade ter apresentado prejuízo no exercício (PREJ) e a entidade incorrer em combinação de negócios (COMB_NEG). Novamente, chama-se atenção às variáveis AUD_FEE e TR_AUD, as quais não apresentaram consenso entre os especialistas. Essa divergência entre as variáveis significativas nos três modelos e a ótica dos especialistas sugere que, embora essas características estejam estatisticamente relacionadas a divulgação dos PAA, eles não enxergam uma relação de causa e efeito, pois estão mais focados em fatores que podem afetar o julgamento do auditor independente e não com as características da firma de auditoria.

Por fim, apresentam impacto negativo e significativo, sobre a variável PAA_RC, a possibilidade de que o auditor seja especialista no setor em que a entidade atua (ESP_AUD) e o número de subsidiárias evidenciados pela entidade (CPLEX).

4.2.5. Discussão dos resultados dos modelos e análise das entrevistas

A seguir são apresentados os resultados de forma comparativa aos estudos anteriores apresentados na revisão de literatura buscando identificar os pontos que convergem ou divergem entre as pesquisas. As variáveis apresentadas na Tabela 33 são aquelas que foram incluídas nos modelos da presente pesquisa, portanto, os espaços em branco na tabela se referem

às variáveis que não foram incluídas nos demais estudos. Cabe ressaltar ainda que a discussão é realizada de forma paralela à apresentação dos resultados das entrevistas realizadas com sete profissionais representados da seguinte forma: gerente técnico do Ibracon, professor e pesquisador de programa de pós graduação em universidade federal brasileira, sócio de uma firma de auditoria não Big4, gerente de auditoria da KPMG, gerente de auditoria da Deloitte, gerente sênior de auditoria da EY e diretor de auditoria da PwC. As informações das entrevistas serão apresentadas no texto sendo identificados os profissionais como E1 a E7, de forma aleatória, visando não os vincular ao cargo/entidade nos quais atuam, conforme acordado na Declaração de Sigilo e Confidencialidade (Apêndice F).

Tabela 33.

Análise comparativa dos resultados das variáveis

[illegible]

*NS: Variável não significativa. **NA: Não se Aplica

NKAM: Quantidade de PAA; TKAM: Tipo de PAA; EL_KAM: PAA relacionados ao risco da entidade; AL_KAM: PAA relacionados ao risco da conta.

Fonte: Resultados da pesquisa (2021)

Com relação à divulgação da quantidade de PAA nos relatórios de auditoria, foram constatadas cinco variáveis significativas: PAA (t-1), BIG4, OPN, TAM e SET_REG. No segundo modelo foram significativas oito variáveis: PAA_RE (t-1), BIG4, OPN, TR_AUD, ESP_AUD, OPN_ANT, DEF_CI e COMB_NEG. E no terceiro modelo, oito variáveis também: PAA_RC (t-1), AUD_FEE, TR_AUD, ESP_AUD, TAM, CPLEX, PREJ e COMB_NEG.

A PAA (t-1) foi sugerida pelos especialistas na Técnica Delphi e representa a quantidade de PAA divulgada no período anterior, a qual afeta positivamente a quantidade de PAA divulgada do período corrente. O sinal positivo faz sentido, uma vez que se observa que há uma taxa de repetição significativa dos assuntos nos períodos subsequentes. O entrevistado E6 dá sentido a esse resultado:

A situação apresentada nos PAA do período anterior pode perdurar por mais períodos, aumentando a chance de os assuntos anteriores serem repetidos nos relatórios seguintes. Além desses assuntos, é possível que apareça novo ponto crítico, embora a tendência seja a divulgação dos mesmos. De modo geral, é mais provável aparecer um novo PAA do que a entidade resolver um PAA anterior, embora não seja necessariamente uma regra (ENTREVISTADO 6).

Apesar de ter sido um consenso, o Entrevistado 5 apresentou um argumento contrário, pois “esperava sinal negativo para esta variável, uma vez que pontos divulgados no ano passado estão mais claros e criam um padrão para o auditor trabalhar. De modo geral, o auditor espera que os PAA do período anterior sejam resolvidos”.

A quantidade de PAA divulgada em período anterior é uma variável defasada no próprio Modelo GMM, e ela se apresentou como significativa nos demais modelos, validando as estatísticas apresentadas pelo GMM. Apesar de representarem a quantidade de PAA relacionada ao risco da entidade (PAA_RE (t-1)) e ao risco da conta (PAA_RC (t-1)) divulgada em período anterior, os entrevistados entenderam que a justificativa seria a mesma do primeiro modelo.

O tipo de firma de auditoria representado pela variável BIG4 foi significativa no primeiro e segundo modelos, apresentando sinal negativo, ou seja, indicando que as firmas BIG4 divulgam

menos PAA e PAA_RE. Esse resultado confirma a expectativa do presente estudo e corrobora com os estudos de Kitiwong e Srijunpetch (2019) e é contrário ao de Velte (2018), Ferreira e Moraes (2019) e Cruz *et al.* (2019). Para Özcan (2021), os auditores não Big4 incluem mais PAA em seus relatórios para ganhar credibilidade, melhorar sua reputação e evitar possíveis custos de litígio. Adiciona ainda que uma outra explicação pode ser que os auditores não Big4 tendem a realizar procedimentos de auditoria mais conservadores.

O Entrevistado 2 explica que as “firmas Big4 assumem mais risco em algumas operações e trabalham com materialidade maior. A metodologia de uma Big4 é avaliar o risco geral, sendo que ela possui uma estrutura maior, mais especialistas, e uma decisão passa por vários níveis”. Complementa o Entrevistado 3 que “firmas Big4 auditam empresas maiores e com controles internos mais robustos, com governança corporativa mais organizada, o que reduz risco”. Desta forma, observam-se dois argumentos importantes: um que sugere a relação entre a maior qualidade e estrutura da firma Big4 na redução do risco percebido e outro que indica a seleção de clientes com menor risco global, o que justificaria a menor divulgação de PAA.

Apesar de essa variável ter sido significativa em dois modelos, a maioria dos entrevistados entendeu que a explicação seria a mesma. No entanto, cabe destacar a visão do Entrevistado 2 que sugere que nos PAA relacionados ao risco da entidade, “o nível da análise é maior em função da relevância dos temas, o que pode levar a ter maior segurança e não precisar divulgar como PAA. Também existe um trabalho muito forte no nível de aceitação do cliente” por parte das firmas Big4.

Os honorários de auditoria (AUD_FEE) foram significativos somente para explicar a divulgação de PAA_RC relacionados ao risco da conta, apresentando sinal positivo conforme esperado nesta pesquisa, corroborando com Pinto e Moraes (2018) e contrário à Sierra-Garcia *et al.* (2019) e Ferreira e Moraes (2019). Para Pinto e Moraes (2018), o sinal positivo pode ser explicado porque as taxas de auditoria podem estar relacionadas ao maior risco do cliente, indicando que o risco de litígio domina qualquer dependência de auditor-cliente. Entende-se ainda que maiores taxas de auditoria podem trazer conflitos de independência do auditor quanto à divulgação relacionada ao risco da entidade no relatório, devido ao fato de serem assuntos mais gerenciáveis, porém, esse efeito poderia não ser observado nas divulgações de PAA relacionados ao risco da conta, pois é mais difícil omitir uma estimativa ou julgamento significativo em uma conta.

Embora alguns entrevistados não tenham concordado com a significância da variável AUD_FEE, e desta forma, não exista consenso sobre ela, uma explicação válida para o sinal positivo é que:

Maior remuneração está associada a maior tempo de auditoria, portanto, se tem mais tempo e tranquilidade para aprofundar nos testes dando maior segurança. Desta forma, com melhor remuneração, o auditor conseguirá aplicar mais horas de trabalho para conseguir mais evidências de auditoria para todas as contas contábeis (Entrevistado 6).

Assim como ocorreu com BIG4, a OPN também foi significativa e negativa nos dois primeiros modelos, indicando que quando o auditor emite opinião modificada no seu relatório, ou seja, com ressalva ou adversa, ele tende a divulgar menos PAA e PAA_RE, corroborando com o estudo de Ferreira e Moraes (2019) e com as expectativas desse estudo. Para justificar o sinal apresentado, destacam-se três argumentos importantes: i) “O auditor é independente, mas não quer desagradar o cliente” (Entrevistado 3); ii) “Os principais assuntos já estão apresentados na base para opinião modificada” (Entrevistado 1); e, iii) “Já está claro para o mercado uma ressalva, o auditor já tem um elemento que o suaviza de emitir uma opinião incorreta, então emite menos PAA porque já se sente confortável com a ressalva, que já é a declaração mais complexa para o mercado (Entrevistado 5). Ou seja, o auditor tende a divulgar menos PAA ou PAA_RE quando emite opinião com ressalva ou adversa, pois os assuntos apresentados na base para opinião modificada já são por natureza principais assuntos de auditoria também, e divulgá-los na sessão dos PAA seria colocá-los em duplicidade. Além disso, o auditor já expôs os riscos da empresa diante da sua opinião modificada, ficando mais tranquilo quanto a não divulgação de outros fatores ou mesmo com receio de perder o cliente.

Com relação à variável TR_AUD, ela não foi significativa para esclarecer a divulgação dos PAA, mas foi importante para explicá-los de acordo com a sua natureza, sejam relacionados ao risco da entidade ou risco da conta. Apenas o estudo de Velte (2018) apresentou significância nesta variável, no entanto, o sinal encontrado foi oposto ao desta pesquisa. O resultado nesta pesquisa evidenciou uma relação positiva com a divulgação dos PAA, confirmando também a expectativa. Essa relação corrobora com o estudo de Seganfredo (2019), no qual foi observado que o aumento na quantidade de PAA publicados foi maior para os casos em que houve rodízio de auditor. O Entrevistado 4 explica que “quando há troca de auditor, no primeiro ano, o auditor está levantando toda informação da empresa, portanto, dá mais trabalho, são gastas mais horas

de auditoria e um maior risco é considerado”. Apesar de ser um consenso entre os profissionais e sem distinção no sentido da variável para os dois modelos, o Entrevistado 3 apresenta um paradoxo nesse ponto de vista indicando que “sempre que tem troca de auditor, a avaliação de risco é mais rigorosa e assim tem maior probabilidade de divulgar mais PAA, embora, por outro lado, se tenha interesse em manter o cliente para os próximos exercícios”. Diante das informações apresentadas, observa-se que em uma nova auditoria há um maior esforço global para confirmar os saldos iniciais, avaliar os controles internos, e conhecer a entidade auditada, o que gera também maior insegurança por parte do auditor, que vai sendo superada ao longo dos anos de relacionamento com o cliente.

Assim como ocorreu com a TR_AUD, a variável ESP_AUD também foi importante apenas para explicar os PAA relacionados ao risco da entidade ou risco da conta. Observa-se que nenhum outro estudo encontrou significância nesta variável, e que o sinal negativo foi contrário às expectativas desta pesquisa, pois esperava-se que os especialistas do setor incluíssem um número maior de PAA em seus relatórios de auditoria, devido à sua melhor compreensão do cliente e do setor. Apesar disso, a relação negativa faz sentido, pois “o especialista tem uma capacidade de julgamento mais aprimorada e consegue ser mais flexível porque avalia o risco com maior precisão. Já o não especialista terá percepção de risco maior” (Entrevistado 3). Essa visão corrobora com Habib (2013) que argumenta que os auditores especialistas do setor possuem conhecimento superior das indústrias de seus clientes, e, portanto, são mais capazes de avaliar se um cliente específico da indústria tem incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional. Apesar de concluírem que o resultado da pesquisa faz sentido, os entrevistados entenderam que a explicação é similar para os dois modelos.

O TAM foi significativo no primeiro e terceiro modelos, o que evidencia que sua relação está mais voltada aos problemas relacionados com o risco da conta. Esse resultado corrobora com diversos estudos (Pinto & Moraes, 2018; Velte, 2018, Ardito, 2019; Ferreira & Moraes; Kitiwong & Srijunpetch, 2019; Suttipun, 2020; Özcan, 2021) e confirma a expectativa desta pesquisa. O argumento apresentado por Ferreira e Moraes (2019), que é de esperar que empresas de maior porte detenham um maior número de PAA, em resposta ao maior risco do cliente, vai ao encontro da percepção dos entrevistados, indicando que “uma entidade de maior porte tem muito assunto relevante, tem mais transações, mais complexidade, consolidação com várias entidades, vários *businesses*, o que leva a ter maiores riscos também” (Entrevistado 1). Além disso, o Entrevistado 4 complementa essa análise ao sugerir que “uma empresa maior tem mais

visibilidade no mercado e o auditor está mais preocupado com o impacto do que está sendo divulgado, tanto pela entidade, como também pela auditoria”.

Com relação à CPLEX, esta variável foi significativa e negativa no terceiro modelo, indicando que uma maior complexidade da entidade, mensurada pelo logaritmo natural do número de subsidiárias, pode reduzir a divulgação de PAA relacionados ao risco da conta. Esse resultado foi contrário ao esperado nesta pesquisa, mas corrobora com o estudo de Sierra-Garcia *et al.* (2019) que não explicou a relação encontrada por também esperar sinal positivo. Os demais estudos que encontraram significância nesta variável apresentaram efeito positivo (Pinto & Morais, 2018; Kitiwong & Srijunpetch, 2019; Ferreira & Morais, 2019; Cruz *et al.*, 2019; Suttipun, 2020; Özcan, 2021). Apesar de controverso, os entrevistados apontaram que “em uma entidade mais complexa, o auditor faz trabalhos específicos nas controladas para mitigar o risco, trabalhando com a relevância e materialidade do grupo conforme ISA 600” (Entrevistado 2), e que “na avaliação dos maiores negócios do grupo (aqueles que possuem maior risco), obtém-se maior conforto nos menores através da possibilidade de sintetizar, tendo uma tendência a minimizar os riscos dos menores negócios” (Entrevistado 5). Além disso, “quanto maior for a companhia, e maior for a complexidade com mais controladas, pode ser que tenha melhor estrutura de controle interno e governança, consequentemente pode reduzir a divulgação de PAA” (Entrevistado 7).

SET_REG foi significativa apenas no primeiro modelo com sinal negativo, contrário às expectativas desta pesquisa e dos achados de Ardito (2019). Apesar do resultado contrário, observa-se a constatação de Silva, Vasconcelos e De Luca (2017) de que as empresas reguladas apresentam baixo nível de gerenciamento de resultados, o que reflete em menor risco associado a elas. Para o Entrevistado 6, “entidades reguladas têm que atender normas específicas do segmento no qual atuam, sendo fiscalizadas ou multadas, caso contrário. Normalmente possuem departamento técnico para esses assuntos, portanto, o risco envolvido é bastante mitigado pelo corpo da entidade”. Para o Entrevistado 1, pode-se explicar o sinal negativo diante no menor nível de exigência das demais agências reguladoras em comparação com a regulação do setor financeiro:

O julgamento do auditor para divulgar PAA pode estar relacionado com os requisitos das agências reguladoras. Quanto mais pressão existir das regulamentações, o auditor tende a se preocupar com mais assuntos específicos. Quanto mais o sistema regulatório brasileiro vai se aprimorando, a tendência é ter maior preocupação por parte do auditor. No entanto, na amostra do estudo não contempla empresas

financeiras, cujo setor é altamente regulado e gera maior número de PAA. Dentre os setores regulados da pesquisa, grande parte é regulado pela Aneel que emite poucas portarias em comparação com setor financeiro, focando mais em regular o mercado de energia em comparação com outros pontos que seriam maiores preocupações para o auditor, tais como controles internos, governança, transações diferenciadas (Entrevistado 1).

A visão apresentada corrobora com os achados das pesquisas do Ibracon (2017; 2018), em que foi constatado que o setor financeiro apresentou em média o maior número de PAA divulgado nos relatórios de auditoria. Por outro lado, mas de forma complementar, uma menor divulgação das entidades reguladas da pesquisa pode estar relacionada à melhor estrutura de governança para atender às agências reguladoras: “entidades reguladas têm que atender normas específicas do segmento no qual atuam, sendo fiscalizadas ou multadas, caso contrário. Normalmente possuem departamento técnico para esses assuntos, portanto, o risco envolvido é bastante mitigado pelo corpo da entidade” (Entrevistado 6).

Com relação ao prejuízo da entidade auditada, a própria NBC TA 701 sugere a inclusão de aspectos divulgados nas demonstrações contábeis, tais como prejuízos operacionais relevantes, linhas de crédito disponíveis e possível refinanciamento da dívida, ou não cumprimento de contratos de empréstimo, e os correspondentes fatores de mitigação (Conselho Federal de Contabilidade, 2016b), concordando com Spathis (2003) que diz que a decisão de qualificar um relatório de auditoria é associada a informações financeiras, principalmente quando há dificuldades financeiras. Nesta pesquisa, a variável PREJ foi significativa e positiva para explicar a divulgação de PAA_RC, conforme esperado e corroborando com o estudo de Sierra-Garcia *et al.* (2019). De acordo com o Entrevistado 4, “se a entidade auditada tem prejuízo, tem maior risco de auditoria e envolve assuntos mais complexos (continuidade operacional e *impairment*, por exemplo)”, portanto, a ocorrência de prejuízo é um *red flag* ao auditor e está frequentemente associado a problemas de continuidade operacional, pois ele “se preocupa com os usuários das demonstrações financeiras, já que o resultado financeiro também afeta o retorno dos acionistas” (Entrevistado 2).

OPN_ANT, DEF_CI e COMB_NEG foram variáveis sugeridas pelos especialistas as quais foram significativas e positivas para explicar a divulgação de PAA_RE, não havendo outros estudos que as testaram para fins de comparabilidade. A OPN_ANT mostra que quando o auditor emite opinião modificada no período anterior, isso pode aumentar a divulgação de PAA_RE no período seguinte, pois a existência de uma opinião de auditoria modificada no ano

anterior pode gerar incertezas nos anos seguintes (Monroe & Teh, 1993; Lynda, 2016). A visão do Entrevistado 1 vai ao encontro quando sugere que “uma opinião modificada no período anterior já é um risco na aceitação do cliente, e, mesmo que seja continuidade do cliente, se aumenta o risco, aumenta a preocupação do auditor, ele começa a se preocupar com outras áreas, o que pode aumentar a divulgação dos PAA”, e de forma complementar:

O auditor só consegue "baixar" uma ressalva quando está convicto de que lá não existe erro material, então o auditor vai gastar mais horas e mais especialistas para analisar o ponto de ressalva para superá-lo. Desta forma, o ponto de ressalva do período anterior pode gerar o PAA do período seguinte (Entrevistado 6).

A DEF_CI evidencia que quando o auditor aponta deficiências de controles internos no relatório de controles, aumenta a probabilidade de divulgar mais PAA_RE, o que corrobora com Wright & Wright (1996) que dizem que a incidência de erros detectados pode variar de acordo com eficácia dos controles, portanto, quanto mais fortes forem os controles internos, menos erros serão encontrados. Na ótica do Entrevistado 1,

Uma deficiência de controle interno sempre aumenta a preocupação em relação a ter uma questão pontual. Deficiência de controle interno relacionada a governança corporativa pode gerar ainda mais PAA porque enxerga mais áreas de riscos. Além disso, deficiência de controle interno pode levar a mais distorções, inclusive relevantes, decorrentes de erro, omissão ou fraude (Entrevistado 1).

Além da percepção de risco, deficiências significativas de controles internos geram mais trabalho ao auditor, o que pode tornar um assunto complexo e de atenção dele:

Quando o auditor conclui que é uma deficiência de controle interno, ele tem que ter a segurança de que aquela deficiência não vai ser uma ressalva ou um erro de auditoria, tendo que desafiar aquele assunto por outras perspectivas para verificar se aquela deficiência pode ter um indicativo de distorção de auditoria, fazendo mais procedimentos, envolvendo mais pessoas e especialistas (Entrevistado 6).

A variável COMB_NEG também teve significância para explicar os PAA_RC, o que evidencia que uma combinação de negócios realizada apresenta complexidade na mensuração contábil e a nível organizacional, pois envolve mudanças em todo o grupo empresarial aumentando a complexidade da consolidação em uma auditoria de grupo, conforme sugerido pela NBC TA 600 (Conselho Federal de Contabilidade, 2016e). Além disso, grandes empresas normalmente teriam mais possibilidade de realizar combinações de negócios, aumentando o seu tamanho e não sendo alvo de aquisições de outras empresas (Fasolin, Brizolla, Silva & Klann, 2019),

portanto, por se tratar de grandes empresas e maior complexidade, isso poderia gerar mais PAA. A visão do Entrevistado 2 complementa essa questão:

Quando a entidade auditada incorre em combinação de negócios, precisa fazer uma análise da reestruturação das empresas, o que envolve o grupo empresarial, a participação de especialistas. A transação pode gerar ágio ou deságio, cuja complexidade dos laudos de avaliação pode gerar mais PAA (Entrevistado 2).

Por fim, destaca-se que as variáveis, ROA, COM_AUD, ENDIV, PAS e GOODW não foram significativas em nenhum dos modelos. Os entrevistados foram questionados sobre esses resultados e trouxeram contribuições que pudessem explicar a não significância de algumas delas. Sobre o ROA, essa variável foi significativa e positiva nos estudos de Velte (2018), Ferreira e Moraes (2019), Kitiwong e Srijunpetch (2019) e Sierra-Garcia *et al.* (2019), e negativo no estudo de Suttipun (2020). De modo geral, os entrevistados entenderam que o ROA não poderia ser analisado de forma isolada e que faria mais sentido ter alguma relação se este fosse negativo, o que poderia gerar mais PAA. Com relação a essa percepção, observa-se que o sentido dos PAA pode estar sendo desvirtuado, pois está sendo usado menos com o propósito de evidenciar questões relevantes de auditoria e mais para o auditor se prevenir de riscos de auditoria. Sobre a existência de um Comitê de Auditoria, essa variável foi significativa apenas no estudo de Cruz *et al.* (2019), apresentando sinal positivo, pois muitas das empresas brasileiras com Comitê de Auditoria são entidades que também emitem ADR, sendo esse comitê uma exigência do mercado americano. Desta forma, o sinal positivo é explicado porque normalmente as empresas com essas características passam por maior monitoramento do mercado (Neves & Lemes, 2009).

Com relação ao ENDIV, a maioria dos profissionais esperava que a variável fosse significativa e positiva, porém, a maioria dos estudos não encontrou significância também (Pinto & Moraes, 2018; Velte, 2018; Ferreira & Moraes, 2019; Cruz *et al.*, 2019; Özcan, 2021). No entanto, o Entrevistado 6 explica que “a análise do endividamento por si só pode não afetar a divulgação dos PAA, mas agregada a outros fatores relacionados a continuidade operacional, pode fazer diferença”. As variáveis PAS e GOODW apresentam características na base de dados que puderam contribuir para que não tenham sido relevantes. Durante os cinco anos analisados nesta pesquisa, foram identificados apenas 88 casos de entidades que incorreram em algum Processo Administrativo Sancionador na CVM. Além disso, o Entrevistado 2 explica que “o Processo Administrativo Sancionador (PAS) pode ter sido em função de um item específico que não tem

relação com as informações contábeis”, e também, “a *Securities and Exchange Commission* (SEC) fiscaliza muito mais que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM)” (Entrevistado 5).

Já o GOODW é uma variável que mostrou que muitas empresas possuem zero nesta conta. Apesar disso, a inclusão desta variável contribuiu com a significância global do modelo. Embora tenha sido sugerida pelos especialistas, ela foi considerada como proxy de complexidade no estudo de Sierra-Garcia *et al.* (2019), encontrando um sinal positivo, como era esperado no presente estudo e também pelos entrevistados.

4.3. Modelos Conceituais

Diante dos resultados apresentados, bem como das entrevistas realizadas com os profissionais relacionados com a auditoria independente, foi possível reunir conhecimento suficiente para entender como ocorre o envolvimento dos PAA durante o processo de realização da auditoria e quais os fatores que afetam o julgamento do auditor na seleção e divulgação dos PAA, especialmente a partir dos seguintes questionamentos: i) Como ocorre o processo de seleção, comunicação com a administração e divulgação dos Principais Assuntos de Auditoria no relatório de auditoria apresentado por etapas? ii) De que forma e em quais momentos é realizada a comunicação com a administração sobre os Principais Assuntos de Auditoria a serem divulgados no Relatório de Auditoria? iii) Existe a possibilidade de surgimento de algum impasse com os responsáveis pela governança em relação à escolha do Principais Assuntos de Auditoria? Se ocorrer divergência, de que forma a auditoria conduz essa questão? iv) Quais fatores são considerados no julgamento dos auditores na seleção dos Principais Assuntos de Auditoria?

Inicialmente, foi possível compreender que esse processo não ocorre somente ao final da auditoria. Desde o momento de aceitação do cliente, quando se inicia a avaliação global dos riscos, o auditor já está atento aos assuntos mais importantes e que têm o potencial de ser divulgado como PAA no final da auditoria. Importante ainda destacar que a comunicação com a administração sobre os PAA ocorre em dois níveis: i) ao longo da auditoria, quando o auditor faz questionamentos e levanta informações para concluir sobre um assunto relevante; e, ii) ao final da auditoria, quando a administração também já tem uma ideia prévia dos PAA a serem reportados devido às comunicações ocorridas ao longo da auditoria.

Diante desses aspectos, a Figura 7 representa o modelo conceitual que visa evidenciar de forma prática como ocorre o processo que resulta na divulgação dos PAA, por meio de um fluxograma de etapas que não visa esgotar o assunto, mas torná-lo mais transparente de modo que os diversos usuários das demonstrações contábeis auditadas entendam como os auditores chegam a essa divulgação final.



Figura 7. Fluxograma da Seleção e Divulgação dos PAA
Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Para elaboração do fluxograma, as informações sobre esse processo foram compartilhadas pelos sete profissionais que participaram da entrevista e feita uma análise de conteúdo para esquematizar as ideias. Desta forma, para melhor entendimento do fluxograma, é importante destacar algumas falas:

É um processo cíclico, que se retroalimenta. Começa na aceitação do cliente ou continuidade do cliente, porque quando o auditor faz uma avaliação da continuidade por meio da informação financeira do ano anterior, verificam se os executivos continuam. A comunicação oficial com a governança sobre os PAA é tardia porque os riscos já podem ter sido identificados desde o início. Mas nessa comunicação existe uma discussão sobre se o ponto é mesmo um risco. De qualquer forma, o auditor vai testá-los. Se a governança deu suas explicações, mas o auditor perceber que conseguir aquela informação foi complexo ou se possui muito julgamento, provavelmente será PAA (Entrevistado 1).

Com base na visão do Entrevistado 1, é importante destacar que todo o processo se retroalimenta, ou seja, no momento da avaliação global dos riscos da entidade para fins de aceitação como cliente, seja novo ou continuidade, o auditor leva em consideração os PAA divulgados no período anterior, o que pode também refletir na significância positiva da variável PAA (t-1) que foi sugerida pelos próprios especialistas.

Além do entendimento de que seja um processo cíclico, é importante também destacar a parte de avaliação dos riscos e controles internos, dos processos da entidade que ajudam a mitigar esses riscos e como que essas etapas resultam da identificação dos prováveis PAA.

Se inicia a avaliação de riscos no planejamento (riscos inerentes). Depois se avalia as contas considerando materialidade e os fatores que mitigam o risco para aquelas contas específicas. A estratégia de auditoria é montada com base no risco. Depois que faz essa mensuração, é identificado onde tem pontos críticos e substanciais que exijam envolvimento de especialistas (impostos, tecnologia da informação, ativo biológico, modelos de precificação, estimativas, situação econômica da empresa, prejuízos, endividamento). Depois que faz a avaliação de risco, faz a avaliação de controles internos, os quais ajudam a mitigar riscos. Quando se identifica um risco significativo, a firma precisa fazer a etapa de controle interno com maior profundidade dos dados por meio do *walk through*, em que se verifica se os controles internos desenhados para aqueles processos são adequados. Faz julgamento de risco a risco. Identifica quais os principais e faz detalhe de controle interno para esses. Se o CI é falho (não faz processos), já dá problema e a chance de ter PAA é absurda. Se o controle é eficaz, a auditoria testa o controle e isso mitiga o risco. Portanto, ainda que tenha o risco, a entidade já identificou, já traçou controles preventivos ou detectivos que mitigam aquele risco. Se os controles têm falhas, nem testa, já faz os testes 100% substantivos, o que aumenta a probabilidade de ser um PAA se for um risco significativo. Se o controle interno for adequado, pode mitigar os riscos e se o auditor concluir que não é um risco, pode reduzir a probabilidade de ser um PAA. Etapas substantivas, dependendo do risco, vai ter profundidade ou extensão maior, envolvimento de especialistas. Vai para etapa de resultados para verificar qual será a opinião de auditoria conforme distorções relevantes identificadas. A definição dos PAA é etapa final, quando o auditor olha para trás, faz uma reflexão e verifica o que envolveu mais trabalho, mais horas, mais especialistas, mais discussão com a administração, muito julgamento, muita complexidade. Depois disso é realizada a comunicação com a administração e divulgação do relatório de auditoria (Entrevistado 6).

Considerando as falas anteriormente apresentadas, é possível compreender o Fluxograma da Seleção e Divulgação dos PAA compreendido por quatro principais fases, considerando ainda que existem etapas importantes que acontecem entre as fases:

1ª Fase: Aceitação ou Manutenção do Cliente: Momento em que a auditoria mensura o risco global da entidade, e já identifica os *red flags* que afetam o planejamento da auditoria e que podem ser potenciais PAA a serem divulgados, se o cliente for aceito. No caso de contrato anterior, o auditor irá decidir pela manutenção ou não do seu cliente para continuar o processo.

2ª Fase: Planejamento da Auditoria: Nesta fase o auditor vai planejar todo o escopo da auditoria baseado inicialmente nos riscos identificados na 1ª Fase, definindo equipe, horas de auditoria, principais componentes e avaliação dos controles internos. A partir dos riscos significativos identificados, o auditor vai avaliar se a entidade possui mecanismos de defesa para mitigar os riscos e eliminá-los. Os riscos avaliados que permanecem significativos, seja em relação aos riscos da entidade ou aos riscos das contas, serão prováveis PAA. Isso se alinha com a visão de Velte (2018), que afirma que nessas divulgações de PAA são consideradas as questões de risco mais significativas de distorções relevantes transmitidas aos usuários.

3ª Fase: Comunicação com a Administração: Após elaboração do *draft* do Relatório de Auditoria com a inclusão dos PAA que serão reportados, a auditoria se reúne com a administração para comunicá-la sobre o conteúdo do relatório. Caso tenham divergências que não sejam resolvidas nesta reunião, o Comitê de Auditoria e Conselho de Administração podem ser convocados a participarem desta fase. Se o auditor entender que os argumentos da entidade fazem sentido, ele pode decidir ajustar o texto ou mesmo não divulgar o PAA. Caso não tenha consenso, a opinião e independência do auditor devem prevalecer e os PAA em questão devem ser divulgados.

4ª Fase: Divulgação dos PAA no Relatório de Auditoria: A última fase é o momento em que os PAA são de fato divulgados. Os auditores devem apresentar um texto no qual fique claro aos usuários sobre porque aquele assunto é um PAA e quais foram os procedimentos adotados pelo auditor para avaliação e conclusão sobre o PAA. Os PAA reportados são considerados como informação importante para a próxima auditoria na mensuração global dos riscos da entidade, já no processo de aceitação ou manutenção do cliente.

Além do entendimento geral sobre o processo de auditoria e como que ele se relaciona com a identificação dos riscos que podem ser reportados como PAA, é importante mencionar que se trata de um fluxograma com viés objetivo e que não leva em consideração os fatores que afetam o julgamento do auditor independente na escolha dos PAA. Desta forma, para melhor entendimento sobre o que o auditor considera quando faz seu julgamento sobre os PAA a serem reportados, os entrevistados foram questionados quanto a esse assunto. Nesse sentido, a Figura 8 apresenta o segundo modelo conceitual desta pesquisa que visa estruturar em componentes principais os fatores que afetam o julgamento do auditor independente para a seleção dos PAA considerando a ótica dos profissionais entrevistados.



Figura 8. Componentes do Julgamento do Auditor na Seleção dos PAA

Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Observa-se através da Figura 8 que existem seis principais Componentes do Julgamento do Auditor na Seleção dos PAA. Por se tratar do julgamento do auditor, é possível verificar que a maioria dos fatores apresentados nos componentes estão diretamente relacionados ao profissional. Nesse contexto, é válido destacar que as divulgações dos PAA tornarão os julgamentos feitos pelos auditores e pela administração mais transparentes e razoáveis para os usuários (Gutierrez *et al.* 2018), reduzindo a assimetria de informações entre as partes internas e externas (Bédard *et al.* 2019). Os componentes do Julgamento do Auditor na Seleção dos PAA estão listados a seguir:

1º Componente: Perfil Profissional: Envolve as principais características profissionais previstas nas normas profissionais de auditoria (NBC PA), incluindo a experiência, independência e o ceticismo profissional.

2º Componente: *Engagement*: Envolve o engajamento de outros profissionais envolvidos em maior volume de horas de auditoria, o que sugere um assunto complexo e um possível PAA.

3º Componente: Risco para o Auditor: O auditor também considera os riscos associados a ele, os quais podem incluir o risco de processo judicial diante de uma divulgação que expõe o

cliente de forma inapropriada, o risco de emitir opinião inadequada e o risco de ter o contrato rescindido diante de uma divulgação dessa natureza.

4º Componente: Premissas do Auditor: Envolve o uso de habilidades e competências técnicas para definir a materialidade das contas, interpretar as normas contábeis aplicáveis e obter entendimento sobre o negócio.

5º Componente: Detalhes da Transação: Envolve análises específicas das transações que envolve risco significativo, considerando a complexidade da transação, julgamento das premissas e o envolvimento de estimativas nas contas.

6º Componente: Risco Global: Processo indutivo que envolve a avaliação da significância global das transações significativas e avalia a relevância do componente do risco, o risco de distorção nas demonstrações contábeis e complexidade da entidade.

As discussões apresentadas neste capítulo trazem importantes contribuições à temática discutida, pois novas variáveis foram comprovadas empiricamente como os fatores determinantes da divulgação dos PAA além daquelas já apresentados em estudos anteriores. Além disso, a participação dos especialistas na Técnica Delphi e nas entrevistas permitiram um olhar mais genuíno sobre o sentido das variáveis significativas. Por fim, os modelos conceituais, que refletem o resultado estruturado dos achados dessa pesquisa, possibilitam uma visão mais abrangente sobre o envolvimento dos PAA durante o processo de realização da auditoria e dos elementos que afetam o julgamento do auditor na seleção e divulgação dos PAA.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a aprovação da NBC TA 701, que entrou em vigor no Brasil a partir de 2016, os auditores independentes no Brasil passaram a incluir uma seção intitulada ‘Principais Assuntos de Auditoria (PAA)’ em seus relatórios, os quais retratam os assuntos que foram mais significativos ou mais complexos durante a realização da auditoria e que demandaram maior esforço e atenção dos auditores. Esses assuntos muitas vezes evidenciam riscos significativos da entidade auditada, mas que não estão relacionados com distorções nas demonstrações contábeis. Nessa divulgação é informado sobre os procedimentos adotados pela auditoria para avaliar o assunto em questão, o que tornou o relatório de auditoria mais extenso, gerando uma expectativa de que fosse mais transparente e comunicativo.

A escolha dos PAA está relacionada à determinadas características da firma de auditoria e do próprio cliente, e também pode envolver subjetividade por parte do auditor, sendo que a divulgação desses assuntos pode ser considerada informação relevante aos *stakeholders*. Diante do contexto apresentado, essa pesquisa teve o objetivo de investigar quais os determinantes da divulgação dos principais assuntos de auditoria no Brasil e quais os fatores que afetam o julgamento do auditor independente.

Para a realização do estudo, inicialmente foram levantadas na literatura 20 variáveis que representam características da firma de auditoria ou da entidade auditada e apresentadas a 25 especialistas por meio da primeira rodada da Técnica Delphi, para que pudessem avaliá-las e sugerir novas. Na segunda rodada foram adicionadas as 12 sugestões e avaliadas pelos especialistas, alcançando consenso entre eles, sendo utilizado como parâmetro o Coeficiente de Variação inferior a 30%. Dentre as variáveis sugeridas, observou-se que muitas delas estão relacionadas ao julgamento do auditor, não havendo vínculo com as características da entidade ou da firma, no entanto, foi possível operacionalizar seis: quantidade de PAA divulgada no relatório anterior, opinião modificada de auditoria no exercício anterior, existência de Processo Administrativo Sancionador na CVM, apontamento de deficiências significativas de controle interno pelo auditor, realização de combinação de negócios no período e *Goodwill*.

Posteriormente, foi realizada a coleta de dados das variáveis de 309 empresas não financeiras listadas na B3 entre 2016 a 2020, sendo identificados 3.659 PAA na análise de 1.449 relatórios de auditoria, com uma média entre 2 e 3 PAA por relatório, com tendência de queda ao longo

do período estudado. Os PAA foram classificados em 30 temas e em seguida, foram categorizados pela sua natureza, sendo relacionados com o risco da entidade (PAA_RE) ou risco da conta (PAA_RC), sendo observado que 80% dos temas apresentados durante o período analisado são PAA cuja natureza está relacionada ao risco da conta (PAA_RC), e os temas mais recorrentes são Contingências e Provisões, Reconhecimento de Receita e Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros. Posteriormente, ambas as categorias que representam a natureza dos PAA foram consideradas como variáveis dependentes juntamente com o total de PAA para estimação dos três modelos de dados em painel dinâmico (GMM), nos quais foram incluídas as seis variáveis sugeridas pelos especialistas, além de 12 variáveis selecionadas pela revisão da literatura.

Os resultados dos modelos mostraram que a divulgação total dos PAA é afetada negativamente quando a entidade é auditada por Big4 (BIG4), é regulada por agências reguladoras (SET_REG), e quando o auditor emite opinião modificada (OPN), e positivamente pela quantidade de PAA divulgada no relatório anterior (PAA t-1) e pelo porte da entidade (TAM). Com relação aos PAA_RE, eles são afetados negativamente quando a entidade é auditada por Big4 (BIG4), quando a firma é especialista no setor de atuação do cliente (ESP_AUD) e quando o auditor emite opinião modificada (OPN), e positivamente pela quantidade de PAA_RE divulgada no relatório anterior (PAA_RE t-1), se há troca de auditor (TR_AUD), se o auditor emite opinião modificada no período anterior (OPN_ANT), se o auditor aponta deficiências significativas de controle interno (DEF_CI) e se a entidade incorreu em combinações de negócios no período (COMB_NEG). Sobre os PAA_RC, eles são afetados negativamente quando a firma é especialista no setor de atuação do cliente (ESP_AUD) e pela complexidade da entidade (CPLEX), e positivamente pela quantidade de PAA_RC divulgada no relatório anterior (PAA_RC t-1), pelos honorários de auditoria (AUD_FEE), pela troca de auditor (TR_AUD), pelo tamanho da entidade (TAM), quando a entidade incorre em prejuízo (PREJ) e combinações de negócios no período (COMB_NEG).

Por meio das entrevistas realizadas com sete especialistas, foi possível entender a relação entre a divulgação dos PAA e as variáveis significativas no estudo, concluindo que, apesar das variáveis significativas não serem necessariamente as mesmas nos três modelos, a justificativa para a explicação daquelas que estão presentes em mais de um modelo não difere quanto à natureza dos PAA, sejam relacionados ao risco da entidade, da conta ou de forma agregada.

As variáveis sugeridas pelos especialistas que se mostraram significativas trazem novas contribuições à temática estudada, pois não foram identificados outros estudos que as tenham testado, sendo importante destacar que a experiência desses profissionais permite um olhar mais profundo sobre o assunto. Com esses resultados, infere-se que é importante que as entidades busquem maior eficácia dos seus controles internos, pois os auditores enxergam suas deficiências significativas como um risco da entidade. Ainda, a entidade que teve opinião modificada no relatório de auditoria do exercício anterior precisa estar atenta aos assuntos que foram base e procurar evidenciar ações que eliminem qualquer risco associado, pois, caso contrário, mesmo que não existam mais distorções relevantes vinculadas, o auditor pode vir a divulgá-los como PAA no período seguinte. Outra situação que merece atenção da entidade é em relação à realização de combinação de negócios no período, pois mesmo que não seja uma fusão ou incorporação, a aquisição de participação societária já torna a auditoria de grupo mais complexa, pois aumenta a quantidade de entidades vinculadas, levando o auditor a divulgar PAA sobre transações com partes relacionadas, sobre uma consolidação mais elaborada ou mesmo sobre o reconhecimento de *goodwill* na operação.

As entrevistas também levaram à constatação de que a seleção dos PAA é um processo cíclico e retroalimentado, o qual é realizado em quatro fases principais que se inicia desde o momento da aceitação do cliente, quando o auditor realiza a mensuração global dos riscos até a inclusão dos PAA no relatório. Essa divulgação pode afetar a decisão do auditor na seleção dos PAA para o período seguinte, corroborando com os resultados encontrados nos modelos econométricos e com a variável sugerida pelos especialistas na Técnica Delphi. Isso pode ser importante para a entidade auditada, pois ela pode realizar ações que reduzam o risco e complexidade dos assuntos, o que possivelmente pode reduzir a possibilidade de o auditor repetir um PAA de período anterior.

Outra contribuição importante da pesquisa é que existem seis componentes que afetam o julgamento do auditor independente e estão relacionados ao perfil profissional, ao *engagement* dos auditores, ao risco para o auditor, às premissas do auditor, aos detalhes das transações e ao risco global da entidade. Os componentes apresentados evidenciam que muitas das escolhas dos auditores estão intrinsecamente relacionadas com a percepção de risco deles, seja em relação à entidade, às contas ou ao próprio auditor.

Em conexão com os resultados já apresentados, os quais mostram que cerca de 80% dos PAA são de natureza do risco da conta, pode-se concluir que, embora os componentes sejam na maioria deles relacionados com aspectos do auditor independente, existe maior relevância dos componentes envolvidos com os detalhes das transações e com o risco global da entidade, que envolve também os efeitos nas demonstrações contábeis. Desta forma, o enfoque dos auditores em divulgar mais PAA relacionados ao risco da conta, evidencia, como sugerem DeFond e Zhang (2014), o potencial da auditoria em agregar valor dada a crescente complexidade das transações comerciais e dos padrões contábeis.

Portanto, conclui-se que o julgamento do auditor é fortemente relacionado aos fatores de risco da entidade e também ao risco do próprio auditor, levando-o a divulgar assuntos que o resguarde de futuros problemas com a entidade auditada e com *stakeholders*, cumprindo com o seu papel já enunciado pela Teoria da Agência, a qual coloca a auditoria como uma das principais ferramentas de monitoramento para regular conflitos de interesse e reduzir os custos da agência (Piot, 2001). Todavia, é importante destacar que, diante do julgamento exercido pelo auditor na seleção dos PAA, pode existir margem para perda de independência diante de pressões do cliente para que a divulgação dos PAA se sobreponha à uma opinião modificada deixando de sinalizar distorções relevantes ao mercado e ampliando a assimetria informacional.

Percebe-se como contribuições importantes aos gestores e/ou responsáveis pela governança das entidades auditadas, que as características determinantes da divulgação dos PAA, o envolvimento dos PAA no processo de auditoria e os fatores que afetam o julgamento do auditor podem orientá-los a gerenciar de forma antecipada os riscos que podem ser assuntos de complexidade ao auditor e passíveis de serem divulgados como PAA.

Com relação aos órgãos reguladores, em especial o IAASB (*The International Auditing and Assurance Standards Board*), essa pesquisa pode gerar novas reflexões sobre a norma ISA 701 quanto ao grau de julgamento e subjetividade requerido na seleção dos PAA. Embora sejam necessários em certo nível, observa-se que ainda há espaço para que auditores divulguem menos PAA para não expor a entidade, ou mais PAA evitando uma opinião modificada, tendo em vista a continuidade do contrato de prestação de serviços. Garantir a independência do auditor expurgando esses efeitos faz com que o auditor cumpra com seu papel ao reduzir a assimetria informacional, o que possibilita maior valorização da profissão da auditoria no mercado.

Aos usuários das informações apresentadas nos relatórios de auditoria, essa pesquisa permite uma melhor compreensão sobre os objetivos da divulgação dos PAA, mostrando que os assuntos relatados não consistem em problemas das demonstrações contábeis, mas são assuntos que foram complexos ao auditor para avaliar e concluir que não existem distorções. Adicionalmente, as características da entidade e da firma de auditoria que foram determinantes fornecem um *insight* sobre o que esperar em termos de divulgação dos PAA, entendendo que certas condições favorecem maior divulgação de PAA nos relatórios de auditoria.

Sugere-se para pesquisas futuras que os auditores sejam mais participantes nos estudos, uma vez que os julgamentos fazem parte da experiência vivenciada por eles em ambientes e períodos distintos, envolvendo também características próprias. Além dos auditores, sugere-se como futura pesquisa que sejam entrevistados os administradores, responsáveis pela governança, membros do Comitê de Auditoria e/ou Conselho Fiscal para que se entenda que efeitos são sentidos pela entidade diante da divulgação dos PAA e de que forma ela age diante disso, seja para gerenciar os riscos identificados ou minimizar os reflexos dessa divulgação.

Ainda, os estudos que envolvem *neuroaccounting* são fundamentais para aprofundar neste assunto, pois os participantes ficam conectados a um EEG (Eletroencefalograma) que capta as ondas elétricas do cérebro no momento da decisão em uma tarefa que pode estar relacionada com avaliação de riscos e seleção dos PAA, no caso da participação de auditores, ou, das ações realizadas pela entidade diante da divulgação dos PAA, no caso da participação de gestores ou responsáveis pela governança.

Outra pesquisa interessante é identificar os fatores determinantes da emissão de opinião modificada da auditoria independente testando os efeitos da divulgação dos PAA sobre essa opinião, uma vez que o auditor poderia divulgar mais PAA para não emitir opinião modificada e desagradar o cliente, já que existe o risco de ter contrato rescindido, conforme evidenciado no modelo dos Componentes do Julgamento do Auditor na Seleção dos PAA.

REFERÊNCIAS

- Abid, A., Shaique, M., & Anwar ul Haq, M. (2018). Do big four auditors always provide higher audit quality? Evidence from Pakistan. *International Journal of Financial Studies*, 6(2), 58.
- Afterman, A. B. (2016). The PCAOB's Proposed New Auditor's Report. *The CPA Journal*. Julho, 2016.
- Agoglia, C. P.; Hatfield; R. C.; & Lambert; T. A. (2015). Audit team time reporting: An agency theory perspective. *Accounting; Organizations and Society*. 44; 1–14.
- Agrawal; A & Jayaraman; N. (1994). The Dividend Policies of All-equity Firms: A Direct Test of the Free Cash Flow Theory. *Managerial And Decision Economics*. v. 15; 139-14.
- Akpom, U. N., & Dimkpah, Y. O. (2013). Determinants of auditor independence: a comparison of the perceptions of auditors and non-auditors in Lagos, Nigeria. *Journal of Finance and Accountancy*, 14, 1.
- Almeida, P. R. (2017). *Prospecção acerca de um prazo ótimo para rodízio de firmas de auditoria no Brasil*. 136f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2017.
- Almulla M.; Bradbury, M.E. (2018) Auditor, client, and investor consequences of the enhanced auditor's report. *Working paper*.
https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3165267.
- Almutairi, A. R.; Dunn, K. A.; & Skantz, T. (2009). Auditor tenure, auditor specialization, and information asymmetry. *Managerial Auditing Journal*, 24(7), 600–623.
doi:10.1108/02686900910975341
- Altawalbeh, M. A. F; & Alhajaya, M. E. S. (2019). The Investors Reaction to the Disclosure of Key Audit Matters: Empirical Evidence from Jordan. *International Business Research*. Vol. 12, No. 3.
- Amaral, L. B. (2019). *Conteúdos do ensino em contabilidade forense: percepção de especialistas em fraudes*. 125f. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade - CEPCON. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- Angelo, D. I. A (2005). Importância das Informações Contábeis no Processo Decisório das Empresas. Faculdade PIO XII. *Sapientia - Cesat - Pio Xii - Unices* <em revista> - n.4., 2005. Disponível em: < http://www.faculdade.pioxii-es.com.br/anexos/Sapientia04/RC_N4_Pio_XII_artigo_1.pdf>. Acesso em: 26 set. 2019.
- Antle; R. (1982). The Auditor As an Economic Agent. *Journal of Accounting Research*. v. 20; n. 2; 503-527.

- Antonelli, R. A. (2018). *Êxito Dos Sistemas De Informações Contábeis: Análise Dos Fatores Críticos De Sucesso E Insucesso*. 244f. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná: Curitiba.
- Araújo, I. P. S.; Arruda, D. G.; Barretto, P. H. T. (2008). *Auditoria contábil: enfoque teórico, normativo e prático*. São Paulo: Saraiva.
- Ardito, Felipe Machado De Souza. (2019). *Determinantes Dos Principais Assuntos De Auditoria: Uma Análise De Empresas Listadas Nas Principais Bolsas Mundiais*. Dissertação do Mestrado em Gestão para a Competitividade da Escola de administração de empresas de São Paulo.
- Arellano, M., & Bover, O. (1995). Another look at the instrumental variable estimation of error-components models. *Journal of econometrics*, 68(1), 29-51.
- Arruñada, B. (2000). Audit Quality: Attributes, private safeguards and the role of regulation. *The European Accounting Review*. n.9(2), 205-224.
- Asbahr, K.; & Ruhnke, K. (2019). Real effects of reporting key audit matters on auditors' judgment and choice of action. *International Journal of Auditing*; v. 23, issue 2, 1–16p.
- Ashton, R. H.; Graul, P. R.; & Newton, J. D. (1989). Audit delay and the timeliness of corporate reporting. *Contemporary Accounting Research*, 5(2), 657–673. doi:10.1111/j.1911-3846.1989.tb00732.x
- Associação Brasileira de Agências de Regulação. (2018). *Agências Reguladoras*. Disponível em: <http://abar.org.br/biblioteca/>. Acesso em: out. 2019.
- Association of Chartered Certified Accountants. ACCA. (2018). *Key audit matters: unlocking the secrets of the audit*. Disponível em: https://www.accaglobal.com/content/dam/ACCA_Global/professional-insights/Key-audit-matters/pi-key-audit-matters.pdf. Acesso em: ago. 2021.
- Azevedo, F. B.; & Costa, F. M. (2012). Efeito da troca da firma de auditoria no gerenciamento de resultados das companhias abertas brasileiras. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie*, V. 13, N. 5.
- B3a. (2020). *Empresas listadas*. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm. Acesso em jun. 2019.
- B3b. (2020). *Classificação Setorial*. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/acoes/consultas/classificacao-setorial/. Acesso em out. 2019.
- Backof, A. G., Bowlin, K., & Goodson, B. M. (2018). The Importance of Clarification of Auditors' Responsibilities Under the New Audit Reporting Standards (Working Paper). <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2446057>.

Bamberg, G.; & Spremann, K. (1987). *Agency Theory; Information; and Incentives*. Heidelberg.

Barros, L. A. B. C., Castro Junior, F. H. F., Silveira, A. D., & Bergmann, D. R. (2010). A questão da endogeneidade nas pesquisas empíricas em finanças corporativas: principais problemas e formas de mitigação. *Social Science Research Network*, 1(1), 1-32. Acessado em 02 de setembro, 2021, de <http://ssrn.com/abstract=1593187>

Barth, M. & Hutton, A. (2004). Analyst earnings forecast revisions and the pricing of accruals”, *Review of Accounting Studies*, Vol. 9 No. 1, pp. 59-96.

Basioudis, I. G.; Papakonstantinou, E.; & Geiger, M. A. (2008). Audit Fees, Non-Audit Fees and Auditor Going-Concern Reporting Decisions in the United Kingdom. *Abacus – A Journal of Accounting, Finance and Business Studies*, Vol. 44, No. 3.

Baum, C. F. (2006). *An introduction to modern econometrics using Stata*. Texas: Stata press.

Bazerman, Morgan e Loewenstein (1997). The Impossibility of Auditor Independence. *Sloan Management Review*, 38; 4. 89-94p.

Bédard, J.; Gonthier-Besacier, N.; & Schatt, A. (2016.) Analysis of the Consequences of the Disclosure of Key Audit Matters in the Audit Report. In: DAC Accounting Research Seminars. *Anais...* Disponível em: <http://www.hec.unil.ch/documents/seminars/dcc/1946.pdf>. Acesso em mai. 2017.

Bédard J, Gonthier-Besacier N, Schatt A (2018) Consequences of justifications of assessments in French expanded audit reports. *Working paper*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3175497>

Bedard, J. C.; Johnstone, K. M.; & Smith, E. F. (2010). Audit Quality Indicators: A Status Update on Possible Public Disclosures and Insights from Audit Practice. *Current Issues in Auditing*: June 2010, Vol. 4, No. 1, pp. C12-C19.

Bell, T. B.; Knechel, W. R.; & Willingham Jr., J. J. (1994). An Exploratory Analysis of the Determinants of Audit Engagement Resource Allocations. In: Auditing Symposium XII. *Anais...* Lawrence, Kansas.

Beuren, I. M. (organizadora e colaboradora). (2008). *Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade – Teoria e Prática*. 3 ed. São Paulo: Atlas.

Bhaskar, L. S.; Krishnan, G. V.; & Yu, W. (2016). Debt Covenant Violations, Firm Financial Distress, and Auditor Actions. *Contemporary Accounting Research*, 34(1), 186–215. doi:10.1111/1911-3846.12241

Blokdijk, H.; Driehuisen, F.; Simunic, D. A.; & Stein, M. T. (2003). Factors Affecting Auditors’ Assessments of Planning Materiality. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 22(2), 297–307. doi:10.2308/aud.2003.22.2.297

- Blundell, R., & Bond, S. (1998). Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models. *Journal of econometrics*, 87(1), 115-143.
- Boolaky, P. K.; & Quick, R. (2016). Bank Directors' Perceptions of Expanded Auditor's Reports. *International Journal of Auditing*, 20: 158–174.
- Boonlert-U-Thai, K., Srijunpetch, S., & Phakdee, A. (2019). Key Audit Matters: What they tell. *Journal of Accounting Profession*, 15(45), 5–25. DOI:10.14456/jap.2019.1.
- Booth; P.; & Schulz; A. K.-D. (2004). The Impact of an ethical environment on managers' project evaluation judgments under agency problem conditions. *Accounting; Organizations and Society*. v. 29; 473–488.
- Borges, S. R. P. (2017). *Antecedentes E Características Do Risco De Fraude Contábil: Uma Análise Multicasos No Setor Bancário Brasileiro*. 186f. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia.
- Borges, S. R. P.; & Andrade, M. E. M. C. (2018), A Opinião De Especialistas Sobre As Variáveis Relacionadas Ao Risco De Fraude Contábil No Setor Bancário Brasileiro. *Revista Universo Contábil*, ISSN 1809-3337, FURB, Blumenau, v. 14, n. 3, p. 66-88, jul./set.
- Boynton, W. C.; Johnson, R. N.; Kell, W. G. (2002). *Auditoria*. São Paulo: Atlas, 2002. 982p.
- Bradburn, N.; Sudman, S.; Wansink, B. (2004). *Asking Questions – The definitive guide to questionnaire Design – For market research, political polls, and social and health questionnaires*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Bradshaw, M. T.; Richardson, S. A.; & Sloan, R. G. (2000). Do Analysts and Auditors Use information in Accruals? *Journal of Accounting Research*, n. 39, 45-73.
- Brant, E. C.; Steven, M. G.; Thomas, C. O.; & Marjorie, K. S. (2016). Understanding Audit Quality: Insights from Audit Professionals and Investors. *Contemporary Accounting Research*, V.33, n.4, 1648-1684.
- Braunbeck, G. O. (2010). *Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo - São Paulo, 129 p.
- Brito, N. D. D. C. (2016). *Sucesso do microempreendedor individual no Brasil*. 114f. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo – FEA/USP. São Paulo.
- Brouwer, A., Eimers, P., & Langendijk, H. (2016). The relationship between key audit matters in the new auditor's report and the risks reported in the management report and the estimates and judgments in the notes to the financial statements. *Maandblad voor Accountancy en Bedrijfseconomie*. 90(12):580-613.

- Butterworth, S.; & Houghton, K. A. (1995). Auditor Switching: The Pricing Of Audit Services. *Journal of Business Finance & Accounting*, 22(3), 323–344. doi:10.1111/j.1468-5957.1995.tb00877.x
- Cahan, S. F.; Godfrey, J. M.; Hamilton, J.; & Jeter, D. C. (2008). Auditor Specialization, Auditor Dominance, and Audit Fees: The Role of Investment Opportunities. *The Accounting Review*, 83(6), 1393–1423. doi:10.2308/accr.2008.83.6.1393
- Camargo, R.V. W. (2012), *Determinantes dos Pareceres dos Auditores Independentes Emitidos às Companhias Negociadas na BM&FBOVESPA*. 206f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Carcello, J. V.; & Nagy, A. L. (2004). Client size, auditor specialization and fraudulent financial reporting. *Managerial Auditing Journal*, 19(5), 651–668. doi:10.1108/02686900410537775
- Chaney, P. K.; Jeter, D. C.; & Shivakumar, L. (2004). Self-selection of auditors and audit pricing in private firms. *The Accounting Review* 79 (1): 51–72.
- Charoux, O. M. G. (2006). *Metodologia: processo de produção, registro e relato do conhecimento*. 3ª Ed. São Paulo: DVS Editora.
- Cheng, X.; & Kwak, W. (2017). Predicting auditor changes with qualified opinions using logit analysis: Revisited. *Journal of Accounting and Finance*, Vol. 17(8).
- Choi, J.-H.; Kim, J.-B.; & Zang, Y. (2010). Do Abnormally High Audit Fees Impair Audit Quality? *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 29(2), 115–140. doi:10.2308/aud.2010.29.2.115
- Chow; C. W. (1982). The demand for external auditing: size; debt and ownership influences. *The Accounting Review*. v. 57; n. 2; 272–291.
- Chow, C.W; & Rice, S. J. (1982). Qualified Audit Opinions and Auditor Switching. *Accounting Review*, April, 326-335.
- Christensen, B. E.; Glover, S. M.; & Wolfe, C. J. (2014). Do critical audit matter paragraphs in the audit report change nonprofessional investors' decision to invest? *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 33, 71-93.
- Chun, R. (2005). Corporate reputation: meaning and measurement. *International Journal of Management Reviews*, 7, 91-109.
- Church, B.K., Davis, S.M., & McCracken, S. (2008). The auditor's reporting model: A literature overview and research synthesis. *Accounting Horizons*, 22, (1), 69-90.
- Clarke, T., Chantal, J. (2009), *European corporate governance reading and perspectives*. New York, NY: Routledge.

Coase; R. H. (1937). The nature of the firm. *Economic Journal*. v. 4, n. 16, 386-405.

COEP. Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG. (2019). Disponível em:
<https://www.ufmg.br/bioetica/coep/>. Acesso em: nov. 2019.

Colares, A. C. V.; Alves, I. K. C.; & Ferreira, C. O. (2018). Principais Assuntos de Auditoria: Expectativas dos Auditores Independentes Quanto ao Novo Relatório de Auditoria. *Revista Mineira de Contabilidade*, v. 19, n. 3, art. 6, p. 64-76, setembro/dezembro.

Colares, A. C. V., Alves, K. C., & Pinheiro, L. E. T. (2019). Efeitos da divulgação dos principais assuntos de auditoria no retorno das ações no mercado de capitais brasileiro. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)*, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 3 - p. 19.

Colares, A. C. V.; Silva, J. N.; Oliveira, A. B. de; Moreira, C. L. G.; & Aguiar, D. S. (2019). Divulgação dos principais assuntos de auditoria sobre o reconhecimento de receitas: uma análise comparativa. *Pista: Periódico Interdisciplinar Sociedade, Tecnologia e Ambiente*. Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 65-87, fev./jun.

Colares, A. C. V; Pinheiro, L. E. T.; & Silva, J. N. (2020). Principais assuntos de auditoria: A divulgação ainda é comunicativa após três anos de aplicação da NBC TA701? *Redeca*, v.7, n.1. Jan-Jun. p. 89-111.

Comissão de Valores Mobiliários. (1999). *Instrução Normativa nº 308*. Dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes. Rio de Janeiro, 19 de maio de 1999. Disponível em:
<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/300/inst308consolid.pdf>. Acesso em: out. 2019.

Comissão de Valores Mobiliários. (2011). *Instrução Normativa nº 509*. Acrescenta artigos à Instrução 308/99, e altera artigos e anexo da Instrução 480/09. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2011.
<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/500/inst509.pdf>. Acesso em: out. 2019.

Comissão de Valores Mobiliários. (2017). *Instrução Normativa nº 591*. Altera a Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2017. Disponível em:
<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/500/inst591.pdf>. Acesso em: jul. 2019.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2011). *CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. Disponível em <
<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>> Acesso em: 27 set. 2019.

Conselho Federal de Contabilidade. (2016a) *Resolução 2016/NBCTA700 que aprova a Norma NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis*. Disponível em:

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA706.pdf>. Brasília, Julho.

Conselho Federal de Contabilidade. (2016b). *Resolução 2016/NBCTA701 que aprova a Norma NBC TA 701 - Comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente*. Disponível em:

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA701.pdf>. Brasília, Julho, 2016.

Conselho Federal de Contabilidade. (2016c). *Resolução 2016/NBCTA705 que aprova a Norma NBC TA 705 – Modificações na Opinião do Auditor Independente*. Disponível em:

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA705.pdf>. Brasília, Julho.

Conselho Federal de Contabilidade. (2016d). *Resolução 2016/NBCTA706 que aprova a Norma NBC TA 706 – Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente*. Disponível em:

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA706.pdf>. Brasília, Julho.

Conselho Federal de Contabilidade. (2016e). *Resolução 2016/NBCTA600(R1) que Altera a NBC TA 600 que dispõe sobre as considerações especiais - auditorias de demonstrações contábeis de grupos, incluindo o trabalho dos auditores dos componentes*. Disponível em:

[https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA600\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA600(R1).pdf). Acesso em: set. 2021.

Cordoş, G.; & Fülöp, M-T. (2015). A framework for understanding And researching audit changes: Key audit matters. *Accounting and Management Information Systems*. 14(1), pp. 128-152.

Craswell, A. T. (1988). The Association Between Qualified Opinions and Auditor Switches. *Accounting and Business Research*, 19(73), 23–31. doi:10.1080/00014788.1988.9728832.

Croson, R.; & U. Gneezy. (2009). Gender differences in preferences. *Journal of Economic Literature*, 47: 1–27

Cruz, C.; & Ribeiro, U. (2004). *Metodologia científica: teoria e prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Axcel Books.

Cruz, A., Nardi, P., Figueira, L., & Silva, R. (2019). A relação entre o novo relatório do auditor independente e o perfil das empresas auditadas e de auditoria. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 16(40), 3-23. doi:https://doi.org/10.5007/2175-8069.2019v16n40p3.

Cunha, J. V. A. (2007). *Doutores em Ciências Contábeis da FEA/USP: Análise sob a óptica da Teoria do Capital Humano*. 2007. 261f. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo – FEA/USP. São Paulo.

- Dalkey, N.; & Helmer, O. (1963). An experimental application of the Delphi method to the use experts. *Management Science*, 9 (3), 458-467. Disponível em: <http://socsci2.ucsd.edu/~aronatas/project/academic/delphi%20method%20of%20convergence.pdf>. Acesso em: jun. 2019.
- Damascena, L. G., Firmino, J. E., & Paulo, E. (2011). Estudo sobre os Pareceres de Auditoria: Análise dos Parágrafos de Ênfase e Ressalvas Constantes nas Demonstrações Contábeis das Companhias Listadas na Bovespa. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, 22(2), pp. 125-154.
- Dantas, J. A.; Barreto, I. T.; & Carvalho, P. R. M. (2017). Relatório com modificação de opinião: risco para o auditor? *Revista Contemporânea de Contabilidade*. Vol. 14, núm. 33, septiembre-diciembre, 2017, pp. 140-157.
- DeAngelo, L. E. (1981a). Auditor independence, low balling and disclosure regulation. *Journal of Accounting and Economics* (3), 113-127.
- DeAngelo, L. E. (1981b). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics* (3), 183-199.
- Defond, M. L.; & Lennox, C. S. (2011). The effect of SOX on small auditor exits and audit quality. *Journal of Accounting and Economics*, 52, 21–40.
- DeFond, M.L.; & Zhang, J. (2014). A review of archival auditing research. *Journal of Accounting and Economics*, 58 (2–3):275-326.
- Delbecq, A.L.; Van de Ven, A.H. & Gustafson D.H. (1975). *Group Technicians for Program Planning: A Guide to Nominal Group Techniques and Delphi Processes*. Scott Foresman & Company, Glenview.
- Deloitte Institute For Audit Innovation And Quality – DIAIQ. (2017). Audit Quality Report. Disponível em: < <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/ca/Documents/audit/ca-en-auidi-Deloittes-2017-Audit-Quality-Report-Dec12.pdf> >. Acesso em 01 out. 2019.
- Demo, P. (1995). *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas.
- Doxey, M. (2014). *The Effects of Auditor Disclosures Regarding Management Estimates on Financial Statement Users' Perceptions and Investments* (June 1, 2014). Available at SSRN: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2181624.
- Dwyer, P. J.; & Gilkeson, J. (2002). Gender differences in revealed risk taking: Evidence from mutual fund investors. *Economics Letters*, 76; 151-158.
- Dye, R.A. (1991). Informationally Motivated Auditor Replacement. *Journal of Accounting and Economics*. December, pp. 341-374.
- Eckel, C.; & P. Grossman. (2002). Sex differences and statistical stereotyping in attitudes toward financial risk. *Evolution and Human Behaviour*, 23; 281-295.

- Elliott, R. K.; & Korpi, A. (1978). *Factors Affecting Audit Fees*. In Shakun, M.F. Cost-Benefit Analysis Of Auditing. Research Study No. 3 (AICPA, New York): pp17-25.
- Eriabie, S.; & Dabor, E. L. (2017). Audit quality and Earnings Management in Quoted Nigerian Banks. *Journal of Accounting, Finance and Auditing Studies* 3/1 (2017) 1-16.
- Fasolin, L. B., Brizolla, M. M. B., da Silva, A., & Klann, R. C. (2019). Características de companhias: práticas de combinação de negócios. *Revista Contabilidade e Controladoria*, p. 8-23, mai./ago.
- Favero, L., Belfiore, P., Silva, F., & Cahn, B. (2009). *Análise de dados-modelagem multivariada para tomada de decisão* 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed.
- Ferreira, C. I. L.; Morais, A. I. (2019). Análise da relação entre as características das empresas e os key audit matters divulgados. *Revista Contabilidade & Finanças*, V. 30, n. 82.
- Financial Reporting Council. (2008). *The audit quality framework*. Available at: <http://www.frc.org.uk/Our-Work/Publications/FRC-Board/The-Audit-Quality-Framework-%281%29.aspx>. Acesso em: out. 2021.
- Financial Reporting Council. (2016). *Extended auditor's reports A further review of experience*. Disponível em: <https://www.frc.org.uk/getattachment/76641d68-c739-45ac-a251-cabbfd2397e0/Report-on-the-Second-Year-Experience-of-Extended-Auditors-Reports-Jan-2016.pdf>. Acesso em: out. 2019.
- Firmino, J. E.; Damascena, L. G.; & Paulo, E. (2010). Qualidade da Auditoria no Brasil: Um Estudo sobre a Atuação das Auditorias Independentes Denominadas Big Four. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 5, n. Especial.
- Firth, M., Rui, O. M., & Wu, X. (2012). How do various forms of auditor rotation affect audit quality? Evidence from China. *The International Journal of Accounting*, 47(1), 109-138.
- Fontanella, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. (2008). *Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas*. Caderno de Saúde Pública, V. 24 (1), p. 17-27, Rio de Janeiro, jan.
- Formigoni, H.; Antunes, M. T. P.; Leite, R. S. & Paulo, E. (2008). A contribuição do rodízio de auditoria para a independência e qualidade dos serviços prestados: um estudo exploratório baseado na percepção de gestores de companhias abertas brasileiras. *Revista Contabilidade Vista e Revista*, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 149-167, jul./set.
- Foster, B. P.; & Shastri, T. (2016). Determinants of going concern opinions and audit fees for development stage enterprises. *Advances in Accounting*, 33, 68–84.
doi:10.1016/j.adiac.2016.05.001
- Fowler, F. J. (1995). *Improving survey questions: design and evaluation*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Francis, J. R. A. (2011). Framework for Understanding and Researching Audit Quality. *A Journal of Practice & Theory*. v.30, n.2, 125-152.

Francis, J. R. & Krishnan, J. (1999). Accounting accruals and auditor reporting conservatism. *Contemporary Accounting Research* 16(1), 135-165.

Francis; J. R.; & Wilson; E. R. (1988). Auditor Changes: A Joint Test of Theories Relating to Agency Costs and Auditor Differentiation. *The Accounting Review*. v. 58; n. 4; 663-68.

Francis, J. R. & Yu, M.D. (2009). Big 4 office size and audit quality. *The Accounting Review* 84(5), 1521-1552.

Gaganis, C.; & Pasiouras, F. (2007). A multivariate analysis of the determinants of auditors' opinions on Asian banks. *Managerial Auditing Journal*, 22(3), 268–287.
doi:10.1108/02686900710733143

Geiger, M. A.; & Rama, D. V. (2006). Audit Firm Size and Going-Concern Reporting Accuracy. *Accounting Horizons*, 20(1), 1–17. doi:10.2308/acch.2006.20.1.1

Ghosh, A.; & Siriviriyakul, S. (2018). Quasi Rents to Audit Firms from Longer Tenure. *Accounting Horizons*: June 2018, Vol. 32, No. 2, pp. 81-102.

Gibbins, M., Salterio, S., & Webb, A. (2001). Evidence About Auditor-Client Management Negotiation Concerning Client's Financial Reporting. *Journal of Accounting Research*, 39(3), 535–563. doi:10.1111/1475-679x.00027

Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Gimbar, C.; Hansen, B.; & Ozlanski, M. E. (2016). Early Evidence on the Effects of Critical Audit Matters on Auditor Liability. *Current Issues in Auditing*, Vol. 10, No. 1, Spring 2016.

Giovinazzo, A. S. (2001). Modelo de aplicação da metodologia Delphi pela internet – vantagens e ressalvas. *Administração On Line*, v. 2, n. 2, Abr./Maio/Jun. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art22/renata.htm>. Acesso em: jun. 2019.

Global Investor Group. (2021). *FOW International Awards 2020 Winners Announced*. Disponível em: <https://www.globalinvestorgroup.com/articles/3695895/fow-international-awards-2020-winners-announced>. Acesso em out. 2021.

Gold, A.; Hunton, J. E.; & Gomaa, M. I. (2009). The Impact of Client and Auditor Gender on Auditors' Judgments (Retracted). *Accounting Horizons*, 23(1), 1–18.
doi:10.2308/acch.2009.23.1.1.

Government Accountability Office - GAO. (2003). Public Accounting Firms: Required Study on the Potential Effects of Mandatory Audit Firm Rotation. *Government Printing Office, GAO Report*. n.04-216.

- Gramling, A.A.; & Stone, D.N. (2001). Audit firm industry expertise: A review and synthesis of the archival literature. *Journal of Accounting Literature*, 20, 1–29
- Greenstein, M. M., & Hamilton, D. M. (1997). Critical factors to consider in the development of an audit client engagement decision expert support system: a Delphi study of Big Six practicing auditors. *International Journal of Intelligent Systems in Accounting, Finance & Management*, 6(3), 215–234. doi:10.1002/(sici)1099-1174(199709)6:3<215::aid-isaf130>3.0.co;2-7
- Grisham, T. (2009). The Delphi technique: a method for testing complex and multifaceted topics. *International Journal of Managing Projects in Business*, 2(1), 112–130. doi:10.1108/17538370910930545
- Gold, A; & Heilman, M. The consequences of disclosing key audit matters (KAM): A review of the academic literature. *Maandblad voor Accountancy en Bedrijfseconomie*, 93 (1/2), 5–14.
- Guiral-Contreras, A., Gonzalo-Angulo, J.A., & Rodgers, W. (2007). Information content and recency effect of the audit report in loan rating decisions. *Accounting and Finance*, 47, 285 – 304.
- Gutierrez E.; Minutti-Meza, M.; Tatum, K.W.; & Vulcheva, M. (2018). Consequences of adopting an expanded auditor's report in the United Kingdom. *Review of Accounting Studies*, 23: 1543–1587. [https:// doi.org/10.1007/s11142-018-9464-0](https://doi.org/10.1007/s11142-018-9464-0).
- Habib, A. (2013). A meta-analysis of the determinants of modified audit opinion decisions. *Managerial Auditing Journal*, 28(3), 184–216. doi:10.1108/02686901311304349
- Hardies, K.; Breesch, D.; & Branson, J. (2011). Male and female auditors' overconfidence. *Managerial Auditing Journal*, 27(1), 105–118. doi:10.1108/02686901211186126.
- Hardies, K.; Breesch, D.; & Branson, J. (2014). Do (Fe)Male Auditors Impair Audit Quality? Evidence from Going-Concern Opinions. *European Accounting Review*, 25(1), 7–34. doi:10.1080/09638180.2014.921445.
- Hardies, K.; Breesch, D.; & Branson, J. (2015). The Female Audit Fee Premium. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 34(4), 171–195. doi:10.2308/ajpt-51079.
- Haskins, M. E.; & Williams, D. D. (1988). The Association Between Client Factors and Audit Fees: a Comparison by Country and by Firm. *Accounting and Business Research*, 18(70), 183–190. doi:10.1080/00014788.1988.9729363
- Hassine, N. M., & Jilani, F. (2017). Earnings Management Behavior with Respect to Goodwill Impairment Losses under IAS 36: The French Case. *International Journal of Academic Research in Accounting, Finance and Management Sciences*. Vol. 7, No.2, April, pp. 177–196.

- Healy, P. M.; & Palepu, K. G. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *Journal of Accounting and economics*. v.31, 405-440.
- Heij C.; De Boer, P.; Franses, P. H.; Kloek, T., & Van Dijk, H. K. (2004). *Econometric methods with applications in business*. OXFORD, UK. FirstEdition.
- Hendriksen, E. S.; Van Breda, M. F. (1999). *Teoria da contabilidade*. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas.
- Hofstede, G. (2001). *Culture's consequences: Comparing values, behaviours, institutions, and organizations across nations*. California: Sage Publications, Inc.
- Hofstede, G.; Hofstede, G. J.; & Minkov, M. (2010). *Cultures and organizations: software of the mind: intercultural cooperation and its importance for survival*: The McGraw-Hill Companies.
- Hudaib, M.; & Cooke, T. E. (2005). The Impact of Managing Director Changes and Financial Distress on Audit Qualification and Auditor Switching. *Journal of Business Finance & Accounting*, 32(9-10), 1703–1739. doi:10.1111/j.0306-686x.2005.00645.x
- Ibracon. Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. (2016). *Novo Relatório do Auditor Independente*. In: XX Congresso Brasileiro de Contabilidade. Fortaleza, 2016.
- Ibracon. Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. (2017). *A experiência da aplicação do Novo Relatório do Auditor 1º Ano: principais assuntos de Auditoria*. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detDocumento.php?cod=100>. Acesso em: ago. 2020.
- Ibracon. Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. (2018). *Principais Assuntos de Auditoria*. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=5573&codregional=6>. Acesso em: ago. 2020.
- International Federation of Accountants. (2019). *International Auditing and Assurance Standards Board*. Disponível em: <https://www.iaasb.org/>. Acesso em: abr. 2019.
- Ireland, J. C. (2003). An Empirical Investigation of Determinants of Audit Reports in the UK. *Journal of Business Finance Accounting*, 30(7-8), 975–1016. doi:10.1111/1468-5957.05417
- Ito, E. Y. H.; Niyama, J. K. & Mendes, P. C. M. (2008). Controle de qualidade dos serviços de auditoria independente: um estudo de comparativo entre as normas brasileiras e as normas internacionais. *Revista UnB Contábil*. v. 11, n.1-2, 312-328.
- Ittonen, K.; Vähämaa, E.; & Vähämaa, S. (2013). Female Auditors and Accruals Quality. *Accounting Horizons*, 27(2), 205–228. doi:10.2308/acch-50400
- Iudícibus, S. de. (2005). *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas.

- Jensen, M. C.; & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial and Economics*, 3, n. 4, p. 305-360.
- Johl, S., Jubb, C. A., & Houghton, K. A. (2007). Earnings management and the audit opinion: evidence from Malaysia. *Managerial Auditing Journal*, 22(7), 688–715. doi:10.1108/02686900710772591.
- Johnston, J.; & Dinardo, J. (1998). *Econometric Methods*, 4ed. McGraw Hill.
- Jonas, G.; & Blanchet, J. (2000). Assessing the quality of financial reporting. *Accounting Horizons*, Vol. 14 No. 3, pp. 353-363.
- Karjalainen, J.; Niskanen, M.; & Niskanen, J. (2013). Are Female Auditors More Likely to Be Independent? Evidence from Modified Audit Opinions. In: Annual Meeting of American Accounting Association. *Anais...* 2013.
- Kim, H.; Lee, H.; & Lee, J. E. (2015). Mandatory Audit Firm Rotation And Audit Quality. *The Journal of Applied Business Research* – May/June 2015 Volume 31, Number 3.
- Kim, J.-B.; Liu, X.; & Zheng, L. (2012). The Impact of Mandatory IFRS Adoption on Audit Fees: Theory and Evidence. *The Accounting Review*, 87(6), 2061–2094. doi:10.2308/accr-50223
- Kitiwong, W.; & Srijunpetch, S. (2019). Cultural Influences on the Disclosures of Key Audit Matters. *Accounting Profession Journal*, Issue 15, Issue 46, June, 45-63p.
- Knechel, W. R.; Krishnan, G. V.; Pevzner, M.; Shefchik, L. B. & Velury, U. (2013). Audit Quality: Insights from the Academic Literature. *American Accounting Association*. v.32, 385-421.
- Knechel, W. R.; Naiker, V.; & Pacheco, G. (2007). Does Auditor Industry Specialization Matter? Evidence from Market Reaction to Auditor Switches. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 26(1), 19–45. doi:10.2308/aud.2007.26.1.19
- Kohler, A. G., Ratzinger-Sakel, N. V., & Theis, J. C. (2016). The Effects of Key Audit Matters on the Auditor's Report's Communicative Value: Experimental Evidence from Investment Professionals and Non Professional Investors. Available at SSRN: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2838162.
- KPMG. (2016). *Novo Relatório do Auditor*. Disponível em: <https://home.kpmg.com/br/pt/home/services/audit/novo-relatorio-auditor.html>. Acesso em: Nov. 2016.
- KPMG. (2018). *Audit and Transparency Report*. Disponível em < <https://home.kpmg/content/dam/kpmg/ca/pdf/2019/02/kpmg-audit-quality-2018.pdf> >. Acesso em 01 out. 2019.

- Krishnan, G.V. (2003). Does Big 6 auditor industry expertise constrain earnings management?. *Accounting Horizons* 17, 1-16.
- Krishnan, J.; Krishnan, J.; & Stephens, R. G. (1996). The Simultaneous Relation Between Auditor Switching and Audit Opinion: An Empirical Analysis. *Accounting and Business Research*, 26(3), 224–236. doi:10.1080/00014788.1996.9729513
- Kwon, S. Y.; Lim, C. Y.; & Tan, P. M. (2007). Legal Systems and Earnings Quality: The Role of Auditor Industry Specialization. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 26(2), 25–55. doi:10.2308/aud.2007.26.2.25.
- Lai, K.W. (2013). Audit reporting of big 4 versus non-big 4 auditors: The case of ex-Andersen clients. *The International Journal of Accounting* 48(4), 495-524.
- Law, P. (2010). Examination of the actual turnover decisions of female auditors in public accounting. *Managerial Auditing Journal*, 25(5), 484–502. doi:10.1108/02686901011041858
- Lawrence, A.; Minutti-Meza, M.; & Zhang, P. (2011). Can Big 4 versus Non-Big 4 Differences in Audit-Quality Proxies Be Attributed to Client Characteristics? *The Accounting Review*. Vol. 86, No. 1, pp. 259–286.
- Lennox, C. S; Schmidt, J. J; & Thompson, A. (2017). Is the Expanded Model of Audit Reporting Informative to Investors? Evidence from the UK (February 8, 2017). Working Paper. Available at SSRN: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2619785.
- Levine, D. M., Berenson, M. L., & Stephan, D. (2005). *Estatística: teoria e aplicações-usando Microsoft Excel português*. Ltc.
- Li H.; Hay, D.; & Lau, D. (2019). Assessing the impact of the new auditor's report. Working paper. *Pacific Accounting Review*, 31(1), 110–132. doi:10.1108/par-02-2018-0011.
- Lim, C.-Y.; & Tan, H.-T. (2007). Non-audit Service Fees and Audit Quality: The Impact of Auditor Specialization. *Journal of Accounting Research*, 46(1), 199–246. doi:10.1111/j.1475-679x.2007.00266.x.
- Linstone, H. A.; & Turoff, M. (2002). *The Delphi method: techniques and applications*. Massachusetts: Addison-Wesley. Disponível em: <https://web.njit.edu/~turoff/pubs/delphibook/delphibook.pdf>. Acesso em: jun. 2019.
- Liu, H.; Cullinan, C. P.; & Zhang, J. (2018). Modified audit opinions and debt contracting: evidence from China. *Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics*, 1–24. doi:10.1080/16081625.2018.1517048.
- Lowensohn, S.; Johnson, L. E.; Elder, R. J.; & Davies, S. P. (2007). Auditor specialization, perceived audit quality, and audit fees in the local government audit market. *Journal of Accounting and Public Policy*, 26(6), 705–732. doi:10.1016/j.jaccpubpol.2007.10.004

- Lyra, R. L. W. C. de. (2008). *Análise Hierárquica dos Indicadores Contábeis sob a Óptica do Desempenho Empresarial*. 161f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo – FEA/USP. São Paulo.
- Lopes, A. B.; Martins, E. (2007). Teoria da contabilidade: uma nova abordagem. 2. ed. São Paulo: Atlas.
- Lopes, A. B.; & Iudícibus, S. de. (2017). *Teoria Avançada da Contabilidade*. 2 ed. São Paulo: Gen/Atlas, 2017.
- Lynda, S. (2016). Determinants of audit opinion after the scandals of enron: Empirical validation in the French context. *International Journal of Business and Management*, 11(5), 219.
- Malhotra, N. K.; Rocha, I.; Laudisio, M. C.; Altheman, E.; Borges, F. M. (2005). *Introdução à pesquisa de marketing*. Tradutor Robert Brian Taylor. São Paulo: Prentice.
- Manoel, J.; & Quel, L. F. (2017). Innovation In The International Standards For The New Independent Audit Report. *Journal on Innovation and Sustainability*, volume 8, número 1.
- Marques, V. A.; Santos, R. P.; Souza, A. V. F. N.; Amaral, H. F.; Souza, A. A.; & Louzada, L. C. (2015). O Efeito Big Four Sobre Os Tipos De Relatórios De Auditoria: Evidências Empíricas No Mercado Brasileiro. In: Congresso dos TOC. *Anais...* 2015.
- Marques, V.; Souza, M. (2017). Principais Assuntos de Auditoria e Opinião sobre o Risco de Descontinuidade: Uma análise das empresas do IBOVESPA. *RIC Revista de Informação Contábil*, v.11, n.4.
- Martinez, A. L. (1998). Agency theory na pesquisa contábil. In: Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós graduação em Contabilidade. *Anais...* Foz do Iguaçu: ANPAD.
- Martins, G. A.; & Theophilo, C. R. (2009). *Metodologia da Investigação científica para as ciências sociais aplicadas*. 2 ed. São Paulo: Atlas.
- Matos, T. M. P. de; Santos, O. M. dos; Rodrigues, A.; & Leite, R. de O. (2018). Lobbying na regulação de auditoria no âmbito do IAASB. *Revista Contabilidade & Finanças – USP*, São Paulo, v. 29, n. 77, p. 246-265, mai./ago.
- Maupin, R. J.; & Lehman, C. R. (1994). Talking heads: Stereotypes, status, sex-roles and satisfaction of female and male auditors. *Accounting, Organizations and Society*, 19(4-5), 427–437. doi:10.1016/0361-3682(94)90006-x.
- McCracken, S., Salterio, S. E., & Gibbins, M. (2008). Auditor–client management relationships and roles in negotiating financial reporting. *Accounting, Organizations and Society*, 33(4-5), 362–383. doi:10.1016/j.aos.2007.09.002

- Mello, L. C. O.; Araújo, P. G. I. (2019). Impacto do Novo Relatório dos Auditores Independentes nos Honorários dos Auditores. In: XIX International Conference in Accounting. *Anais...* São Paulo, 2019.
- Mello, L. B., Alvarenga, F. O., Marques, J. A. V. C., & Sauerbronn, F. F. (2017). Qualidade da Informação Contábil e os Processos Administrativos Julgados pela CVM: uma Análise entre 2014 a 2016. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 24-33, set/dez. 2017.
- Mendes, P. C. M; Niyama, J. K.; & Silva, C. A. T. The Perception of Auditors in the Measurement of Instruments Financial Institutions at Fair Value in Financial Institutions. *BBR, Braz. Bus. Rev. [online]*. 2018, vol.15, n.4, pp.363-381. ISSN 1808-2386. <http://dx.doi.org/10.15728/bbr.2018.15.4.4>.
- Minutti-Meza, M. (2013). Does Auditor Industry Specialization Improve Audit Quality? *Journal of Accounting Research*, 51(4), 779–817. doi:10.1111/1475-679x.12017
- Miranda, G. J. (2011). *Relações entre as qualificações do professor e o desempenho discente nos cursos de graduação em contabilidade no Brasil*. 199f. Tese. Programa de Pós- Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo – FEA/USP. São Paulo.
- Moalla, H. (2017). Audit report qualification/modification. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 7(4), 468–485. doi:10.1108/jaee-10-2016-0092.
- Monroe, G. S., & Teh, S. T. (1993). Predicting uncertainty and audit qualifications in Australia using publicly available information. *Accounting and Finance*, 33(2), 79-106. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-629X.1993.tb00200.x>
- Munaretto, L. F.; Corrêa, H. L.; & Cunha, J. A. C. (2013). Um estudo sobre as Características do método Delphi e de grupo focal, como técnicas na obtenção de dados em pesquisas exploratórias. *Rev. Adm. UFSM*, Santa Maria, v. 6, n. 1, p. 09-24, JAN./MAR.
- Myers, J. N., Myers, L. A., & Omer, T. C. (2003). Exploring the Term of the Auditor-Client Relationship and the Quality of Earnings: A Case for Mandatory Auditor Rotation? *The Accounting Review*, 78(3), 779–799. doi:10.2308/accr.2003.78.3.779.
- Nadone, C. L. (2017). *Competências Necessárias Para O Contador Forense No Brasil: Percepção De Especialistas Em Fraudes*. 119f. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade - CEPCON. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- Nagy, A. L. (2005). Mandatory audit firm turnover, financial reporting quality, and client bargaining power: the case of Arthur Andersen. *Accounting Horizons*, p.51-68. Jun./2005.

- Nascimento, A. M.; Reginato, L. (2008). Divulgação da Informação Contábil, Governança Corporativa e Controle Organizacional: uma relação necessária. *Revista Universo Contábil*, v. 4, n. 3, p. 25-47.
- Nasser, A. T. A., Wahid, E. A., Nazri, S. N. F. S. M.; & Hudaib, M. (2006). Auditor-client relationship: the case of audit tenure and auditor switching in Malaysia. *Managerial Auditing Journal*, 21(7), 724–737. doi:10.1108/02686900610680512
- Ndubuisi, A. N. & Ezechukwu, B. O. (2017). Determinants of audit quality: Evidence from deposit money banks listed on Nigeria Stock Exchange. *International Journal of Academic Research in Accounting, Finance and Management Sciences*, 7(2), 117-130.
- Neves; L. C.; Lemes, S. (2009). Efeitos no retorno e na liquidez média das ações de empresas que emitiram ADRs na NYSE e das que aderiram ao Novo Mercado. *Revista Universo Contábil*, n.5, p. 24-42, jul./set. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.20095>.
- Nikkinen; J. & Sahlström; P. (2004). Does Agency Theory Provide a General Framework for Audit Pricing?. *International Journal of Auditing*. v.8; 253-262.
- O'Donnell, E.; & Johnson, E. N. (2001). The Effects of Auditor Gender and Task Complexity on Information Processing Efficiency. *International Journal of Auditing*, 5(2), 91–105. doi:10.1111/j.1099-1123.2001.00328.x.
- O'Sullivan, N. (1999). Board characteristics and audit pricing post-Cadbury: a research note. *European Accounting Review*, 8(2), 253–263. doi:10.1080/096381899336023
- Oliva, A. (1990). *Epistemologia: a cientificidade em questão*. Campinas: Papirus.
- Oliveira, J. S. P.; Costa, M. M.; Wille, M. F. C.; & Marchiori, P. Z. (2008). *Introdução ao método Delphi*. Curitiba: Mundo Material. Disponível em: http://eprints.rclis.org/12889/1/cartilha_delphi_digital.pdf. Acesso em: jun. 2019.
- Oliveira, A. Q.; & Santos, N. M. B. F. (2007). Rodízio De Firmas De Auditoria: A Experiência Brasileira E As Conclusões Do Mercado. *Revista Contabilidade & Finanças*. USP - São Paulo - v. 18 - n. 45 - p. 91 - 100 - set./dez.
- Oliveira Neto; J. F.; Moreira; R. L.; & Barbosa Neto; J. E. (2017). Agency Theory: A Study About Scientific Research In Brazilian Journals. *Revista de Gestão; Finanças e Contabilidade*. v. 7; n. 3; 379- 396.
- Osborne, J. W., & Overbay, A. (2004). The power of outliers (and why researchers should always check for them). *Practical Assessment, Research, and Evaluation*, 9(1), 6.
- Özcan, A. (2021). What factors affect the disclosure of key audit matters? Evidence from manufacturing firms. *International Journal of Management Economics and Business*, Vol. 17, No. 1.

- Panda; B.; & Leepsa; N. M. (2017). Agency theory: Review of Theory and Evidence on Problems and Perspectives. *Indian Journal of Corporate Governance*. v. 10; n. 1; 74-95.
- Pany, K.; & Reckers, P. M. J. (1980). The effects of gifts, discounts, and client size on perceived auditor independence. *The Accounting Review*, Vol. IV, n. 1, January, 1980.
- Peecher, M. E.; & Piercey, M. D. (2008). Judging Audit Quality in Light of Adverse Outcomes: Evidence of Outcome Bias and Reverse Outcome Bias. *Contemporary Accounting Research*. v. 25, n. 1, 243-274.
- Pereira, F. R.; Machado, N. V. A.; Pinheiro, L. E. T.; & Dutra, S. R. (2019). Auditoria contábil: Um estudo acerca da relação entre o relatório dos auditores e as características da empresa auditada. *Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe)*, V. 17, n. 2, abr-jun. doi: 10.5935/2177-4153.20190011.
- Perez Junior, J. H. (2012). *Auditoria de Demonstrações Contábeis – normas e procedimentos*. 5 ed. São Paulo: Atlas.
- Pimentel, A. C.; & Durso, S. O. (2018). Fatores Preditivos do Tipo de Parecer de Auditoria Independente. In: XV Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. *Anais...* São Paulo, 2018.
- Pinto, I.; & Morais, A. I. (2018). What matters in disclosures of key audit matters: Evidence from Europe. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 1–18.
- Piot; C. (2001). Agency costs and audit quality: evidence from France. *European Accounting Review*. v.10; 461–499.
- Pornupatham, S. (2016). Perception Differences of Auditors, Professional Users, and General Users towards the New Auditor's Report. *Chulalongkorn Business Review*. v. 38, n.1. 1-24.
- Pratoomsuwan, T., & Yolrabil, O. (2020). Key audit matter and auditor liability: evidence from auditor evaluators in Thailand. *Journal of Applied Accounting Research*, 21(4), 741–762. doi:10.1108/jaar-10-2019-0147
- Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB). (2007). *An Audit of Internal Control Over Financial Reporting That Is Integrated with An Audit of Financial Statements*. Disponível em: https://pcaob-assets.azureedge.net/pcaob-dev/docs/default-source/rulemaking/docket_021/2007-06-12_release_no_2007-005a.pdf?sfvrsn=9685a498_0. Acesso em set. 2021.
- Rautiainen, A., Saastamoinen, J., & Pajunen, K. (2021). Do key audit matters (KAMs) matter? Auditors' perceptions of KAMs and audit quality in Finland. *Managerial Auditing Journal*. Vol. 36 No. 3, pp. 386-404.

- Reid, L.C.; Carcello, J.V.; Li, C.; Neal, T. L. (2018) Impact of auditor report changes on financial reporting quality and audit costs: Evidence from the United Kingdom. *Working paper*. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2647507
- Reheul, A.-M.; Van Caneghem, T.; Van den Bogaerd, M.; & Verbruggen, S. (2017). Auditor gender, experience and reporting in nonprofit organizations. *Managerial Auditing Journal*, 32(6), 550–577. doi:10.1108/maj-01-2016-1296
- Rennie, M. D., Kopp, L. S., & Lemon, W. M. (2010). Exploring Trust and the Auditor-Client Relationship: Factors Influencing the Auditor's Trust of a Client Representative. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 29(1), 279–293. doi:10.2308/aud.2010.29.1.279
- Reynolds, J. K., & Francis, J. R. (2000). Does size matter? The influence of large clients on office-level auditor reporting decisions. *Journal of Accounting and Economics*, 30(3), 375–400. doi:10.1016/s0165-4101(01)00010-6
- Rocha, D. (2016). Novo relatório de auditoria: contagem regressiva para mudanças no documento serão positivas para retomada da confiança dos investidores no país. *Revista RI*, Outubro.
- Rocha; I.; Pereira; A. M.; Bezerra; F. A. & Nascimento; S. (2012). Análise Da Produção Científica Sobre Teoria Da Agência E Assimetria Da Informação. *Revista de Gestão - USP*. v. 19; n. 2; p. 329-342.
- Romanus, R. N.; Maher, J. J.; & Fleming, D. M. (2008). Auditor Industry Specialization, Auditor Changes, and Accounting Restatements. *Accounting Horizons*, Vol. 22, No. 4, pp. 389-413.
- Roodman, D. (2009). *How to do xtabond2*: An introduction to difference and system GMM in Stata. *Stata Journal*, 9(1), 86-136.
- Rozados, H. B. F. (2015). O uso da técnica Delphi como alternativa metodológica para a área da Ciência da Informação. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 64-86, set/dez.
- Sá, A. L. (2007). *Curso de auditoria*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 568p.
- Salawu, R. O.; Oladejo, T. M.; & Inneh, E. G. (2017). Going Concern and Audit Opinion of Nigerian Banking Industry. *Revista Internacional Administracion & Finanzas*, v. 9 (1) p. 63-72. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3025041>
- Santana, A. G.; Bezerra, F. A.; Teixeira, S. A.; & Cunha, P. R. (2014). Auditoria Independente E A Qualidade Da Informação Na Divulgação Das Demonstrações Contábeis: Estudo Comparativo Entre Empresas Brasileiras Auditadas Pelas Big Four E Não Big Four. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)*. v. 19, n. 3, 70-87, Rio de Janeiro.

- Santos, K. L., Guerra, R. B., Marques, V. A., & Júnior, E. M. (2020). Os Principais Assuntos de Auditoria Importam? Uma análise de sua associação com o Gerenciamento de Resultados. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 14(1).
- Segal, M. (2019). Key audit matters: insight from audit experts. *Meditari Accountancy Research*. doi:10.1108/medar-06-2018-0355
- Seganfredo (2019). *Procedimentos utilizados na abordagem dos principais assuntos de auditoria em empresas listadas na B3 S.A.* Dissertação de mestrado. 90f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Serra, S. A. E.; & Rodriguez, M. T. F. (2012). Propensão para emitir relatórios de auditoria modificados: análise da variável reputação e nível de especialização do auditor. *Tourism & Management Studies*, vol. 3, pp. 1015-1024, Universidade do Algarve, Faro, Portugal.
- Siegel, S., & Castellan Jr, N. J. (2008). *Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento*. Artmed Editora
- Sierra-García, L., Gambetta, N., García-Benau, M. A.; & Orta-Pérez, M. (2019). Understanding the determinants of the magnitude of entity-level risk and account-level risk key audit matters: The case of the United Kingdom, *The British Accounting Review*, 51, 227 – 240.
- Silva, A. C. R. (2006). *Metodologia da pesquisa aplicada à Contabilidade - Orientações de Estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses*. 2ed. Atlas: São Paulo.
- Silva, J. O.; & Bezerra, F. A. (2010). Análise do Gerenciamento de Resultados e o Rodízio de Firms de Auditoria nas Empresas de Capital Aberto. *RBGN - Revista Brasileira de Gestão de Negócios*. São Paulo , v. 12 , n . 36 , p . 304-321 , jul .set.
- Silva, M. S.; Galdi, F. C.; & Teixeira, A. M. C. Estudo sobre o efeito das eleições presidenciais no gerenciamento de resultados de empresas atuantes em setores regulados. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 21, n. 2, p. 45-68, 2010.
- Silva, D. S. C.; Vasconcelos, A. C.; & De Luca, M. M. M. (2017). Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Resultados em Empresas Reguladas e Empresas Não Reguladas. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, set/dez 2017.
- Silveira, A. di M. da. (2012). *Governança Corporativa, Desempenho e Valor da Empresa no Brasil*. 2002. 165. Dissertação (Mestrado). Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- Silvestre, A. (2007). *Análise de dados e estatística descritiva*. Escolar editora.
- Singer, Z.; & Zhang, J. (2018). Auditor Tenure and the Timeliness of Misstatement Discovery. *The Accounting Review*, 93(2), 315–338. doi:10.2308/accr-51871.

Sirois, L-P.; Bédard, J.; & Bera, P. (2017). *The Informational Value of Key Audit Matters in the Auditor's Report: Evidence from an Eye-tracking Study* (February 22, 2017). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2469905> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2469905>.

Soares, D. (2017). *Novo relatório do auditor independente já está em vigor: fique atento às mudanças*. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=4261&codregional=>. Acesso em mar. 2017.

Sormunen, N.; Jeppesen, K. K.; Sundgren, S.; & Svanström, T. (2013). Harmonisation of Audit Practice: Empirical Evidence from Going-Concern Reporting in the Nordic Countries. *International Journal of Auditing*. v.17, n.3.

Spathis, C. T. (2003). Audit Qualification, Firm Litigation, and Financial Information: an Empirical Analysis in Greece. *International Journal of Auditing*, 7(1), 71–85. doi:10.1111/1099-1123.00006

Sultanoglu, B.; Mugan, C. S.; Sekerdag, U.; & Oran, A. (2018). The auditor's opinion modifications around domestic and global financial crises. *Meditari Accountancy Research*, 26(4), 622–639. doi:10.1108/medar-08-2017-0199

Suttipun, M. (2021). Impact of key audit matters (KAMs) reporting on audit quality: evidence from Thailand. *Journal of Applied Accounting Research*.

Sweeney, B.; & Pierce, B. (2006). Good Hours; Bad Hours; and Auditors' defence mechanisms in audit firms. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*. v.19; n.6; 858–892.

Taylor, M. E.; & Baker, R.C. (1981). An Analysis of the External Audit Fee. *Accounting and Business Research* (Winter), pp. 55-60.

Teixeira, B.; Camargo, R. V. W.; & Vicente, E. F. R. (2016). Relação Entre As Características Do Comitê De Auditoria E A Qualidade Da Auditoria Independente. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*. v.15, n.44, 60-74, Florianópolis.

Teoh, S. H. (1992). Auditor Independence, Dismissal Threats and the Market Reaction to Auditor Switches. *Journal of Accounting Research*, Spring, pp. 1-23.

Tiron-Tudor, A.; Cordos, G. S.; & Fulop, M. T. (2018). Stakeholders' perception about strengthening the audit report. *African Journal of Accounting, Auditing and Finance*, Vol. 6, No. 1, 2018.

Tsipouridou, M., & Spathis, C. (2014). Audit opinion and earnings management: Evidence from Greece. *Accounting Forum*, 38(1), 38–54. doi:10.1016/j.accfor.2013.09.002.

- Vanstraelen, A., Schelleman, C., Meuwissen, R., Hofmann, I. (2012). The audit reporting debate: seemingly intractable problems and feasible solutions. *European Accounting Review*, 21(2), 193-215.
- Velte, P. (2018). Does gender diversity in the audit committee influence key audit matters' readability in the audit report? UK evidence. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. doi:10.1002/csr.1491
- Velte, P., & Issa, J. The impact of key audit matter (KAM) disclosure in audit reports on stakeholders' reactions: a literature review. *Problems and Perspectives in Management*, Volume 17, Issue 3, 2019.
- Venturini, Lauren Dal Bem. (2020). *Relação Do Conteúdo Informacional Dos Principais Assuntos De Auditoria Com A Previsão Dos Analistas Financeiros*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS.
- Verbruggen; S.; Christiaens; J.; Reheul; A-M. & Caneghem; T. V. (2014). Analysis of Audit Fees for Nonprofits: Resource Dependence and Agency Theory Approaches. *Sage Journals*. 1-21.
- Vichitsarawong, T.; & Pornupatham, S. (2015). Do audit opinions reflect earnings persistence? *Managerial Auditing Journal*, 30(3), 244–276. doi:10.1108/maj-12-2013-0973.
- Vieira, S. S. da C. (2009). *Avaliação de programas de educação continuada: análise da percepção do aluno e do seu modelo de decisão para escolhas de programas de especialização para executivos no Brasil*. 236f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo – FEA/USP. São Paulo.
- Vik, C.; & Walter, M. C. (2017). *The reporting practices of key audit matters in the big five audit firms in Norway*. 78f. Master Dissertation, BI Norwegian Business School.
- Wang, K. J., & Tuttle, B. M. (2009). The impact of auditor rotation on auditor–client negotiation. *Accounting, Organizations and Society*, 34(2), 222–243. doi:10.1016/j.aos.2008.06.003
- Watts, R. L.; & Zimmerman, J. L. (1983). Agency Problems, Auditing, and the Theory of the Firm: Some Evidence. *Journal of Law and economics*. v.26, n. 3, 613-633.
- Wilson, A. B.; McNellis, C.; & Latham, C. K. (2018). Audit firm tenure, auditor familiarity, and trust: Effect on auditee whistleblowing reporting intentions. *International Journal of Auditing*, 22(2), 113–130. doi:10.1111/ijau.12108
- Wooldridge, J. M. (2002). *Econometric analysis of cross section and panel data*. Cambridge, Mass: MIT Press.

Wright, J.; & Giovinazzo, R. A. Delphi: uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. *Caderno de Pesquisa em Administração*. São Paulo, v. 1, n. 12, p. 54-65, 2000.

Wright, A. And Wright, S. (1996) The relationship between assessments of internal control strength and error occurrence, impact and cause. *Accounting and Business Research*, 27 (1): 58–71.

Wright, A., & Wright, S. (1997). An Examination of Factors Affecting the Decision to Waive Audit Adjustments. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 12(1), 15–36.
doi:10.1177/0148558x9701200102

Wu, C. Y.-H., Hsu, H.-H., & Haslam, J. (2016). Audit committees, non-audit services, and auditor reporting decisions prior to failure. *The British Accounting Review*, 48(2), 240–256.
doi:10.1016/j.bar.2015.03.001.

Yang, S.; Liu, Y.; & Mai, Q. (2018). Is the quality of female auditors really better? Evidence based on the Chinese A-share market. *China Journal of Accounting Research*.
doi:10.1016/j.cjar.2018.07.004

Zerni, M. (2011). Audit Partner Specialization and Audit Fees: Some Evidence from Sweden. *Contemporary Accounting Research*, 29(1), 312–340. doi:10.1111/j.1911-3846.2011.01098.x.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: Fatores Determinantes dos Principais Assuntos de Auditoria no Brasil

Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): nº 42297221.0.0000.5149

Pesquisador Responsável: Laura Edith Taboada Pinheiro – UFMG

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa cujo objetivo é investigar quais os fatores determinantes da divulgação dos principais assuntos de auditoria no Brasil através da validação das variáveis identificadas na literatura pela ótica dos profissionais especialistas e experientes. Desta forma, para ser considerado um especialista em auditoria, este profissional normalmente está intimamente ligado ao objeto de estudo e/ou possui vasta experiência naquela área, seja este especialista auditor, sócio, estudante, pesquisador, professor ou qualquer outro profissional relacionado com o assunto. Uma lista com o nome dos participantes pode ser divulgada, desde que tenha devida autorização por cada um. Essa divulgação é importante para que se tenha conhecimento do nível de especialização e experiência dos respondentes que validarão os achados da pesquisa, mas ressalta-se que tal divulgação é de natureza voluntária.

A pesquisa será realizada por meio da técnica Delphi, na qual se busca o consenso entre os profissionais especialistas em auditoria independente quanto aos fatores que influenciam na divulgação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente. Nesse sentido, para compor a sua participação nesta pesquisa, será necessário responder até três rodadas de questionário eletrônico, conforme descrito a seguir: i) avaliação das variáveis apresentadas para que se possa concordar ou não, se essas podem influenciar no julgamento dos auditores no processo de escolha dos principais assuntos de auditoria a serem divulgados no relatório de auditoria independente; ii) são apresentados os resultados da primeira rodada e um novo rol de variáveis, incluindo aquelas sugeridas pelos especialistas na primeira rodada; e, iii) caso não tenha consenso, uma terceira rodada poderá ser necessária para que os especialistas possam reavaliar suas respostas.

Durante a aplicação do questionário, há o risco de você se sentir desconfortável ou constrangido(a) com alguma questão. Para minimizar este possível desconforto/constrangimento, salienta-se que sua participação é voluntária e, a qualquer

momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento, sem qualquer penalidade. Seu anonimato está garantido, de forma que não há riscos de que dados individuais sejam identificados como seus. Os resultados da pesquisa serão utilizados em trabalhos científicos publicados ou apresentados oralmente em congressos, bem como em periódicos científicos, sendo que os dados obtidos durante a pesquisa são confidenciais e não serão usados para outros fins.

A análise dos resultados será feita e divulgada de forma agregada. Além disso, sendo necessário notificar algum acontecimento ou para entrar em contato com as pesquisadoras responsáveis para esclarecimento de quaisquer dúvidas, basta fazê-lo por meio dos contatos a seguir:

-Ana Carolina Vasconcelos Colares: telefone: +55 (31) 99424-5586, e-mail: carolina_colares@hotmail.com.

-Laura Edith Taboada Pinheiro: telefone: +55 (31) 99122-7121, e-mail: ltaboada@face.ufmg.br.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) possui campo destinado para concordância do participante e seguirá em duas vias, sendo que uma será entregue ao participante da pesquisa.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, e ter direitos de:

1. Receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa.
2. Retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo; não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade.
3. Em caso de dúvidas éticas, procurar esclarecimentos com o Comitê de Ética e Pesquisa (COEP) da Universidade Federal de Minas Gerais, no telefone (31) 3409-4592 ou no endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II, 2º andar, Sala 2005, Campus Pampulha, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, em caso de dúvidas éticas. E-mail: coep@prpq.ufmg.br.
4. O(A) Sr(a) não terá qualquer tipo de despesa para participar da pesquisa e não receberá remuneração por sua participação. É possível ainda buscar indenização ou ressarcimento no caso de algum dano ao participante em relação à pesquisa.

Declaro estar ciente do exposto e desejar participar da pesquisa na seguinte condição:

() Aceito participar e ter o meu nome divulgado na lista de participantes.

() Aceito participar, mas não quero meu nome divulgado na lista de participantes.

Cidade/Data: _____, _____ de _____ de _____.

Nome do Participante: _____

Assinatura: _____

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, na Universidade Federal de Minas Gerais e a outra será fornecida a participante.

Eu, Laura Edith Taboada Pinheiro (telefone (31) 99122-7121), declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto ao participante.

Assinatura: 

Data: 05/04/2021

Endereço do Comitê de Ética e Pesquisa (COEP) que aprovou o projeto de pesquisa e o TCLE:
Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II, 2º andar, Sala 2005, Campus Pampulha,
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Telefax: (31) 3409-4592. E-mail: coep@prpq.ufmg.br.

APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO E CONVITE AOS ESPECIALISTAS

Prezado (a) nome do especialista,

É com muita satisfação que o (a) convidamos a participar de uma pesquisa sobre os Principais Assuntos de Auditoria no Brasil, como membro de uma comissão de especialistas.

Sou Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, onde desenvolvo uma tese sobre os determinantes da divulgação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente, sob orientação da Professora Dra. Laura Edith Taboada Pinheiro.

Para desenvolvimento deste estudo, torna-se essencial a aplicação de uma metodologia para captar a percepção de um grupo de especialistas, denominada Delphi. A técnica consiste na aplicação de um questionário individualizado, em 2, ou no máximo 3 rodadas consecutivas, no intuito de obter-se um possível consenso de especialistas sobre determinado problema. Os questionários são breves e a expectativa é que cada rodada não tome mais do que 10 (dez) minutos do seu tempo.

Cabe levantar que os nomes dos especialistas, seguidos de suas titulações e experiências serão divulgados no relatório desta pesquisa, todavia, os resultados obtidos por meio da técnica Delphi serão evidenciados de maneira agregada, não permitindo a identificação das respostas individuais dos especialistas.

Sua participação é essencial para o desenvolvimento deste estudo. Por favor, responda esse e-mail até o dia 09/06/2021, indicando sua aceitação para que a primeira etapa do processo lhe seja enviada.

Desde já, antecipamos agradecimentos e nos colocamos à disposição para qualquer esclarecimento.

Ana Carolina Vasconcelos Colares

carolina_colares@ hotmail.com - (31) 99424-5586

Profa. Dra. Laura Edith Taboada Pinheiro

APÊNDICE C – PRIMEIRA RODADA DELPHI

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa cujo objetivo é investigar quais os fatores determinantes da divulgação dos principais assuntos de auditoria no Brasil através da validação das variáveis identificadas na literatura pela ótica dos profissionais especialistas e experientes. Desta forma, para ser considerado um especialista em auditoria, este profissional normalmente está intimamente ligado ao objeto de estudo e/ou possui vasta experiência naquela área, seja este especialista auditor, sócio, estudante, pesquisador, professor ou qualquer outro profissional relacionado com o assunto. Uma lista com o nome dos participantes pode ser divulgada, desde que tenha devida autorização por cada um. Essa divulgação é importante para que se tenha conhecimento do nível de especialização e experiência dos respondentes que validarão os achados da pesquisa, mas ressalta-se que tal divulgação é de natureza voluntária. Destacamos que não há riscos de que dados individuais sejam identificados como seus, pois a análise dos resultados será feita e divulgada de forma agregada.

A sua participação é fundamental para o êxito da pesquisa, mas você é livre para participar ou não do estudo. O tempo estimado para resposta desta rodada é de cinco minutos. Os dados serão divulgados de forma agregada, não havendo, portanto, a identificação do participante respondente.

Agradecemos desde já pela sua colaboração!

Doutoranda: Ana Carolina Vasconcelos Colares - (31)99424.5586

Orientadora: Dra. Laura Edith Taboada Pinheiro - (31)99122.7121

Universidade Federal de Minas Gerais - Cepcon/UFGM

Nome Completo (para fins de controle)

E-mail (para fins de controle)

Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

Título do Projeto: Fatores Determinantes dos Principais Assuntos de Auditoria no Brasil

Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): nº 42297221.0.0000.5149

Pesquisador Responsável: Dra. Laura Edith Taboada Pinheiro – Cepcon/UFGM

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, o(a) respondente tem os direitos de:

1. Receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa.
2. Retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo; não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade.
3. Em caso de dúvidas éticas, procurar esclarecimentos com o Comitê de Ética e Pesquisa (COEP) da Universidade Federal de Minas Gerais, no telefone (31) 3409-4592 ou no endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II, 2º andar, Sala 2005, Campus Pampulha, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, em caso de dúvidas éticas. E-mail: coep@prpq.ufmg.br.
4. O(A) Sr(a) não terá qualquer tipo de despesa para participar da pesquisa e não receberá remuneração por sua participação. É possível ainda buscar indenização ou ressarcimento no caso de algum dano ao participante em relação à pesquisa.

OBS: Você pode acessar o TCLE completo através do link abaixo:

https://drive.google.com/file/d/1_S3y-

[WNL1XReGVSWlkMeJwBHhsohvHW4/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1_S3y-WNL1XReGVSWlkMeJwBHhsohvHW4/view?usp=sharing)

Declaro estar ciente do exposto e desejar participar da pesquisa na seguinte condição:

- () Aceito participar e ter o meu nome divulgado na lista de participantes.
- () Aceito participar, mas não quero meu nome divulgado na lista de participantes.
- () Não aceito participar da pesquisa.

A pesquisa será realizada por meio da técnica Delphi, na qual se busca o consenso entre os profissionais especialistas em auditoria independente quanto aos fatores que influenciam na divulgação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente. Nesse sentido, para compor a sua participação nesta pesquisa, será necessário responder três rodadas de questionário eletrônico, conforme descrito a seguir: i) avaliação das variáveis apresentadas para que se possa concordar ou não, se essas podem influenciar no julgamento dos auditores no processo de escolha dos principais assuntos de auditoria a

serem divulgados no relatório de auditoria independente; ii) são apresentados os resultados da primeira rodada e um novo rol de variáveis, incluindo aquelas sugeridas pelos especialistas na primeira rodada; e, iii) caso não tenha consenso, uma terceira rodada poderá ser necessária para que os especialistas possam reavaliar suas respostas.

A literatura internacional sugere algumas características da firma de auditoria e da entidade auditada que podem afetar a divulgação dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA). Para cada uma delas, marque a opção que melhor explica essa relação na sua percepção, ou seja, se a presença da característica pode influenciar na redução, no aumento ou em nenhum reflexo (não afeta) na divulgação dos PAA no Relatório de Auditoria.

CARACTERÍSTICAS	Reduz	Aumenta	Não Afeta
A firma de auditoria é do tipo Big4.			
O valor dos honorários de auditoria é elevado.			
O valor dos honorários de serviços de Não Auditoria é elevado.			
É emitida opinião modificada no Relatório do Auditor Independente (exceto se for abstenção).			
Houve troca de auditor no período auditado.			
Há elevado tempo de relacionamento entre a firma de auditoria e o cliente.			
O auditor tem Especialização no setor da entidade auditada.			
A entidade auditada tem elevado porte.			
A entidade auditada tem elevado endividamento.			
A entidade auditada tem elevada liquidez.			
A entidade auditada tem elevada rentabilidade.			
Houve auferimento de prejuízo no exercício auditado.			
Há incerteza relacionada à capacidade de continuidade operacional da entidade auditada.			
Há elevada complexidade da entidade.			
O setor de atuação da entidade auditada é regido por Agências Reguladoras.			
A data base das demonstrações financeiras é diferente da data de encerramento do exercício fiscal.			
O auditor responsável técnico é do gênero masculino.			
A entidade auditada possui Comitê de Auditoria.			
A entidade auditada apresenta boas práticas de Governança Corporativa.			

A entidade emite ou já emitiu títulos no mercado de capitais norte-americano, tais como American Depositary Receipt (ADR), debêntures, ações ou outros.			
---	--	--	--

Quando a entidade auditada está inserida em um setor cujas operações tenham características muito distintas ou complexas (exceto os regulados), isso pode tornar a contabilidade muito específica. Nesse sentido, você acredita que isso poderia afetar a divulgação dos principais assuntos de auditoria? Caso sua resposta seja positiva, exemplifique alguns setores nos quais as entidades auditadas teriam maior probabilidade de terem divulgados PAA no relatório de auditoria.

Sinta-se à vontade para inserir comentários em relação às características listadas, caso julgue necessário.

Com base em sua própria experiência e conhecimentos, além das características listadas anteriormente, existem outras que você julga que podem afetar a divulgação dos principais assuntos de auditoria? Caso existam, por gentileza informe quais são essas características e indique o efeito delas na divulgação dos PAA (aumenta ou reduz).

Agradecemos pela sua participação!

Em breve entraremos em contato para a 2ª Rodada Delphi. Um abraço!

APÊNDICE D – CONVITE AOS ESPECIALISTAS PARA SEGUNDA RODADA DELPHI

Prezado (a) especialista,

Nossos agradecimentos são renovados pela sua disponibilidade em participar desta etapa da pesquisa.

Neste momento, apresentamos os resultados da 1ª Rodada Delphi apenas para seu conhecimento.

Na 2ª Rodada as características da rodada anterior são reapresentadas e acompanhadas de novas características sugeridas pelos nossos especialistas. Solicitamos que cada característica seja avaliada em uma escala Likert de 5 pontos de concordância, visando avaliar a sua opinião sobre o quanto que a referida característica pode influenciar na divulgação de Principais Assuntos de Auditoria.

Solicitamos, por gentileza, que responda esta rodada de aplicação da técnica Delphi até o dia 18/07/2021. Por meio dos resultados recebidos nesta etapa, é provável que teremos condições de finalizar o processo com a terceira e última rodada.

Em caso de dúvidas, favor enviar e-mail para carolina_colares@hotmail.com ou carolinacolares@pucminas.br, ou ainda contatar pelo telefone (31) 99424-5586.

Atenciosamente,

Doutoranda: Ana Carolina Vasconcelos Colares - (31)99424.5586

Orientadora: Dra. Laura Edith Taboada Pinheiro - (31)99122.7121

Universidade Federal de Minas Gerais - Cepcon/UFMG

APÊNDICE E – SEGUNDA RODADA DELPHI

Nome Completo (para fins de controle)

Os resultados da 1ª Rodada a seguir apresentam o percentual de especialistas que consideraram que a característica afeta a divulgação dos principais assuntos de auditoria, seja aumentando ou reduzindo a quantidade divulgada. Os resultados são apresentados apenas para conhecimento, não devendo influenciar a resposta desta rodada.

CARACTERÍSTICAS	%
A firma de auditoria é do tipo Big4.	38%
O valor dos honorários de auditoria é elevado.	22%
O valor dos honorários de serviços de Não Auditoria é elevado.	19%
É emitida opinião modificada no Relatório do Auditor Independente (exceto se for abstenção).	72%
Houve troca de auditor no período auditado.	44%
Há um elevado tempo de relacionamento entre a firma de auditoria e o cliente.	44%
O auditor tem Especialização no setor da entidade auditada.	75%
A entidade auditada tem elevado porte.	81%
A entidade auditada tem elevado endividamento.	66%
A entidade auditada tem elevada liquidez.	44%
A entidade auditada tem elevada rentabilidade.	44%
Houve auferimento de prejuízo no exercício auditado.	66%
Há incerteza relacionada à capacidade de continuidade operacional da entidade auditada.	84%
Há elevada complexidade da entidade.	94%
O setor de atuação da entidade auditada é regido por Agências Reguladoras.	78%
A data base das demonstrações financeiras é diferente da data de encerramento do exercício fiscal.	16%
O auditor responsável técnico é do gênero masculino.	0%
A entidade auditada possui Comitê de Auditoria.	53%
A entidade auditada apresenta boas práticas de Governança Corporativa.	69%
A entidade emite ou já emitiu títulos no mercado de capitais norte-americano, tais como American Depositary Receipt (ADR), debêntures, ações ou outros.	69%

Durante a rodada anterior, recebemos sugestões dos participantes da Delphi sobre outras características da entidade auditada ou da firma de auditoria, que poderiam estar relacionadas com a divulgação dos principais assuntos de auditoria (PAA). Tais sugestões foram analisadas, sumarizadas e acrescentadas à lista (itens 22 à 33 a seguir).

Solicitamos, por favor, que avalie o grau de concordância sobre essas características atribuindo uma nota de 1 (um) a 5 (cinco) a cada uma delas. Observe que a nota 1 representa o menor nível de concordância que o item apresentado possa afetar a divulgação dos PAA e a nota 5 o maior nível de concordância.

CARACTERÍSTICAS	1	2	3	4	5
1. A firma de auditoria é do tipo Big4.					
2. O valor dos honorários de auditoria é elevado.					
3. O valor dos honorários de serviços de Não Auditoria é elevado.					
4. É emitida opinião modificada no Relatório do Auditor Independente (exceto se for abstenção).					
5. Houve troca de auditor no período auditado.					
6. Há um elevado tempo de relacionamento entre a firma de auditoria e o cliente.					
7. O auditor tem Especialização no setor da entidade auditada.					
8 A entidade auditada tem elevado porte.					
9. A entidade auditada tem elevado endividamento.					
10. A entidade auditada tem baixa liquidez.					
11. A entidade auditada tem baixa rentabilidade.					
12. Houve auferimento de prejuízo no exercício auditado.					
13. Há incerteza relacionada à capacidade de continuidade operacional da entidade auditada.					
14. Há elevada complexidade da entidade.					
15. O setor de atuação da entidade auditada é regido por Agências Reguladoras.					
16. A data base das demonstrações financeiras é diferente da data de encerramento do exercício fiscal.					
17. O auditor responsável técnico é do gênero masculino.					
18. A entidade auditada possui Comitê de Auditoria.					
19. A entidade auditada apresenta boas práticas de Governança Corporativa.					
20. A entidade emite ou já emitiu títulos no mercado de capitais norte-americano, tais como <i>American Depositary Receipt</i> (ADR), debêntures, ações ou outros.					
21. A entidade apresenta Goodwill relevante nas demonstrações financeiras.					
22. Há existência de litígios em relação às demonstrações financeiras.					

23. A entidade auditada realizou aquisição de negócio (combinação de negócios) no período.					
24. Há um elevado número de horas de auditoria na entidade auditada.					
25. A entidade auditada apresenta deficiências nos controles internos.					
26. A entidade auditada está envolvida em Processos Administrativos Sancionadores da CVM.					
27. A entidade auditada possui risco de fraude significativo identificado durante a auditoria.					
28. Há envolvimento de especialistas na auditoria.					
29. A entidade auditada encontra-se em um cenário de crise econômica.					
30. Há um elevado número de auditores seniores (sócio ou gerente) destacados no <i>engagement</i> .					
31. A entidade auditada apresentou elevado número de PAA reportados no período anterior.					
32. A entidade auditada apresentou opinião modificada reportada no Relatório de Auditoria do período anterior.					

Sinta-se à vontade para inserir comentários em relação às características listadas, ou sugerir outras que você julga que podem afetar a divulgação dos principais assuntos de auditoria.

Agradecemos pela sua participação!

Em breve entraremos em contato para a 3ª Rodada Delphi. Um abraço!

APÊNDICE F – DECLARAÇÃO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Considerando que, para bom e fiel desempenho da entrevista realizada com a profissional **XXXXXXXXXXXX** para coleta de dados da pesquisa de doutorado da discente Ana Carolina Vasconcelos Colares, faz-se necessária a gravação da referida entrevista para o adequado registro das informações apresentadas.

A gravação é de propriedade única e exclusivamente da discente Ana Carolina Vasconcelos Colares, não sendo utilizada para reprodução ou divulgação para terceiros, podendo ser solicitada apenas pela entrevistada **XXXXXXXXXXXX**, a qual também receberá uma transcrição dos principais pontos da entrevista para revisão e aprovação do conteúdo. Além disso, a discente Ana Carolina Vasconcelos Colares declara ciência de que pode vir a ser responsabilizada por danos morais e materiais decorrentes da utilização, reprodução ou divulgação indevida da gravação.

As informações coletadas na entrevista serão utilizadas e analisadas para a pesquisa de doutorado da discente Ana Carolina Vasconcelos Colares, que se compromete a garantir o sigilo da identidade da entrevistada **XXXXXXXXXXXX**.

Belo Horizonte, 14 de Setembro de 2021.



Ana Carolina Vasconcelos Colares
Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Controladoria e Contabilidade da
Universidade Federal de Minas Gerais



Profª Dra. Laura Edith Taboada Pinheiro
Orientadora e Professora do Programa de Pós Graduação em Controladoria e Contabilidade
da Universidade Federal de Minas Gerais

APÊNDICE G - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. O quadro a seguir apresenta as variáveis significativas que explicam a divulgação da quantidade de Principais Assuntos de Auditoria reportada (PAA), dos Principais Assuntos de Auditoria relacionados ao risco da entidade (PAA_RE) e relacionados ao risco da conta (PAA_RC). Diante dos sinais apresentados para cada variável, explique de que forma cada variável se relaciona com a divulgação de cada tipo de PAA.

PAA	Sinal	PAA_RE	Sinal	PAA_RC	Sinal
BIG4	-	BIG4	-	AUD_FEE	+
OPN	-	OPN	-	TR_AUD	+
TAM	+	TR_AUD	+	ESP_AUD	-
SET_REG	-	ESP_AUD	-	TAM	+
<i>PAA_{t-1}</i>	+	OPN_ANT	+	PREJ	+
-		DEF_CI	+	CPLEX	-
-		COMB_NEG	+	COMB_NEG	+
-		<i>PAA_{t-1}</i>	+	<i>PAA_{t-1}</i>	+

2. Como ocorre o processo de seleção, comunicação com a administração e divulgação dos Principais Assuntos de Auditoria no relatório de auditoria apresentado por etapas?

3. De que forma e em quais momentos é realizada a comunicação com a administração sobre os Principais Assuntos de Auditoria a serem divulgados no Relatório de Auditoria?

4. Existe a possibilidade de surgimento de algum impasse com os responsáveis pela governança em relação a escolha do Principais Assuntos de Auditoria? Se ocorrer divergência, de que forma a auditoria conduz essa questão?

5. Quais fatores são considerados no julgamento dos auditores na seleção dos Principais Assuntos de Auditoria?